

Defesa Nacional



SETEMBRO
1950

NÚMERO
434

Coronel **RENATO BAPTISTA NUNES**, Diretor-Presidente.
General **ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO**, Diretor-Gerente.
Ten.-Cel. **ALBERTO RIBEIRO PAZ**, Diretor-Secretário.

RIO DE JANEIRO

BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XXXVII

BRASIL — RIO DE JANEIRO, SETEMBRO DE 1950

N. 434

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial.....	3
ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL	
Justiça Militar — VIII — Cel. Niso Montezuma.....	5
Serviço de informações em campanha — Tradução do Ten.-Cel. Newton Franklin do Nascimento.....	11
A Artilharia Blindada — Tradução do Cap. Ferdinando de Carvalho.....	19
Ordens verbais de combate — Tradução do Cap. Murilo Gomes Ferreira...	23
Estudo das munições empregadas no obus de 105 mm da Artilharia de Campanha — Cap. Sílvio Otávio do Espírito Santo.....	33
Coréia — Cap. Tácito Teófilo.....	43
Processo de conduta do tiro com o transferidor de locação (Notas de aula da E.A.O.).....	47

ASSUNTOS DE CULTURA GERAL

Problemas do Brasil — V — Meditação sobre a segunda grande guerra — Ten.-Cel. Adalardo Fialho.....	55
Economia e Finanças:	
Considerações sobre as funções da moeda — Cel. J.B. Magalhães.....	79

GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR

Aproveitamento do São Francisco — Gen. Antônio de Castro Nascimento...	81
O carvão nacional, suas características e produção — Ten.-Cel. Irapuan Xavier Leal.....	87
Apartamentos para a História da 3ª Região Militar — Ten.-Cel. Riograndino da Costa e Silva.....	89
Anibal — Cap. Luiz Alberto de Freitas.....	97

OPINIÕES

A organização e o emprego da nossa Cavalaria — Ten.-Cel. J.H. Garcia...	99
Os problemas do S.S. — II — A falta de médicos — Ten.-Cel. Dr. Sette Ramalho.....	101
O estudo da guerra e a tática de torna-viagem — Maj. Napoleão Nobre...	109
Haverá outra guerra? — Maj. João Batista Peixoto.....	113
Ingresso no Q.A.O. — Cap. G.F. de Castro.....	119

DIVERSOS

A carga de despedida — Gen. José Pessoa.....	121
Notícias Militares.....	123
Noticiário & Legislação.....	127

EDITORIAL

"7 DE SETEMBRO"

Nunca a festa magna da nacionalidade transcorreu numa época de tão grande importância para a humanidade como neste perturbado ano de 1950.

Lá fora rugem os canhões em nome das liberdades, vale dizer, da Democracia contra as forças do mal que, satânicamente, escolheram este ano santo para investir contra pacíficas e indefesas populações e impôr os seus princípios totalitários. O lobo comunista, disfarçado com pele de cordeiro, soltando ganidos de paz, saltou das estepes asiáticas para agredir povos adormecidos por longa dominação alienígena, já que a consciência vigilante dos povos ocidentais da Europa era mais dura de enfrentar. Nunca a desfaçatez e a malícia nas relações internacionais vestiram máscara mais repugnante para falar em nome da diplomacia e da moral. Princípios que se diria pertencerem às mais puras democracias são cinicamente esposados por aqueles que precisamente deles fazem letra morta. Objetivos que mais caberiam aos defensores das liberdades humanas são acintosamente arrebatados por aqueles que as conspurcam de forma contumaz.

O agressor é dado como vítima. Esta é apresentada como inimiga da paz mundial. Não há peias a esta campanha infame de inversão e subversão de ideais, com evidentes e maléficos efeitos psicológicos sobre as massas de todos os povos. E é de ver-se, com justificado temor, o lento mas firme progresso dos apátridas e dos ateus no caminho da dominação mundial!

Incapazes de adotarem os métodos policiais de subjugação do homem, que vão desde a anulação da personalidade do indivíduo, tal como no caso do cardeal Meidzenski, até o cativeiro em massa, à moda dos vencedores das guerras púnicas, as democracias perdem terreno e recuam, por incrível que pareça e como na guerra

da Coréia, para bolsões que cada vez mais se apoucam e que bem chamaríamos de últimos redutos da civilização.

Na frente interna de nosso país não é menos tranquilizadora a perspectiva político-social. Os quinta-colunas do inimigo número um da humanidade — o comunismo — em seu vil propósito de servirem à Rússia e não ao Brasil e diante da proximidade das eleições presidenciais, multiplicam as suas atividades traidoras. Infiltram-se nos sindicatos operários, insinuam-se nas sociedades civis, forçam os partidos políticos, impõem-se nos congressos estudantis, dominam as conferências de escritores, comprometem as forças armadas, lançando a confusão, a cizânia, a desunião, a revolução. Tudo e todos recebem a sua dose adequada da peçonha maldita e, infelizmente, não poucos intoxicam-se e deixam-se dominar pelas miragens sedutoras que ela apresenta.

Esse o quadro sombrio em que se comemora a data magna da independência de nossa querida Pátria. Nunca se fizeram mais necessárias a vigilância e a união dos verdadeiros patriotas que a querem íntegra como a receberam de seus maiores. Nunca se precisou ser mais democrata, ter mais alerta a consciência cívica e mais presto o braço armado para repelir as manobras soezes, de fora e de dentro, daqueles que só esperam o azado momento para ferir a integridade da Pátria e entregá-la à servil cadeia de satélites de povos bárbaros.

Sete de Setembro de 1822! Ainda ressoam, oh monarca libertador, nos corações bem formados, os ecos da imortal frase: "Independência ou Morte!"

Para esses, brasileiros que amam a Pátria e, sem dúvida, a esmagadora maioria, a frase ressoa como um legítimo princípio de vida decente, salutar ideal de homens honestos que estão dispostos a morrer antes de renunciar à sua adoção.

Para esses, para os verdadeiros patriotas, a data é festiva e grata aos seus corações. Eles se alegram com o seu transcurso e fazem os mais ardentes votos pela felicidade do seu país. As Forças Armadas, imagem do próprio povo, saem à rua, em parada nessa grande data. Aplaudamo-las sem restrições, pois elas representam a vontade inabalável da Pátria em persistir independente e respeitada no concerto das nações.

Salve José Bonifácio, Patriarca da Independência!

Salve Pedro I, Proclamador da Independência!

V — OS CO
TES. INGR
LITAR — I

Art. 23. C
de Justiça
Auditor e de
res, oficiais
qualis oficial
da Major ou
reunindo-se a
e exercendo
quadrimestre
Art. 49. A
nente de Jus
que lhe for a

1. Julg
cas, e s
os civis,
ressalvada
tigo 44 n.

Art. 53. A
pele, além do

1. Pro
praças, e
e os civis,
praticando
criminal e
mesmos c
de Justiça
pecial.

Resaltam, l
sobre o Consel

1ª. sua dur
para quatro n
2ª. deixa de
para só julgar
pelo auditor.

1. Encerra
constava dos a
anteprojeto não
Seu fundament

N.R. — Cont

JUSTIÇA MILITAR

Cel. NISO MONTEZUMA
(Cmt. do Regimento Tiradentes)

VIII

V — OS CONSELHOS PERMANENTES, INGRESSO NA JUSTIÇA MILITAR — RESERVA

Art. 23. O Conselho Permanente de Justiça compor-se-á do Juiz Auditor e de quatro juizes militares, oficiais de Patente, um dos quais oficial superior, de preferência Major ou Capitão de Corveta, reunindo-se sob a presidência d'este e exercendo jurisdição por um quadrimestre.

Art. 49. Ao Conselho Permanente de Justiça compete, além do que lhe fôr atribuído :

1. Julgar, os militares, praças, e seus assemelhados, e os civis, nos crimes militares, ressalvado o disposto no artigo 44 n. 1 e 52.

Art. 53. Ao Juiz Auditor compete, além do que lhe fôr atribuído :

1. Processar os militares, praças, e seus assemelhados, e os civis, nos crimes militares praticando atos de instrução criminal e, ainda, julgá-los nos mesmos crimes, em Conselho de Justiça, Permanente ou Especial.

Ressaltam, logo, duas novidades, sobre o Conselho Permanente :

1. sua duração passa de três para quatro meses ;

2. deixa de processar e julgar para só julgar ; o processo é feito pelo auditor.

1. Encerra a mesma idéia que continha dos arts. 10, 25 e 586 do anteprojeto não aprovado em 1945. Seu fundamento é que "o aumento

do tempo de duração dos Conselhos de Justiça Permanentes foi determinado por este pressuposto — A formação da culpa nos Conselhos Permanentes perante o Auditor, além de tornar mais céleres os trabalhos judiciários, exige o comparecimento dos oficiais juizes apenas para o julgamento, ficando estes mais adstritos ao serviço nas unidades e, assim sendo, impôs-se o aumento do tempo de duração dos Conselhos poupando-se à autoridade administrativa e à Judiciária, relativamente à organização e publicação de listas de oficiais, sorteios, comunicações e substituições de juizes.

2. A atual Constituição estabelece :

Art. 108. A Justiça Militar compete processar e julgar, nos crimes militares definidos em lei, os militares e as pessoas que lhes são assemelhados.

3. A Constituição de 1891 prescrevia :

Art. 77º. Os militares de terra e mar terão fóro especial nos delitos militares.

§ 1º. Este fóro compor-se-á de um Supremo Tribunal Militar cujos membros serão vitalícios, e dos Conselhos necessários para a formação da culpa e julgamento dos crimes.

4. Pretende o anteprojeto que a formação de culpa se faça somente com a presença do Auditor e que os oficiais juizes, só apareçam na Auditoria no dia do julga-

mento, sem fazer qualquer idéia do processo. Iriam, os juizes militares, votar sem conhecimento de causa e só poderiam se louvar no voto do auditor, ao qual teriam de acompanhar pelo receio de errar, pelo desconhecimento das peças processuais. Não ocorreu aos organizadores do anteprojeto que Von March, com sua grande autoridade, já dizia:

"O juiz civil lastima muitas vezes, não poder penetrar mais a fundo no meio da existência do criminoso, no fundo de sua consciência, na gênese do delito... Isto não é possível, na Justiça Militar, senão mediante uma experiência pessoalmente adquirida, graças ao contacto diário e atento das pulsações da máquina militar. Só os camaradas, os pares aí são aptos".

5. Carlos Maximiliano (1) entendia que o estatuto supremo de 1891 não tolerava que o juiz singular procedesse à formação da culpa no fôro militar, como sucede no civil. E demonstrou tal inconstitucionalidade na sessão da Câmara dos Deputados de 18 de outubro de 1912, juntamente com o Dr. Cândido Mota, professor de Direito na Faculdade de S. Paulo e relator de uma comissão especial para reorganizar a Justiça Militar.

6. Barbalho (2) ensina que:

"a infração do dever militar por ninguém pode ser melhor apreciada do que por militares mesmo; eles, mais que os estranhos ao serviço das forças armadas, sabem compreender a gravidade da violação e as circunstâncias que podem modificá-la".

7. Em publicação de 1926, intitulada "Como cumpri o meu dever", a propósito do processo crime por desobediência que lhe foi movido pelo Comandante das For-

ças em Operações em Goiás, data o então Major Bertoldo Klinger

... "influem decisivamente no caso em exame elementos de ordem subjetiva e prática, indefiníveis, porém reais, substanciais, fundamentais, oriundas da ambiência profissional militar, elementos que precisam de ser sentidos e que só os podem sentir os militares, mormente oficiais que já tenham exercido comando e saibam de ciência própria o que é a mentalidade, a consciência, a noção de responsabilidade de um comandante de tropas. Só eles podem apreender o que é a situação de um chefe, em particular quando, como eu, pôsto inopinadamente à frente de tropas que dantes nunca viu, mormente de tropas heterogêneas (Policías de Estados diferentes e elementos do Exército), principalmente de tropas que não são do Exército permanente".

"Enfim o caso em exame, se não é exclusivamente, é fundamental, originariamente um caso de técnica e de ética profissional militar" (pág. 134).

... "Deixando, porém, de lado, por oportuna que fosse, uma dissertação sobre essa matéria, que, inclusive, nos levaria a verificar quão afastados andamos na interpretação oficial do texto constitucional relativo à criação do fôro especial para os militares, vamos direito ao ponto em exame".

(Razões de embargos, pág. 27)

8. Não se diga que tudo isso são velharias. Invocamos, uma vez o n. 6 da edição brasileira da Military Review, de setembro de 1947, que publica interessante artigo de André Sauvageot, sob o título "A Justiça Militar Francesa", no qual confirma a atualidade desses velhos e consagrados conceitos.

(1) Comentários — pág. 773 — Editora Jacinto — 1918.

(2) Comentários — 2ª Edição — Brigueit — 1924 — pág. 488.

9. Em outro exemplar daquela mesma revista, o de n. 7 de outubro de 1948, o Maj. Gen. Thomas H. Green, Procurador Geral da Justiça Militar Norte-americana, em artigo intitulado "Normas da Justiça Militar", afirma que:

"Se as normas da Justiça Militar fôsem iguais às da justiça civil, poder-se-iam abolir as Auditorias Militares, pois haveria pequena vantagem em manter dois sistemas idênticos de julgamento".

10. As condições de ingresso na Justiça Militar, entre nós, são por demais deficientes, sob o ponto de vista Militar, para que se possa recomendar a inovação pretendida.

A apresentação "de diploma de bacharel ou de doutor em direito", e de prova de "quitação ou isenção do serviço militar" (art. 80 do anteprojeto) não asseguram, se quer, conhecimento do meio quanto mais da mentalidade indispensável para bem poder processar e julgar fatos que ocorram nesse meio. A posse desses documentos, para investidura na justiça militar, à puridade, não devia dispensar a exigência de adequada formação especializada, convenientemente conduzida em estágio feito em Corpo de Tropa que proporcionasse ao candidato, ao menos um contacto com os oficiais e oportunidade para fazer idéia do que seja a vida na caserna, do nível mental e social, do contingente incorporado, de seus hábitos, terminologia, etc.

Por certo é dessa deficiência que decorrem fatos deploráveis, de choques entre duas mentalidades que deveriam estar ajustadas mas que, no entanto, extravasam, com alarde, do próprio seio da Justiça Militar, através de tristes atitudes, prejudiciais ao Serviço Militar, como aquela em que, enfaticamente se afirmou que "o grande *Rul Barbosa* teria sido, provavelmente, um péssimo soldado" (Diário de Notícias de 9 de maio de 1947 — 2ª Seção, 1ª página).

Ainda recentemente esse Jornal (de 8-I-949) divulgou uma decisão

do S.T.M. sobre graves irregularidades cometidas num processo na Auditoria da 8ª Região Militar, durante o tempo em que a mesma esteve entregue a um auditor substituto e a um 2º substituto de promotor.

Ora, se com a presença de militares ocorrem fatos dessa natureza, imagine-se o que não acontecerá, sem eles, em auditorias entregues a substitutos, geralmente sem o necessário aprêço pela Justiça Militar, com outros interesses locais e nem sempre isentos de influências deles decorrentes...

11. Ainda que o anteprojeto não se possa libertar do pecado confessado de não ter tomado conhecimento dos ensinamentos decorrentes da 2ª Grande Guerra e apesar da existência da cadeira de "Direito Penal Militar" nas Universidades do país, teria sido interessante que o anteprojeto contivesse algo aproveitando a experiência do que foi feito no "Curso de Emergência", dirigido pelo Ilustre e Exmo. Sr. Ministro Gomes Carneiro, durante a Guerra.

Esse pronunciamento poderia ter em vista, principalmente, consagrar ou não os seguintes aspectos:

a) se é conveniente criar (por exemplo, em sede de Região Militar onde houver Faculdade de Direito) um, ou mais centros de estudos em que se complete e se especialize o ensino da matéria indispensável ao exercício das atribuições dos membros da Justiça Militar, principalmente em campanha, afastando a possibilidade das improvisações;

b) se por meio da iniciativa constante do número anterior seria vantajoso estabelecer as condições preliminares de seleção para o ingresso na Justiça Militar;

c) se, em consequência, haverá vantagem em prescrever disposições que proibam a nomeação, para os quadros da Justiça Militar, de candidatos que não possuam o certificado de habilitação no referido "Curso";

d) se, em caso afirmativo, as exigências deverão ser limitadas às do item III do Aviso n. 1.906, de

2 de agosto de 1943, do Ministro da Guerra (Boletim do Exército número 32, de 1943), ou se será mais conveniente exigir que o candidato seja oficial da reserva, formado em Centro ou Núcleo de Preparação de Oficiais da Reserva, com, pelo menos, um estágio regulamentar em Corpo de Tropa ou, no mínimo, reservista de 1ª categoria, por conseguinte, nos dois casos, possuindo noção do que seja a vida arregimentada.

De qualquer forma, porém, parece ser conveniente que no concurso para provimento de vagas na Justiça Militar, além dos conhecimentos sobre Código Penal e da Justiça, Pensões; Identificação, etc. — sejam exigidos conhecimentos da Legislação Militar básica: Estatuto dos Militares, Lei de Organização do Exército, Marinha e da Aeronáutica; Leis do Ensino dessas Forças; Regulamento Disciplinar; Regulamento de Continências e Sinais de Respeito; Regulamento Interno e dos Serviços Gerais; Lei de Movimentação de Quadros; Código de Vencimentos e Vantagens, Lei de Promoção, Lei de Inatividade, Lei do Serviço Militar e Regulamento de Administração (n. 3).

12. Consta-nos que, em resposta a um questionário enviado por um presidente da Comissão Revisora do Código da Justiça Militar, o Exmo. Sr. Ministro da Marinha teve ocasião de externar-se a respeito em abril de 1943. Seria oportuno procurar ver, agora, o que foi dito.

13. Também não se compreende porque o atual Código da Justiça, contrariando o que a observação do meio indicava, suprimiu do Código anterior (Decreto n. 17.231 A, de 26 de fevereiro de 1926), alterado pelo Decreto n. 24.803, de 14 de junho de 1934 os seguintes e muito certos dispositivos:

"Art. 13. Quando o acusado responder por crime funcional serão sorteados, sempre que for possível, dois oficiais dos respectivos quadros".

"Art. 14. Em hipótese alguma poderão ser sorteados

para o mesmo Conselho, mais de dois oficiais membros das classes anexas".

Entretanto, apesar dessas manifestações e da experiência indicar que o Código da Justiça Militar deve envolver no sentido da especialização, vê-se justamente o contrário: a insistência em transplantar para ele, sem interpretação nem adaptação, dispositivos do Código de Processo Penal Civil, inteiramente inadequados ao meio militar.

Assim, pois, parece perigosíssima a tentativa da inovação do anteprojeto.

"A vida militar e o vínculo do respectivo juramento criam relações, exigências e deveres particulares, coordenados todos à ordem e à disciplina de uma grande corporação armada" (Esmeraldino Bandeira, obr. cit. pág. 13).

E que só por militares profissionais podem ser interpretados em seus pormenores, em suas sutilezas, porque decorrem da necessidade de assegurar a missão de obediência e de sacrifícios a que as forças armadas são destinadas.

Proceder à formação da culpa só em presença do auditor, sem a presença dos oficiais juizes, seria correr o risco de desfigurar o delito a julgar. Equivaleria a julgar os militares, acusados de delitos militares, no Tribunal do Júri Comum, sob condição de serem os jurados militares pertencentes à mesma Força a que pertencesse o acusado. Não é possível. A estrutura militar está a exigir melhor compreensão no tocante à organização judiciária militar.

b) Adivinham-se o que se pretende dizer com a expressão "oficiais de patente", no art. 23. Isto vem do tempo em que havia "oficiais comissionados" que, hoje, já não existem... É mais uma comprovação de desconhecimento do meio para que se legisla... parece que com aquela expressão se pretende distinguir os oficiais de formação regular dos que pertencem ao Q.A.O. e dos R/2, estes quando

convocados não é hábil patente...

c) Em "praças espantadas do Militares muito justa

CÓDIGO D

Art. 24. juiz de Comanente ficado das oções militar te todo o serviço jud dos demais de sessão.

A compan faz ressaltar preocupação cício dos d das funções

A primeira obscura, e r que dela se o oficial, ju nente ficava funções mil tempo em como juiz, e selho especi pensado dos dias de sess

Compreen oficiais juze hente deven

convocados... Mas a expressão não é hábil... porque todos têm patente...

c) Em face das expressões "praças especiais" e "praças", constantes do art. 16 do Estatuto dos Militares e das exceções, aliás muito justas, dos ns. I dos arts. 44

e 53 do anteprojeto, para evitar dúvidas, a redação poderia ser mais clara. Assim, por exemplo: "processar os militares, praças, que não estiverem na exceção constante do n. I do art. 44, seus assemelhados"...

14. Dispensa do Serviço normal.

CÓDIGO DA JUSTIÇA

Art. 24. O oficial juiz de Conselho permanente fica dispensado das outras funções militares durante todo o tempo de serviço judicial e os dos demais nos dias de sessão.

Alteração introduzida pelo Decreto-lei n. 4.225, de 2-IV-942, D.O. de 6-IV-942.

Art. 24. O oficial juiz de Conselho não deixa as funções militares, ficando apenas dispensado do serviço por ocasião das sessões do Conselho. Deverá, porém, passar as funções, o oficial juiz do Conselho permanente ou especial, nos casos de servir em corpo ou estabelecimento com parada fora da sede da Auditoria, de deslocamento transitório do Corpo, ou de manifesta impossibilidade de atender aos serviços militares sem reter o judicial (manobras, acampamentos prolongados em locais afastados, etc.).

ANTEPROJETO

Art. 14. O Juiz militar do Conselho de Justiça não se dispensará, do serviço militar fora do tempo destinado aos trabalhos do Conselho.

A comparação das três redações faz ressaltar que elas encerram a preocupação de harmonizar o exercício dos deveres normais com as funções de juiz.

A primeira estava defeituosa, por obscura, e não permitia concluir o que dela se pretendia, isto é, que o oficial, juiz de conselho permanente ficava dispensado das outras funções militares durante todo o tempo em que estivesse servindo como juiz, enquanto que o de conselho especial, somente ficaria dispensado dos serviços militares nos dias de sessão.

Compreendia-se a diferença. Os oficiais juizes de conselho permanente deveriam ter trabalho ju-

diciário diariamente enquanto que os de conselho especial, não.

Mas a falta de processos em certas Auditorias (como a da 6ª Região Militar, em 1939) criou uma situação especial que a rigidez do dispositivo legal e a intransigência do respectivo auditor não permitiram solução sensata, que harmonizasse os interesses do serviço. Os oficiais sorteados para juizes de Conselhos Permanentes passavam a viver ociosamente, com as inconveniências daí decorrentes, ainda que fazendo falta ao serviço de suas unidades. Assim, além de não se justificar, o afastamento deles dos respectivos Corpos tornava-se, também, inconveniente.

Era a lei que pecava por omissão. Faltava-lhe a flexibilidade de redação que só o indispensável conhecimento do meio lhe poderia ter dado. Por ausência de processos a Auditoria foi extinta (Decreto-lei n. 1.490, de 4 de agosto de 1939).

Como corretivo àquele defeito veio a alteração supratranscrita. Caiu no excesso oposto, que o anteprojeto pretende conservar apesar da prática indicar o contrário...

Pelo fato de se ser militar nem se perde a condição humana nem se adquire o dom da ubiquidade.

E não haverá necessidade de muito esforço para compreender o exagero do art. 14 do anteprojeto:

1º) porque o oficial arregimentado sai do quartel tarde e cansado. Utiliza a noite para preparar a jornada do dia seguinte; deita-se tão cedo quanto possível, para madrugar;

2º) ao amanhecer vai para o quartel; sai para o campo e, pelas 11 horas, ao regressar, suado e empoeirado, tem de praticar vários atos de serviços gerais, notadamente referentes à instrução, disciplina e administração; lavar-se; trocar de roupa e almoçar para estar na Auditoria, entre 12 e 13 horas, sem nada haver lido sobre o processo que vai julgar;

3º) Se além disso forem consideradas, como devem ser, as distâncias e as condições de transporte sujeito a horários como acontece, por exemplo, com os que servem na Vila Militar ou em Santa Cruz, na 1ª Região Militar; em Duque de Caxias, na 2ª; em Socorro, em Pernambuco ou em Naranjiba (19º B.C.), na Bahia, verificar-se-á que o oficial terá de correr muito para chegar pontualmente à Auditoria, sem ter lido nada sobre o processo e que não poderá voltar, nesse mesmo dia, ao expediente do seu quartel. Aliás isto é sabido desde 1927 (Boletim do Exército n. 395, de 25-VII-27) quando o então Ministro da Guerra, solucionando uma consulta sobre a situação dos oficiais sorteados para Conselho de Justiça, afirmou que "não lhes resta por consequente, tempo útil para o desempenho de funções administrativas ou de comando". Entretanto, como haverá exercícios noturnos ou prontidões iniciadas na noite do mesmo dia em que tiver havido reunião do Conselho é preferível não se tentarem soluções extremas. O certo, o sensato, será estabelecer que os oficiais juizes de Conselho — permanente ou especial — ficarão dispensados dos demais serviços normais nos dias de sessão.

(Continua)

DEPÓSITO OPERÁRIO JULIO MONSORES NETO

Madeiras e materiais de construção
RUA PARANÁ N. 12 — MESQUITA
ESTADO DO RIO

FÁBRICA DE ARTEFATOS DE CIMENTO SANTO ANTONIO DE J. A. LIMA

Cimento armado em geral, caixas d'água, fossas, tanques, muros e gradil
ESCRITÓRIO E DEPÓSITO
ESTRADA FELICIANO SODRÉ — Em baixo do Viaduto da Estação da Central
MESQUITA — ESTADO DO RIO

Confor
versos doc
Exército d

A) FÓL

Do

P.C. em

FÓLHA DI

Anexos ..

Hora e lug

Fonte de q

Grau de ve

Local de ch

Data e hora

Número de

(Estes últim

B) RE

As info
mente, junt
informes. C

N.R. — C

SERVIÇO DE INFORMAÇÕES EM CAMPANHA

Pelo Ten.-Cel. MANOEL CHAMORRO
MARTINEZ

Extrato do Boletim n. 333, do "Círculo Militar",
pelo Ten.-Cel. NEWTON FRANKLIN DO
NASCIMENTO

VI

IX — MODELOS UTILIZADOS PELO S.I.C.

Conforme temos exposto em artigos anteriores, o S.I.C. redige diversos documentos, dos quais apresentamos hoje os modelos em uso no Exército da Espanha.

A) FOLHA DE INFORMAÇÃO

Do	Ao Sr.
P.C. em	P.C. em
	Às horas do dia
FOLHA DE INFORMAÇÃO N.	Carta de Escala
Anexos	

Hora e lugar de obtenção da informação

Fonte de que procede a informação

Grau de veracidade da informação

(TEXTO)

Local de chegada da informação

Data e hora de chegada

Número de chegada

(Estes últimos dados são preenchidos pelo órgão que recebe a informação.)

B) REGISTRO DAS INFORMAÇÕES

As informações são registradas por ordem cronológica e resumidamente, juntando os documentos originais aos documentos que contém os informes. O modelo abaixo muito facilita a redação do registro.

Atividade :

dos comandos,
das tropas,
da Artilharia,
dos carros,
da aeronáutica,
dos serviços,
no emprego dos agentes químicos,
nos trabalhos de fortificação,
na retaguarda,
nas comunicações,
nas transmissões.

Estado moral das Tropas e dos Quadros.
Diversos.

D) PLANO DE BUSCA DE INFORMAÇÕES

Este documento obedece à forma do seguinte quadro, no escalão
Exército, em situação ofensiva :

PLANO DE BUSCA DE INFORMAÇÕES

OBJETIVOS DE INFORMAÇÃO	ÓRGÃOS DE BUSCA	MISSÕES	MEIOS DE AÇÃO
Modificações introduzidas no dispositivo inimigo.	Corpos de Exército em 1º escalão.	Observação para localizar, eventualmente, o maior ou menor tráfego, na primeira linha ou na retaguarda.	Emprego da observação terrestre e aérea : — interceptação das estações rádio inimigas vigiadas pelos postos de interceptação ; — localização de novas estações ; — indicação de variantes na atividade das transmissões rádio inimigas.
	Aeronáutica de Exército.	Localização de movimentos de unidades inimigas e do tráfego nas rodovias e ferrovias da retaguarda.	Reconhecimento aéreo e vigilância do campo de batalha.
	Postos de interceptação rádio do Exército.	Concurso da interceptação rádio.	Como para a interceptação rádio do C. Ex.
	Postos de interceptação telefônica.	Interceptação das comunicações telefônicas do campo de batalha.	Maior atividade dos postos já existentes : — situação de novos postos.
	Postos de escuta.	Escuta de tráfego nas linhas inimigas. Sintomas de maior intensidade de tráfego.	Situação de postos de escuta.

OBJETIVOS DE INFORMAÇÃO	ÓRGÃOS DE BUSCA	MISSÕES	MEIOS DE AÇÃO
Modificações introduzidas no dispositivo de Artilharia inimiga.	Comandos da Artilharia de Exército, de Corpo de Exército e de Divisão, Unidades de Artilharia e de Aeronáutica a serviço da Artilharia.	Comprovação de variantes no dispositivo da Artilharia inimiga. Aumentos, diminuições, objetivos, unidades camufladas, buses de documentos.	Observação aérea e terrestre, fonotelegrafia, coleta de projetos inimigos.
	Divisões em 1º escalão.	Concurso de observação na atividade da Artilharia inimiga, busca de documentos, concurso da interceptação rádio.	Observação divisória aérea e terrestre: — reunião de projetos inimigos; — interceptação das transmissões rádio da Artilharia e das estabelecidas entre esta arma e a aviação.
	Aeronáutica de Exército.	Contrôle do dispositivo de Artilharia, localização dos aumentos destes e dos disfarces.	Reconhecimentos fotográficos.
	Postos de interceptação rádio e telefônica de Exército.	Concurso da interceptação.	Interceptação das transmissões de Artilharia.
Modificações na organização defensiva inimiga.	Aeronáutica de Exército.	Comprovação dos progressos realizados nos trabalhos de defesa, novas posições defensivas em construção, situação, classe e estado dos diferentes trabalhos.	Reconhecimento e observação aérea.
	Corpos de Exército em 1º escalão.	Estudo das novas posições inimigas e da organização defensiva em curso; localização de novos trabalhos.	Observação aérea terrestre.
	Elementos de observação de Exército.	Idem. idem. idem.	
	Comandos de unidades de Artilharia.	Localização de novos trabalhos defensivos; comprovação dos efeitos da ação da Artilharia própria e trabalhos que realiza o inimigo para reconstruir as destruições produzidas.	

OBJETIVO DE INFORMAÇÃO

situação, importância e disposição das reservas inimigas.

Possibilidades de ataques aéreos.

Sintomas de ventura inimiga.

OBJETIVOS DE INFORMAÇÃO	ÓRGÃOS DE BUSCA	MISSÕES	MEIOS DE AÇÃO
Localização, importância e disponibilidade das reservas inimigas.	Elementos de observação de Exército, unidades de Aeronáutica de Exército e de Corpo de Exército em 1º escalão.	Localização dos aumentos nas unidades de reserva, movimentos, acampamentos e estacionamentos. Atividades nas zonas de concentração inimigas.	Observação aérea.
	Postos de interceptação rádio e telefônica.	Interceptação das transmissões relativas aos aumentos, diminuições, situação e emprego das unidades de reserva.	Interceptação.
Parcialidades dos serviços de abastecimento.	Postos de interceptação rádio de Exército, de Corpo de Exército e de divisão.	Interceptação de comunicações relativas aos abastecimentos, aos serviços, etc.	Interceptação.
	Postos de interceptação telefônica.	Idem, idem, idem.	Interceptação.
	Aeronáutica de Exército.	Contrôle dos aumentos e diminuições nos depósitos de retaguarda.	Observação aérea.
	Elementos de observação de Exército.	Idem, idem, idem.	Observação.
	Corpos de Exército de 1º escalão.	Idem, idem, idem.	Observação terrestre e aérea.
Métodos de concentração inimiga.	Corpos de Exército em 1º escalão.	Comprovação de eventuais variantes na atividade adversária, especialmente no que se refere à Artilharia e aviação.	Observação terrestre e aérea.
	Comandos e unidades de Artilharia.	Comprovação de variante na atividade da Artilharia adversária.	Observação de Artilharia.
	Comandos e unidades de Aeronáutica e de unidades anti-aéreas.	Idem, idem, idem, da aviação inimiga.	Observação aérea e de defesa contra aeronaves.
	Postos de interceptação rádio e telefônica de Exército.	Interceptação de ordens, instruções, normas, etc., referentes à defesa adversária, localização de novas estações e novos sistemas de comunicações secretas.	Interceptação.
	Postos de escuta.	Localização de um maior tráfego especialmente noturno e de aumentos de atividade.	Escuta.

X — IDEIAS FINALÍSTICAS

Se aceitamos a teoria de Darwin, segundo a qual, a desproporção entre os meios de vida e o número dos seres vivos é o leit-motiv da luta incessante entre os irracionais, devemos admitir, igualmente, que esta luta existe entre homens, povos e nações, não havendo no mundo, jamais, um período de paz verdadeira e total — PAULO ZAPA. "Espionagem moderna", pag. 58.

Não obstante os tratados de paz tão pomposamente firmados, acordos e pactos de segurança coletiva e, mau grado, os "Convenants" e outros conceitos semelhantes, a Guerra é um mal necessário, de que fatalmente padecemos em todos os tempos.

Depois, logo depois que o canhão deixa de troar, começa nova guerra, com outros meios.

Quais são esses MEIOS?

São invisíveis.

Ao choque entre as Forças Armadas, segue-se, sem solução de continuidade, a guerra subterrânea e oculta dos diferentes Serviços de Informações, com o fim de que cada Estado-Maior possa estar ao corrente das forças, das atividades e intenções dos vizinhos — do aliado de hoje e possível adversário de amanhã.

A batalha entre os Exércitos MOBILIZADOS, seguem-se guerras mais difíceis de dirigir, como sejam as que realizam os diversos países, para assegurar influências, criar simpatias, ou diminuir a ascendência de certas nações, cuja pujança não lhes traz resultados.

O lapso de tempo compreendido entre 1918 e 1939, está cheio de exemplos dessa ordem e confirma, bem às claras, que, tudo o que nos acontece, não é o resultado de locubrações, mais ou menos pessimistas.

Este lapso demonstra, claramente, que tal paz não existe e jamais existiu. Pelo contrário, tem sido um mito a mais, que certos países "democráticos" nos pretenderam impor.

De fato, ao troar do canhão, segue-se a concorrência comercial, a conquista e a defesa das patentes e privilégios industriais, a luta pelos mercados internacionais e de matérias primas, a corrida dos Bancos para troca de cambiais e reservas auríferas, atividades estas que desencadearam a "guerra invisível", porém que, não por sê-la surda e oculta, deixou de ter marcante influência, devido à extraordinária importância que adquiriram, na guerra atual, os fatores industriais, econômicos, políticos e sociais.

Em 1918, quando apenas a guerra havia terminado, já se encontravam em choque os Serviços de Espionagem de certos países europeus.

Qual o novo campo de batalha?

VERSAILLES.

Armas: a intriga, a propaganda, a corrupção, a criação de supostos nacionalismos, o sufocamento e a extirpação dos verdadeiros irredentismos e, às vezes também, a violência representada no roubo de documentos, no sequestro de delegados, na variação total das cartas geográficas, modificando limites entre as nações, etc.

O tratado de Versailles, concluído depois do armistício, foi a nova maçã que semeou a discórdia na Europa. E nesta nova luta incessante, invisível e surda, que se alimentam os diversos Serviços de Informação, tendo na vanguarda o "Intelligence Service".

A Inglaterra quer continuar a impor sua política de balanço dos poderes, depois de 1918, a qual, remontando ao cardeal Wolsey e a Ho-

rique VIII, e Lord Chatam, ardo VII. A do "Intelligence Service" do Reino Unido, nenhuma potência Assim com Alemanha à o mesmo "Intelligence Service" da França. E quanto pudesse. Já em nossa estranha atitude tradição ao antipolências do "T" No campo seus aliados, pr Foi um gra as revoltas susc aos sangrentos sequazes, foram os quais se encoi O acima ex do Serviço de In destinos de um Não podemos seguir, ate Exércitos e conce E o principa chamar a atenção importante tema.

Antes de enc Informar aos leito TINEZ foi torpe não foram perfei O Ten.-Cel. de Estado-Maior E, a propósito com que nosso mo desejados entre tod palpitante, que ao não deparamos co na Inglaterra, a ra mação do estado Reunião dos Minist (Rio, 15 de jul

Farm. ESTRADA ROCHA S

rique VIII, continuou mais tarde com a rainha Ana e Guilherme III, Lord Chatam, Lord Liverpool e, por último, Lord Palmerston e Eduardo VII. A mesma política que, desde muitos séculos, sob a orientação do "Intelligence Service", vem sendo um dos fatores da grandeza e poderio do Reino Unido: manter o equilíbrio europeu, não permitindo que nenhuma potência continental estabeleça sua hegemonia na Europa.

Assim como antes de 1914, é o "Intelligence Service" que arrasta a Alemanha à guerra, para destruí-la depois em seus alicerces; é também o mesmo "Intelligence Service" que, em Versailles, se opõe ao total desmembramento da Alemanha, não obstante as exigências em contrário da França. E é também, no próprio Versailles, que se esforça o "Intelligence Service" por impedir o acordo italo-francês, fomentando tudo quanto pudesse diminuir a potência marítima italiana.

Já em nossos dias, é o mesmo "Intelligence Service" que provoca a estranha atitude italiana e o derrubamento do regime fascista, em contradição ao anteriormente combinado pelo governo de Mussolini com as potências do "Tripartito".

No campo colonial, não vacila o "Intelligence Service" em criar a seus aliados, preocupações de grande envergadura.

Foi um grande inglês — o Comandante Macalum — quem fomentou as revoltas sucessivas na Síria, chegando ao bombardeio de Damasco e aos sangrentos encontros com os drusos. Em Rif, Abd-el-Crim e seus séquazes, foram ajudados e orientados por 74 oficiais britânicos, entre os quais se encontravam os célebres capitães Gardner e Gordon Canning.

O acima exposto basta para formarmos cabal idéia da importância do Serviço de Informações e a iniludível influência que pode exercer nos destinos de um povo.

Não podemos ficar impassíveis em assunto tão interessante. Devemos seguir, atentamente, as atividades dos serviços secretos dos demais Exércitos e conceder a este serviço toda a importância que merece.

E o principal objetivo do trabalho que agora finalizamos, foi o de chamar a atenção dos camaradas sobre o assunto, interessando-os em tão importante tema.

NOTAS DO TRADUTOR

Antes de encerrarmos esta rápida e sucinta tradução, é nosso desejo informar aos leitores que o progenitor do Ten.-Cel. CHAMORRO MARTINEZ foi torpemente assassinado em Espanha, por motivos que ainda não foram perfeitamente esclarecidos.

O Ten.-Cel. CHAMORRO acha-se licenciado e pertence ao Quadro de Estado-Maior do Exército de seu país.

E, a propósito do palpitante assunto por ele focalizado, contamos com que nosso modesto esforço, de tradução e adaptação, surta os efeitos desejados entre todos os que se interessam por tão palpitante tema. Tão palpitante, que ao abrimos hoje, pela manhã, o "Jornal do Comércio" nela deparamos com o seguinte telegrama da Reuters: "Situação difícil na Inglaterra, a rainha dos bloqueios. Aprovam os Comuns a proclamação do estado de emergência, após ligeira exposição de Attlee. Reunião dos Ministros das Finanças da Comunidade Britânica".

(Rio, 15 de julho de 1949).

FARMÁCIA S. SEBASTIÃO

T. LOPES & Cia.

Farm. responsável — ODETE R. NOBREGA

ESTRADA ROCHA SOBRINHO, 1101 — BANCO DE AREIA — MESQUITA

A ARTILHARIA BLINDADA

Maj. RALPH A. CLICK

Tradução autorizada do "Amored Journal" (*),
pelo Cap. FERDINANDO DE CARVALHO,
instrutor da E.E.M.

I — INTRODUÇÃO

O General George S. Patton, descrevendo uma determinada operação no início da 2ª Guerra Mundial, disse:

"O tiro foi colocado sobre o objetivo por processos só conhecidos por Deus e pela Artilharia."

O mistério que havia em torno da técnica da artilharia de campanha, no começo da guerra, fez com que muitos comandantes, em todos os escalões, não se apercebessem completamente do imenso potencial de fogo de sua artilharia de apoio. É que esses comandantes, diante do desconhecimento da técnica da arma, deixavam de realizar o seu emprego em boas condições. A eficiência do poder de fogo da artilharia não foi integrada nos seus planos, senão em termos muito gerais. Entretanto, no fim da guerra, a maioria dos oficiais combatentes tinha perfeito conhecimento do quanto a artilharia havia contribuído para o sucesso no campo de batalha. Esses oficiais, no decorrer das operações, constituíram um conhecimento básico sobre o emprego da artilharia.

Utilizando o processo simplificado de ajustagem do tiro, infantaria e blindados realizavam a regulação do tiro da artilharia, em situações de emergência.

Muitas vezes, entretanto, na elaboração dos planos de fogos e no emprego de observadores avançados

e oficiais de ligação pelas unidades apoiadas, deixou de ser utilizado o rendimento pleno das possibilidades da artilharia.

Os artilheiros verificaram, como resultado da experiência da guerra, que os processos de ajustagem do tiro deveriam ser simplificados de modo que qualquer combatente pudesse aprender os princípios essenciais com um mínimo de instrução e conduzir eficazmente o tiro no combate. Desde o fim das hostilidades, muito tem sido feito neste sentido. É evidente que em todos os escalões da Divisão blindada, do equipamento dos comandantes deve fazer parte um mais íntimo conhecimento da técnica e do emprego da artilharia. Uma associação estreita deve existir entre as unidades de carros, infantaria e engenharia blindadas com a artilharia blindada uma vez que essas armas precisam trabalhar em cooperação que deve ser baseada na compreensão do emprego e das possibilidades mútuas.

O grupo de artilharia blindada deve ser encarado como uma unidade com características de combate análogas às das demais unidades da divisão blindada.

Eis aí a principal diferença entre a artilharia blindada e as demais espécies de artilharia de campanha.

Consultando os quadros de organização e os manuais de instrução ou emprego não encontraremos diferenças essenciais.

Entretanto podemos dizer que a artilharia blindada caracteriza-se por uma "mentalidade". Seu espírito agressivo orientado sempre num sentido ofensivo faz dela uma arma diferente.

Durante as ações, como os demais membros da divisão blindada, deve demonstrar as características fundamentais de potência de fogo, mobilidade e ação de choque. Na sua atuação não são aplicáveis normas rígidas.

Ela deve ter possibilidade de abrir fogo com a maior rapidez, sob todas as condições e em qualquer situação. Deve ser capaz de defender-se de ataques inimigos quando em posição de tiro ou em marcha.

Pode ser chamada para acompanhar carros sem infantaria de apoio.

Estas possibilidades não são evidentemente resultantes apenas de um equipamento especial, mas também de uma agressividade no pensamento e nas ações por parte dos comandantes de artilharia blindada.

II — ORGANIZAÇÃO

A organização da ADB, compreende um comando de AD, uma bateria de comando, três grupos de obuses 105 auto-propulsados, um

grupo de obuses 155 auto-propulsado e um grupo de Artilharia Antiaérea auto-propulsado (armas automáticas). As duas últimas unidades foram acrescidas à antiga organização, assegurando os elementos necessários para a auto-suficiência da divisão. O grupo de artilharia antiaérea é equipado com viaturas de lagarta sobre as quais são montados os canhões de 40 mm geminados. As metralhadoras de .50 são montadas sobre veículos de meia lagarta capazes de acompanhar os carros em qualquer terreno.

O grupo de artilharia média aumenta a profundidade do fogo.

Na guerra passada, grupos de 155 eram normalmente postos à disposição da divisão, mas ressentiam-se, muitas vezes, de falta de mobilidade e de organização deficiente para participar do conjunto de armas do grupamento tático blindado.

As mais importantes alterações na organização da ADB sob o ponto de vista dos comandantes de batalhão de carros ou de infantaria blindada foi o acréscimo no número de observadores avançados e oficiais de ligação disponíveis na ADB como demonstra o seguinte quadro:

ORGANIZAÇÃO	Antiga	Atual
Of. de Ligação.....	3	14
Obs. Avançados.....	9	29

Esses elementos que reforçam o comando do grupo, podem agora assegurar a colocação de um observador avançado junto a cada companhia em linha e de um oficial de ligação junto a cada comando de batalhão.

O carro para o observador avançado é agora fornecido pelas companhias apoiadas. O rádio deste carro deve ser calibrado com os

canais da direção de tiro da artilharia. Esse processo de assegurar o transporte para o observador avançado aliviará a artilharia da instrução das guarnições dos carros correspondentes, embora haja um acréscimo na responsabilidade das unidades apoiadas. A presença, entretanto, de um observador avançado junto das unidades de carros ou infantaria blindada, independe

da remessa dos carros pela artilharia. Esta fornecerá apenas o transporte pessoal do observador avançado.

III — EMPREGO

O emprego da ADB deve ser baseado na necessidade de concentrar-se o máximo poder de fogo da divisão num ponto decisivo para realizar um golpe aniquilador sobre o inimigo. Para isso é necessário, principalmente no ataque, que a artilharia blindada seja mantida bem à frente e que suas ligações e transmissões com as unidades apoiadas sejam extensas e flexíveis assegurando a coordenação e a cooperação.

Para os comandantes de batalhões blindados o fato importante na organização da artilharia para o combate é que para o apoio direto possam eles dispor dos grupos da artilharia leve. Entretanto deve ser salientado que o apoio da artilharia para um grupamento tático não se resume nos 18 ônibus do grupo a ele atribuído, mas inclui toda a potência de fogo da ADB dentro de seu alcance e zona de ação.

Esse poder de fogo pode abranger também outros grupos das divisões vizinhas e do corpo de exército.

No ataque a ADB é normalmente atribuída aos GT para o apoio direto, mas fica sob o controle divisionário para a concentração dos fogos. Este dispositivo é mantido nas fases iniciais do ataque. Quando a penetração é realizada, os grupos de artilharia em apoio aos GT avançados são então atribuídos em reforço aos mesmos.

Durante a fase da exploração do ataque a artilharia de apoio deve ser lançada bem à frente a fim de que o seu poder de fogo esteja disponível a todo o momento. Uma bateria de artilharia blindada marcha normalmente com o grupamento infantaria-carros avançado.

Quando as necessidades de apoio se ampliam todo o grupo de artilharia de reforço do GT entra em posição junto da bateria avançada

que cobre o desdobramento do restante do grupo.

Em situações defensivas, a artilharia blindada é usualmente mantida centralizada. Sob o controle da AD, a concentração de todos os fogos é mais rápida e eficazmente realizada. Numa defesa móvel, a artilharia blindada da divisão atua, com os demais membros dos grupamentos táticos, como na ofensiva.

Numa ação retardadora ou retirada, a ADB executa um papel importante nas operações da divisão. É uma das últimas unidades a serem deslocadas para a retaguarda, cobrindo com seu fogo o retraimento dos demais elementos dos GT.

Em operações especiais, como travessias de cursos d'água ou ataques noturnos, não se altera grandemente o emprego da artilharia blindada e a eficácia de seu apoio de fogos. Em tais situações esse apoio deve ser cuidadosamente planejado.

Carros podem atacar sem infantaria, ou infantaria, sem carros, mas em todos os casos, a artilharia deve estar sempre presente.

A DB organiza-se para o combate em grupamentos táticos que compreendem carros, infantaria, engenharia e artilharia blindados.

Cada elemento complementa ou suplementa a ação dos demais para assegurar o avanço do GT. O GT fraciona-se usualmente em Sub-GT na maioria das vezes constituídos por um batalhão de carros ou de infantaria blindada reforçados com infantaria ou com carros, respectivamente. Essa organização reunindo infantaria blindada e carros pode ser levada até as menores unidades.

O grupo leve de artilharia blindada do GT realiza normalmente o apoio direto dos Sub-GT. A fim de executar eficientemente esse apoio, o comandante do grupo de artilharia deve estar continuamente informado dos planos e da progressão dos Sub-GT.

Por esta razão, o comando do grupo de artilharia deve estar pre-

sente durante o planejamento de cada operação.

Os oficiais de ligação de artilharia são destacados para os PC dos batalhões (Sub-GT) apoiados. Esse oficial é um artilheiro bem qualificado, um especialista nos seus deveres de "sabe-tudo" quanto ao apoio de seu grupo. Dessa forma deve ser ele olhado por seu comandante e estado-maior, e seu auxílio deve ser utilizado na organização e execução dos planos. Deve ele trazer a sua unidade constantemente informada dos planos dos comandantes dos Sub-GT e exercer uma supervisão geral da observação avançada em proveito da unidade apoiada. Como acima mencionamos, os observadores avançados do grupo são enviados às companhias em 1º escalão. Esses oficiais são os olhos da artilharia e por eles o seu poder de fogo é eficazmente conduzido no apoio do grupamento tático. A posição mais vantajosa para o observador avançado é junto do comandante da companhia porque nessas condições pode ele achar-se constantemente informado sobre a progressão e os planos dessa subunidade. Para a função de observador avançado devem ser designados oficiais selecionados.

Durante o treinamento desses oficiais uma grande aproximação deve ser procurada com os oficiais dos batalhões de carros e infantaria blindada. Essa união pagará seus dividendos no campo de batalha.

As unidades apoiadas têm uma responsabilidade grande na recepção e no tratamento desses oficiais de artilharia. Eles representam a presença da artilharia nos elementos avançados do grupamento tático e a sua atuação depende muito do modo com que são eles tratados e empregados. Os carros as guarnições fornecidas aos observadores avançados devem ser tão bons como qualquer outra viatura ou guarnições das unidades apoiadas.

O emprêgo da artilharia da DB, como das unidades de carros e infantaria, deve ser caracterizado por um planejamento antecipado

seguido de uma execução violenta. De acordo com esse princípio, o apoio de fogos da artilharia deve ser cuidadosamente planejado e coordenado com os esforços dos outros membros do grupamento tático.

O plano para o emprêgo da artilharia é desenvolvido pelos comandantes da unidade apoiada e do grupo de apoio direto. Integrado no plano deve estar o apoio aéreo-tático quando disponível e o apoio das armas da própria unidade apoiada. A técnica de planejamento para utilização do apoio da artilharia blindada é análoga da não blindada. Entretanto os detalhes de execução pela artilharia blindada podem ser diferentes.

Um plano de fogos eficientes para um ataque deve ser feito de modo que o fogo da artilharia seja empregado para:

- Prejudicar a observação inimiga;
- Neutralizar os objetos e assim reduzir as perdas das tropas de assalto;
- Isolar o objetivo para facilitar a sua captura e impedir que o inimigo se reforce ou contra-ataque.

Na defesa, os caminhamentos de aproximação do inimigo devem ser reconhecidos para planejamento dos fogos tendo em vista retardar ou impedir o ataque até que um contra-ataque das forças amigas possa ser desencadeado. De importância para o comando da unidade apoiada, ao formular o seu plano de fogos, são as possibilidades e limitações do apoio disponível da artilharia, bem como o número e tipo dos grupos disponíveis, restrições de remunciação, se existirem, e os alcances eficazes dos grupos de apoio. A preparação da artilharia antes do ataque é considerada desejável se houver munição disponível. A perda resultante em segredo não é normalmente considerada tão importante como a devastação e a confusão criada na posição inimiga.

Para o seu planejamento, o comandante do grupo ou seu oficial de ligação necessitará discutir com

a unidades
pontos:

- Inimigo
- Local
- avançados
- unidades
- Zona
- podem ser
- Local
- ação e
- objetivos
- Pre
- ação e alter
- ros;

f) Ped

fumígenos

O plano

volvido d

mente de

ções que

a pedido c

dida que

Os por

ao conhe

dades apoi

É preciso

plano é fle

facilmente

ção progr

Por caus

a guerra b

servível que

fogos sejan

ação confo

mandantes,

pela ação

tados.

Como os

apoiadas, o

lharía deve

a unidade apoiada os seguintes pontos:

- a) Informações pormenorizadas do inimigo;
- b) Localização dos elementos avançados e zonas de reunião das unidades apoiadas;
- c) Zonas de onde dificuldades podem ser esperadas;
- d) Localização geral, tempo, duração e prioridade dos fogos em objetivos previstos;
- e) Processos de pedidos, suspensão e alterações na direção dos tiros;
- f) Pedidos especiais, como de fumígenos e iluminativos.

O plano de fogos quando desenvolvido deverá consistir normalmente de um número de concentrações que podem ser desencadeadas a pedido da unidade apoiada a medida que o engajamento progride.

Os pormenores devem ser dados ao conhecimento de todas as unidades apoiadas.

É preciso ser salientado que esse plano é flexível e pode ser alterado facilmente à medida que as operações progredirem.

Por causa de fatores incertos que a guerra blindada apresenta, é preferível que os detalhes do plano de fogos sejam assentados durante a ação conforme os pedidos dos comandantes, unidades apoiadas e pela ação dos observadores avançados.

Como os planos das unidades apoiadas, o plano de fogos da artilharia deve ser revisto e alterado, se necessário, à medida que a ação progride. É de vital importância que o cmt. do grupo seja atualizado permanentemente quanto aos planos e a progressão das unidades apoiadas por seu oficial de ligação, de modo que possa ele planejar o deslocamento de sua artilharia para manter-se em alcance.

O observador avançado deve estar sempre alertado sobre a possibilidade de atuação da artilharia em pontos onde fogos preparados não tenham sido planejados.

Deve ele colocar o péso dos fogos da artilharia nos objetivos e áreas que se tornaram importantes à medida que a ação progride. Esses

fogos devem ser bem coordenados com a unidade apoiada e facilitar a progressão do GT.

Isso significa que não se deve desperdiçar tempo e munição em objetivos secundários, nos flancos, mas sim levar o volume de fogos onde exista um objetivo remunerador. O comandante da companhia apoiada deve considerar cuidadosamente esse último ponto para que seu observador avançado normalmente atenda todas as missões pedidas.

Quase todos os rádios na DB têm um dos canais sintonizados na rede de direção de tiro da artilharia. Na eventualidade de que o observador avançado seja posto fora de ação ou não esteja presente, os pedidos e ajustamento do tiro podem ser efetuados por elementos da própria unidade apoiada. Como os tripulantes dos carros e infantess blindados estão em condições de dizer "o que" e "onde" com respeito aos objetivos e ajustar o tiro como fazem para os canhões dos seus carros, morteiros ou canhões de assalto, o fogo eficaz da artilharia pode ser empregado em benefício da unidade, dentro do alcance.

É muito necessário rever a importância do avião de ligação da artilharia no avanço da divisão blindada. Segundo as novas Tabelas o número desses aparelhos mais que dobrou na DB.

As unidades de combate podem confiar na presença desses "olhos aéreos" na frente da coluna atacante ou manter uma constante vigilância numa posição defensiva.

IV — ARTILHARIA ANTIAÉREA

O emprêgo do grupo de AAAé e da DB é considerado como um assunto especial. Em virtude da multiplicidade e tarefas, os elementos do grupo são largamente dispersos na divisão. Prioridades para a utilização dos elementos da AAAé são estabelecidas pelos comandantes de unidades.

No ataque, as baterias de AAAé são normalmente postas à disposição dos GT considerando-se o volume da organização desses GT.

Dentro dêste, os elementos de AAAé ficam usualmente sob o contróle do GT.

Desencadeado um ataque, a AAAé deverá ser usada para assegurar um avanço ininterrupto dos elementos de assalto da divisão, protegendo localizações vitais como pontes e desfiladeiros os quais exigirão tempo para reparação ou restauração após um ataque aéreo.

Prioridades para a defesa anti-aérea são dadas àqueles elementos e instalações cujo retardamento ou desorganização possam perturbar o cumprimento da missão da divisão. Tais prioridades incluem pontos críticos na área de progressão, zonas de reunião antes do ataque, artilharia de campanha, PC e trens.

Na defesa, a AAAé é normalmente empregada sob o contróle divisionário com a missão de impedir o reconhecimento e ataques aéreos inimigos em posições defensivas. O grupo assegura também a proteção contra o ataque aéreo dos elementos de reserva, à artilharia de campanha e instalações vitais.

V — A ARTILHARIA BLINDADA NO COMBATE

Em virtude da própria natureza da artilharia, como elemento de apoio, muitos comandantes inconscientemente relegam-na a uma situação de arma não combatente, preocupando-se sempre em protegê-la pelo avanço da infantaria e colocando-a distante do cenário da ação, a fim de não a expor aos riscos normais das outras unidades de combate. Isto não se aplica à artilharia blindada que é uma arma de combate. Sua organização e equipamento permitem acompanhar os outros membros do GT. Seu pessoal deve ter o mesmo espírito agressivo para o combate com o ini-

migo que caracteriza todo os elementos blindados. A artilharia blindada deve incumbir-se da limpeza nas próprias áreas de posição de resistências inimigas e cooperar na defesa aproximada de todo o GT. O tempo consumido na seleção e ocupação de posição por artilharia tracionada não existe praticamente nas operações da artilharia blindada durante o ataque.

Uma bateria blindada deve ser capaz de iniciar a abertura de fogo em menos de 5 min., após recebido o pedido de apoio, mesmo quando em coluna de marcha. Por vêzes, um grupo blindado pode ser efetivamente empregado em uma base de fogos enquanto o restante do GT manobra num flanco. Assim fazendo, o comandante da unidade blindada, pode aumentar sua "potência de tiro eficaz", e derrotar um inimigo superior em número.

De particular importância para o comandante da unidade apoiada é a parte em que o comandante do grupo e seu oficial de ligação podem desempenhar no planejamento de um ataque ou defesa bem sucedidos.

O planejamento deliberado que caracteriza uma ação blindada precisa incluir a melhor utilização possível da artilharia de apoio.

A violenta execução da operação deve empregar o efeito máximo do tremendo poder de fogo disponível.

Particular importância deve ser atribuído em instruir, os comandantes de pequenas unidades, sobre o que a artilharia pode fazer pelos mesmos. Eles precisam perceber que a presença do observador avançado significa que a oportunidade de sucesso no combate pode ser grandemente aumentada pelo emprego inteligente do seu apoio.

ARMAZEM POPULAR SÃO JOAQUIM

DE

JORGE M. NEVES

Secos e molhados e bebidas nacionais

RUA MINAS GERAIS N. 513 — MESQUITA — ESTADO DO RIO

12.
rações
segun
fornec
deven
oficiais
utilizad
conduz
como C
Cint. d
Pode
instru
vista q
que as
durante
nas;
grupos
empreg
vel que
de ope
alunos,
dos em
cmdos.
bordina
Ele en
verbal
e mand
O ins
ciente
carem s
ganizave
para em
dens. f
alunos
daria no
real.
A cri
alunos, c
a instru

N.R.

ORDENS VERBAIS DE COMBATE

Traduzido do "Boletim de Treinamento" n. 2,
da Escola de Infantaria do Exército dos
E.E.U.U. pelo Cap. MURILLO GOMES FER-
REIRA

PARTE II

APLICAÇÃO

12. Exemplos de ordens de operações e croquis estão incluídos nos seguintes parágrafos. Os exemplos fornecidos, ou outros semelhantes, devem ser usados na instrução de oficiais e alunos. Eles podem ser utilizados na instrução de oficiais conduzindo a ação de cada um como Cmt. de Cia. e também como Cmt. de Pel.

Podem também ser utilizados na instrução de graduados tendo em vista que os sargentos podem ter que assumir o cmdo. do Pelotão durante o combate, devido às baixas; e ensinando aos cmts. de grupos a emitir suas ordens para o emprego dos grupos. É aconselhável que o instrutor utilize uma carta de operações ou croqui para os alunos, os quais devem ser divididos em grupos representando os cmdos. ou chefes das unidades subordinadas.

Ele então lê, em voz alta, a ordem verbal de operações do comando, e manda os alunos tomarem notas.

O instrutor concede tempo suficiente para os estudantes verificarem suas notas, prepará-las e organizarem um croqui de operações para emitir em suas próprias ordens. Ele, então, chama um dos alunos para emitir a ordem que daria aos seus subordinados no caso real.

A crítica e a discussão, pelos alunos, desta ordem, auxilia muito a instrução.

O mesmo processo pode ser empregado para exercícios no terreno.

Os alunos devem ser obrigados a dar uma orientação no terreno antes de emitir suas ordens.

13. Exemplos: Os seguintes auxiliam a preparação e emissão de ordens para uma situação de ataque antes do combate.

SITUAÇÃO APRESENTADA

O 1º Btl. do 1º R.I., apoiado por Art. de Campanha, um Pel. de Canhões e elementos da C.C.A.C., recebeu a missão de atacar (como parte de uma grande força) às 1705, de 15 de maio (hoje), passando através das tropas de cobertura; agora mantendo a linha geral 500 m N. da estrada n. 7 (Veja croqui de operações n. 1).

Às 1500 o 1º Btl./1º R.I. está começando a chegar na sua área avançada de reunião. O Ten.-Cel. Cmt. está à frente em reconhecimento, tendo neste momento recebido a ordem de ataque do R.I.

Às 1525 o Cmt. 1º Btl., com seus cmts. de Cias. e alguns oficiais de seu E.M., estão no ponto marcado J na colina 763 para a emissão da ordem de ataque do Btl.

O Cap. (S3) distribuiu o Croqui de Operações n. 1 a cada um dos oficiais reunidos. Ele então orienta o grupo apontando os acidentes importantes da configuração do terreno e identifica-os com o croqui de operações. A orientação tendo sido completada, o Cmt. do Btl.

emite sua ordem verbal de operações, como se segue:

"Tomem notas.

Olhem para o croqui de operações.

Elementos inimigos localizados como mostra o croqui. As tropas inimigas no bosque T apresentam-se entrincheiradas. Os aviões inimigos podem atacá-las a qualquer momento.

Nossos elementos de segurança estão localizados ao longo da linha L D.

Nosso regimento, apoiado pelo 1º Gr. de Art. e a Cia. A do 901 R. Químico, atacará para o N às 1705 para capturar a crista Y, 1000 m a noroeste da colina 766. A artilharia fará uma preparação de 15 min. nas posições avançadas começando às 1650. As tropas químicas devem cobrir de fumaça as posições a sudoeste da Casa U de 1705 até a ordem de cessar.

As mtrs. pesadas da Cia. M., das posições indicadas (apontando), devem atirar nas orlas Leste do Bosque T, cessando o fogo quando impossível ou sob o sinal de emergência.

O 1º Pel. da Cia. Obuses, da posição nas vizinhanças da colina 763, deverá enquadrar qualquer alvo que surja no nosso quartelão. Um pel. da C.C.A.C. deverá tomar posição na Colina 761 a fim de proteger-nos contra ataques de tanques do noroeste, norte e nordeste.

Nosso Btl. atacará às 1705, penetrando nas posições inimigas do Vale da Maçã e apoiado pelo 2º R.I. à direita, capturará a colina 766, continuará o ataque para capturar a crista Y, 1000 m nordeste da colina 766.

Direção de ataque, Base de partida, dispositivo e limites — vejam Croqui de Operações n. 1.

Companhia A — atacará a Este do Vale, capturará as posições a sudoeste da casa U e colina 766 e continuará o ataque para a crista Y.

Companhia B — capturará o Bosque T, apoiará a Cia. A pelo fogo, e continuará o ataque para a Crista Y.

Companhia C — em reserva, localizada, inicialmente, no Bosque

Q; mantendo o contacto com os Btls. vizinhos.

Companhia D — 1º e 2º Pels. (metr.) da posição inicial na colina 763 (apontando) atirar nas posições sudoeste da casa U. 3º Pel. (81 mort.) de posições (apontando) ao sul da estrada n. 7, atirará nos alvos apropriados a sudoeste da casa U.

Estará preparada para atirar nos objetivos à frente da orla do Bosque T, cessando quando impossível ou ao sinal de emergência.

O Pel. A.C./Btl., inicialmente de posições ao sul da ponte P, preparado para fornecer proteção contra elementos mecanizados durante o ataque.

Todos os fuzis e mtrs. enquadrarão os aviões inimigos no seu alcance útil. Nosso usual sistema de alerta estará em funcionamento.

Pôsto de socorro do Btl. — ver croqui.

Ponto de distribuição de munição do Btl. — ver croqui.

Sinal de emergência para cessar o fogo da Cia. M Mtr. — sinal do aparelho ótico ou de lanterna elétrica para a posição das mtrs.

Sinal de emergência para cessar o fogo da Cia. D Mtr. — pirotécnico — estrela âmbar; para cessar o fogo de morteiro — Cia. D — pirotécnico — estrela verde.

"Rádios mudos até às 1705".

P.C. do Btl. e eixo de transmissões — ver croqui.

P.O. do Btl. — ver croqui.

Os P.C. de Cias. devem ser comunicados.

Têm alguma pergunta?

"São 1540, agora".

PEDIDOS

A) Notas tomadas pelo Cmt. da Cia. B quando a ordem do Btl. estava sendo dada.

B) Notas preparadas pelo Cmt. da Cia. B para a emissão da ordem de ataque da Cia.

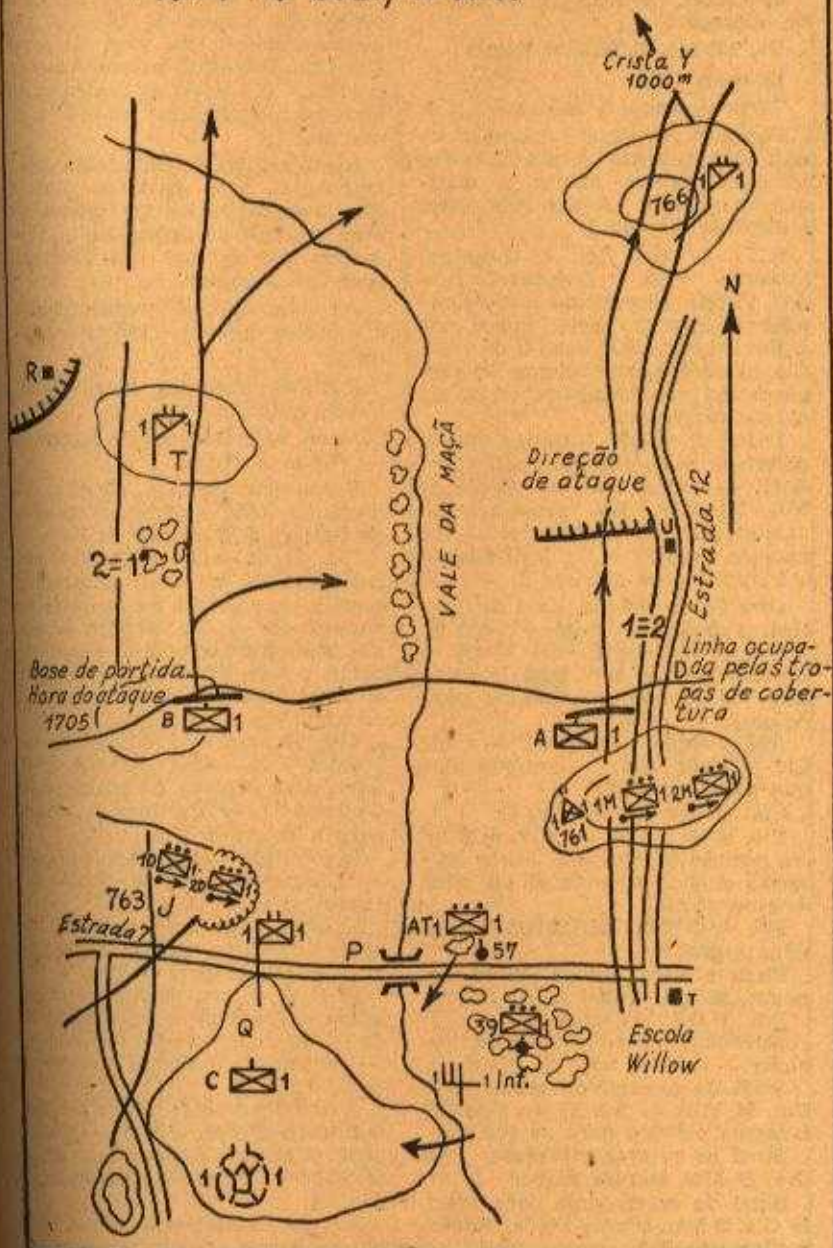
C) A ordem oral de ataque emitida pelo Cap. Cmt. da Cia. B.

SOLUÇÕES

A) As seguintes notas foram tomadas pelo Cap. Cmt. da Cia. B

CROQUÍIS DE OPERAÇÕES

Nº 1 1º BTL./1º R.I.



quando a ordem do Btl. foi emitida:

00 Cmdo. 1º Btl. (00 — ordem de operações).

Pt. 1250 m W Willow Escola.

15 maio 1943.

Carta — croqui de alterações n. 1.

Posições inimigas — croqui — entrenchelamento bosque T. Aviação inimiga podem atacar a qualquer momento. Nossos elementos segurança — croqui.

R.I., 1º Gr. Art. e Químicos atacam 1705. Preparação de Art. 15 min. começando 1650. Químicos encobrirão com fumaça posições inimigas SW casa U de 1705. Cia. M atirará orlas bosque T; suspendendo quando impossível ou sinal de emergência.

1º Pel. Canhões — Colina 763 — objetivos zona Btl. um pel. C.C. A.C. — colina 761 — proteger de NE, N, NW. Btl. penetrará no vale da Maçã — captura colina 766 apolado pelo 2º R.I., à direita — continuará para a crista Y.

Direção de ataque, base de partida, dispositivo, limites — croqui.

Cia. A atacará E vale Maçã — captura posição SW casa U e colina 766 — continua ataque para crista Y.

Cia. B captura bosque T — apoia Cia. A pelo fogo — continua ataque para crista Y.

Cia. C reserva bosque Q.

Cia. D — croqui — Mtr. e Mort. em posição SW casa U atirar cessando quando impossível ou sinal de emergência.

Pel. A C Btl., inicialmente, próximo ponte P.

Fuzis e Mtrs. atiram aviões inimigos, sistema usual de alarme.

P.S., P.D.M. — croqui.

Estrada de abastecimento de munição — lado W vale da Maçã.

Sinal de emergência cessar fogo Cia. M Mtr. — SE 11 ou sinal de lanterna elétrica para as posições.

Sinal de emergência cessar fogo Cia. D Mtr. estrêla âmbar.

Sinal de emergência para Mort. da Cia. D Mtr. estrêla verde. Rádios mudos até 1705.

P.C. Btl., eixo transmissão — croqui.

Comunicar P.C. — Cia. B (OP completada 1540).

B — Cap. Cia. B após receber a ordem de ataque do Btl. faz um reconhecimento da área da qual sua Cia. avançará para a base de partida. Ele anota os acidentes do terreno, mencionados na ordem de ataque.

Neste estudo ele determina como empregará seus pels. no ataque. Ele prepara então um croqui da área (croqui de operações n. 2) e manda que seu Sgt. das transmissões tire 5 cópias.

As notas que ele prepara para a sua ordem de ataque são as seguintes:

Posições inimigas, entrenchelamento Bosque T — croqui.

Nosso destacamento de segurança — 600 m à frente.

Preparação de Art. 15 min. começando 1650 Químicos cobrirão de fumaça SW casa U às 1705.

Cia. D da colina 763 atira nas posições SW da casa U cessando quando impossível ou ao sinal de emergência — Cia. M Mtr. atirará nas orlas E do bosque T — suspendendo o fogo quando impossível ou ao sinal de emergência. Pel. A/C próximo da ponte P.

Cia. B atacará 1705 — captura bosque T — apoia Cia. A, pelo fogo, para captura de posição SW da casa U — continua o ataque para a crista Y.

Dispositivo — Direção de ataque — Limites e base de partida — croqui.

1º Pel. sobre vale da Maçã — apoia 2º Pel. na captura do Bosque T — continua para o N.

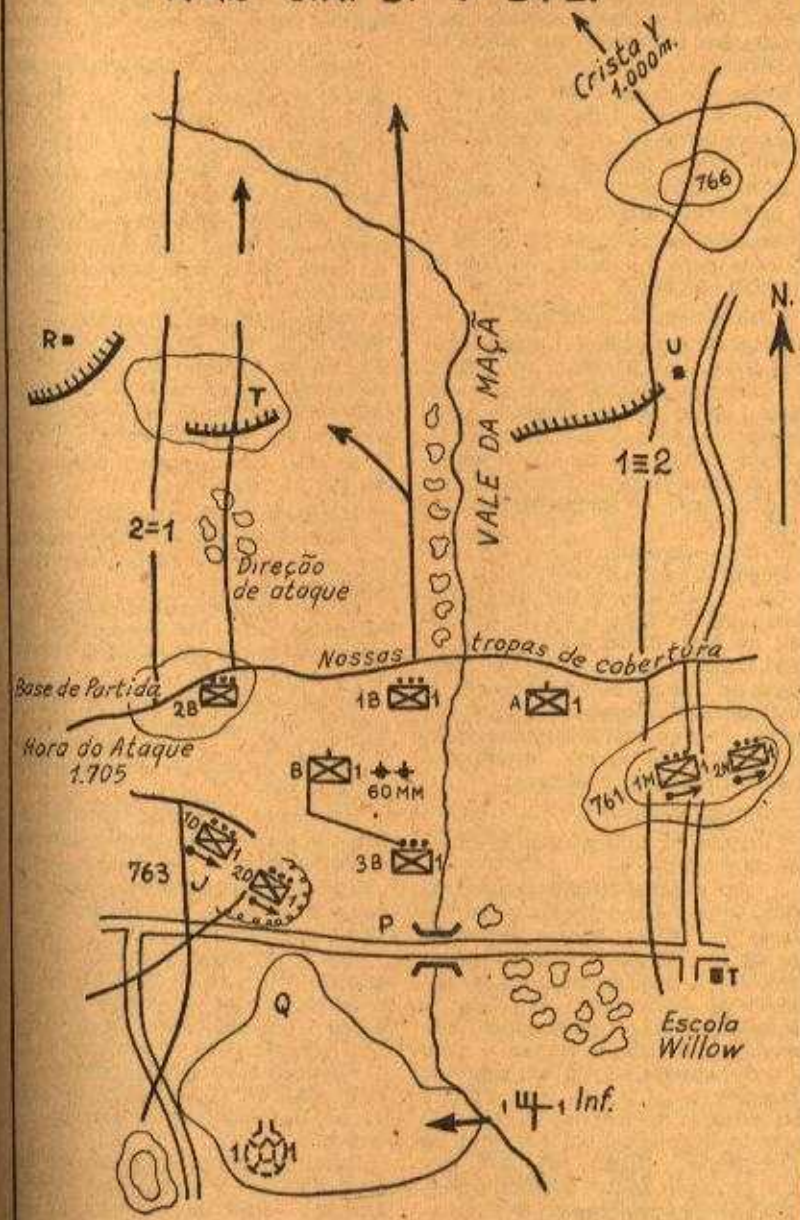
2º Pel. — uma peça de morteiro adida atacará do bosque 500 m N do ponto J capturando o Bosque T — continuará o ataque a esquerda do 1º Pel.

A seção de Mtr. Leves a braco seguirá o 1º Pel. a 50 m — pronta para atirar no Bosque T apoiar o 2º Pel. — ou para E para apoiar a Cia. A.

Pel. de Petrechos — menos Seção de Mtr. Leves e 1 morteiro da 60 — posição inicial no vale da Maçã 400 m ao N da ponte P. pre-

CROQUIS DE OPERAÇÕES

Nº.2 CIA. B. 1º BTL.



parado para atirar na frente do 1º ou 2º Pel.

3º Pel. em apóio, seguirá o 1º Pel. a 400 m manterá contacto com a Cia. A e a direita com a Cia do 2º Btl.

Todos os Fuzis e Mtrs. atirarão em aviões dentro do alcance útil. Sistema usual de alerta veículos no bosque 600 m ao S de J.

O 2º Pel. partirá para o ataque a ordem do seu cmt.

Depósito de munição — croqui — Estrada para a munição — lado W do Vale da Maçã.

Pôsto de saúde — croqui.

Sinal de emergência — para cessar fogo Cia. M Mtr. — SE 11 ou lanterna elétrica para as posições. Sinal de emergência para cessar fogo Cia. D Mtr. Pirotécnico estrela âmbar — Sinal de emergência para Mort. — Pirotécnico — estrela verde — Rádios mudos até 1705.

P.C. — croqui.

Seguirei com o 1º Pel.

C — O Cap. cmt. Cia. B, reuniu seus cmts. de Pels. e o cmt. da secção de Mtr. Leves na ponte P às 1605, distribuiu a cada um uma cópia do Croqui de Operações n. 2, rastejou à frente com eles até um ponto em que podia ter uma visão do conjunto do terreno, orientou-os e deu a seguinte ordem:

"Tomem nota.

Existem dúvidas quanto à situação inimiga?

A art. atirará 15 min. nas posições avançadas inimigas, começando às 1650. Tropas químicas encobrirão de fumaça as posições inimigas a SW da casa U, começando às 1705. Cia. D (Mtr. e Mort.) atirará inicialmente nas mesmas posições, cessando o fogo quando impossível ou ao sinal de emergência. Cia. M Mtr. atirará nas orlas E do Bosque T cessando quando impossível ou ao sinal de emergência. Nosso pel. A/C fará a proteção contra elemento mecanizado das posições ao S da ponte P.

Esta Cia. atacará às 1705, capturará o bosque T, apoiará a Cia. A na captura da posição a SW da

Casa U, e continuará o avanço para a crista Y.

Dispositivo, direção de ataque, limite esquerdo, base de partida — ver croqui.

1º Pel. avançará sobre o vale da Maçã, apoiará o 2º Pel. na captura do bosque T, continuando o ataque para a crista Y.

A secção de Mtr. Leves, a braço, seguirá o 1º Pel. a 50 m.

Deve estar preparada para atirar no Bosque T para apoiar o 2º Pel. ou para atirar a E para apoiar a Cia. A.

Pel. de petrechos menos a secção de Mtr. e uma esquadra de Mort. 60, de sua posição inicial no Vale da Maçã, 400 m norte da ponte P, estará preparado para apoiar o avanço do 1º ou 2º Pel.

3º Pel. em apóio, seguirá o 1º Pel. a 400 m.

Manterá o contacto com Cia. A e a Cia. da direita do 2º Btl. usando no máximo 1/2 G.C. em cada flanco.

Os veículos permanecerão inicialmente naquele local (apontando para a área de reunião da Cia. 600 m ao S do ponto J.).

Eu comandarei para a Cia. a partida para o ataque — menos 2º Pel. O Cmt. do 2º Pel. deverá comandar a partida para o ataque do seu Pel.

Ulteriores instruções para o início do movimento serão emitidas mais tarde.

Todos os Fuzis e Mtrs. devem atirar nos aviões a seu alcance. Sistema usual de alarme.

Ponto de distribuição de munição do Btl. — ver croqui.

Estrada para o avanço de munição — W lado do Vale da Maçã — P.S. do Btl. — ver croqui.

Sinal de emergência, para cessar fogo da Cia. M de Mtr. — SE 11 ou lanterna elétrica para as posições.

Sinal de emergência para cessar fogo da Cia. D pirotécnico estrela âmbar — sinal de emergência para cessar fogo de morteiro da Cia. D — pirotécnico estrela verde.

Rádios mudos até 1705.

P.C. — ver croqui.

Eu seg...

Existe...

São 10...

14 — E...

Como...

Cia. foi...

1º Pel. e...

ordem p...

quis. de...

contro n...

Enqua...

seus igt...

toda o c...

cido pel...

plano de...

as anota...

sua orde...

A) A...

do 1º P...

deu sua...

B) A...

pelo cmt...

A) A...

nadas p...

O.O.

Ponte...

Carta...

n. 2.

Posiçõe...

Entrinche...

Fogo d...

partir de...

Eu seguirei com o 1º Pel. no ataque.

Existe alguma dúvida?

São 1615 — agora”.

14 — Exemplo — continuação:

SITUAÇÃO

Como a ordem de ataque da Cia. foi completada, o Ten. Cmt. do 1º Pel. expediu seu mensageiro com ordem para o Sgt. auxiliar e os cmts. de G.C. virem ao seu encontro na ponte P.

Enquanto aguarda a chegada dos seus sgts., o cmt. do 1º Pel. estuda o croqui de operações fornecido pelo Cmt. da Cia., formula o plano de ataque de seu Pel. e toma as anotações preparatórias para a sua ordem de ataque.

PEDIDOS

A) As notas tomadas pelo Cmt. do 1º Pel. quando o cmt. da Cia. deu sua ordem.

B) A ordem de ataque emitida pelo cmt. do 1º Pel. para seus sgts.

SOLUÇÕES

A) As seguintes notas foram tomadas pelo cmt. do 1º Pel.

O.O. do Cap. Cmt. Cia. B.

Ponte P — 15 maio 1943.

Carta — Croqui de operações n. 2.

Posições inimigas — croqui — Entrincheiramento no bosque T.

Fogo de Art. durante 15 min. a partir de 1650 nas posições inimigas. T. Químicas fumaça SW Casa U a partir de 1705 — Cia. D atirará nas posições a SW Casa U — Cia. M atirará no bosque T com Mtr. — cessando quando impossível ou ao sinal de emergência.

Nossas tropas — croqui.

Cia. B capturará Bosque T — apoiará Cia. A pelo fogo continuará para a Crista Y.

Hora do ataque, dispositivo, direção de ataque, base de partida — croqui.

1º Pel. avançará sobre Vale da Maçã — apoiará o 2º Pel. na captura do Bosque T — continua para a crista Y.

2º Pel. atacará a esquerda 1º Pel.

Secção de Mtr Leves seguirá 1º Pel. a 50 m Pel. Petrechos (menos Secção de Mtr. e 1 morteiro de 60) apoiará o ataque das vizinhanças do Vale da Maçã, 400 m da Ponte P.

3º Pel. em apoio seguirá o 1º Pel. a 400 m.

O Cap. comandará a Cia. para posição de ataque.

Fuzis e Mtrs. atiram aviões.

Sistema usual de alerta.

Pôsto de remuniamento do Btl. — croqui.

Estrada avança munição — W lado Vale da Maçã.

P.S. — croqui.

Sinal de emergência cessar fogo Cia. M — SW 11 ou lanterna elétrica para posições.

Sinal de emergência cessar fogo Cia. D — pirotécnico — estrêla âmbar.

Sinal de emergência cessar fogo morteiro Cia. D — pirotécnico — estrêla verde.

Rádios mudos até 1705.

P.C. da Cia. — croqui.

Cap. seguirá no 1º Pel.

Completada 1615.

B) Após a chegada dos sargentos à ponte P, o Cmt. do 1º Pel. orienta o grupo apontando os acidentes do terreno importantes para a missão do Pel.

Durante esta orientação o grupo deve ser disperso mesmo que exposto, de modo a ver o terreno.

A dispersão do grupo, por conseguinte, é necessária.

Após completar a orientação o Cmt. do 1º Pel. conduz o grupo no desenfiamento oferecido pelo leito do Vale e ordena que eles se abai-xem ao redor do seu croqui de operações de modo que todos possam vê-lo e depois dá sua ordem de ataque como se segue:

Existem dúvidas sobre a situação?

Sigam-me neste croqui de operações e tomem nota.

A Sec. de Mtr. Leves seguirá nosso Pel. a 50 m.

Ela estará preparada para atirar no bosque T (apontando) vejam aqui no meu croqui ou nas posi-

ções inimigas S W da casa U (apontando).

A Sec. de Morteiros menos uma peça de sua posição inicial ao longo deste vale, estará preparada para apoiar nosso avanço.

Nós atacaremos as 1705 e avançaremos por este Vale.

Apoiaremos o 2º Pel. na captura do bosque T (apontando) e continuaremos para a crista Y.

Direção do ataque — azimuth 360º.

Base de partida — vejam aqui no croqui (apontando).

Formação — 1º 2º e 3º G.C. em colunas.

100 metros entre os grupos.

P.S. do Btl. no extremo deste bosque (apontando).

Eu seguirei no 1º Grupo.

Meu croqui está disponível para vosso estudo.

São 1639 — agora.

EXISTE ALGUMA DÚVIDA?

PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

IRACEMA LTDA.

Massas alimentícias — Farinha de trigo — Fubá — Resíduos

Matriz — RUA CATUMBÍ, 20

Telefones: 22-0854 e 22-6997 — RIO DE JANEIRO

FILIAIS:

Av. XV de Novembro, 1083 e 1095 — Tel. 2708 — PETRÓPOLIS

Rua Visconde de Sepetiba, 205 — Tel. 4387 — NITERÓI

É GOLPE COMPRAR EQUIPAMENTO ESPORTIVO NO REEMBOLSO POSTAL SUPERBALL

	Crt
APITOS niquelados p/juizes, leves (Um).....	12,00
APITOS niquelados p/juizes, pesados (Um).....	20,00
CALCOES p/futebol, 1º, branco e cores (Um).....	20,00
CALCOES p/basquete, tipo americano, mercerizados, cores firmes (Um).....	65,00
CALCOES p/box, assetinados, branco e cores (Um).....	50,00
CAMISAS sem mangas, cores firmes (Uma).....	35,00
CAMISAS p/futebol, malha "Garantida", cores (Jogo).....	300,00
CAMISAS idem, idem, faixa diagonal, cores firmes (Jogo).....	610,00
CAMISAS idem, mercerizadas, cores firmes (Jogo).....	620,00
CAMISAS idem, idem, c/faixa diagonal, cores firmes (Jogo).....	1.020,00
CAMISAS olímpicas, 1/2 manga, malha especial, brancas (Uma).....	35,00
CHUTEIRAS com traves de sola (Par).....	67,50
EXTENSORES "Sandow", 8 fios (Um).....	160,00
LUVAS p/box, 10 onças (Par).....	150,00
LUVAS idem, 12 onças (Par).....	220,00
LUVAS idem, 14 onças (Par).....	240,00
MEIAS p/futebol, algodão, cano de lã (Par).....	20,00
REGRAS oficiais de basquete (Uma).....	10,00
REGRAS idem, de futebol (Uma).....	12,00
REGRAS idem, de atletismo (Uma).....	5,00
SAPATOS p/box, cromo, cano alto (Par).....	135,00
SUSPENSÓRIOS atléticos "Extra" (Um).....	25,00
TORNOZELEIRAS elásticas "S" (Par).....	15,00

No reembolso postal o Senhor comprará o que quiser com a garantia SUPERBALL, que fabrica o que vende para vender o melhor!

FOLHETOS ILUSTRADOS
PREÇOS E
PEDIDOS PARA

SUPERBALL

AVENIDA
MARECHAL
FLORIANO, 57 — RIO

ESTUDO
DE

1 — Deton
O detona
fabricação n
ção das mu
Por este
aqui um e
meio.

2 — Deton
Al

a) Gener
mador-refor
nas espelétas
M842 e de
detonante d
carga de arr
pedas explos
Quando us
M84 a carga
da base não
10-cg de pó
isto por q
detá ocasion
prematura.

b) Descriç
que tem a te
divide em du
tior que cons
letada extern
de latio, e c
tundo do cop
de troil 0 do
N e que é de
Externamen
superior o gr
que prende o
internamente
que serve pa
lmador ao p
crifício B de
que prende a
nador.

N.R. — Con

ESTUDO DAS MUNIÇÕES EMPREGADAS NO OBUS DE 105 mm DA ARTILHARIA DE CAMPANHA

Cap. SYLVIO OCTAVIO DO ESPIRITO SANTO

1 — Detonador-Reforçador M1.

O detonador-reforçador M1 de fabricação nacional já nosso conhecido das munições de 75 m/m.

Por este motivo não nos cabe aqui um estudo detalhado do mesmo.

2 — Detonador-Reforçador M 20 A1

a) Generalidades — Este detonador-reforçador é atarrachado nas espoletas de percussão P.D. M48A2 e de duplo efeito TSQ M54 detonante das espoletas sobre a carga de arrebatamento das granadas explosivas.

Quando usado com a espoleta M54 a carga de reforço circular da base não deve ser maior do 10 cg de pólvora negra.

Isto por que sendo maior poderá ocasionar um arrebatamento prematuro.

b) Descrição — O detonador que tem a forma de um copo se divide em duas partes: a superior que consta de uma parte filetada externa e interna A que é de latão, e da parte inferior ou fundo do copo onde está a carga de trotil O do detonador-reforçador N e que é de alumínio.

Externamente notamos na parte superior o grampo de segurança que prende o movimento do rotor internamente; da parte filetada que serve para atarrachar o detonador ao projétil. Notamos o orifício B destinado ao parafuso que prende a espoleta ao detonador.

Internamente notamos na parte superior de latão o mecanismo do detonador que consta: de uma parte filetada que se engraza na base da espoleta, de um rotor H que gira em torno do pino central L. Atravessa este rotor uma cápsula detonante G de trotil. O centro de gravidade do rotor está fora do pino central o que faz com que o mesmo gire por ação da força centrífuga. De dois pinos de segurança K e P e suas respectivas molas e alojamentos. Do pino limitador do movimento do rotor F; de uma carga M de explosivo detonante.

Finalmente, na parte inferior do copo a carga de arrebatamento de trotil O.

A Figura n. 22 ilustra quanto a descrição.

c) Funcionamento — Uma vez retirado o grampo de segurança, o rotor fica preso somente pelos dois pinos de segurança.

Uma vez disparada a peça pelo movimento de rotação do projétil a força centrífuga faz com que os dois pinos de segurança se retraiam entrando nos seus alojamentos, deixando livre o rotor. Ficando livre este gira em torno do seu pino central devido à rotação do projétil, trazendo a cápsula detonante G para o alinhamento da carga M de explosivo detonante e do orifício do fim do canal central da espoleta na base da mesma.

O movimento do rotor é limitado pela ação do pino limitador do rotor.

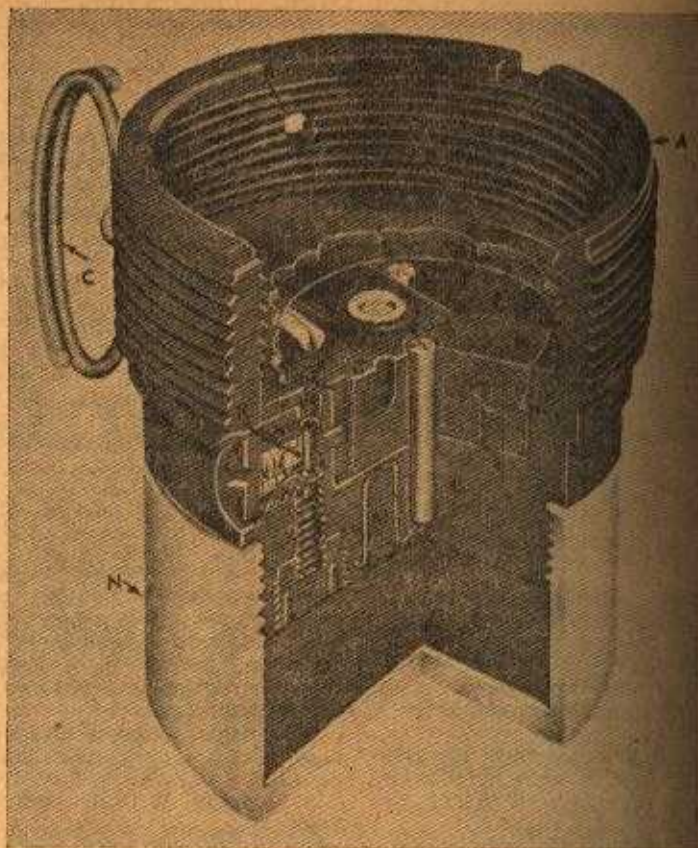


Fig. n. 22

A explosão do detonador da espoleta (caso da espoleta de percussão) ou a queima do misto da espoleta (caso da espoleta de tempo) é transmitida ao detonador reforçador por intermédio da cápsula detonadora G e daí para a carga detonante M e em seguida à carga de arrebrandamento de trotil.

Esta última funcionando reforça a ação da espoleta e age efetivamente na carga do projétil.

3 — Detonador-Reforçador M 22.

a) Generalidades — Este detonador-reforçador é usado em conjunto com a espoleta M57 nas granadas químicas.

b) Descrição — Exteriormente, este detonador é muito semelhante ao M20A1 acima descrito, só não possuindo o grampo de segurança.

Internamente difere do M20A1 pois não tem rotor nem sistemas de segurança.

A parte superior é sólida com exceção (A) do centro que é aberto e onde é colocado um detonador B composto de duas camadas C e D de carga detonante sendo uma a D de trotil.

Esta parte é também de latão.

A parte inferior ou fundo do corpo contém a carga de arrebrandamento E.

A espoleta é atarrachada no interior do detonador pela rosca ex-

terna e fixa a espoleta.

A rosca reforçador do projétil.

c) Funcionamento — Quando a espoleta percebe, que a chama principal se propaga central para o detonador e referido detonador.

A figura descreve.

ESTUDO DO M20A1
MUCHOS E
M20A1 M

1 — Granada M1 — Descrição de ogiva 1000cc. Delay

Consiste de M14 M142 de projeção tipo projétil modificado.

O projétil é abastecido ao mesmo tempo por duas projeções de velocidade em ar e aço possui um de latão e um em aço.

Na sua lon- gada a espoleta

Sua carga de TNT, ou de amatol penta- mento.

Sua espoleta tonador-reforçador.

Com esta espoleta projétil em p ou com retard aproveitando o projétil ou o ris

Seus dimen- sões completas

Comprimento — 72,92 cm

Comprimento — 49,

Comprimento — 17,19 cm;

terna e fixada pelo parafuso que liga a espoleta ao detonador.

A rosca externa do detonador-reforçador é empregada na ogiva do projétil.

c) Funcionamento — É de funcionamento simples, pois, logo se percebe, que a onda de choque e a chama provenientes da espoleta se propagam através do orifício central para serem reforçados pelo detonador e cargas detonantes do referido detonador-reforçador.

A figura n. 23 ilustra quanto a descrição.

4ª PARTE

ESTUDO DOS DIFERENTES CARTUCHOS EM USO NO OBUS DE 105 M/M M2, M2A1, M2A2 E M4

1 — Granada explosiva H.E. M1 — Desengastada — Com espoleta de ogiva P.D. M 48A2 SQ&O, 15Sec. Delay.

Consiste do estôjo de latão modelo M14 com estopilha standard M1B1A2 de 100 graus e carga de projeção tipo FNH (7 cargas) e um projétil modelo M1.

O projétil modelo M1 é semelhante ao modelo padrão dos modernos projéteis explosivos. É pintado de verde oliva com as marcações em amarelo. Seu corpo de aço possui uma cinta de reforçamento de latão e uma cinta de turgência em aço.

Na sua longa ogiva é aparafusada a espoleta.

Sua carga de arrebentamento é de TNT, ou combinado com 50 % de amatol para um bom estilhaçamento.

Sua espoleta M48A2 possui o detonador-reforçador M20A1.

Com esta espoleta emprega-se o projétil em percussão instantânea ou com retardo de 0,15 segundos, aproveitando a penetração do projétil ou o ricochete.

Suas dimensões são:

Peso completo do cartucho 19 kg ;

Comprimento total do cartucho — 78,92 cm ;

Comprimento do projétil espoletado — 49,77 cm ;

Comprimento do estôjo — 37,19 cm ;

Espessura da cinta de reforçamento — 2,06 cm ;

Raio da ogiva — 6,02 cal.

Velocidades iniciais :

carga 1 — 198,12 m/seg

carga 2 — 216,41 m/seg

carga 3 — 237,74 m/seg

carga 4 — 266,69 m/seg

carga 5 — 310,90 m/seg

carga 6 — 376,43 m/seg

carga 7 — 472,44 m/seg

Alcances máximos :

carga 1 — 3.497 m

carga 2 — 4.091 m

carga 3 — 4.828 m

carga 4 — 5.880 m

carga 5 — 7.585 m

carga 6 — 9.281 m

carga 7 — 11.160 m

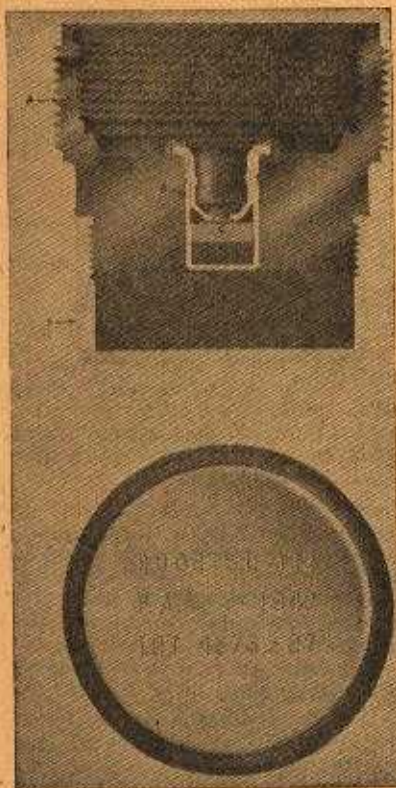


Fig. n. 23

Observação — A indústria bélica fabrica a munição explosiva para o obus de 105 m/m com as mesmas características da munição acima estudada, sendo o projétil espoletado com a espoleta de ogiva M4 equipada de detonador M1 e seu estôjo é estopilhado com a estopilha de percussão modelo M1.

2 — *Granada explosiva H.E. M1 — Desengastada — Com espoleta de ogiva TSQ M54.*

Semelhante a que foi descrita acima com exceção da espoleta.

Com esta espoleta emprega-se o projétil normalmente para o tiro de tempo, porém, pode-se usá-lo em percussão de ação instantânea.

3 — *Granada fumígena HC (fumaça branca) B.E. M48 — Desengastada — Com espoleta de ogiva TSQ M54.*

É uma granada de ejeção da carga do projétil pelo fundo, constando essencialmente de uma pequena carga de pólvora negra logo abaixo da espoleta que se comunica com um tubo que, também, contém pólvora negra e que é todo furado e atravessa todo o projétil.

Ao funcionar esta carga de arrebentamento só age no fundo do projétil, arrancando-lhe o fundo e expelindo a carga de fumaça, em número de três recipientes de mistura HC, pelo culote do projétil.

Exteriormente sua aparência é semelhante às granadas explosivas sendo pintada de cinza com marcações em amarelo, possuindo uma cinta branca pintada logo abaixo da cinta de turgência.

Seu projétil apresenta em seu corpo uma cinta de turgência de aço e uma cinta de reforço de latão.

Internamente, possui, além das cargas fumígenas, um tubo que atravessa totalmente a granada.

É espoletada com a espoleta de ogiva TSQ M54.

Uma carga de ejeção de pólvora negra (62,500 gr) colocada logo abaixo da espoleta é apresentada. O restante do espaço é cheio por 3 recipientes da mistura HC de fumaça.

A transmissão da chama e ação explosiva da pólvora negra para as cargas de fumaça é realizada através do tubo central que, por intermédio de seus furos, inflama os recipientes de fumaça.

O funcionamento da granada é comandado pela espoleta quer em tempo quer em percussão.

O funcionamento no ar não provoca praticamente mudança de direção na trajetória por ocasião do expelimento dos recipientes de fumaça. Estas granadas não se estilhaçam ao funcionar.

A ação de queima do carregamento fumígeno dura cerca de 3 minutos.

Dados numéricos:

Pêso do cartucho — 19 kg;

Comprimento do cartucho — 77,44 cm;

Comprimento do projétil espoletado — 47,95 cm;

Comprimento do estôjo — 37,19 cm;

Espessura da cinta de reforço — 2,08 cm;

Raio da ogiva — 6,02 cal.;

Velocidade inicial carga 7.472,44 m/seg.

Alcance máximo carga 7-11.160 m.

4 — *Granada fumígena (fumaça colorida) B.E. M84 — Desengastada — Com espoleta de ogiva TSQ M54.*

As cores dos carregamentos de fumaça são verde, vermelho, violeta e amarelo.

Em complemento ao cartucho anterior temos esta espécie de fumígena e é empregada para identificação das bias, quando em missões de regulação, no campo de batalha.

O projétil é pintado de cinza com as inscrições em cor amarela.

A cor da carga da fumaça existente no interior do projétil é designada por uma faixa da respectiva cor logo abaixo da cinta de turgência.

As características são semelhantes às da fumígena branca com exceção na cor da fumaça e algumas pequenas variações no peso

devido à diferença de densidade do material de carregamento do projétil.

O peso do cartucho completo é:
Se o carregamento for verde ou violeta — 17,950 kg;

Se o carregamento for vermelho — 18,030 kg;

Se o carregamento for amarelo — 17,850 kg.

5 — *Granada fumígena incendiária de fósforo branco WP M60 — Desengastada — Com espoleta de ogiva P.D. M57.*

O seu perfil é semelhante ao da granada explosiva.

O projétil é pintado de cinza com suas inscrições em amarelo, possuindo uma cinta de turgência de aço e uma cinta de reforçamento de latão.

A granada tem suas paredes de aço mais finas do que a granada explosiva e internamente possui logo abaixo da espoleta, ou melhor do detonador-reforçador um ajustador que fica no interior do projétil. Três são as finalidades do ajustador:

1º, serve de tampão para a carga química do interior da granada;

2º, segura a espoleta e o detonador-reforçador; e

3º, sustenta o detonador M3, que é um tubo fino de aço que se estende por todo o comprimento da granada e que contém uma carga de trotil. Este detonador tem por missão estilhaçar as paredes do projétil e dispersar a carga química de fósforo.

Esta espécie de munição além de agir pelo agente químico com os efeitos fumígenos e principalmente incendiário, proveniente do fósforo branco, age por estilhaçamento também.

Dados numéricos:

Peso do cartucho — 19,85 kg;

Comprimento do cartucho — 73,92 cm;

Comprimento do projétil espoletado — 49,43 cm;

Comprimento do estôjo — 97,19 cm;

Espessura da cinta de reforçamento — 2,06 cm;

Rato de ogiva — 6,02 cal.;

Velocidade inicial carga 7 — 472,44 m/seg;

Alcance máximo carga 7 — 11.110 m.

6 — *Granada incendiária FS M 60 — Desengastada — Com espoleta de ogiva P.D. M 57.*

Este cartucho de características e funcionamento iguais ao anterior contém um carregamento químico de FS que é um líquido produzindo os efeitos do fósforo branco.

O peso do cartucho é de aproximadamente 20,09 kg. As outras características são iguais às da munição anterior.

7 — *Granada de gás persistente HM60 — Desengastada — Com espoleta de ogiva P.D. M57.*

Esta munição de características e funcionamento iguais aos do anterior, possui seu projétil pintado de cinza com inscrições em verde, notando-se duas cintas verdes logo abaixo da cinta de turgência, tem um carregamento químico que pode ser de gás mostarda, ou de um líquido vesicante persistente.

O cartucho completo pesa 19,430 kg e os demais dados numéricos são iguais aos da munição anterior.

Observação — Todas estas granadas químicas além de serem espoletadas com a espoleta de ogiva P.D. M57 levam o detonador-reforçador M22.

8 — *Granada explosiva anticarro H.E.A.T. M67 — Com espoleta de culote B.D. M62A1.*

Esta é a munição empregada pelo obus de 105 m/m contra os engenhos blindados. O efeito do projétil é obtido mais pela força de detonação da carga de alto explosivo do que pelo choque proveniente da grande velocidade de que é possuída.

O corpo da granada possui as paredes relativamente delgadas com uma carga de alto-explosivo terminado numa falsa ogiva de características balísticas em forma de um fino cone de aço. Esta falsa ogiva ao atingir o alvo penetra-o

arrebatando-se. Neste instante sua espoleta de culote funciona numa ação sem retardo.

A estopilha usada é a de 300 grãos M28A2, e a carga de projeção consta de 725,75 gr de pólvora sem fumaça (um pouco mais do que a quantidade das cargas de projeção das outras espécies de munição) num saquitol.

Esta munição é fixa não sendo ajustável sua carga de projeção.

Dados numéricos:

Pêso do cartucho — 16,710 kg;
Comprimento do cartucho — 78,90 cm;
Comprimento do projétil com a falsa ogiva — 48,35 cm;
Comprimento do estôjo — 37,19 cm;
Espessura da cinta de força-mento — 2,06 cm;
Velocidade inicial — 381,00 m/seg;
Alcance máximo — 7.750 m;
Poder de penetração (em qual-quer distância) — 10,20 cm.

9 — *Munição de exercício com projétil M1 e espoleta de ogiva inerte P.D. M48.*

Este tipo de munição consta de estôjo, estopilha e carga de projeção e um projétil inerte. O projétil é do modelo da granada explosiva M1 e seu carregamento é feito com areia. Sua espoleta, tam-bém, é inerte.

Balisticamente o projétil é seme-lhante à granada explosiva M1.

10 — *Munição de salva de 680 gr ou 907 de carga.*

Munição empregada nas salvas de artilharia consta de um estôjo modelo M15, uma estopilha de 49 grãos e uma carga de pólvora ne-gra.

A carga de pólvora negra é co-locada em um só saquitol prêso ao fundo sendo que a estopilha o atravessa. Na parte superior pos-sui uma camada de breu que com-prime a carga.

A pólvora "standard" usada é uma composição de nitrato de sódio, porém pode ser usado tam-bém o nitrato de potássio.

Quando é usado o primeiro a carga pesa 907 gr, quando o se-gundo a carga pesa 680 gr.

O pêso da munição de salva é de 2,825 kg e seu comprimento é de 15,24 cm.

11 — *Cartucho de manêjo — Desengastado.*

Este tipo é empregado para o treinamento dos artilheiros no ma-nuseio da munição, nas escolas do servente, peça e bateria.

Possui todos os elementos que compõem o cartucho porém todos inertes. Possui as sete cargas de projeção inertes e unidas entre si por um barbante sendo a carga i-prêsa ao fundo do estôjo. Assim pode-se treinar o homem no pre-paro das cargas.

Seu pêso é de 18,76 kg e seu comprimento é de 78,28 cm.

5ª PARTE

Diversos

1 — *Preparação do cartucho para o tiro.*

Se a munição é de fabricação nacional os elementos do cartucho vêm todos separados como já es-tamos acostumados a trabalhar nas munições para o canhão de 75 m/m e assim, nos excusamos de reproduzir o modo de prepa-ração do cartucho para o tiro.

Se a munição é de origem ame-ricana é ela fornecida com os car-tuchos completos, desengastados, e é preparada para o tiro da se-guinte maneira:

a) Após retirar o cartucho de seu receptáculo de fibra, retirar o calço protetor em forma de U, das ranhuras para a chave da es-poleta. Este protetor é usado no acondicionamento do cartucho, para evitar que a espoleta toque na ex-tremidade do receptáculo de fibra. Prejuízo sério pode resultar se o protetor não fôr retirado antes do tiro.

b) Compor a carga de proje-ção para a zona onde se vai atirar. Ajustam-se as cargas para atirar nas zonas intermediárias da se-guinte forma: quando se atira

com carga 7 não será necessário compô-la; para atirar em uma zona intermediária, retirar o projétil do estôjo, retirar os incrementos ou carga de dentro do estôjo e separar aquelas cujo número for maior do que o número da carga que se vai atirar. Montar as cargas restantes no estôjo em sua ordem numérica original, ficando o número da carga para cima. Por exemplo, quando se compuser a carga 4, as cargas 5, 6 e 7 devem ser retiradas e os restantes incrementos 1, 2, 3 e 4 serão novamente compostos no estôjo, ficando o incremento 4 em cima. Engastar o projétil no estôjo. O cartucho, no que se refere a carga de projeção, está pronto para o tiro.

c) Precaução — Quando se desengastar ou engastar o projétil do estôjo, deve-se ter cuidado de não embeijar a extremidade do estôjo.

2 — Limpeza e conservação.

a) Um cartucho completo é acondicionado de maneira a resistir às condições usualmente encontradas em campanha. Todavia, como os explosivos são afetados por umidade e altas temperaturas, devem-se então obedecer as seguintes condições:

1 — Não romper a junta contra umidade, a não ser na ocasião de emprego;

2 — Proteger a munição, particularmente as espoletas das altas temperaturas inclusive, da incidência sobre elas dos raios solares. Obtém-se melhor uniformidade no tiro, se todos os cartuchos estiverem a mesma temperatura.

b) Antes do carregamento, cada um dos elementos deve estar limpo de corpos estranhos como areia, lama, umidade, graxa, etc.

c) Não retirar as proteções ou os dispositivos de segurança das espoletas senão no momento de serem elas usadas.

d) Munição explosiva ou componentes que encerram explosivos devem ser manuseados sempre com muito cuidado. Os elementos explosivos das estopilhas e espoletas

são particularmente sensíveis aos choques e altas temperaturas.

e) Os elementos do cartucho que foram preparados para o tiro e não usados, voltarão às suas condições originais de acondicionamento, devendo ser marcados apropriadamente. Estes elementos deverão ser usados em primeiro lugar no próximo tiro.

Deve evitar o preparo demasiado de munição para o tiro a fim de que a quantidade de acondicionamentos abertos seja o mínimo.

3 — Acondicionamento.

A munição de fabricação nacional é acondicionada nos moldes regulamentares e não cabe aqui uma descrição.

Falaremos somente da munição de origem americana.

O cartucho da munição destinada ao obus de 105 m/m de artilharia de campanha é acondicionado em receptáculo de fibra individual que resiste às condições de tempo em campanha (Fig. 24).

Esses receptáculos são reunidos em grupos de três, pelas extremidades por um dispositivo de metal em forma de folha de trevo. (Fig. 25).

Estes dispositivos são unidos por intermédio de uma haste de ferro terminada numa das extremidades em rosca onde se adapta a porca.

Os receptáculos de fibra, individuais, se abrem pelas duas extremidades por onde se tira de um lado o projétil e do outro o estôjo.

Próximo ao meio do receptáculo existe o separador dos elementos.

Duas cintas protetoras de matéria isolante fecham as duas tampas do receptáculo protegendo-o contra a umidade e chuva.

Dados numéricos do acondicionamento da munição:

Cartucho completo no receptáculo individual — Pêso 20 kg;

Grupo de três cartuchos — Pêso 69 kg. Volume 0,057 m³.

Dimensões totais de um grupo de três cartuchos:

Dados em cm: 85,30 x 26,6 x 24,8.

Quando a munição vai viajar por estradas de ferro ou por mar estes grupos de 3 receptáculos são encerrados em cunhetes de madeira de forma prismática, a onde se ins-

crevem o tipo da munição, o peso total, o símbolo do fabricante, o número do lote, o volume e o endereço de destino (Fig. 26).



Fig. 24



Fig. 25

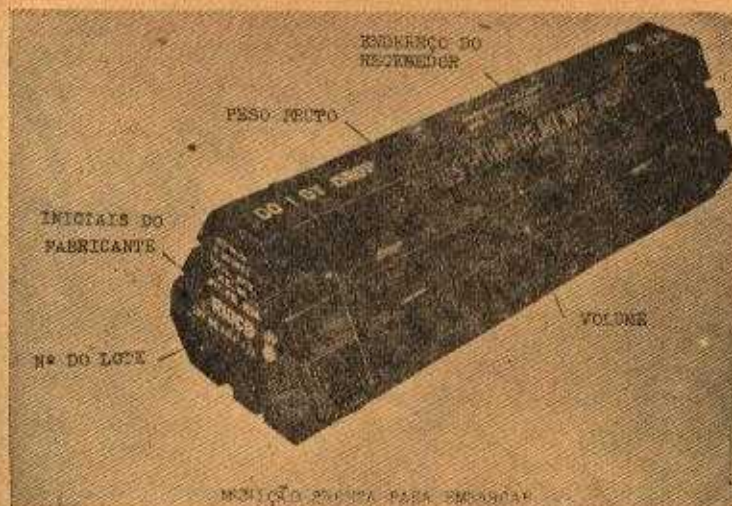
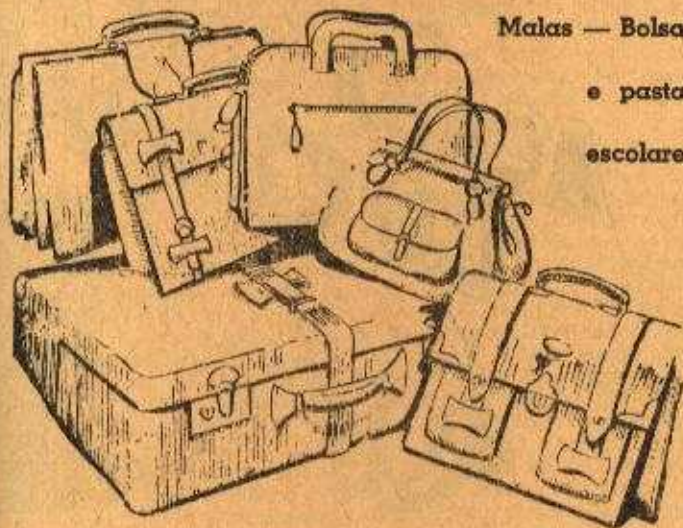


Fig. 26

ARTIGOS PARA VIAGENS



Malas — Bolsas

e pastas

escolares

M. MONTEIRO SILVA

RUA DA CONSTITUIÇÃO, 10 — RIO — Fone: 42-9118

CORÉIA

Capitão TACITO TEÓFILO

Já que as atenções do momento se voltam para o Extremo Oriente, pareceu-nos interessante resumir, para os camaradas que dispõem de poucas fontes de informação, algo sobre a longínqua Coréia onde está em jogo o prestígio das Nações Unidas e, conseqüentemente, a paz mundial.

As origens da civilização coreiana remontam ao ano 2000 A.C., mas o seu apogeu se verificou com a dinastia do rei Yi iniciada em 1392.

A posição geográfica da península levou os chineses e japoneses a procurarem dominá-la pela força das armas. Em 1895, finda a guerra sino-japonesa, o Japão estabeleceu ali seu protetorado que seria reconhecido, em 1905, no Tratado de Portsmouth, pela Rússia derrotada. Afinal, em 1910, foi a Coréia anexada ao Japão.

Aproximando-se o fim da II Grande Guerra, acertaram as Potências aliadas, nas Conferências do Cairo (1943) e Potsdam (1945) que o Japão deveria ficar confinado às suas ilhas. A bomba atômica precipitou os acontecimentos e o que se viu, foi a rendição incondicional do Império do Sol Nascente, embora suas tropas estivessem praticamente intactas; restava, pois, desarmá-las onde se encontrassem. Tal tarefa, na Coréia, caberia aos russos e americanos atuando as tropas das duas Nações ao N. e ao S. do paralelo 38°. Eis como nasceu, de um limite de zona de ação militar, a fronteira política que, em menos de um lustro, ensanguentaria a "Terra das manhãs calmas".

A tentativa das Nações Unidas, de formar uma Coréia independente, fracassou, em parte. Sobre o Paralelo 38° caíra a "cortina de

ferro". No entanto, ao S., realizaram-se eleições a 15 de agosto de 1948 tendo o governo se transferido das mãos do Tenente General John R. Hodge para as de Syngman Rhee. Era uma tentativa honesta mas que fugia um tanto à realidade geográfica e econômica. Realmente, ao N., estava o potencial hidrelétrico, a zona industrial; ao S., mais humanizado e abrigando quase 2/3 da população, estavam as grandes plantações de arroz, a zona agrícola por excelência. Como um todo, seria possível uma Coréia independente; bipartida, não poderia subsistir.

ASPECTO FÍSICO

Prolongamento natural da Mandchúria, a Coréia se situa entre a China continental e as ilhas japonesas constituindo-se, assim, um centro de atração para seus poderosos vizinhos.

Ao N., e ao longo da costa L., encontra-se um maciço montanhoso que se abaixa gradativamente para o Sul e cujos últimos vestígios se manifestam em numeroso arquipélago. Para L., as encostas caem abruptamente no mar do Japão, enquanto que para W. se inclinam suavemente lançando alguns contrafortes. Como conseqüência da proximidade do divisor de águas da costa oriental, muito se diferenciam o litoral e os rios de uma e outra vertentes. A L., praias estreitas, costa pouco recortada, correntes curtas e encachoeiradas; a W., praias largas, com muitos abrigos naturais, rios que deslizam e se engrossam enquanto divagam por entre as montanhas.

Grandes florestas, onde se encontram as mais variadas espécies,

inclusive excelente madeira de construção, recobrem principalmente a parte montanhosa, ao norte. Nelas se abriga uma fauna caracterizada pela existência de animais selvagens de grande porte.

O clima, frio e seco no inverno, quente e úmido no verão, acusa variações de temperatura de -40° a 30° . Os meses de julho e agosto são caracterizados pelas chuvas torrenciais e abundantes.

ASPECTO ECONÔMICO

Graças ao potencial hidrelétrico, captado pelos japoneses nos rios fronteiriços, e à existência de recursos minerais (carvão, ferro, cobre, zinco, grafite, etc.) dispõe a Coreia de uma indústria bem desenvolvida. Não obstante, é na agricultura que se alicerça sua economia; o arroz, e outros gêneros alimentícios, e o algodão têm cultura regular. A pesca constitui, também, grande fonte de renda. A pecuária é pobre.

Por cerca de 8.000 km se distendem as ferrovias coreianas, no sentido geral N-S; uma faixa de trilhos corre ao longo da costa oriental, outra, ao longo da costa ocidental, e, a mais importante, de dupla via, corta transversalmente a península, articulando o porto de Pusan, através Taegu, Taejon, Seoul e Pyongyang ao Transiberiano, em Mukden. Como transversais, destacam-se a de Pusan-Mokpo, Pohang-Kusan, Wonsan-Seoul e Wonsan-Pyongyang.

As rodovias dobram e completam as ferrovias articulando-as em vários pontos. Seu desenvolvimento é de mais de 22.000 km.

Os portos da costa L. são desabrigados e os da costa W. sofrem a influência do Pacífico que penetrando no mar Amarelo ocasiona preamares que atingem até 8 m. Por sua importância, destacam-se os de Pusan, Wonsan, Sungjan, Mokpo, Inchon, Cinnampo e Yon-gampu.

O CONFLITO

O desinteresse aparente dos Estados Unidos por sua linha de de-

fesa avançada, no Pacífico, abandonando a China nacionalista, encorajou os vermelhos coreianos à realização de uma aventura bélica cujas consequências são imprevisíveis.

Na madrugada de 24 de junho o paralelo 38° foi rompido. Nas Nações Unidas, Trygve Llie, considerando a gravidade da situação, convocou o Conselho de Segurança cuja firme resolução foi ordenar a suspensão das hostilidades e a retirada dos Coreanos do Norte para além do paralelo 38° . Outra não poderia ser a atitude tomada, uma vez que a Assembléia Geral, a 21 de outubro de 1949 reconhecera a legalidade do Governo da República da Coreia "com controle e jurisdição sobre a parte da Coreia que a Comissão Provisória das Nações Unidas podia observar e consultar e na qual reside a grande maioria do povo da Coreia".

Não vendo cumpridas suas ordens, o Conselho de Segurança apelou para as Nações membros, solicitando ajuda para a República ameaçada. Imediatamente, o Presidente Truman determinou o apoio das forças americanas ao Governo da Coreia e comunicou sua resolução ao Conselho. A Rússia, colhida de surpresa, não tivera tempo de determinar ao seu representante que retomasse seu lugar, do qual se afastara intempestivamente semanas antes.

A iniciativa das operações e a surpresa estavam com os norte-coreianos. A 28, Seoul, a Capital da República, caiu em mãos comunistas. As tropas de terra americanas, transportadas às pressas do Japão, foram lançadas, por partes, na luta, numa tentativa desesperada de retardar o avanço para o S., ao longo do principal eixo rodovias-ferroviário. A 4 de julho, caiu Suwon. De Pyongtaek as tropas americanas, ameaçadas de envolvimento, retiraram-se para Chonan que se rendeu a 8.

O rio Kum apareceu, então, como uma esperança; era o primeiro obstáculo a coberto do qual talvez fosse possível estabelecer uma linha de defesa. A 14 o inimigo abordou o rio, a cavaleiro da ter-

rovia, rompeu suas defesas e prosseguiu sobre Taejon, onde penetrou a 20. A 1ª Divisão de Cavalaria, desembarcada dois dias antes em Pohang, substitui a heróica 24ª D.I., cujo comandante foi dado como desaparecido na luta em torno de Taejon. Outra unidade desembarcada, 25ª D.I., entrou também em linha. A situação melhorara com a chegada destes reforços e a recuperação de algumas unidades sul-coreianas.

Apesar da intensa ação aérea não havia sido quebrado o ímpeto ofensivo inimigo. Aproveitando-se do vazio existente a W. os vermelhos lançaram-se para o S., apoderando-se de Kwangju e Mokpo e, inflitando para L., ameaçaram seriamente Masan, pela captura de Suncheon e Chinju. Para deter a nova ameaça contou Mac Arthur com o desembarque da 2ª D.I. e da 1ª Div. de Fuzileiros. Mais uma grande Unidade é esperada a qualquer momento, afora outros reforços.

Começa, assim, a processar-se o equilíbrio de forças. Tudo indica que esteja terminada a 1ª Fase da Campanha com a manutenção, por parte das Forças das Nações Unidas, de uma cabeça de praia em torno de Pusan. A montagem de uma potente base, protegida por este semi-círculo defensivo (Masan-Taegu-Pohang), será o primeiro passo para o desenrolar da 2ª Fase, a qual poderá comportar uma ação partida da cabeça de praia, combinada, talvez, com uma operação anfíbia. Tudo isto, no entanto, depende dos acontecimentos que estão por vir. A ameaça vermelha que pesa sobre a Formosa, a Índia-China, o Iran, a Iugoslávia e a Alemanha ocidental, impede que as Nações Unidas possam engajar-se a fundo para apagar rapidamente a fogueira que se acendeu no Extremo Oriente.

ENSINAMENTOS

Embora muito afastados dos acontecimentos, tentaremos enumerar alguns ensinamentos do conflito coreano.

1. Parece prematura qualquer conclusão sobre as Forças Aéreas. Dizer-se, desde já, não ser a aviação capaz de deter uma ofensiva, é desconhecer as condições peculiares à guerra da Coréia. Realmente, a ofensiva vermelha não foi detida; mas, entre outras razões, podem citar-se:

— a disponibilidade, restrita, de unidades de pronto emprego;

— o afastamento dos campos de pouso obrigando os caças a atuarem, partindo do Japão, em detrimento da sua autonomia de voo;

— o espaço, relativamente curto, percorrido pelos norte-coreanos que, destarte, não se afastaram, quanto seria de desejar, de suas bases e depósitos;

— a impossibilidade de atacar objetivos fora do território coreano.

2. Os caças a jato muito contribuíram para afugentar a aviação adversa; no entanto, seu emprego em apoio às forças terrestres parece tarefa delicada e difícil, pelo menos no momento, dada sua alta velocidade.

3. Os Blindados evidenciam uma tendência para maiores couraças e calibres; o T-34, russo, de 33 t, é de silhueta baixa e equipado com um canhão de 85 mm. Em consequência, resulta, para a Infantaria, necessidade de um armamento anticarro mais potente, e mais numeroso. A bazuca 2.36 tornou-se obsoleta, sendo substituída pela 3.5, cujo projétil pode perfurar couraças até 10 polegadas.

4. A quinta-coluna, os guerrilheiros e os refugiados continuam a constituir sério problema, com reflexos sobre o moral e o valor combativo da tropa, exigindo do comando a adoção de medidas drásticas.

5. A "censura voluntária", de Mac Arthur, deixando ao critério do próprio correspondente a divulgação das notícias, tem ocasionado alguns malentendidos e mesmo tropeços às operações, facilitando preciosas informações aos vermelhos.

Há uma forte campanha para o restabelecimento da censura militar, nos moldes existentes até 1945.

6. A redução de efetivos, por medida de economia, e a falta de instrução objetiva, procurando familiarizar o homem com os horrores do combate, muito contribuíram para que as unidades americanas, em missão de ocupação, ao serem

lançadas inopinadamente na luta, sofressem pesadas baixas face aos bem treinados coreanos do norte.

É este último ensinamento, a nosso ver o mais importante, já que de muito perto nos diz respeito. Toda compressão de despesas que afete a eficiência combativa das unidades significa futuro sacrifício de preciosas vidas.

"QUER O EXÉRCITO MANTER SUA ÚNICA REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES?"

Pelas respostas dadas a recente questionário que a "Revista do Clube Militar" distribuiu a seus leitores, verifica-se que o interesse de nossos camaradas pela leitura das revistas militares apresenta-se na seguinte proporção: (1)

A Defesa Nacional.....	31 %
Military Review.....	18 %
Revista Militar Brasileira.....	16 %

Pois apesar desse interesse (que aliás muito nos desvaneco), malgrado os insistentes apelos que vimos dirigindo aos camaradas, embora esteja a revista circulando rigorosamente em dia e já nos encontremos no nono mês do ano, o número de assinantes não atingiu ainda o primeiro milhar!

Isso representa tão somente o "encalhe" de, praticamente, a metade de nossa tiragem.

Sem outros comentários, damos abaixo a relação das listas de assinantes recebidas até 31 de agosto:

Listas já publicadas.....	891
Q ^a -G. da 9 ^a R.M.....	1
Escola de Motomecanização.....	28
C.A.E.R.....	1
C.P.O.R. da 6 ^a R.M.....	3
4 ^o R.I.....	8
14 ^o R.I.....	12
1/16 ^o R.I.....	3
18 ^o R.I.....	12
1 ^o R.C. Mot.....	18
9 ^o R.C.....	1
Regimento-Escola de Cavalaria.....	1
1/4 ^o R.A.A.Aé.....	4
Soma.....	983

(1) Revista do Clube Militar n. 104, fevereiro de 1950, pág. 89.

PROCESS

NOR

Em vir
zua, algu
do Grupo.

a) Col

1 -

2 -

3 -

4 -

b) Col

1 -

2 -

3 -

4 -

c) Aju

1 -

M.R. - C

PROCESSO DE CONDUTA DO TIRO COM O TRANSFERIDOR DE LOCAÇÃO

(NOTAS DE AULA DA E.A.O.)

NORMAS PARA O TRABALHO DE C.T. DE GRUPO

Em virtude de alterações no processo da ajustagem do tiro sobre zona, algumas normas devem ser introduzidas nos trabalhos da C.T. do Grupo.

a) *Calculador da Bia. que ajusta — Em missão tipo "AJUSTAREI" :*

- 1 — Deve dar ao ajustador a deriva corrigida da correção de direção, de contra derivação e da centragem a fim de servir de índice de derivas para leituras futuras durante a ajustagem ;
- 2 — Só comandar para a Bia. a adaptação do feixe quando fôr entrar na eficácia ;
- 3 — A correção para as outras Bias. serão feitas *em direção* ; como alteração de deriva *em alcance* ; como diferença de alças ;
- 4 — Para se obter os elementos de relocação deve :
em direção : somar algebricamente a correção dada às outras Bias. ao transporte dado pelo C.H. ;
em alcance : o alcance correspondente a última alça.

b) *Calculador da Bia. do centro em missão tipo "EFICÁCIA" :*

- 1 — Dar sempre a deriva alterada da correção de direção, da contra derivação e da centragem do feixe para servir de índice de derivas para o ajustador ;
- 2 — No caso da correção da eficácia, dar os elementos de correção às Bias. como :
em direção : alteração de deriva ;
em alcance : diferença de alças.
- 3 — No caso da correção da eficácia comandar a sua Bia. também em direção a alteração de deriva e em alcance a nova alça correspondente ao novo alcance dado pelo ajustador ;
- 4 — Para relocação proceder como o calculador que ajusta.

c) *Ajustador :*

- 1 — Receber sempre a deriva da Bia. que ajusta ou do centro para servir de índice de deriva.

Procedimento: Colocar o bordo do TDA no alfinete da concentração e marcar com outro alfinete a deriva dada pelo calculador;

2 — Proceder a ajustagem como no caso do C.T. de Bia.;

3 — Dar as correções da eficácia para o calculador da Bia. do centro.

Observação — Como normalmente a Bia. do centro é a que ajusta, há uma identidade das funções das letras *a* e *b*.

EXERCÍCIO DE CENTRAL DE TIRO

1ª PARTE

Situação:

a) Um Grupo está centralizado em condições de bater objetivos inopinados em sua zona de ação. Está subordinado diretamente à A.D.;

b) Prancheta de tiro n. 1;

c) Ordem do Cmt. do Grupo — Prioridade:

I — Quanto à natureza — blindados, tropas de c/ataque, morteiros, reservas, outros.

II — Quanto à origem — A.D. Ligações — Aero-Avançado.
— P.O. Normais.

d) N. das concentrações — 1 a 6Ø;

e) *Frente das Bias.* — Vermelha — 14Ø M — INT. REG.
Prêta — 12Ø M — INT. REG.
Azul — 8Ø M — INT. REG.

f) *Munição existente* — Em cada Bia. 26Ø EX PE
5Ø EX TE
3Ø FU

g) *Crédito diário* — 5Ø t/p/d.

O S/3 determinou à C.T., que conduzisse a regulação da PD/2 sobre o P.V. e sobre o AA/2.

A dos elementos topográficos e de regulação conduziu às seguintes correções:

PV	CG 5		AA ₂	CG 7
	DR 17			DR 14
	488Ø	488Ø		725Ø
	3Ø4	17,6		299

EXECUÇÃO DAS MISSÕES DE TIRO

1ª Missão — AQ A2 MT L Ø8ØØ Do PV DR 7ØØ ALO 6ØØ —
 PEL. INF. PROGREDINDO — EFI.

FICHA DE TIRO DO S/3

Origem do pedido : Hora do recebimento : _____ Missão n. 1
 A2 Hora do desencadeamento : _____ Data : _____

Missão de tiro :					Ordem do S/3	
PEL. INF. PROGREDINDO EFI. (a)					Aos calculadores e ao observador do tiro	
					Nome e n. da missão	CON $\neq$ 1
					Unidade que atira	GR
Decisões do S/3 :					Unidade que regula ⁽¹⁾	
Transporte sobre o	PV				Quem observa ⁽¹⁾	
Dimensões do objetivo	2ØØ x 2ØØ				Munição ⁽²⁾	20 EX 5 CR
Dimensões majoradas					Feixe ⁽³⁾	
N. de baterias	Grupo				Mecanismo de eficácia	Q3 (+ Q2) (b)
Quantidade de munição	6Ø EX 5 CR				Escalonamento de alça	ADC
Direção da eficácia	2 m.				Desencadeamento ⁽⁴⁾	AMC
					Horário e cadências ⁽⁵⁾	
Munição (c) :					Ordem do comandante do Grupo ; (d)	
Espécies	EX PE	EX TE	FU			
Existente	78Ø	15Ø	9Ø		Comunicação ao escalão superior :	
Creditada	6Ø	—	—		CON $\neq$ 1 (6293) PEL. PROGREDINDO MC — PEL. DISP. (h)	
Fica existindo	72Ø	15Ø	9Ø			

Notas :

- (1) Se fôr o caso.
- (2) Espécie, espoleta e quantidade para as baterias.
- (3) Se normal não comandar.
- (4) Sob uma das formas : quando pronto (QP), ao meu comando (AMC) tempo no objetivo (TO), e hora tal (H).
- (5) Quando houver horário, não será dado o mecanismo de eficácia.

FICHA DE CALCULADOR

PR BATERIA

Frente da Bta. : Hora do recebimento da missão : _____ Missão n. 1
 1200 M Hora do término da missão : _____ Data : _____

Missão de tiro : AQ A2-MT-L 0800
 Do PV DR 700 ALO 600-PEL. INF.
 PROGREDINDO-EFI.

(e)

Ordem do S/3 : TRP SB PV — GR — ADC

(f)

Direção	Alcance
Corr. dir. DR 17	Distância 5540
Transporte D 2469	
C/derivação ES 5	
Centragem DR 3	

Comando 2459

Comando

Unidade Missão	B. AT. CON ≠ 1
Munição	20 EX. 5 CR
Direção	D. 2454
Distribuição	SB 02 FC HI
Sítio	S. 292
Mec. eficácia	TB 1
Modo desencadeado	AMC Q.
Regulação	
Alça	A. 360

Correções subseqüentes

RD — REFI — RAL

MC — PEL. DISP.

Comandos subseqüentes

Q2 (g) A 360

BIA RP VG

Munição (esp.)	EX PE	EX TE	FU
Existência	260	50	30
Consumida	20	—	—
Fica existindo	240	50	30

Correção para as outras Btas :

Elementos de relocação :

Direção : D 2469 Alcance : 5540

FICHA DE CALCULADOR

VR BATERIA

Frente da Bia. : Hora do recebimento da missão : _____ Missão n. 1
 140 M Hora do término da missão : _____ Data : _____

Missão do tiro :
 Idem Calculador PR

Ordem do S/3 :
 Idem Calculador PR

Direção		Alcance
Corr. dir.	DR 17	Distância 5350
Transporte	D 2433	
C/derivação	ES 5	
Centragem	DR 3	
Comando	D 2438	

Comando

Unidade	B. AT.
Missão	CON $\neq$ 1
Munição	20 EX. 5 CR
Direção	D. 2438
Distribuição	SB 02 FC H 3
Sítio	S. 291
Mecanismo de eficácia	TB Q. 3
Modo desencadeamento	AMC
Regulação	
Alça	A. 344

Correções subseqüentes

RD — REFI — RAL

MC — PEL. DISP.

Comandos subseqüentes

Q 2 A 344

BIA. — RP VG

Munição (esp.)	EX PE	EX TE	FU
Existência	260	50	30
Consumida	20	—	—
Fica existindo	240	50	30

Correção para as outras Bias. :

Elementos de relocação :

Direção : Alcance :

FICHA DE CALCULADOR

AZ BATERIA

Frete da Bia.: Hora do recebimento da missão: _____ Missão n. 1

60 M Hora do término da missão: _____ Data: _____

Missão de tiro:
Idem Calculador PR

Ordem do S/3:
Idem Calculador PR

Direção	Alcance
Corr. dir. DR 17	Distância 5530
Transporte D 2479	
C/derivação ES 5	
Centragem DR 3	
Comando D 2464	

Comando

Unidade	B. AT.
Missão	CON = 1
Munição	20 EX. 3 CR
Direção	D. 2464
Distribuição	SB 23 ABR. 1
Sítio	S. 293
Mecanismo de eficácia	TE Q. 1
Modo desencadeamento	ANC
Regulação	
Alça	A. 359

Correções subsequentes

RD — REFI — RAL

MC — PEL. DISP.

Comandos subsequentes

Q2 A 359

BIA. — RP VG

Munição (esp.)	EX PE	EX TE	FU
Existência	260	50	30
Consumida	20	—	—
Fica existindo	240	50	30

Correção para as outras Bias.:

Elementos de relocação:

Direção: Alcance:

- Observações — (a) Só registrar o que achar essencial para sua decisão.
(b) Dividir a EFI por ser maior do que Q4.
(c) O S/3 terá somente um contrôlo geral da munição.
(d) Registrar só se tiver alguma ordem particular não constante da letra c, do Tec.T./39.
(e) Registrar toda missão pois é do calculador que sai o arquivo da C.T.
(f) Registrar nesta casa somente o que não tiver lugar para fazê-lo.
(g) Deve dar o Q2 porque a eficácia inicialmente foi desencadeada Q3.
(h) Esta informação é dada pelo S/2.

Chapéus JULIMA

A marca que substitue a propaganda pela qualidade

FABRICA

RUA SÃO CRISTÓVAO, 145 — TEL. 26-0683 — RIO DE JANEIRO

ARMAZÉM ESTRELA DO NORTE

OLEO E QUEROSENE

Secos e molhados, gêneros de primeira qualidade e demais artigos concernentes ao ramo

INACIO JOSÉ DE OLIVEIRA

RUA CEARA, 17 — RUA SERGIPE, 17 — MESQUITA — ESTADO DO RIO

TECIDOS !

CASAS PERNAMBUCANAS

FILIAIS EM TODO O BRASIL

PROBLEMAS DO BRASIL

Ten.-Cel. ADALARDO FILHO, do E.M.E.

V

Meditação sobre a segunda grande guerra

I — INTRODUÇÃO

Terminado o tremendo conflito que ensanguentou o mundo durante mais de 5 anos, torna-se oportuno, para nós, brasileiros, impelidos na engrenagem dessa luta titânica em defesa da nossa soberania e dos princípios da liberdade e da Democracia, realizar um exame de consciência, meditar sobre o feito que ele produziu sobre a nossa estrutura econômica-política-social, examinar a sua influência no nosso arcabouço militar e concluir.

Sem dúvida, a guerra revelou brechas no organismo nacional, pontos fracos, linhas de menor resistência que devemos anotar, se quisermos, no futuro, evitar a sua repetição. É preciso aproveitar as lições da experiência. Não deixar perder-se nas brumas do passado e do esquecimento dolorosos experimentos. Ontem fizeram sentir-se com pequena intensidade, devido ao afastamento dos teatros de operações, porém mais forte que na 1ª Grande Guerra. Mas a guerra global estende-se sempre e, amanhã, far-se-ão sentir em toda a sua intensidade. Pôr a nu, catalogadas, todas as falhas do organismo nacional, durante a última guerra, é tarefa para a qual nos falta o ânimo. Falta-nos mesmo capacidade para tanto. Porém, se conseguirmos apontar, nos capítulos que se seguem, as mais gritan-

tes, dar-nos-emos por bem pagos. Suprimi-las é dever nacional, é salvaguardar o patrimônio que herdamos de nossos antepassados, é suavizar as condições de vida do nosso povo, é caminhar largo na estrada do aperfeiçoamento e do progresso, aspiração máxima de todas as nações. Que outros retomem, no ponto em que o deixamos, o fio deste estudo, focalizando, em detalhes, cada um de seus capítulos, são os nossos mais ardentes votos.

II — DISCUSSÃO

A) PONTO DE VISTA ECONÔMICO

Agricultura

A guerra desarticulou a nossa produção agrícola. A convocação de grande número de reservistas que se ocupavam da lavoura rarefez a mão-de-obra dos campos. Por outro lado, grande número de trabalhadores rurais correram para os trabalhos de extração dos chamados minerais estratégicos, onde encontravam melhor paga. Tudo isso e mais a fraca diversificação da nossa agricultura concorreram para a baixa da produção agrícola. Esta situação, agravada com a escassez de transportes, também em consequência da guerra, deu lugar ao aparecimento das filas e ao mal-estar que perdurou durante todo o período da guerra.

Note-se que o Brasil não mobilizou totalmente. Apenas uma D.I. foi enviada à Europa e não tivemos o encargo de alimentá-la. O agricultor feito soldado torna-se mero consumidor. Assim também o que se encaminha para os trabalhos de mineração. As atividades militares e industriais ligadas à guerra mobilizaram milhares de consumidores. Houve assim um profundo desequilíbrio entre a produção e o consumo de gêneros alimentícios, situação agravada com a exportação mais ou menos forçada desses artigos para os países de além-mar.

Primeira lição, pois: é preciso selecionar os homens por ocasião da convocação, deixando para mais tarde a chamada de homens pertencentes a municípios que reconhecidamente, produzem gêneros de 1ª necessidade. É preciso fixar o homem ao solo, intensificar e diversificar a produção agrícola e isso só se consegue racionalizando o cultivo e melhorando as condições de vida rural. Racionalizar o cultivo é mecanizar a lavoura, ensinar a irrigação, a análise do solo, a seleção de sementes, o combate à erosão, a neutralização das pragas, o expurgo dos grãos, o emprego de fertilizantes, etc. Melhorar as condições da vida rural é sanear os campos, abrir Escolas Primárias e facilitar créditos a juros baixos aos lavradores. Aí está, bem o sabemos, todo um programa governamental, mas sem isso estaremos sempre, em caso de guerra, na situação com que nos defrontamos na última guerra. Uma economia sólida, em qualquer nação, reparte-se sobre a indústria e a agricultura, com preponderância desta. Institutos como o de Agronomia, de Campinas, devem ser multiplicados por tantas quantas, pelos menos, sejam as zonas agrícolas o Brasil. O "Instituto Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas", levantado no Km 48, da estrada Rio-S. Paulo, deverá desempenhar uma importante papel na difusão do ensino agrícola, porém veio tarde para a guerra. Houve momentos em que se pensou intensificar a agricultura com a mecanização da lavoura,

porém esbarramos com a suspensão das correntes de importação de máquinas e até de combustíveis, outra grande lição. Assentada a nossa indústria pesada, devemos facilitar por todos os meios a abertura de fábricas de tratores e de implementos agrícolas. Intensificar a pesquisa, lavra e refinação do nosso petróleo e concertar acordos para a extração de petróleo dos países limítrofes, como o que estabelecemos com a Bolívia. Diversificar a produção é outro imperativo da economia nacional. Houve desusado interesse por parte das nações em guerra por certo número de produtos agrícolas, que podemos batizar com o nome de "estratégicos", tais como a borracha, os óleos vegetais, a cera de carnaúba, etc. É preciso estabelecer, pois, uma ordem de urgência, na distribuição do crédito agrícola, de modo a atender primeiro às necessidades vitais da Nação e em segundo lugar os interesses dos aliados. Alimentar o povo é a obrigação principal da agricultura nacional. Os produtos "estratégicos" vêm depois, embora se possa com eles acumular divisas e até mesmo tirar partido no jogo da política internacional.

Indústria

A indústria atende às necessidades dos combatentes e da população civil. Nossas forças armadas foram equipadas, 90 %, com materiais estrangeiros e nossa população, suprida, em mais de 50 %, por artigos da indústria nacional, sofreu limitações de toda a espécie. De um lado, numerosos artigos industriais estrangeiros que importávamos foram-nos cortados com quem suprime a luz ao simples apêrto de um comutador. De outro lado, a nossa indústria de desdobramento, trabalhando com matérias primas importadas, viu-se também, com as suas fontes de abastecimento cortadas ou extraordinariamente limitadas. Sem indústrias bases, sem auto-suficiência, essa é a situação a que ficam reduzidas as Nações vacilantes em sua política industrial.

Ficam inteiramente amordaçadas, sujeitas aos caprichos das nações fornecedoras. É possível conhecer, por meio das estatísticas, o consumo médio, anual, de certas matérias primas vitais que importamos. É possível, pois, como fazem todas as nações previdentes, acumular estoques de reserva para 4 ou 5 anos dessas matérias primas, as quais, durante os anos de guerra, vão atendendo às necessidades do país. Uma economia bem dirigida não se deixa surpreender, mesmo porque uma guerra não estoura de um momento para outro.

Muitas de nossas indústrias secundárias tiveram a sua produção paralisada ou interrompida por longo tempo, até que descobrissemos sucedâneos para as matérias primas que as alimentavam. A simples escassez ou mesmo falta de folha de Flandres, por exemplo, produziu enorme transtorno a um sem número de indústrias quer diretas, quer indiretamente relacionadas com essa única matéria prima.

Entre outras, a indústria farmacêutica e até a indústria alimentar, das quais depende a própria saúde da população. Faltou-nos matéria prima bruta e matéria prima em 1ª transformação, ainda que isso pareça paradoxal, num país rico de recursos naturais de toda a ordem, como o nosso. Pra-za aos céus que Volta Redonda seja o ponto de partida de nossa libertação, produzindo o aço e os ferros indispensáveis à fabricação dos implementos com os quais possamos movimentar as inesgotáveis riquezas com que a Natureza dotou esta terra dadivosa!

Da mesma maneira que quanto à agricultura, a guerra afetou também a questão "mão-de-obra" das indústrias. É verdade que indústrias poderosas tiveram os seus convocados dispensados, mas não foi assim com as demais. Neste país pobre de técnicos não podemos executar uma mobilização indiscriminada, sob pena de desarticularmos as indústrias e sofrermos as suas consequências. Faltam-nos contra-mestres, operários especializados, técnicos de todas as cate-

gorias. A fome de técnicos, no Brasil, é berrante. Devemos, neste após-guerra e aproveitando a situação difícil da Europa, não só atrair para aqui o maior número possível de técnicos europeus tornados disponíveis com a destruição de suas indústrias, como formá-los aqui mesmo, ainda que à custa de todos os sacrifícios. A rede de Institutos profissionais que se vai construindo, em todos os Estados, deve ser levada a termo sem esmorecimento. Dali, bem como das escolas estipendiadas pelo SENAI sairão os artesãos que irão equipar todas as fábricas que o estabelecimento da indústria pesada, no Brasil, vai permitir fundar.

Outra das graves falhas das nossas indústrias é o seu aparelhamento antiquado. É preciso modernizar o nosso equipamento industrial, para que a produção aumente e possa acompanhar o crescimento natural da população. Modernizar principalmente a indústria textil, a fim de que possa manter, na paz, o brilhante e alto nível de exportação que alcançou na guerra e concorrer com a indústria estrangeira, mais antiga, mais rica e servida por mão-de-obra de maior experiência. Precisamos também introduzir em nossas indústrias métodos modernos de produção em massa, pouco adotados entre nós, mas que concorrem para o aumento da produção e barateamento dos produtos. Estandarizar tipos, fabricá-los em série e especializar o trabalho, eis o segredo da produção em massa. A guerra mobilizou os nossos recursos minerais "estratégicos". A indústria extrativa, fomentada pelo capital estrangeiro interessado, tomou grande impulso ou mesmo nasceu com ele. Mas nesse, como nos demais setores da vida nacional, revelaram-se falhas berrantes. Os métodos de extração foram os mais primitivos possíveis, só melhorados dificilmente com um ou outro maquinário importado, porque, geralmente, as lavras se situavam a enormes distâncias do litoral. Faltam-nos engenheiros de Minas, técnicos e técnica de prospecção e mineração, estatísticas e

análises de minerais, material moderno e principalmente esse espírito do "pioneer" americano, que impulsiona o homem para o campo para ganhar a sua vida onde quer que a Natureza lhe ofereça recursos para viver. É triste recordar-se que engenheiros americanos andaram, durante a guerra, por todo o sertão brasileiro, descobrindo, estudando e mesmo explorando minerais úteis ao esforço de guerra, papel que competia aos engenheiros brasileiros. É mais confrangedor ainda saber-se que este país colossal só possui 7.000 engenheiros, dos quais 5.000 estão concentrados, no dizer do General Juarez Távora, no triângulo econômico Rio-São Paulo-Belo Horizonte e os demais distribuídos por todo o vasto território restante!

Tivemos — e poderíamos ter maior ainda — grande surto na produção de quartzo, mica, certos minérios redutores, manganês, minérios de ferro e nossa produção de carvão subiu a mais de 2 milhões de toneladas, só no Estado do Rio Grande do Sul. Em Santa Catarina, segundo declarações do Cel. Macedo Soares, a produção de carvão em condições de fornecer coque metalúrgico iniciou-se com o volume de 600 mil toneladas. Devemos não só acelerar o estabelecimento definitivo de nossa indústria pesada, como incentivar a pesquisa e lavra dos minerais "estratégicos" que lhe formam a base. Estabelecer, como lá na agricultura, uma ordem de urgência para o financiamento, em 1º lugar, dos produtos vitais. Formar reservas desses produtos, destinando-as ao consumo nacional e mesmo proibir a exportação de alguns deles, como o manganês, cuja existência não é de molde a permitir-nos liberalidades. As indústrias básicas favorecerão o aparecimento de outras, de desdobramento, facilmente transportáveis em indústrias bélicas, em caso de guerra. Alguns minerais vitais, como a bauxita, de onde se extrai o alumínio, poderão desempenhar importante papel na nossa nascente indústria de aviões e até na nossa política internacio-

nal, dada a grande significação que esse mineral, escasso, possui na indústria de nossos dias. Existem grandes depósitos de bauxita em nosso país, bem como grande potencial hidrelétrico, complemento indispensável para a industrialização daquele mineral. Todos os esforços precisam ser encaminhados no sentido de amparar e desenvolver essa indústria, de utilidade indiscutível, tanto na paz, como na guerra. E cabe aos governos entregar-lhe, como às demais indústrias civis, sucessivas encomendas dos materiais usados ou consumidos nas forças armadas, drenando cada vez mais para o interior do país a torrente de divisas que pagamos ao estrangeiro pela importação de materiais bélicos. Orientadas convenientemente, pelas encomendas e por instruções especiais, emanadas do Estado-Maior Geral, as nossas fábricas civis facilmente se converterão em produtoras de armamentos e de equipamentos de toda a ordem.

Prova-o a experiência dos povos altamente industrializados, na guerra que findou. Dentro de poucos que variaram desde algumas semanas até 6 meses, viam-se fábricas de bicicletas produzirem metralhadoras, fábricas de automóveis produzirem aviões, fábricas de locomotivas produzirem tanques e assim por diante. Uma economia organizada não se deixa surpreender pela guerra, em nenhuma esfera.

Comércio

O nosso comércio, no sentido de intermediário propriamente, entre a produção e o consumo, sofreu grandemente, com a guerra. Toda a sorte de servidões lhe foram impostas, quer devido ao desamparamento, falta ou regime de condicionamento que a guerra impôs ao transporte das mercadorias, quer devido à própria escassez de mercadorias, em consequência do fechamento dos mercados abastecedores externos ou da falta de matérias primas para as indústrias indígenas. Outros fatores entraram em campo para agravar essa

educação, tais como a necessidade de coordenar as atividades da economia nacional. Embora o objetivo fosse regularizar a distribuição, manter os preços, permitir o aproveitamento integral da produção para fins bélicos, sem prejuízo da população, evitar a exploração, etc., ficou-se, na execução, muito aquém do que se previra, com graves repercussões para o comércio. País que respira pelo mar, tendo o grosso de sua população adensada ao longo de seu extenso litoral e precisando da navegação de cabotagem para viver, o Brasil viu o seu comércio limitado, peado, interrompido pela campanha submarina inimiga. Enquanto o Brasil não tiver esquadra que lhe garanta a liberdade dos seus mares, precisamos desenvolver as nossas comunicações terrestres, principalmente a ligação ferroviária do Norte com o Centro do país, cuja falta mais vivamente se fez sentir.

Outra causa de dificuldades para o nosso comércio é o ainda incipiente aparelhamento de nossos portos, dos entrepostos do interior e das próprias vias de comunicações. A organização dos comandos navais, na guerra, em condições de controlar e assistir os comboios marítimos encontrou dificuldades, durante a guerra, devido à falta de aparelhamento de nossos portos, principalmente em face do abastecimento de um grande número de navios, ao mesmo tempo. Faltam em nossos portos armazéns, depósitos de óleo e até de água, para abastecer os equipamentos mais indispensáveis. Grandes silos, depósitos, armazéns, estações de expurgo, frigoríficos, etc., são recursos indispensáveis ao funcionamento do comércio e, no entanto, faltam por toda a parte. Permitem o armazenamento, conservação e escoamento das mercadorias, a retenção e abastecimento progressivo das safras, a medida das necessidades do consumo, a regularização da distribuição, enfim.

Uma das garantias de sobrevivência da Nação, em caso de guerra, é o desenvolvimento de seu comércio interno. Quanto maior é esse

desenvolvimento, maior é a auto-suficiência da Nação.

O comércio interestadual do Brasil, em 1945, movimentou 7.980.366 toneladas, quer pelas vias internas, quer pela navegação de cabotagem, representando um valor de 30.538 milhões de cruzeiros. Em 1946, esses números se elevaram, respectivamente, para 8.090.334 toneladas e 37.570 milhões de cruzeiros, havendo, portanto, um aumento de 109.968 toneladas e 7.032 milhões de cruzeiros. Tais dados foram os que conseguiu apurar o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nêles não estando incluídos os referentes ao comércio pelas vias internas dos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso, cujos montantes só alcançam, por enquanto, o ano de 1943. O progresso desse comércio interestadual vem se acentuando nos últimos anos, porém ainda é apocado. O comércio externo dos Estados Unidos representa apenas 1% de seu comércio interno. Devemos elevar o "standard" de vida do povo, a fim de capacitá-lo a comprar mais, elevando a produção do país. Elevar a produção é aumentar a riqueza do país. É estocar para a guerra. É fortalecer a economia nacional. Uma nação de forte comércio interno está sempre a salvo das flutuações do comércio internacional.

Sua moeda está sempre estável. O Brasil, vivendo quase só de suas exportações, tem atravessado crises angustiosas, tôdas as vezes que os seus produtos básicos sofrem a influência da depressão do mercado mundial. Muito ainda tem o Brasil a lutar pelo alevantamento de seu comércio. Facilidades de crédito a juros baixos e prazos longos, aparelhamento das utilidades públicas, liberdade comercial, normas fiscais simplificadas, diminuição e simplificação dos encargos sociais, abolição de impostos interestaduais ou intermunicipais, eis algumas das muitas etapas a vencer.

Vias de comunicações

No setor ferroviário, já vimos que a falha mais gritante que a

guerra nos revelou foi a falta da longitudinal Norte-Sul. Sem dúvida, temos já um "Plano Nacional de Viação", organizado em 1934, na administração do Dr. José Américo, porém a guerra nos surpreendeu sem que tivéssemos construído os seus principais troncos.

Consequência: a campanha submarina, suprimindo ou limitando os transportes marítimos, cortou o Brasil em dois pedaços, separando os centros produtores industriais do Sul dos centros consumidores industriais do Norte, os centros abastecedores agrícolas do Norte dos centros consumidores agrícolas do Sul. Recorreu-se, como expediente, à via fluvial, ao rio São Francisco, que já no passado desempenhara histórico papel na integração à nacionalidade de vastos tratos do território pátrio, porém o portentoso rio não correspondeu ao apelo. Longe estava êle de atender ao tremendo esforço que, repentinamente, se lhe exigiu. Daí o ataque das obras de ligação de Montes Claros, na Central do Brasil, em Minas, a Monte Carmelo, na Bahia. Era o bom caminho, o único condizente com as necessidades do momento e os interesses da Nação, na paz, como na guerra. O grande conflito deu-nos êsse magnífico presente, pois essa ligação fortalecerá a união nacional, dobrando o histórico papel do S. Francisco, permitirá o intercâmbio de produtos agrícolas e industriais entre o Norte e o Sul, triplicará as comunicações entre êsses extremos do país, desenvolverá todo um mundo de terras até então apartadas dos benefícios da civilização, colocará o homem do sertão em contacto com o do litoral, facilitando-lhe as trocas e o intercâmbio de idéias e resolverá o grande problema da mobilização e concentração das forças reunidas em todo um vasto sertão do país. Não podemos deixar de registrar aqui a falta de uniformidade nas bitolas de nossas estradas de ferro, impossibilitando a livre circulação dos trens no momento preciso em que a Nação, cortada de suas vias marítimas, necessitava deslocar grandes estoques de gêneros para

abastecer a sua população. Tais estoques ficavam amontoados nas estações e muitos dêles se perderam. De outro lado, o sistema rodoviário nacional, conglomerado de maus caminhos construído, o mais das vêzes, para atender a necessidades locais, longe ficou de minorar as deficiências das vias férreas. País com 8.500.000 km² de superfície, o Brasil só possui 200.000 quilômetros de estradas de rodagem. As linhas tronco Rio-Pôrto Alegre e Rio-Bahia, as primeiras articulações de ordem nacional que o governo leva a cabo, em parte com o auxílio de Batalhões do Exército, ainda longe estão de se tornarem uma realidade. Alguma coisa se fez no Nordeste, nos domínios da Inspetoria de Obras Contra as Secas, porém, afora essas realizações e alguns trechos isolados, com a ligação Aquidauana-Bela Vista, com uma antena para Pôrto Murinho, em Mato Grosso, a dita S. João-Clevelândia, nos limites do Paraná com Santa Catarina e a atual Barretos-Gulabá, em vias de construção, grande é a tarefa que o Brasil tem pela frente em matéria de rodovias. O problema, pôsto na mão dos Estados ou dos Municípios, sem uma coordenação de ordem nacional, nunca teve solução adequada, seja por falta de recursos, seja devido às solicitações dos interesses locais. Felizmente, hoje, o problema está centralizado no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, autônomo, o qual se rege pelo Plano Rodoviário Nacional de 1942 (administração do General Mendonça Lima). Os Estados e Municípios são obrigados a construir as suas estradas obedecendo às diretrizes daquele Plano, no que tange às articulações com os troncos nacionais. É o bom caminho. Na centralização do fundo rodoviário no Departamento e depois distribuição pelos Estados e Municípios, de acordo com os interesses nacionais, estaduais e municipais. Os Estados e Municípios são executores. O Departamento é supervisor. Um grande trabalho que se impõe às nossas rodovias é a uni-

formida-
deverá.
Rodoviá-
melhora-
estradas
de cimen-
material
mentas
brica i
mesmo
lidade e
compreen-
ferido.

Se as-
gem não
alcance
as estrad-
de merc
da supri-
pela aná-
sistema-
cêntrico,
o sistema
País com
vias fluv-
na mor-
lhamento
pera de
agir para
de camin-
economia
por ocas-
racha", r
do nossos
ra. A e
só veio p
ências d
transport
lhares in-
carga ge-
Nossos r
gem, bal-
cões, a
retificação
as Comp
vial. Tr
e condize
de recur-
transport
tuir a vig
de comun-
as estrad
fêrreas,
veis servi
Além, os
tipo dos
para um
parcos re-
são territ

formidade de sua sinalização, a qual deverá se conformar com o Plano Rodoviário Nacional. Precisamos melhorar o revestimento de nossas estradas, incrementando a produção de cimento, alcatrão, asfalto e outros materiais indispensáveis à pavimentação das rodovias. Uma Fábrica Nacional de Cimento deveria mesmo ser erguida só com a finalidade de pavimentar as estradas compreendidas no Plano acima referido.

Se as nossas estradas de rodagem não bastaram para diminuir o alcance da crise provocada em nossas estradas de ferro pelo acúmulo de mercadorias, em consequência da supressão da via marítima e pela anarquia das bitolas, o nosso sistema fluvial, antes de tudo ex-cêntrico, pouco fez para desafogar o sistema de comunicações do país. País com 30.000 quilômetros de vias fluviais navegáveis, porém, em sua maior parte à espera de aparelhamento, o Brasil ainda está à espera de recursos e de vontade de agir para mobilizar essa vasta rede de caminhos em benefício de sua economia. A não ser no Amazonas, por ocasião da "Batalha da Borracha", nulo ou passivo foi o papel de nossos rios, por ocasião da guerra. A experiência do S. Francisco só veio pôr em evidência as deficiências daquela artéria e servir de transportes a funcionários ou militares transferidos, afora alguma carga sem significação nacional. Nossos rios necessitam de dragagem, balizamento, remoção de reifes, aparelhamento dos portos, retificações, sem falar no amparo às Companhias de Navegação Fluvial. Transporte dos mais baratos e condizente com a situação de falta de recursos financeiros do país, os transportes fluviais devem constituir a viga mestra de nosso sistema de comunicações. Articulados com as estradas de rodagem e as vias férreas, podem prestar incalculáveis serviços à economia da Nação. Aliás, os transportes mistos são o tipo dos transportes recomendados para um país como o nosso, de poucos recursos e de enorme extensão territorial. O Ministro da Vi-

ação, Engenheiro Clovis Pestana, em boa hora determinou a revisão da parte fluvial do Plano de Viação, visando, com caráter objetivo, o melhor aproveitamento dos rios. Esse trabalho está em fase de conclusão.

Quanto às comunicações aéreas, a guerra proporcionou ao Brasil poderosos recursos para o desenvolvimento de sua aviação comercial. Numerosos e valiosíssimos campos de pouso, que talvez tão cedo o Brasil não pudesse construir, foram semeados ao longo de todo o nosso litoral, possibilitando o estabelecimento de linhas aéreas entre a América do Sul e a América do Norte, África e Europa, de um lado e, de outro, favorecendo as linhas nacionais que ligam o Norte ao Centro e Sul do país. Cabe ao governo a última palavra sobre a concessão de facilidades às linhas internacionais, de modo que fiquem salvaguardados não só o progresso da Aviação, um imperativo da época que vivemos, como e principalmente a soberania da Nação. Julgamos que a livre concorrência é o caminho que devemos seguir, fixados os itinerários de acordo com os nossos interesses, pois o monopólio não só empeceria o desenvolvimento das linhas, como nos amarraria ao cargo de interesses estrangeiros.

Transportes

O problema dos transportes foi, afirmamos sem vacilar, o maior espinho pregado pela guerra no corpo da economia nacional. País dependente da importação de combustíveis e de material rodó e ferroviário, o Brasil sofreu, desde os primórdios da luta, as consequências do fechamento dos mercados exportadores internacionais. Longe do Brasil, pois, surgiram as causas que entorpeceram os seus transportes e o seu próprio progresso. Os transportes permitem a circulação das riquezas da Nação e o entorpecimento deles produz reflexos restritivos, interrupções, quedas bruscas e até o colapso de toda a sua economia. Sentimos, em toda a sua evidência, a dependência, a

formidade de sua sinalização, a qual deverá se conformar com o Plano Rodoviário Nacional. Precisamos melhorar o revestimento de nossas estradas, incrementando a produção de cimento, alcatrão, asfalto e outros materiais indispensáveis à pavimentação das rodovias. Uma Fábrica Nacional de Cimento deveria mesmo ser erguida só com a finalidade de pavimentar as estradas compreendidas no Plano acima referido.

Se as nossas estradas de rodagem não bastaram para diminuir o alcance da crise provocada em nossas estradas de ferro pelo acúmulo de mercadorias, em consequência da supressão da via marítima e pela anarquia das bitolas, o nosso sistema fluvial, antes de tudo ex-cêntrico, pouco fez para desafogar o sistema de comunicações do país. País com 30.000 quilômetros de vias fluviais navegáveis, porém, em sua maior parte à espera de aparelhamento, o Brasil ainda está à espera de recursos e de vontade de agir para mobilizar essa vasta rede de caminhos em benefício de sua economia. A não ser no Amazonas, por ocasião da "Batalha da Borracha", nulo ou passivo foi o papel de nossos rios, por ocasião da guerra. A experiência do S. Francisco só veio pôr em evidência as deficiências daquela artéria e servir de transportes a funcionários ou militares transferidos, afora alguma carga sem significação nacional. Nossos rios necessitam de dragagem, balizamento, remoção de re-cifes, aparelhamento dos portos, retificações, sem falar no amparo às Companhias de Navegação Fluvial. Transporte dos mais baratos e condizente com a situação de falta de recursos financeiros do país, os transportes fluviais devem constituir a viga mestra de nosso sistema de comunicações. Articulados com as estradas de rodagem e as vias férreas, podem prestar incalculáveis serviços à economia da Nação. Aliás, os transportes mistos são o tipo dos transportes recomendados para um país como o nosso, de poucos recursos e de enorme extensão territorial. O Ministro da Vi-

ação, Engenheiro Clovis Pestana, em boa hora determinou a revisão da parte fluvial do Plano de Vi-ação, visando, com caráter objetivo, o melhor aproveitamento dos rios. Esse trabalho está em fase de conclusão.

Quanto às comunicações aéreas, a guerra proporcionou ao Brasil poderosos recursos para o desenvolvimento de sua aviação comercial. Numerosos e valiosíssimos campos de pouso, que talvez tão cedo o Brasil não pudesse construir, foram semeados ao longo de todo o nosso litoral, possibilitando o estabelecimento de linhas aéreas entre a América do Sul e a América do Norte, África e Europa, de um lado e, de outro, favorecendo as linhas nacionais que ligam o Norte ao Centro e Sul do país. Cabe ao governo a última palavra sobre a concessão de facilidades às linhas internacionais, de modo que fiquem salvaguardados não só o progresso da Aviação, um imperativo da época que vivemos, como e principalmente a soberania da Nação. Julgamos que a livre concorrência é o caminho que devemos seguir, fixados os itinerários de acordo com os nossos interesses, pois o monopólio não só empeceria o desenvolvimento das linhas, como nos amarraria ao cargo de interesses estrangeiros.

Transportes

O problema dos transportes foi, afirmamos sem vacilar, o maior espinho pregado pela guerra no corpo da economia nacional. País dependente da importação de combustíveis e de material rodó e ferroviário, o Brasil sofreu, desde os primórdios da luta, as consequências do fechamento dos mercados exportadores internacionais. Longe do Brasil, pois, surgiram as causas que entorpeceram os seus transportes e o seu próprio progresso. Os transportes permitem a circulação das riquezas da Nação e o entorpecimento deles produz reflexos restritivos, interrupções, quedas bruscas e até o colapso de toda a sua economia. Sentimos, em toda a sua evidência, a dependência, a

pos, onde servirão como transportes entre as cidades ou para carrear os produtos das fazendas para as vias férreas. Abandoná-lo é o que não devemos fazer. Aperfeiçoando-o, abrindo escolas para a divulgação de sua técnica, favorecendo os seus fabricantes, teremos incorrido e patrioticamente para diminuir as nossas importações e, portanto, para reter ouro no país. Quanto ao aspecto derrubada de nossas reservas florestais, claro está que se poderá contornar fazendo o que nunca se fez neste país, isto é, o reflorestamento. Institutos, como o do Pinho, que já ensaiam o reflorescimento de uma espécie, poderiam se encarregar dessa tarefa, ampliados, em âmbito nacional.

Outra solução indígena para o uso dos combustíveis é o emprego do álcool-motor. Grandes passos já deu o Brasil nesse sentido. Basta dizer-se que, em 1930, possuíamos apenas 11 destilarias e hoje temos perto de 50. Fato mais auspicioso é que a indústria paulista já está fabricando as próprias máquinas de nossas destilarias. O álcool-motor, misturado com a gasolina, obrigatoriamente, na proporção de 10 % e que chegou a atingir 20 %, é suscetível de tomar, entre nós, um espantoso desenvolvimento, num país agrícola por excelência e onde abundam, não só as lavouras de cana, como as de milho, mandioca e outros produtos aproveitáveis.

A exploração e aproveitamento de xistos betuminosos, como os de Taubaté, no Estado de S. Paulo, é outra solução nacional. Há xistos, também, na Bahia e em outros Estados. Um país pobre de carvões, não pode desprezar essa dádiva da natureza, que é o recurso que existe à mão no Japão, onde tão bem souberam aproveitá-lo. Do xisto betuminoso se extraem, como dos carvões, excelentes subprodutos, tais como benzol, toluol, etc. Finalmente, o petróleo nacional. Disputemo-nos de discutir sobre as possibilidades de sua exploração, porque isso nos conduziria a sair fora dos limites deste trabalho. Uma coisa podemos afirmar, con-

tudo. Impõe-se o seu imediato aproveitamento. A guerra feriu em cheio a questão do petróleo nacional. Uma nação soberana não pode ficar, como ficamos na última guerra, exposta ao vexame de ver os seus transportes e as suas indústrias paralisadas pela vontade do estrangeiro, quando possuimos em nosso subsolo, imensos lençóis de hidrocarbonetos transformáveis em energia útil. É da combinação, pois, de todos os seus combustíveis, que o Brasil deve esperar resolver o agudo problema de tração em suas vias de comunicações e da movimentação de suas indústrias. Consumir combustível próprio é estancar a sangueira de ouro na direção do exterior. E enquanto não tivermos petróleo em abundância, como todos esperamos, devemos importar petróleo cru, mais barato e refiná-lo aqui. Ficam no país os proveitos da refinação.

Voltando ao problema do material e indo direito ao material aeronáutico, devemos notar que a maioria dos aviões que cortam os céus do Brasil são de procedência estrangeira. É a eterna servidão ao estrangeiro, tanto do material, como do combustível e, aqui, o problema tem maior acuidade, pois se trata de gasolina altamente refinada. Porém, devemos reconhecer que a guerra despertou a nossa indústria aeronáutica. A Fábrica Nacional de Motores, nascida com a guerra, a de aviões de Lagoa Santa e mesmo algumas prósperas indústrias civis, principalmente paulista, que já se vão desenvolvendo, significam marcos definitivos de nossa libertação em matéria de equipamentos aeronáuticos. Até mesmo instrumentos de bordo de precisão já se fabricam, com êxito, entre nós. É inútil insistir na necessidade de incrementar essa nascente indústria e de criar novas, tal é a conselheira que todos temos do papel avassalador que a Aviação já desempenha no mundo de hoje e desempenhará, centuplicado, no mundo de amanhã.

Quanto ao material naval, a guerra custou-nos a perda de 30 unidades de nossa marinha mercante,

causando tal desastre imediatas e profundas repercussões na economia nacional. Dependendo do mar, com a maioria das capitais dos Estados debruçadas sobre a orla do litoral, o Brasil sofreu rude golpe e viu-se sem recursos para compensar as perdas, pois não possuíamos indústria naval. O que existe, neste sentido, longe está de corresponder às necessidades de nossa frota mercante.

Ainda agora, findo o conflito, encomendamos navios a estaleiros americanos e canadenses. Impõe-se, com o advento da indústria do aço, o levantamento de estaleiros ao longo de nosso litoral. Um país com 7.500 quilômetros de costas deve ser, forçosamente, uma grande potência naval. Não deve ser descurado o emprego de madeiras, para barcos menores, lançando-se mão das excelentes madeiras para construções navais que possuímos. Construída a marinha mercante, deve secundá-la poderosa frota de guerra, capaz de combater os nossos barcos mercantes, assegurar o tráfego nacional e manter abertas as rotas provenientes do estrangeiro. Já que discutimos a questão transportes, não podemos silenciar sobre tarifas, taxas e outros emolumentos fiscais que gravam os transportes nacionais. É preciso uniformizá-los, simplificá-los e principalmente diminuí-los até aos limites suportáveis pela economia do país, se é que desejamos desenvolvê-la. As empresas do governo não devem visar lucro e, quanto às companhias particulares, deve-se impor-lhes tarifas mínimas, ressaltando-se-lhes, é claro, os juros do capital empregado, além das despesas, inclusive sociais e de expansão e uma margem razoável de lucro. Os transportes, para uma Nação, são um meio e não um fim e daí a razão de ser de sua socialização, nos países socialistas, como a Inglaterra de hoje.

A guerra mostrou a todas as nações, inclusive ao Brasil, a importância de coordenar, supervisionar os diversos meios de transporte, a fim de atender às necessidades das forças em operações, sem prejudi-

car as exigências da população civil. No Brasil, isso evidenciou-se desde a campanha submarina e a subsequente sujeição dos navios ao regime de comboios. Tinha-se menos capacidade de transporte, em face de um mesmo volume a escoar. Impunha-se entrar com uma ordem de urgência, disciplinar os transportes. Vários órgãos foram criados para resolver esse problema. Podemos citar, entre outros, a Comissão de Marinha Mercante, que passou a regular o tráfego marítimo. A lição deve ficar. País de enorme extensão territorial, pobre de combustíveis, possuindo os mais heterogêneos sistemas de transportes, população mal distribuída, níveis de vida diferentes, fontes produtoras afastadas dos centros consumidores, o Brasil está a exigir um órgão controlador e regulador da circulação das riquezas nacionais, mesmo em tempo de paz. A esse mesmo resultado chegou a ainda recente Conferência Econômica, reunida em Teresópolis. Ali se recomendou ao Governo, findos os trabalhos, a criação de um Ministério da Circulação, órgão que exprime, fielmente, as idéias expendidas acima.

Crédito

A questão crédito assume uma importância capital num país como o nosso, onde o dinheiro é escasso. Faltam-nos estabelecimentos especializados de amparo à indústria e agricultura. Só agora se pensa na criação de um Banco de crédito rural, organização que já de há muito deveríamos ter para incentivar a nossa incipiente agricultura. A carteira agrícola do Banco do Brasil, sendo apenas uma seção daquele estabelecimento, não poderia, como não pôde, desempenhar plenamente o seu papel. A questão crédito exige ainda uma mudança radical nos nossos sistemas de financiamento no sentido da diminuição dos juros a níveis compatíveis com as possibilidades dos tomadores de empréstimos e do aumento do tempo de amortização. Com efeito, cobrar juros altos e exigir prazos de resgate curtos aos

fazendeiros e industriais, num país de escassas comunicações e de transportes sujeitos a toda a ordem de entraves, é mostra de insensatez. É entravar o desenvolvimento da indústria e da agricultura. Mesmo que o país tivesse facilidades na circulação de suas riquezas, essa política nefasta seria inadequada, quanto mais não as tendo.

Os resultados aí estão para provar a nossa tese. Os índices de produção da nossa agricultura são, para muitos produtos, cada vez mais baixos e o país se vê na contingência de importar inúmeros artigos alimentares, com grave dano para a sua balança de pagamentos.

Finanças

Durante a guerra, a exportação anormal de materiais estratégicos, contra uma diminuição sensível da corrente importadora, provocou o acúmulo de divisas estrangeiras, sob a forma de créditos nas praças estrangeiras, especialmente dos Estados Unidos e da Inglaterra. E para atender às necessidades dos exportadores o governo foi obrigado a emitir, enveredando pelo caminho da inflação, pois a maioria daqueles créditos estava sujeita a restrições e mesmo congelamento. Daí a alta dos preços e do custo da vida, gerando essa anomalia: enquanto possuímos disponibilidades substanciais no exterior, nossa moeda interna se desvalorizava, atingindo níveis negativos jamais atingidos. O pior é que não sabemos, finda a guerra, aproveitar as nossas disponibilidades no estrangeiro. Sobrevinda a reconversão das indústrias americanas, passamos a gastá-las nos artigos não essenciais à nossa economia, ou seja, em rádios refrigeradores, etc., isto é, nos produtos das indústrias que mais depressa se reconverteram. Desde a guerra já devíamos ter colocado encomendas dos artigos vitais, tais como equipamentos industriais, locomotivas, etc., para hoje não estarmos de fora na fila dos candidatos a esses produtos e sem dólares para pagá-los.

A lição deve ficar-nos. Não nos cabe, neste modesto exame, exa-

minar todos os aspectos da nossa política financeira. Mas todos sentimos que o Brasil precisa enveredar, uma vez por todas, por uma política financeira sadia, para a qual deverão concorrer orçamentos equilibrados.

O país precisa de uma moeda estável, pois nada entrava mais o comércio e, por consequência, o progresso da Nação, do que uma moeda sujeita a constantes e violentas flutuações. Comprimir ou mesmo suprimir a todo o transe as despesas não reprodutivas é um fator de equilíbrio orçamentário que não devemos nunca perder de vista. E manter as nossas exportações em níveis mais altos que as importações, na medida que nos permita pagar os equipamentos que ainda não fabricamos e remeter amortizações e juros de capital estrangeiro emprestado ou aplicado no país.

Conclusão

Concluindo as nossas considerações de ordem econômica, podemos dizer que a guerra nos revelou falhas que precisamos estudar atentamente para removê-las.

Precisamos amparar a agricultura e a pecuária, desenvolver as nossas indústrias básicas, a imigração e colonização, ampliar e reequipar o nosso sistema de comunicações e de transportes, simplificar e uniformizar o nosso sistema tarifário, expandir o nosso comércio interno, inaugurar uma política acessível de crédito, sanear as nossas finanças, estabilizando de vez a moeda, produzir muito para satisfazer às necessidades de nossa população e ainda exportar para obtermos as divisas com que pagar as nossas importações vitais e satisfazer os nossos compromissos financeiros de ordem internacional. Um Ministério da Economia, como o sugerido pelas classes conservadoras na Conferência de Teresópolis, em ligação estreita com o Estado-Maior Geral das Forças Armadas do país, tendo-se em vista o caráter global das guerras de hoje, está se impondo para dirigir a Nação na

senda da mobilização e do emprego coordenado, na paz e na guerra, de todos os seus recursos, tendo em mira o bem do seu povo em cada etapa de sua vida. Tal Ministério, sem intervir diretamente, muito poderia fazer no sentido de orientar e coordenar as forças produtoras do país.

B) PONTO DE VISTA POLÍTICO

Relações exteriores

No campo da política e das relações exteriores devemos convir que o Brasil teve o seu prestígio internacional aumentado, em consequência de sua participação ativa na última grande guerra. Somos hoje um povo que deu o seu sangue pela causa da liberdade humana e o primeiro país latino-americano que enviou suas forças a combaterem nos campos de batalha da Velha Europa. Sua situação é ímpar na América do Sul. Prova-o a vinda de oficiais de quase todos os países sul-americanos para estudarem nas nossas escolas militares de aperfeiçoamento, Estado-Maior, Técnica e até mesmo nas de formação. Reconhecimento tácito de nossa posição destacada no concerto das Nações.

Algumas lições, contudo, devemos guardar. Os nossos recursos naturais foram sondados, explorados e exportados. Os chamados minerais estratégicos, tais como o quartzo, a mica, os minérios de ferro e de manganês, etc., tiveram a sua época áurea. Devemos conhecê-los melhor, para que técnicos estrangeiros, a serviço das potências interessadas não nos venham, como vieram, estudá-los, levantar-lhes estatísticas e sugerir-nos medidas para a sua exploração em benefício de seus respectivos países. Há fome mundial desses minerais estratégicos. Devemos pois racionalizar a sua exploração, como, de resto, estamos fazendo com os minérios de ferro da Cia. do Vale do Rio Doce, a fim de nos capacitarmos a jogar com eles no tablado da política internacional, em proveito do nosso país. Volta Redonda foi-nos fornecida em plena guerra,

em nome da política de Boa Vizinhança de Roosevelt, é verdade, mas em troca de nossos minerais estratégicos. O que não poderíamos obter se estivéssemos convenientemente aparelhados para fornecer às Nações Unidas uma multidão de outros artigos que não foram, sequer, tocados, como o níquel de Goiás?

No terreno internacional, a guerra despertou, ainda, a nossa consciência estratégica. Vimos, pelo uso que delas fizeram, o que valem as nossas bases navais e aéreas. Vimos a importância do chamado "corredor da Vitória" e do nosso litoral Leste numa luta entre os Hemisférios Ocidental e Oriental. São outros tantos trunfos que devemos saber manejar no trato com as nações alienígenas. Acordos cautelosos sobre navegação aérea comercial devem ser feitos com as nações sobreviventes da guerra, para o aproveitamento das nossas bases, de forma que conservemos a nossa liberdade de ação. Devemos também nos precaver contra certas nações de atitudes indecisas e que contribuíram para um clima de intranquilidade e nervosismo no continente, no momento mesmo em que as Nações Unidas se batiam para restabelecer o ideal democrático no mundo. São os falsos apóstolos do pan-americanismo, declaradores de guerra na undécima hora e cuja sinceridade devemos pôr à prova antes de, com eles, firmarmos acordos. De outro lado, devemos estreitar nossos vínculos com as nações que agiram de viseira erguida. A guerra serviu, de modo geral, para provar-nos quem estava conosco e quem estava contra nós, quem era nosso amigo e quem se dizia ser, sem sê-lo. Essas as realidades que o último conflito nos revelou e que não devemos perder de vista nas nossas relações exteriores.

Situação interna

No campo da política interna, a guerra, pondo a nu todos os malefícios dos regimes de força, revigoreu na alma brasileira os seus tradicionais e jamais desmentidos an-

seios pela democracia, vale dizer, pelas liberdades humanas. Nos mais íntimos desejos do povo brasileiro não há lugar para os regimens totalitários. Alguns hiatos que lhe têm ensombrecido a sua vocação democrática foram-lhe impostos pela força. Mas tão cedo passam, ressurgem, com mais vigor, a consciência cívica do povo e as suas aspirações liberais. A derrubada de Hitler e seus asseclas deixou sem sentido a continuação do chamado "Estado Novo", entre nós. A ditadura, batendo-se ao lado das Nações Unidas, era uma irrisão. Os torpedeamentos de nossos navios, com o sacrifício de centenas de vidas preciosas, despertou a união nacional. A convocação de milhares de jovens, de todos os Estados e a sua remessa para os campos de batalha da Europa, integrando a F.E.B., reforçou essa união. Lá bem se bateram e venceram, lado a lado com as Nações amantes da liberdade. O Estado Novo estava pois condenado e a sua queda foi a volta do Brasil à Democracia. Ressurgiram os partidos políticos, vigorosos, travou-se a luta pela eleição presidencial no terreno das ideias e dos debates teóricos e eleições como jamais tivemos reconduziram o Brasil aos seus tradicionais quadros políticos.

Conclusão

A guerra consolidou a união nacional, despertou-nos o perigo dos golpistas estrangeiros, apurou a consciência cívica do povo, devolveu-nos o regime constitucional, restaurou as liberdades conspurcadas e ressurgiu, com sangue novo, os partidos políticos. Até mesmo os partidos divorciados dos ideais brasileiros, como o partido comunista, foram admitidos, tal a ânsia do povo pela restauração de suas liberdades, aí incluída a de organização partidária. Seja o sangue brasileiro derramado na Itália um penhor para que nunca mais os malfadados regimens de força e de supressão da consciência nacional voltem a imperar em nosso país.

C) PONTO DE VISTA SOCIAL

Ponto de vista propriamente

A guerra aguçou-nos também a consciência social. A chamada "legislação social mais avançada do mundo" do Estado Novo, mais teórica do que prática, mais trombeada do que utilizada, não passou de uma arma de que se utilizou largamente a Ditadura para se perpetuar no poder. Desde que a liberdade sindical era um mito, a legislação social do Estado Novo tinha de se mostrar inócua. De um lado, o Ministério do Trabalho intervinha nas direções dos sindicatos, impondo os seus testas de ferro, os seus chamados homens de confiança, roubando às classes trabalhadoras qualquer veleidade de reivindicação ou mesmo de simples reclamação. De outro, intervinha no aparelho paraestatal executor da legislação social, nomeando-lhe os seus chefes, desviando-lhe os fundos provenientes das arrecadações de seus associados para emprego em atividades completamente desviadas de suas finalidades, em prejuízo de uma aplicação sadia em benefício das classes trabalhadoras. Tal política não satisfazia aos patrões, que viam as suas quotas-empregados cada vez mais aumentadas, embora a sua produção crescesse na mesma razão e nem beneficiava aos trabalhadores, que se viam despojados de sua própria liberdade de direção e reduzidos a meros carneiros, integrantes em massa das paradas de operários, para armar efeito. Alguém já disse que o comunismo serviu ao menos para despertar a consciência social da humanidade. A vitória da Rússia deu ao mundo a impressão de um estado socialista organizado e forte, integrado por uma sociedade de operários e camponeses satisfeita. A vitória russa abalou os estados capitalistas, sacudiu a questão social, pôs empregadores em frente de empregados, meteu, qual cunha, um novo partido entre os velhos partidos de cada país, obrigando estes a reconsiderar os seus programas e a fazer reviravoltas.

O Brasil não se viu excluído dessa influência. Como disse Attlee, o "comunismo é uma idéia em marcha. Possui dinamismo próprio". Tivemos, assim, que aceitar o partido comunista. Passada, porém, a primeira hora de experiência, verificamos, não sem certo amargor, que havíamos confundido direitos de classe com entusiasmo desagregador. O partido comunista revelou-se um cavalo de Troia, pronto a apunhalar o país pelas costas e a vender as aspirações dos trabalhadores nacionais à tutela de uma potência estrangeira. Tivemos de liquidá-lo para sobreviver, mas ficou-nos a lição. Para lutar contra ele, os partidos políticos se apuraram, se desmediram e nunca tivemos eleições tão concorridas como as em que concorreu o partido comunista. Mais de 6 milhões de votantes, fato único na história cívica do país, acorreram às urnas para sufragar os seus candidatos. E a Igreja, que sempre se manteve à parte nas lutas políticas, interveio desta vez, embora indiretamente, através de suas ligas eleitorais. Porém, os manifestos episcopais, sucessivos e vasados em linguagem elevada, discutiram amplamente a questão social. Os resultados aí estão. Hoje é indiscutível a necessidade que todos reconhecemos de tornar mais humanas e cristãs as condições das classes trabalhadoras. Por toda a parte se multiplicam as creches, os lactários, os restaurantes populares, as escolas, as igrejas, as vilas operárias, etc., etc. Industriais se orgulham de mostrar aos seus visitantes, em primeiro lugar, os seus serviços sociais. Procura-se dar solução ao problema das favelas, em todas as cidades. Os Institutos de seguros sociais já empregam os seus fundos na construção de casas populares. Porfia-se em melhorar a sorte das populações dos morros. Organismos paraestatais ou semi-oficiais, tais como o S.E.N.A.I., o S.E.N.A.C. e o S.E.S.C. vão surgindo para guiar os filhos dos operários, formando artesãos aptos, ou para melhorar as condições das classes trabalhadoras. E a conquista capital, a liberdade

sindical, parece que se vai concretizando.

Conclusão

Em resumo, a guerra trouxe-nos maior sensibilidade à questão social. Um grande passo foi dado à frente, quando os próprios empregadores uniram os seus pontos de vista e resolveram, em benefício do país e de suas próprias atividades, abrir organizações de caráter educativo e assistencial para uso de seus empregados. É preciso que as conquistas alcançadas agora sejam, aliás de acordo com a vontade e os sentimentos cristãos de nosso povo, definitivamente incorporadas ao "status" social do Brasil, como base para maiores aperfeiçoamentos no porvir.

D) PONTO DE VISTA MILITAR

Marinha

A última grande guerra mostrou todas as deficiências relativas ao nosso aparelhamento naval e que iam desde a própria organização até à questão do material flutuante. País que respira pelo mar, pois seus 7.000 quilômetros de litoral são ainda a sua melhor e mais rápida via de comunicação entre o extremo Norte, o Centro e o extremo Sul do país, o Brasil, atacado de surpresa, pelos submarinos alemães, viu-se, desde logo, manietado, entorpecido em sua vida econômica e sem meios para defender-se. Meia dúzia de submarinos puseram em xeque todo este colosso de 8.500.000 km² de superfície. Vastos setores da Nação ficaram totalmente isolados porque não possuíamos uma força naval em condições de garantir as comunicações marítimas do país. O nosso comércio externo sofreu limitações de toda a ordem. As corrente de importação, condicionadas às necessidades de comboiamento, tiveram o seu volume quantitativo diminuído extraordinariamente e limitadas às qualidades aos artigos vitais. A exportação ficou dependendo da segurança proporcionada aos navios pelas marinhas de outros países e só a circunstância de precisarem os

Estados Unidos de nossos materiais estratégicos garantiu-nos a manutenção de um nível de exportação capaz de evitar o colapso do país. Grande foi a convulsão sofrida pela economia de toda a Nação. A indústria faltaram numerosas matérias primas. O comércio sofreu sobressaltos de toda a ordem e certos produtos agrícolas que importávamos tiveram as suas quotas de entrada limitadas. Para garantir o tráfego marítimo, o Brasil precisava de navios capazes de assegurar proteção dos comboios, vale dizer, destroyers, caça-submarinos, etc., mas não os possuíamos. Para abastecer esses navios, precisávamos de bases repartidas pelo litoral, isto é, capazes de suprirem os navios de carvão, óleo combustível, água, víveres, etc. e de efetuarem reparos, mas não as possuíamos. Para dirigir essas bases e coordenar o movimento dos comboios precisávamos de comandos navais, correspondentes aos litorais Norte, Nordeste, Centro, Sul do país, mas não os possuíamos. Nada disso tínhamos e só o tivemos, forçoso é reconhecer, com a colaboração dos americanos, interessados no nosso litoral para garantirem as suas importações do nosso e dos demais países da Costa do Atlântico da América do Sul. Vale ressaltar aqui o esforço e a bravura de nossa marinha de guerra para se adaptar às novas circunstâncias. Desprovida de recursos, ela fez o que dela se esperava. Navios lança-minas foram improvisados em caça-submarinos. Mandaram-se guarnições inteiras ao estrangeiro para se exercitarem nos novos tipos de navios que devíamos receber e com as quais foi possível equipá-los, quando recebidos. Os estaleiros da Ilha das Cobras desdobraram-se, batendo quilhas sobre quilhas dos navios indispensáveis, embora viessem tarde para a luta que se travava. E pena é que tivéssemos de recusar o oferecimento de navios maiores, pelos Estados Unidos, por falta de pessoal em quantidade suficiente para os guarnecerem, o que vem demonstrar a importância das reservas para qualquer organização militar. Devemos ampliar as nos-

sas Escolas de Aprendizes de Marinheiros, tão boas que foram copiadas pela França; organizar e estimular as colônias de pescadores, para desenvolver o gosto pela vida do mar, aliás como vem sendo feito desde a campanha do Comandante Frederico Vilar; apoiar os escoteiros navais, os clubes náuticos e restabelecer os tiros navais, onde os nossos jovens possam obter a sua cadereta de reservista e ao mesmo tempo especializarem-se nas diversas atividades navais. A convocação periódica desses reservistas seria também uma ótima medida.

O problema naval, para nós, enquanto não tivermos uma vasta e boa rede de comunicações terrestres, que interligue todas as regiões do país, se resume em manter uma numerosa, eficiente e bem apoiada frota de comboiamento, capaz de assegurar a proteção das correntes comerciais marítimas. Esse tipo de esquadra subsiste válido em face das pequenas marinhas dos países vizinhos, as quais poderemos manter afastadas do nosso litoral por intermédio da Aviação, aliás já apoiada em excelentes bases repartidas por todo o nosso litoral. Está provada a impossibilidade de uma força naval operar contra um litoral defendido por Força Aérea baseada em terra. O exemplo da esquadra inglesa, na Noruega, é bastante significativo.

Quando tivermos aquela vasta rede de boas comunicações terrestres, quando nos enfileirmos, então, entre as potências de 1ª ordem, o problema naval brasileiro, se alterará para a posse de uma poderosa frota de batalha, com o núcleo à base de couraçados e porta-aviões, capaz de manter livres os nossos mares em quaisquer eventualidades. Dois grandes agrupamentos, talvez um no Rio e outro em S. Salvador, os nossos 2 maiores ancoradouros, se dispõem estrategicamente, prontos para se reunirem e efetuarem a defesa conjunta de qualquer parte do nosso litoral Nordeste-Leste-Sul. Um agrupamento especial talvez se imponha, na boca do Amazonas, para a defesa do litoral Norte. Entre esses grandes agrupamentos, ativa

vigilância deverá ser mantida. E, agora e mais tarde, precisamos de uma Aviação Naval, em que pese a opinião dos unificadores de nossas Forças Aéreas. Já, para o patrulhamento do litoral e mais tarde, para esse fim e ainda guarnecer os porta-aviões.

Precisamos ainda ampliar o nosso Corpo de Fuzileiros Navais, pois ele foi pouco para guarnecer as nossas ilhas e patrulhar os portos vitais. Num país de tão extenso litoral deve haver numerosa força de fuzileiros, capaz de efetuar desembarques em qualquer ponto, seja para, dali, desalojar o inimigo já instalado, seja para defendê-lo, na iminência de uma agressão. Necessitamos aparelhar os nossos portos, mesmo para as necessidades dos navios mercantes, pois a organização, segurança e escala dos comboios nos diversos portos se baseia na existência de aparelhamentos convenientes. Um porto, na paz, deve ser uma base militar, na guerra. Outro ponto importante é o desenvolvimento de nossa indústria de construção naval. É preciso acelerá-la, agora que possuímos indústria pesada. Desenvolver a indústria de construção de navios mercantes, hoje, é prepararmos para a de navios de guerra, amanhã.

Conclusão

Organização, renovação e adaptação do material flutuante às nossas necessidades, adaptação do litoral às exigências do tráfego em tempo de paz ou de guerra, aviação naval, ampliação do corpo de fuzileiros, formação de reservas e estímulo à construção naval civil são os termos em que se poderá equacionar e resolver o nosso problema naval.

Aeronáutica

Sem dúvida alguma a guerra trouxe benefícios incalculáveis à nossa Aviação, quer comercial, quer militar. Sem falar na formidável base aérea de Parnamirim, em Natal, onde foram gastos milhões de dólares, outras excelentes bases foram construídas.

É todo um cordão de excelentes campos, capazes de receberem grandes aeronaves, estendido ao longo de nosso litoral e possibilitando, na paz, o tráfego comercial aéreo internacional e, na guerra, o jogo de vai-vem entre o Novo e o Velho Mundo e a defesa não só de nosso país, como do próprio continente. A guerra proporcionou ao Brasil, em matéria de Aviação, um salto de 50 anos. O chamado "corredor da Vitória", ou seja o percurso Estados Unidos-Africa passando por Belém — S. Luiz — Fortaleza — Natal e vice-versa tornou-se famoso pelo auxílio que prestou às Nações Unidas e Natal tornou-se uma das esquinas do mundo. Nossa Força Aérea unificada, nascida no decorrer da própria guerra, recebeu os influxos e o auxílio de nossos aliados norte-americanos e, em pouco tempo, estava em condições de tomar parte, como tomou, nas operações militares.

Criada à sombra de idéias avançadas e no próprio curso do mas gigantesco conflito de todos os tempos, a F.A.B. não poderia deixar de tomar, desde logo, decidido impulso. Seus oficiais foram às dezenas, talvez centenas, aos Estados Unidos e de lá trouxeram essa mentalidade jovem, objetiva, vigorosa, que caracteriza a grande democracia do hemisfério Norte. Estabeleceu-se um intercâmbio de oficiais e de idéias. Não só os nossos iam lá, a aprender, a observar, como os deles vinham cá, trazendo idéias, ensinamentos, colaboração proveitosa. Todo um Grupo de Caça foi submetido a intenso treinamento nas bases norte-americanas do Panamá, prestando, após, na Itália, assinalados serviços. Um segundo Grupo preparava-se para o mesmo fim, quando sobreveio a decisão do formidável entre-choque.

Em consequência de tudo isso, podemos dizer que a F.A.B. é, de todas as nossas forças armadas, a de mentalidade mais adiantada. Ela não se aperfeiçoou ou progrediu. Já nasceu perfeita, em moldes os mais modernos. Seus pilotos, formados na dura escola da

correio aéreo militar, só precisam alargar a visão, como o fizeram, na pátria de Lincoln, para se integrarem entre os melhores do mundo. O material que escolheu só tem contra a procedência estrangeira, mas são dos melhores e dos últimos tipos que se usam no mundo. Sua organização responde às exigências da guerra moderna, só nos faltando recursos para completá-la com o material indispensável.

Essa a grande conquista que a guerra nos deu. Mais. A consciência do perigo aéreo, que rondou Natal, pondo em alarme as nossas populações nordestinas, despertou a consciência aeronáutica, o chamado "air-mind" da Nação. Por toda a parte surgiram escolas de pilotagem civil, Aero-Clubes e os campos de pouso multiplicaram-se às centenas. A F.A.B. mandou buscar nos E.E.UU. uma escola inteira, completa, de formação de especialistas da Aeronáutica, hoje o maior centro existente no gênero, na América do Sul. Instalada em São Paulo, o maior parque industrial do hemisfério Sul, custou, o seu transporte, feito por via aérea, mais de 200 milhões de cruzeiros.

Uma campanha de doação particular de aviões aos Aero-Clubes encontrou a mais perfeita compreensão por parte da população e, hoje, anda em mais de mil o número de aparelhos doados, contribuindo para a multiplicação das nossas reservas de pilotos. E para completar esse quadro promissor, começam já a surgir as primeiras fábricas de aviões nacionais, sem falar na poderosa e bem aparelhada Fábrica Nacional de Motores, a qual, apesar de suas vicissitudes iniciais, está destinada a desempenhar decisivo papel na nossa independência, quanto a material aeronáutico, do abastecimento estrangeiro. Em São Paulo já se fabricam mesmo perfeitos instrumentos de bordo, tão perfeitos quanto os melhores estrangeiros. Todos os esforços devem ser devotados ao desenvolvimento da nossa indústria de construção de aviões, pois um país de enorme extensão territorial

como o nosso e ainda privado de boas vias de comunicações, está a dever pesado tributo à aviação.

Seja dito de passagem que nos vamos quitando desse compromisso. São simplesmente grandiosos e precursores de um futuro brilhante os dados da progressão de nossa aviação comercial. O Brasil ocupa hoje um lugar de honra entre os países de maior progresso aeronáutico. Alguns dados são mesmo desconhecidos de muitos brasileiros. O tráfego diário entre São Paulo e Rio é vice-versa, por exemplo, já é maior do que o existente entre Paris e Londres e só é superado pelo existente entre Nova York e Chicago e assim mesmo ligeiramente.

Devemos aproveitar esse impulso inicial e completar a nossa infraestrutura, por exemplo. Faltam-nos faróis ao longo das rotas aéreas já estabelecidas, os quais virão facilitar o voo comercial noturno. Um sistema de radar ao longo de nossas fronteiras vulneráveis e em torno dos principais portos e centros vitais do país, conjugado com a Aviação de Caça e a Artilharia Antiaérea, é outro tributo que estamos devendo à era vertiginosa da Aviação.

Conclusão

Em resumo, as lições da guerra indicam-nos dar à Aviação a máxima potencialidade possível. A preponderância da tomada da iniciativa e da ofensiva na luta moderna tem o seu esteio principal no emprego de uma Aviação agressiva e moderna, integrada por uma mocidade forte fisicamente, coesa e disciplinada, capaz e de moral alevantada. A F.A.B., como força unificada, provou bem e assim deve continuar. Com a sua organização e aparelhamento, em plena expansão, já é capaz, graças aos excelentes campos construídos ao longo de nosso litoral, de manter afastada qualquer força naval hostil à Nação, mesmo integrada por porta-aviões. Finalmente, a recente criação da Escola de Estado-Maior da Aeronáutica veio completar o magnífico ciclo de formação

e aperfeiçoamento dos oficiais da Aeronáutica. Talhada nos moldes da mais adiantada Aviação do mundo, integrada por oficiais que já fizeram o curso de E.M. na América e tendo mesmo em sua Direção de Ensino alguns dos mais experientados oficiais americanos, o que é sobremaneira proveitoso à organização, a Escola de Estado-Maior da Aeronáutica é o último elo que faltava para completar toda uma cadeia de iniciativas úteis à F.A.B. Dela se espera que imprima à nossa mais jovem força armada uma mentalidade vigorosa e objetiva, capaz de orientar os nossos problemas aero-militares e de inspirar e servir de modelo às organizações aeronáuticas civis do país.

Exército

Tanto quanto a Aeronáutica ou, talvez até mais do que ela, o Exército sofreu poderosa influência em consequência do último conflito, dando à frente um grande passo.

Sem dúvida alguma, o envio de uma Força Expedicionária Brasileira ao Velho Mundo foi um acontecimento histórico de importância notável, para a nossa Pátria, destinado a fixar um marco decisivo na marcha para os grandes destinos que nos aguardam. Já não somos esse "pay de là bas", esse mundo desconhecido dos europeus, situado abaixo da linha do Equador. Somos a primeira e única Nação Latino-americana que enviou os seus filhos (o número não importa) a lutar nos campos de batalha da Velha Europa. E por uma ironia do destino, para lutar, nós, os que recebemos deles as idéias e os conceitos de liberdade e democracia, de cristianismo e republicanism, pela restauração desses mesmos conceitos e idéias e pela expulsão dos tiranos que haviam deles feito letra morta. No grande reajustamento das potências que o descer do pano de uma guerra sempre impõe, o Brasil levanta-se como uma expressão nova, entre as ruínas das velhas Nações que já desempenharam o seu papel histórico, pronto para tomar o lugar condigno que lhe compete e influir nos destinos

do mundo. Esse serviço, esse grande serviço, a Nação deve-o, em sua maior parte, ao Exército. Essa intervenção do nosso Exército no grande conflito, porém, não se fez sem uma modificação radical que alcançou os mais profundos alicerces de nossa estrutura militar. Muito pouca gente sabe o esforço que isso exigiu dos nossos quadros. Talhados nos moldes franceses e devendo lutar sob a organização americana, tivemos de enterrar mais de 20 anos de um paciente e diuturno trabalho que já havia imprimido aos nossos oficiais uma mentalidade própria para, em poucos meses, preparar, equipar e encaminhar para a Europa, com mentalidade nova, todo um novo Exército. Reconheceu esse esforço e serve-nos de orgulho o tratar-se de um brilhante oficial estrangeiro, o General Delatre de Tassigni, quando de sua recente viagem ao Brasil. Disse ele, referindo-se ao Exército Brasileiro, que virá na Itália, que o que mais o admirava era a capacidade de adaptação do nosso Exército. Com efeito, passamos, num salto espetacular, do exército hipomóvel para o exército motorizado e blindado. Tudo como se isso não nos custasse mais do que receber novos materiais e pô-los em uso, sem aprendizado prévio. Quem, como nós, conheceu a Vila Militar, pouco antes da guerra e a vê agora, não pode deixar de se surpreender com a mudança de ambiente. Onde era calma e relativo silêncio, as Unidades tirando os seus materiais a cavalo ou sobre o dorso de muaras, é hoje ronco de motores e sirene de carros blindados. 5 a 8 anos bastaram para esse milagre feito como se protetora fada removesse, com vigorosa vassourada, tudo o que havia de antiquado, no taboleiro da Vila Militar e logo a seguir, jogasse sobre ele, como que tirados de mágico saco, os mais aperfeiçoados engenhos que a última guerra apresentou. Tal como a Aviação, os oficiais do Exército que, diga-se de passagem, só raramente viajavam para o estrangeiro, luxo que se reservava a muito poucos — os

chamados adidos militares — passaram a freqüentar, às dezenas, as academias militares de Tio Sam e de lá traziam uma mentalidade nova. Paris já não era a Meca dos militares, porém Fort Leavenworth, Fort Benning e outras grandes organizações escolares militares dos Estados Unidos. Muitos de nossos altos chefes também para lá viajavam e de lá vieram imbuídos de novas idéias. Muitos dos oficiais que deviam integrar a F.E.B. fizeram um estágio prévio na América do Norte e oficiais deste país vieram até cá para trabalharem junto das Unidades da F.E.B. Desse intercâmbio proveitoso resultou esse Exército que conquistou vitórias sobre vitórias na luta contra o grande Exército alemão, em plenos Alpes Apeninos. Esse Exército que vemos desfilar nas últimas paradas, quase inteiramente motorizado e mecanizado, entre palmas do povo, sem que este saiba o grau de esforço que é preciso desenvolver para atingir-se semelhante resultado, partindo de homens semi-analfabetos e num país pobre de técnica. Para atender esse novo Exército, surgiu uma nova Diretoria (D.M.M.), um colossal Parque Motomecanizado, o maior no gênero e melhor aparelhado da América do Sul. Escolas e Cursos de Motomecanização, Depósitos, etc., etc., Nosso Exército, através do "Lend and Lease", recebeu pesados tanques de 70 toneladas, artilharia antiaérea e de campanha, carros M8, lança-rojões (as chamadas bazucas), morteiros de 80 e 80, canhões anticarros, canhões e armamento portátil de Infantaria de toda a espécie, equipamentos de transmissões, de transportes, de saúde, de Intendência, etc. Nosso Exército se americanizou da noite para o dia. Contudo, um tão grande desenvolvimento revelou falhas que devemos anotar. Um país tão extenso como o nosso, de tão escassas vias de comunicações e habitado por uma população mal distribuída e revelando fraco índice de vitalidade não poderia deixar de apresentar problemas sobre-humanos aos organizadores

militares. O gigantesco conflito produziu abalos de toda a ordem no nosso organismo militar e econômico, a começar com a ameaça a Natal, pelo deslocamento de nosso interesse estratégico para o Nordeste, exatamente no extremo oposto de nossa até então clássica fronteira principal do Sul e a terminar pela desarticulação de nossa produção agrícola com a convocação em massa de soldados para a F.E.B. e com o deslocamento de trabalhadores agrícolas para as indústrias extrativas de minerais estratégicos. Desde logo ficou patente a fragilidade de nosso sistema de comunicações terrestres, com a falta da longitudinal ferroviária Norte-Sul. A ameaça submarina, tornando problemática ou difícil as comunicações marítimas, aliando-se à falta daquela longitudinal, a mais sensível falha de nosso sistema de comunicações, colocou as forças brasileiras na situação de ilhas estratégicas isoladas. O sistema centro — Sul não se comunicava, praticamente, com o sistema do Nordeste. Neste último, tivemos de desembarcar e ocupar Fernando de Noronha, como se esta ilha não fosse terra brasileira. Na era da Aviação não se pode subestimar o valor dos Postos Avançados. Fernando de Noronha, chave de Natal, deve ser ocupada permanentemente e tornada inexpugnável. Quanto mais para longe levarmos as nossas defesas, mais tempo teremos para nos preparar e mais tranquilos ficaremos. A longitudinal Norte-Sul é imprescindível não só para atender aos transportes de mobilização, como para servir aos de concentração, enquanto o Brasil não tiver uma marinha bastante forte para garantir as suas comunicações marítimas. No caso da mobilização, ela funcionará como linã, atraindo toda a vasta, porém espalhada, população dos sertões de Minas, Bahia e dos Estados adjacentes. O último conflito evidenciou ainda a importância da preparação psicológica. Houve má compreensão da convocação, principalmente nas populações do interior, até onde mal chegavam os periódicos das capitais, em

consequência da falta de explicação das causas do conflito, de seu móvel e do papel do Brasil no mesmo. Outra falha foi a ausência de acampamentos de recepção e treinamento de convocados, falha, aliás, da qual se ressentem todas as guarnições do país. Mobilizar não é só receber reservistas. É preciso dar-lhes instrução, fazê-lo atirar, ensinar-lhes o manejo dos materiais atuais e isso tudo não é possível fazer em quartéis já superlotados. Nossos quartéis, em geral, são encravados nas cidades. Precisamos adotar o sistema dos "Fortes" dos Estados Unidos, onde se agrupam Unidades de toda as armas, onde há casas, escolas, igrejas, etc. para todos e principalmente onde há vastos e variados terrenos onde a tropa se exercita isoladamente e em conjunto. No Nordeste se ensaiou a construção de um acampamento nessas condições, em Engenho de Aldeia, porém a iniciativa parece que não chegou a termo. Nesses verdadeiros centros de recepção submete-se o pessoal convocado a exames médicos, a provas físicas e à seleção e classificação, antes de distribuí-lo pela tropa. As inspeções de saúde dos nossos convocados foram outra grande lição, que pôs a nu um dos mais angustiosos problemas deste grande país. Enorme foi o número das rejeições por incapacidade física, o que vem provar a debilidade das populações do interior, intrincado problema que envolve o saneamento do interior, a educação do povo, para inteirar-se e compreender as medidas de higiene e a questão da alimentação adequada, ligada à exploração agrícola intensiva e científica. A circunstância de termos sido aprovisionados de armas, munições e materiais diversos pelos americanos do Norte não nos suscitou problemas de mobilização material, porém, isso não nos autoriza a perder de vista tais problemas. Precisamos, agora que possuímos indústria básica, enveredar por uma política de auto-suficiência, em matéria de armamentos, interessando a indústria civil na questão. Já muita coisa se faz no país, mas ainda es-

tamos longe da auto-suficiência. O material americano funcionou para nós como estoque de mobilização, porém à custa das divisas que havíamos acumulado no exterior com a venda de nossos materiais estratégicos, cuja extração se fez com o sacrifício de nossa produção agrícola, causa, hoje, do mal-estar que paira sobre o país. E quando o conflito terminou, estávamos sem dólares para adquirir os equipamentos indispensáveis para reaparelhar o nosso equipamento econômico, gasto até à exaustão durante os anos de guerra. Essa é uma das mais dolorosas lições que a guerra nos legou. Quanto à questão de doutrina, com quem ficar? Deixemos de lado a questão doutrina de guerra, que compete ao governo definir e encaremos, por alto, a doutrina de operações, que diz respeito, propriamente, às forças armadas. Ficamos com os franceses? Com os americanos? Sem dúvida, a guerra passada não derriu os velhos princípios estratégicos, que permanecem imutáveis. O que houve foi um aceleração do seu ritmo, maior potência de meios, violência inaudita, decisões fulminantes, destruição maciça de combatentes e populações, alastramento até à probabilidade das operações, como consequência da introdução de armas e materiais novos, possíveis com o aperfeiçoamento sempre crescente da indústria e da ciência. O que precisamos mudar são os métodos e não os princípios. Houve, durante a guerra, muitos espíritos inclinados a afirmar precipitadamente que os franceses haviam passado o cetro da arte da guerra para os americanos. Estivemos em "Fort Leavenworth", frequentamos o seu curso de Estado-Maior, lemos os seus "precis", os seus regulamentos, assistimos dezenas de conferências e estamos, pois, como todos os que lá estiveram, em condições de declarar que os americanos nada mais fizeram que seguir os regulamentos franceses e adaptá-los aos seus materiais, aos seus processos e próprios e principalmente ao seu espírito prático. A doutrina americana é

a doutrina
seu exco
objetiva
ponto d
com os
primir
Escolas
ção, qu
de Est

Adota
cartas,
esboço
auxílio
toda a
estagiar
próprias
indica
mãos do
os "han
recorden
a tirar a
situação,
principa
militares
que o al
a "cabec
Fiquemo
nizando
ensino p
a doutr
no noso
vacilação
american
farta exp
ricanos e
são unân
lências d

Por úl
A guerra
ões estr
as noss
O Rio G
deste? O
embocad
distribuir
Mais no
Onde o
forças ar
nossos te
cipais? U
o advento
portadas
mais fron
são vulne
quer país
mais atrá
em supe
abrangem
lação civi

a doutrina francesa expurgada de seu excesso de teoria e tornada tão objetiva quanto possível. Sob esse ponto de vista, temos que aprender com os americanos. É preciso imprimir um sopro novo nas nossas Escolas Militares, quer de formação, quer de aperfeiçoamento, quer de Estado-Maior.

Adotar coisas práticas, ordens curtas, aceitar a preponderância do esboço sobre o texto, ensinar com o auxílio de meios de instrução de toda a espécie (aprender fazendo), estagiar nos próprios locais e nas próprias Unidades cujo emprêgo se indica e principalmente pôr nas mãos do aluno, no final do Curso, os "hand-books" práticos que lhe recordem todo o Curso e o ajudem a tirar as dificuldades, em qualquer situação, eis as transformações principais que as nossas escolas militares estão exigindo. É preciso que o aluno não saia da Escola com a cabeça cheia e as mãos vazias. Fiquemos pois no meio termo, organizando doutrina de emprêgo e de ensino próprias. Continuemos com a doutrina francesa, já arraigada no nosso meio, mas adotemos, sem vacilação, os métodos práticos americanos. A F.E.B. adquiriu farta experiência, ao lado dos americanos e, todos os que lá estiveram são unânimes em afirmar as excelências dos métodos americanos.

Por último, mais alguns pontos. A guerra levantou as nossas questões estratégicas. Quais são hoje as nossas fronteiras estratégicas? O Rio Grande do Sul? O Nordeste? O nosso extenso litoral? A embocadura do Amazonas? Onde distribuir os nossos efetivos de paz? Mais ao Sul? Mais no Nordeste? Onde o centro de gravidade das forças armadas da Nação? Onde os nossos teatros de operações principais? Uma só coisa é certo. Com o advento das Forças Aero-Transportadas e do porta-aviões não há mais fronteiras vulneráveis. Todas são vulneráveis. A defesa de qualquer país, hoje em dia, não se faz mais atrás de uma linha. É defesa em superfície, defesa integral, abrangendo o emprêgo da população civil, de homens e mulheres,

empenhando todas as forças vivas da Nação. Sob esse ponto de vista, a mais gritante necessidade do Brasil é a de vias de comunicações. Somos um arquipélago de povoações isoladas. Para que o Norte possa socorrer o Sul e vice-versa, para que o litoral possa receber o auxílio do sertão, é preciso rasgar este país de estradas, sejam vias férreas, sejam auto-estradas.

Conclusão

Concluindo a nossa meditação sobre as Forças Armadas, ousamos dizer que o Brasil necessita, em ordem de urgência:

a) Uma Aviação poderosa, apoiada em numerosas e bem montadas bases terrestres, capaz de ocorrer a qualquer ponto do território nacional ameaçado;

b) Uma Marinha constituída de forte Esquadra de combate e numerosos meios de escolta, capaz de manter livres as nossas rotas marítimas;

c) Uma Defesa de Costa eficiente, integrada por todos os meios (Aviação de reconhecimento, guarda-costas e submarinos, artilharia de costa móvel sobre ferrovias, equipamentos de radar e de transmissões, etc.);

d) Um Exército motorizado e blindado-articulado com a Defesa de Costa ou com as fronteiras mais vulneráveis, através de apropriado sistema de comunicações;

e) Um Exército de campanha fartamente dotado de armas anti-carros e antiaéreas, destinada a receber os primeiros embates nas fronteiras vulneráveis e cobrir o que, na era da Aviação, ainda se pode chamar de mobilização e concentração;

f) Finalmente, uma defesa territorial que abranja todo o território vital da Nação.

III — CONCLUSÃO FINAL

O último grande conflito mundial ofereceu-nos amargas lições, porém propiciou-nos, de modo geral, um substancial avanço na senda do progresso. Nossas Forças Arma-

das, com a atuação magnífica nos campos de batalha do Velho Continente, proporcionaram à Nação prestígio internacional e tornaram-se as mais importantes da América Latina. Hoje, as nossas Escolas Militares são a Meca de todos os estudantes militares da América do Sul. O Brasil saiu infinitamente mais forte da guerra e aspirando à categoria de potência de 1ª ordem. No campo da economia sofremos profundos abalos, principalmente no setor da agricultura, porém é inegável que ganhamos terreno. Volta Redonda não surgiria tão cedo, não fôra a política de Boa Vizinhança de Roosevelt, instituída em momento crucial pelos Estados Unidos, para obterem o favor das Repúblicas Latina-americanas quanto a fornecimentos de materiais estratégicos. Com ela lançamos, definitivamente, as bases de nossa indústria pesada. A escassez de artigos estrangeiros provocou novo surto da nossa indústria, à semelhança da 1ª Grande Guerra. Por toda a parte abriram-se novos estabelecimentos industriais. Durante a guerra chegamos mesmo a exportar volumosas partidas de tecidos, tomado, entre os países importadores de têxteis, o lugar que sempre coube às velhas nações industriais. Cabe-nos, por uma política adequada, defender essa nova fonte de divisas, principalmente modernizando os nossos equipamentos e estimulando os exportadores. No setor da política externa, temos comparecido às conferências pan-americanas e outras como um fator de equilíbrio e ponderação entre as nações discordantes, nossa voz sendo sempre ouvida com acatamento. Graças ao nosso prestígio, temos sempre sido eleitos para lugares honrosos nessas reuniões internacionais. Já nos coube a honra de presidir a O.N.U. e figuramos entre os membros semi-permanentes. No setor interno, o problema maior é de ordem política, dependendo muito da boa vontade e espírito de compreensão de todos os brasileiros para ser solucionado. É animador verificar-se o interesse que cada vez mais as eleições des-

pertam no seio do povo. A guerra pela liberdade e democracia avivou a consciência cívica do povo. No terreno social, vamos fazendo grandes progressos. As idéias sociais são, hoje, discutidas diariamente. Por toda a parte se procura humanizar o trabalho. Multiplicam-se os Institutos de assistência aos trabalhadores. Sem exagero, podemos dizer que a questão social é ponto de honra de todos os governantes. Finalmente, é lícito perguntar-se se o grande conflito não criou uma mentalidade nova no povo brasileiro. Uma guerra de caráter global, abarcando tudo e todos, pondo em risco a segurança do próprio Continente, golpeando fundo a economia de todos os países, inclusive a nossa, não teria despertado no povo brasileiro um novo sentir, uma nova maneira de encarar os problemas mundiais, uma acuidade maior para o perigo externo, uma nova alma mesmo? cremos que sim. Já há, entre nós, como entre todas as repúblicas deste Continente, o desejo de unir-se, de cooperar com as nações irmãs, pois todos compreendem, no limiar da era atômica que não há lugar no mundo para os neutros e indiferentes. A guerra transcendeu os limites dos países para tornar-se continental e por fim intercontinental. Ou todos se defendem juntos, ou todos sucumbem juntos. Nenhuma nação é auto-suficiente, de forma que os mais fortes prescindirão dos recursos dos mais fracos e os terão com ou sem cooperação. Daí essa mentalidade nova que vemos e que aceita o uso de novas bases e a exploração dos novos recursos pelos países do continente, mais ricos em técnica e inovação desde que resguardados fiquem os direitos de nossa soberania e as necessidades internas. A paz mundial, objetivo supremo da humanidade, só será conseguida à custa desse espírito de compreensão e colaboração, do qual o Brasil e as demais nações do hemisfério já se vão imbuindo. Nada mais nobre para nós do que oferecer, como já oferecemos, à segurança do conti-

nente e à
nhão de
ção das
bases, ou
e até mes-
rar partid
aprendeu

DEPOI

On do
ternacional
as tendên-
mento. C
grante utili-

Repita
omunidad ve
y le aconas

Esse p
tência inõe
podirão co
em plano a

Dizem
delido o in-
econômica
riação de e
vigorosame
trições do

As duas
regime de

Não se
Ela o ensin
fictícia.

Não só
dados abais
Statistics?
demonstram
na União
clinou o v
com 1945.

Brasil
México
Noruega
Nova Z
Suécia
Bélgica
Suíça
Egito
Hondur

nente e à paz mundial, o nosso quinhão de sacrifício, pondo à disposição das nações unidas as nossas bases, os nossos recursos materiais e até mesmo humanos. Sabendo tirar partido de tôdas as lições que aprendeu com a guerra, lições que

ai ficam bosquejadas como ponto de partida para melhores estudos, o Brasil, uno e pacífico, trabalhando à sombra de ideais humanos e nobres não terá como fugir ao glorioso e destacado lugar que o destino lhe reserva no concerto das Nações.

A AÇÃO ANTI-INFLACIONISTA. BASE DA RECUPERAÇÃO

DEPOIMENTOS IDÔNEOS E ALGARISMOS SIGNIFICATIVOS

Os documentos que idôneamente focalizam a situação econômica internacional, mostram-se uniformes em reconhecer a necessidade de frear as tendências inflacionistas, como ponto de partida da política de saneamento. Convém que esse testemunho repercuta no Brasil, pela sua flagrantíssima utilidade.

Repitamos ainda uma vez o conceito de Bolívar: "No le profesa amistad verdadera y pura al gobernante sino el que le habla la verdad y le aconseja el bien".

Esse pensamento deveria ser objeto de reflexão constante, de advertência indefectível por parte dos homens de responsabilidade. Só assim poderão compreender a crítica sincera dos que situam o interesse público em plano sobranceiro às conveniências pessoais.

Dissemos que a documentação idônea acentua a necessidade de ser detido o inflacionismo, como indeclinável fundamento de uma política econômica e financeira sadia. No seu relatório anual refere a Associação de exportação da Suécia que as tendências inflacionárias têm sido vigorosamente detidas, na Europa, pelo controle dos salários e pelas restrições do crédito.

As duas medidas se completam. Não se estabilizam os salários num regime de crédito fácil ou de emissões sucessivas.

Não se controlam os salários, sem a estabilização dos dividendos. É o ensinamento que proporciona a atualidade administrativa da Grã-Bretanha.

Não só na Europa os poderes públicos vencem o inflacionismo. Os dados abaixo, reproduzidos do último exemplar do "Monthly Bulletin of Statistics", do Bureau de Estatística da Organização das Nações Unidas, demonstram que na Índia, no Iran, no Iraque, na Irlanda e na Inglaterra, na União Sul-Africana e nos Estados Unidos, até mesmo no Panamá, declinou o volume do meio circulante, no ano passado em confronto com 1945.

CIRCULAÇÃO MONETÁRIA EM 1949

+ ou - do que em 1945

Brasil	+ 36,65
México	+ 34,07
Noruega	+ 32,35
Nova Zelândia	+ 25,72
Suécia	+ 19,71
Bélgica	+ 19,37
Suíça	+ 18,31
Egito	+ 17,73
Honduras	+ 17,43

Austrália	+ 13,17
Holanda	+ 12,55
Canadá	+ 12,13
Colômbia	+ 12,05
Equador	+ 11,21
Síria-Líbano	+ 7,83
Portugal	+ 5,00
Dinamarca	+ 4,41
Panamá	- 43,40
Irlanda	- 27,03
Iran	- 12,70
Iraque	- 12,47
Índia	- 7,06
Estados Unidos	- 6,03
Inglaterra	- 5,22
União Sul-Africana	- 3,14

Temos ao todo vinte e cinco países. Em oito, a circulação do dinheiro baixou de volume, durante o quadriênio de 1945 para 1949.

O Brasil ocupa, no quadro supra, uma posição que nos traz à memória trecho bem significativo de recente estudo vindo a lume nos Estados Unidos. Trata-se do volume — "Brazil. An Expanding Economy" — no qual se condensa minucioso inquérito feito "in-loco" por George Wythe, Royce A. Wight e Harold M. Midkiff, em virtude de incumbência do The Twentieth Century Fund, de New York.

Reproduzamo-lo textualmente. "Also, the chronic inflation that has afflicted Brazil and the consequent currency depreciation have discouraged savings and investment and have been a source of high interest rates. These conditions have hampered the productive use of capital — both Brazilian and foreign. As the Brazilians themselves must provide by far the major portion of funds for the nation's development, it is to the domestic, even more than foreign, interest of Brazil for the government to create conditions more favorable to investment."

Para alcance geral vejamos agora a tradução, em face do texto ora reproduzido. A inflação crônica, que tanto tem affligido o Brasil e a conseqüente depreciação da moeda desencorajam o espírito de economia individual, bem como os investimentos, constituindo uma fonte de taxas de juros elevadas. Essas condições impedem o uso produtivo do capital brasileiro e estrangeiro. Como são os brasileiros que fornecem consideravelmente a maior parte dos recursos indispensáveis ao desenvolvimento nacional, é do interesse interno, mais mesmo do interesse estrangeiro, que o governo propicie condições mais favoráveis ao investimento.

A tradução guarda inteira fidelidade ao texto. Está claro que a inflação desestimula o espírito de economizar e afeta a segurança dos investimentos. Maior dano não se pode causar a um país pobre, financeiramente, e desequipado economicamente.

Divulgou-se, há pouco, nos Estados Unidos, uma obra que bem reflete a confiança do povo norte-americano no sistema do livre empreendimento e no regime da livre crítica. Tem o título — "Climbing the Executive Ladder". São seus autores George J. Kienzie e Edward H. Dare.

Editaram-no McGraw-Hill Book Company, Inc. Nas suas páginas ressaltam os malefícios de certa mentalidade e que os "yankees" chamam de "yes men", ou sejam homens que dizem sim a tudo, por comodidade ou interesse.

A crítica livre e bem intencionada, construtiva e impessoal, beneficia profundamente o interesse público. Pensar de outra forma prejudica, em vez de servir, perturba, em vez de ajudar.

(Transcrito do "Jornal do Comércio", de 27-VI-950.)

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS FUNÇÕES DA MOEDA

Cel. J.B. MAGALHÃES, da 1ª classe da Reserva do Ex.

"It will be well at this point to emphasize the fact that the capital consists of goods, and not of money. The businessman will often speak of money, but if we were to question him closely we should discover that what he really has in mind is the concrete goods that his money has purchased, and that he has expressed these goods in terms of money simply as a matter of convenience."

("Fundamentals of Economics" — P.F. Gemmill).

A moeda é a um tempo medida e reserva de valor e, principalmente, instrumento de troca. Isto se traduz pelas expressões numérico, moeda em circulação e moeda em economia, meios de pagamento.

A função medida de valor dá à moeda um caráter objetivo indifferente, poderíamos dizer, abstrato. Não serve, porém, para medir todos os valores. Escapam à sua capacidade os valores intelectuais e morais e os de caráter nimamente social.

A função instrumento de troca, faz da moeda o intermediário comercial, por excelência, da compra e venda. Cria o trôco.

A função reservatório de valor, facilita economizar e permite pela reunião de economias dispersas, valorizá-las ligando-as entre si em vista de aplicações futuras.

Em virtude de tais funções, a criação da moeda revolucionou a economia universal. Os capitais tornados fluidos puderam ser utilizados por mãos mais hábeis de os fazerem frutificar. Formou-se um fundo comum manejável pelos que mercadejam. Estimulou-se o espírito de previdência, porque a economia pode ser feita assegurando lucros imediatos, juros. Estimulou-se o espírito de iniciativa, porque os espíritos arrojadados, encon-

traram facilidades em dispor dos capitais necessários aos seus empreendimentos.

Por tudo isto, a moeda tornou o homem economicamente mais livre, menos preso aos valores concretos que ela representa. Mas, de outro lado, escravizou-o socialmente, pela incultura moral da maioria dos detentores do capital e se tornou instrumento de aviltção da grande maioria, dos que fazem dela, de sua conquista, o leitmotiv de suas vidas. É o que o inclito Camões traduz admiravelmente nos Lusíadas:

"Que o grande apêsto, em gente
linda que honrosa

"As vèzes leis magnánimas que-
branta"

(Canto VIII)

"Quanto no rico, assi como no
(pobre,

"Pode o vil interêsse e sêde
limiga

"Do dinheiro, que a tudo nos
lobriga!"

(Canto VIII)

A quem a moeda sobretudo favoreceu foi ao Estado. Pôde este por via dos impostos confiscar recursos individuais para aplicá-los em benefício de todos, desenvol-

vendo os seus serviços. Mas, isto deu-lhe maior poder de tirania.

A moeda é, porém, essencialmente, um elemento igualitário dos homens, porque *despersonaliza a economia*. Ela faz esquecer as raças, as religiões e as nacionalidades nas relações entre eles. Mas dá ao que a detém o poder de influir no equilíbrio natural entre a oferta e a procura, a produção e o consumo, fazendo surgir uma nova espécie de despotismo. O detentor da moeda pode retardar ou precipitar suas compras e fazer variar bruscamente a cotação dos valores, o que evidencia a enorme responsabilidade moral e social, e diremos também, política do homem rico.

A moeda, de outro lado, excita o sonho das riquezas e cria assim uma fonte de alegria e conforto, pois em pensamento pode-se facilmente imaginar, dispondo de uma fraca soma, possuir muitos bens. É uma ilusão, que resulta do fato de se não ver nela a expressão mesma da riqueza, de se confundir o seu valor nominal com o real. É o que faz os assalariados não se conformarem em receber por seu trabalho menos moeda mesmo que baixe o custo da vida, e preferirem receber mais embora isto importe em elevação do preço das utilidades e serviços.

Nisto se encerra um vício mental, resultante da fascinação do dinheiro visto como riqueza efetiva. Vício que faz reduzir tudo na vida a meras expressões monetárias, esquecendo os valores fundamentais da felicidade humana, sobretudo residentes no equilíbrio normal das funções anímicas, na disciplina dos pendores egoístas pelo cultivo das qualidades, em todos os homens residentes, do altruísmo.

Não é, porém, a moeda, pelas funções que exerce na vida social, a causa das virtudes nem dos crimes. Esta reside no que motiva o uso que os homens fazem dela. A moeda facilita apenas exercer umas e cometer outros. Tudo depende do emprêgo que se lhe dê.

As funções naturais da moeda tornaram-na naturalmente um instrumento essencialmente político, dando surto ao que se chama modernamente regime monetário ou de moeda dirigida. É uma exorbitação do significado real do seu valor, correspondente ao valor real de um bem econômico. O Estado determina-lhe um valor arbitrário. A moeda deixa de ter o seu poder de compra dependente de causas naturais econômicas, para o ter influenciado por motivos políticos, sociais e morais. Todavia, não se anula o seu significado fundamental e as reações que sobreveem ao livre arbitrio dos manejadores da moeda criam situações às vezes extremamente críticas. É o caso dos inflacionismos monetários, por incompetência ou imoralidade dos governantes, de que sempre resulta o encarecimento do custo da vida e sofrimentos para as grandes massas das populações.

A única direção legítima da moeda consiste, em vista do que ela significa e das funções econômicas que exerce, em se manter o volume existente dos meios de pagamento, correspondente ao valor da produção nacional comerciável.

FABRICA BANGU
TECIDOS PERFEITOS

Preferidos
no
Brasil



BANGU



Grande
sucesso
em
Buenos Ayres

EXIJA NA OURELLA
BANGU-INDUSTRIA BRASILEIRA

APROVEITAMENTO DO SÃO FRANCISCO

Gen. ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO

"Rio da unidade nacional, elo de conexão entre a região Norte e a região Sul do país" —
Dr. JORGE ZARUR.

ESBOÇO HISTÓRICO

Desde que Américo Vespúcio, velejando ao longo da costa brasileira, descobriu o formoso estuário de nosso grande rio, as riquezas sem número logo vislumbradas, da região, atraíram a atenção dos viajantes e a cobiça dos homens da época.

Quem acompanha a história portuguesa e estuda a sua evolução não pode deixar de repelir a idéia de "acaso" no devassamento do Universo pelo punhado de heróis lusos, nos séculos XV e XVI.

Descoberta a terra, D. João III é o estadista que delineia os alicerces da grande nação brasileira. Das capitanias se passa ao Governo Geral e na comitiva de Tomé de Souza veio Garcia d'Ávila, que consideramos o precursor dos bandeirantes que tivemos. As penetrações pelo sertão se iniciam. Garcia d'Ávila, subindo pelo São Francisco, desde logo lobrigou as vantagens do aproveitamento dos varzeiros, vasantes e carnaubais, ao longo do vale desse grande rio, para o desenvolvimento da pecuária.

Garcia d'Ávila, Guedes de Brito e seus sucessores espalharam em fins do século XVI e pelo XVII, seus grandes currais pelas margens do grande rio e pelos de seus afluentes, de onde se propagaram pelos sertões de Pernambuco, Ceará, Goiás, Rio Grande do Norte, Paraíba e Maranhão. O vale de São Francisco foi o orientador do desbravamento e como tal o ponto de partida do aproveitamento eco-

nômico da maior parte do território nacional.

Por ocasião da descoberta do ouro e do desenvolvimento da mineração do século XVIII já o vale do São Francisco se achava repleto de gado, com várias vilas florescentes e aldeamento instalados para reduzir os selvícolas.

Nos conflitos e lutas da fase colonial, quando o batavo, dominando o mar, se apoderava do litoral do nordeste, os valentes vaqueiros sanfranciscanos vinham em turmas engrossar as falanges que pelejavam pela unidade do Brasil.

João Ribeiro, Euclides da Cunha, e Vicente Licínio Cardoso, chegaram à conclusão de que devemos a nossa unidade quase que exclusivamente ao fator geográfico resultante da existência do grande curso d'água navegável que une partes longínquas do país, em pleno "hinterland" brasileiro.

As embarcações rudimentares que transportavam os emboabas e os reaprovisionamentos para os garimpos ou para os engenhos foram fatores decisivos que auxiliaram os gênios do Patriarca e de Caxias a manterem a unidade nacional, motivo de nosso justo orgulho.

Os travessões naturais de pedra que interceptam o curso do São Francisco impediram, até então, que este grande rio se escoasse rapidamente para o mar, tornando-se um curso d'água torrencial como os outros do Nordeste. O São Francisco continuou a escavar as suas margens, alargando pouco a pouco o seu leito, tornando cada vez mais precárias as suas condições de na-

vegabilidade. A erosão das águas sobre as rochas desgastando paulatinamente o obstáculo natural interceptador e o volume d'água escoando-se a cada instante com maior facilidade, faz desaparecer o fator geográfico das comunicações fluviais determinantes da unidade política do país. Os estadistas do primeiro Império tinham os olhos fitos no Vale do grande rio.

Emanuel Liais no século XIX e Guilherme Fernando Halfeld foram encarregados de estudar o vale do São Francisco e as possibilidades do desenvolvimento de sua navegação, desde as nascentes até Pirapora e o Atlântico.

Na fase colonial a navegação fazia-se por meio de canoas, balsas ou ajoujos.

As primeiras barcas só foram usadas depois da Independência. A estagnação da região sanfranciscana após a inauguração da via férrea em Joazeiro decepcionou as previsões.

Enquanto o São Francisco só permitir o acesso a embarcações de pequena arqueação, a região permanecerá em situação de absoluta inferioridade econômica, não podendo produzir para exportar, em competição com outras zonas próximas dos mercados consumidores.

A região sanfranciscana se transformou rapidamente num deserto pelo êxodo constante de suas populações, pelo empobrecimento de suas pastagens e pelo flagelo das secas, que dizima a única indústria estável que a sustenta.

Após os grandes latifundiários que presidiram às instalações dos currais, famílias importantes na Colônia se foram estabelecendo nas margens do São Francisco, adquirindo terras dos herdeiros de Garcia d'Ávila e de Guedes de Brito, sucedendo-os no pastoreio e criando centros de atividade nas antigas povoações.

O vale do São Francisco, amplo, vasto e plano, rico em bases calcáreas, é a região mais próxima do mar adaptável a lavoura mecanizada que possuímos. O seu aproveitamento transformará por si só o destino do Brasil.

O São Francisco, até agora entregue a seus caprichos assola de quando em vez a região ribeirinha, afogando os rebanhos ou matando-os a sede, quando enche ou seca em demasia. Regularizado o seu curso, transformados os seus afluentes em reservatórios de compensação, ficará assegurada a sua navegabilidade perene, pondo em comunicação o vasto "hinterland" que vai da serra da Canastra a Paulo Afonso. Estamos diante de um dilema: ou dominamos o São Francisco ou o Brasil desaparecerá como grande Nação.

O HOMEM

O elemento humano, apesar de sofrer em geral vários cruzamentos, apresenta um tipo especial, completamente diverso do que habita a região costeira e os platôs do sul. O habitante de ascendência cruzada é chamado sertanejo. A maior parte pertence ao tipo caboclo, que é o produto de troncos branco e índio, com traços de sangue negro.

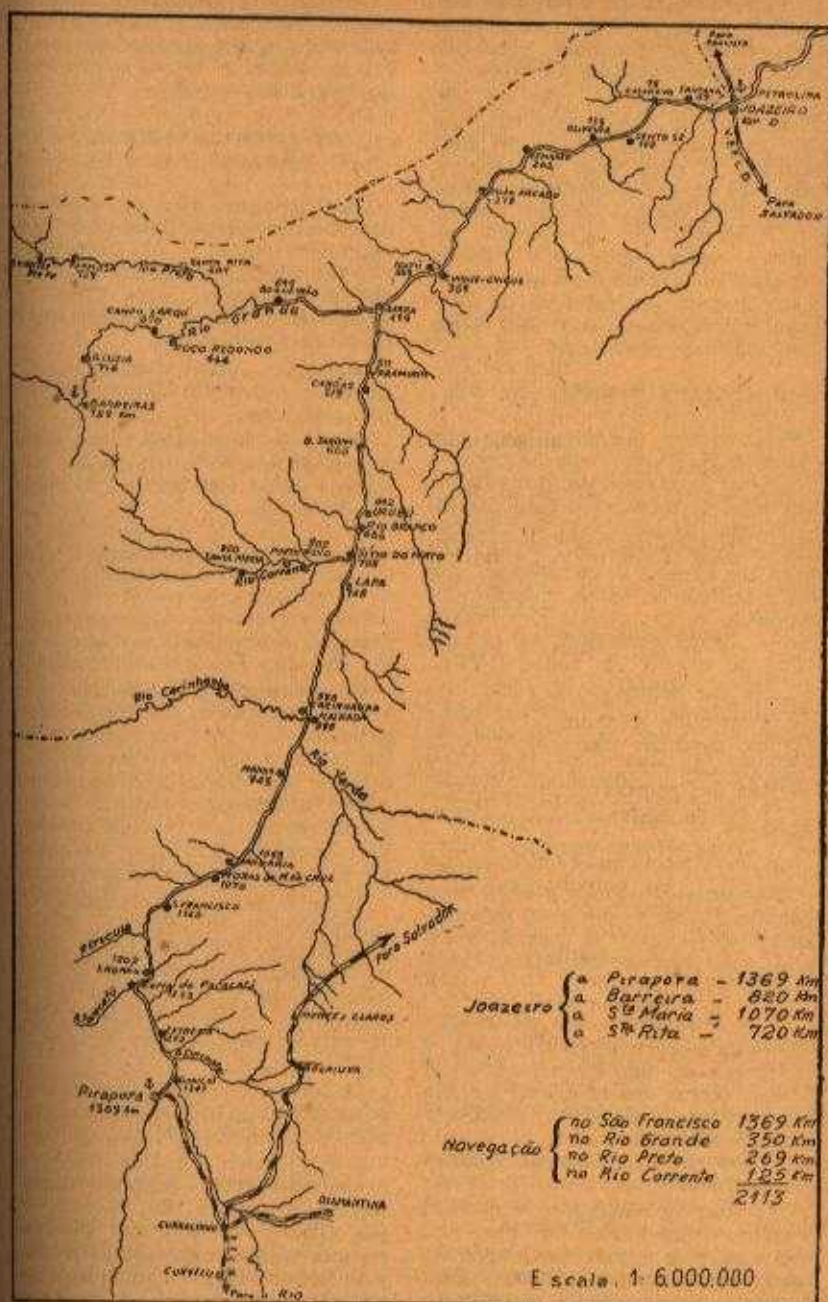
O colonizador português, que desempenhou os papéis de "soldado, aventureiro, mercador e colonizador" serviu de tronco básico para o elemento europeu da população.

Das três raças resultou a presente população mestiça.

O sertanejo é o tipo resultante da amalgamação racial e aculturação. É fisicamente forte, capaz de suportar longas horas de labor extenuante, quando não atacado pelas moléstias dominantes na região. Tem inteligência viva e arguta, e espírito inventivo, não sendo econômico. Possui uma filosofia fatalista que o preserva de revoltas contra as condições adversas, no seu trabalho "não demonstra perseverança e continuidade do imigrante estrangeiro", porque lhe falta educação apropriada.

MOVIMENTO DE POPULAÇÃO

Através do vale do São Francisco realiza-se um dos movimentos de população mais intensos, e contínuos do Brasil. No começo do século XX, no apogeu da produção da borracha, os nordestinos pro-



BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO

curaram a bacia do Amazonas. Depois do declínio da borracha, estes emigrantes se dirigiram para São Paulo, para a cultura do café.

Os emigrantes do vale do São Francisco não abandonam suas casas impelidos pela fome ou pela miséria. A emigração é intensiva, não pela impossibilidade de subsistirem, mas porque querem melhorar suas condições econômicas em outras regiões, onde seja possível um padrão de vida mais alto. Após 5 ou 10 anos de trabalho, os emigrantes regressam aos seus lares com algumas economias.

OCUPAÇÕES E PADRÕES DE VIDA

O povo tem um nível baixo de subsistência, nível que impede o uso total dos recursos humanos e naturais. O transporte inadequado, o sistema desfavorável de impostos, a especulação comercial, e a falta de capital e de crédito, dão em resultado a baixa cotação dos produtos locais. Os salários baixos são a causa principal da grande falta de braços em todo o Vale.

85 % da população é rural. Os trabalhadores dessa natureza compreendem vaqueiros, agregados, camaradas e ribeirinhos. Os tipos urbanos e rural-urbano constituem os restantes 15 % da população.

OS TIPOS RURAIS

A organização social e econômica do vale do São Francisco é influenciada pela economia pastoril. Os tipos mais representativos da criação do gado são:

1) o fazendeiro; 2) seu representante e sócio, o vaqueiro; 3) o camarada, o trabalhador rural e 4) o agregado que, apesar de viver na fazenda, está mais interessado pela agricultura.

O fazendeiro mede sua riqueza e seu prestígio pelo número de cabeças de gado que possui e pelo volume d'água que controla.

O vaqueiro é o representante do fazendeiro. É quase um sócio. Seu domicílio é sempre na fazenda.

O agregado é um agricultor, que vive num terreno considerado parte

do domínio do fazendeiro. Sua situação econômica é precária. Sua habitação, quase sempre de adobe, é mais pobre e menos confortável do que a do vaqueiro.

OS TIPOS URBANOS E OS PADRÕES DE VIDA

Os fazendeiros têm casas nas cidades e nas vilas. Constituem, com os comerciantes, a alta sociedade. São também comerciantes em larga escala e tomam parte ativa na administração e na política locais (coronel-político).

Nas vilas encontram-se alguns artesãos e trabalhadores com alguma técnica.

O padrão de vida na maior parte dessas cidades é muito baixo. Nenhuma delas tem serviço de águas ou de esgotos.

OS TIPOS RURAIS-URBANOS E OS PADRÕES DE VIDA

São o geralista, o garimpeiro, o remeiro, o tripulante dos barcos do rio São Francisco, e o ribeirinho.

Os geralistas, que habitam o interior, mas não se ligam a nenhum fazendeiro, vivem extraíndo e caçando. Extraem borracha de manicoba e da mangabeira e muitas vezes fibras, como o cará. Vivem em cabanas e por vezes ao ar livre, permanecem num lugar até exaurir a fonte do seu rendimento.

O garimpeiro é o falcador de diamantes e de quartzo. É um aventureiro, que trabalha de sociedade com alguém que lhe adianta dinheiro para os instrumentos e provisões. É um nômade, muda freqüentemente de um lugar para outro.

O remeiro, que é dono de seu equipamento, habita as margens, principalmente perto das cidades.

O ribeirinho, o homem das margens, vive num pequeno terreno dessas, ou numa ilha e pratica a agricultura durante os períodos compreendidos entre as cheias. Os ribeirinhos vivem principalmente da cultura de vazante e, com a sua produção, sustentam parcialmente as cidades vizinhas.

O
des-
seus
sistem
leira
um
aqui
e "cu
As
ras
ocide
em l
Mest
Platu
milit
serra
Diam
nord
leiro
norte
bacia
naiba
bado
plana
águas
fentes
São
deste
Bacia
Franc
press
com
a 3 q
metro
perfor
largu
margi
pora
1.371
nas
milim
signifi
decliv
norte
Pernan
Região
trecho
guais
São co
press
princ
afuen
cobre
delgad
tament
rio ab

FATORES QUE APETAM A ECONOMIA REGIONAL

(Os fatores físicos)

O São Francisco é um dos grandes rios da América do Sul. Com seus tributários constitui o maior sistema de rios do Planalto Brasileiro. A área na qual ele corre, é um vasto planalto onde aparecem aqui e ali remanescentes da erosão e "cuestas".

As cabeceiras situam-se em terras altas bem regadas. O limite ocidental alcança o divisor de águas em forma de "cuestas" do Espigão-Mestre e em chapadas isoladas do Planalto Central Brasileiro. O limite oriental segue a crista da serra do Espinhaço, e a chapada Diamantina, ao norte. O limite de nordeste é a escarpa sul do tabuleiro de arenito do hemicírculo do nordeste, divisor de água entre a bacia do São Francisco e a do Paranaíba. O limite nordeste está situado nas escarpas meridionais do planalto de Borborema, divisor de águas entre os afluentes intermitentes na Região das Quedas, do São Francisco e dos rios do Nordeste brasileiro. De Pirapora, na Bacia Média até Juazeiro, o São Francisco desliza sobre uma depressão rasa num terreno elevado com uma largura variável entre 2 a 3 quilômetros e 10 a 15 quilômetros nos quais o leito do rio perfaz a média de 1 quilômetro de largura, e onde há vários lagos marginais e ipueiras. Entre Pirapora e Juazeiro, numa distância de 1.371 quilômetros, o rio baixa apenas 105 metros, uma média de 75 milímetros por quilômetro, o que significa um curso de muito pouca declividade. Ao longo da margem norte da Bacia, na Bahia e em Pernambuco, e através do Vale na Região das Quedas, há um grande trecho da peneplanície ondulada de gnaiss-arqueano, granito e xisto. São comuns os monadnocks. As depressões no relevo são causadas principalmente pela erosão dos afluentes intermitentes. O solo que cobre as rochas de embasamento é delgado e a rocha aflora freqüentemente. Nessa velha formação o rio abriu um vale relativamente es-

treito. Abaixo de Itaparica a Bacia é atravessada por uma estreita faixa de arenito cretáceo. Além a peneplanície de rochas arqueanas continua para leste com altitude decrescente até uma curta distância do Atlântico, exceto nas estreitas faixas de depósitos quaternários, ao longo de São Francisco, abaixo de Pão de Açúcar e no pequeno delta do mesmo, abaixo de Penedo.

CLIMA

O fator crítico, em grandes regiões do vale médio do São Francisco, é o clima.

As principais características do clima da Bacia Média deste rio são: a pequena precipitação anual, curta estação chuvosa, longas estações de seca e de grande irregularidade na ocorrência das chuvas e na sua intensidade. Em algumas estações as chuvas acarretam inundações desastrosas; em outras, uma precipitação baixa provoca secas alarmantes.

VENTOS

Os ventos dominantes desde os fins de abril até novembro — durante a estação seca — vêm de leste e os aliseos de sudeste; são mais fortes do que os mesmos ventos na costa atlântica da região.

A força e a velocidade dos ventos na Bacia média Inferior e na Região das Quedas são explicadas pelo caráter do relevo de peneplanície do sertão que não oferece obstáculos suficientes para impedir a velocidade do vento.

TEMPERATURA

Apenas a Bacia Inferior e a zona norte da Região das Quedas apresentam temperatura tropical. Para o restante do Vale, a altitude corrige a latitude baixa. A estação quente começa em setembro, durante o dia. Exceto em dezembro, janeiro e fevereiro, as noites são frias e a amplitude entre as temperaturas máxima e mínima é relativamente alta. A região mais quente da Bacia Média do São Francisco está situada nas proximidades de Cabrobó e apresenta

melhor variação durante as estações.

Morais Rêgo classifica quatro regiões climáticas a saber:

1. Clima semi-árido equatorial; chuvas de inverno, outono e primavera. Este tipo de clima cobre a maior parte da Bacia Inferior.

2. Clima semi-árido subtropical; chuvas de verão e outono, distribuição irregular e poucas chuvas. Este tipo abrange a maior parte da Região das Quedas, a Bacia Mé-

día Inferior e a parte norte da Bacia Média Superior.

3. Clima semi-árido subtropical; chuvas inconstantes no verão; abrange principalmente a zona superior da orla leste da Bacia e o Platô Ocidental.

4. Clima continental úmido nas terras altas; clima distintamente com estações secas e úmidas, com a estação chuvosa no verão e ventos fortes dominantes; inclui a Bacia Superior e a maior porção do Sul da Bacia Média Superior.

(Continua)

"A Defesa Nacional" recomenda a seus leitores, pela excelência dos produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes **CASAS** ou **FIRMAS**:

Rio de Janeiro.

Produtos Químicos Ciba — Avenida Venezuela n. 110

Grillo, Paz & Cia. — Rua do Acre n. 66

Industrial de Tubos S/A. — Av. Presidente Antonio Carlos n. 201

Cotonifício Rodolfo Crespi — Rua da Conceição n. 31-Sala 405

Moinho de Ouro S/A. — Av. Mal. Floriano Peixoto, 133

Curso Tuyuty — Rua 7 de Setembro n. 209

H. Hunderberg-Albrecht — Rua Conde de Bonfim n. 1132

Fábrica de Cerveja e Bebidas "Occidental" — Rua Riachuelo n. 13

Daniel Espineira — Rua Uranos n. 607 — Ramos

Castro & Filho Ltda. — Rua Escobar n. 9 — S. Cristóvão

Açúcar Brasil — Rua dos Coqueiros, 17/19

J. Flinkas — Av. Automóvel Clube n. 1551

Produtos Turpen — Rua da Alegria n. 1275

Colchoaria do Povo — Rua 24 de Maio n. 783

CARVOARIA SAO JORGE

DE

JOÃO DOMINGOS DE AZEVEDO

RUA ALICE N. 77 — MESQUITA — ESTADO DO RIO

O CARVÃO NACIONAL, SUAS CARACTERÍSTICAS E PRODUÇÃO

Ten.-Cel. IRAPUAN XAVIER LEAL

O carvão nacional, em regra, pertence aos tipos betuminoso e semi-betuminoso. A exceção do carvão de Santa Catarina, não dá coque. A exploração é feita em camadas que se encontram à profundidade de 60 a 100 m, com espessuras variáveis de 1 a 3 m. Em Santa Catarina, maior Estado produtor, são três as camadas em exploração, sendo a mais conhecida a chamada Barro Branco, de onde tem sido extraído o carvão ora em consumo; os estudos, entretanto, já estão feitos para exploração intensiva de outras camadas. O carvão Catarinense, do tipo betuminoso, é retirado de minas construídas em sistema de galerias de penetração e a céu aberto, compreendidas numa região que abrange os Municípios de Cresciúma, Siderópolis, Urussanga, Orleans, Lauro Müller (Sul do Estado). Esse carvão contém, em média, 36 a 40% de cinzas e 8 a 12% de enxofre e, além da lavagem e escolha nas empresas mineradoras, é submetido a processo de beneficiamento nas instalações da Companhia Siderúrgica Nacional em Tubarão, o que reduz as porcentagens de impurezas; aí é preparado o carvão metalúrgico para Volta Redonda, na base de 16% de cinzas e 1,5% de enxofre.

Os processos de extração, em Santa Catarina, como no Rio Grande do Sul, ainda são rudimentares. Nos dois Estados, salvo as minas da Companhia Siderúrgica Nacional e da Empresa Barro Branco, onde, na exploração a céu aberto, são usados processos mecanizados, o processo usado para

a extração ainda é manual, com picareta, o que diminui o rendimento e encarece o produto. O transporte do carvão para o exterior das minas é feito com vagonetes em planos inclinados.

O carvão catarinense é explorado por um considerável número de empresas grandes e pequenas; isto, em vez de facilitar o problema, complica-o em relação aos preços e transporte, representando ainda uma dispersão de capitais e esforços que poderiam estar sendo empregados no melhoramento dos processos de extração.

O carvão do tipo "lavador" entregue pelas empresas à C.N.S., produz três tipos de carvão:

- Metalúrgico;
- Vapor Grosso;
- Vapor Fino.

O produto é transportado das instalações junto às minas até à usina da Siderúrgica em Capivari pela Estrada de Ferro Tereza Cristina e aí chega à razão de Cr\$ 150,00 a tonelada; após beneficiado é levado aos portos de Laguna e Imbituba, ainda por estrada de ferro. Dos portos marítimos aos centros consumidores (Rio e São Paulo), o transporte é feito na frota de navios carvoeiros da C.S.N.; os fretes terrestres e marítimos num total de Cr\$ 180,00 aproximadamente e mais os impostos e taxas elevam o preço de venda para Cr\$ 430,00 a tonelada, no Rio. Este preço alto ainda é função dos processos primitivos de extração, já referidos. Assim, o carvão nacional não poderá competir com o

carvão estrangeiro (americano e inglês), que, além da melhor qualidade, vendido à base de Cr\$ 320,00, concorrendo, para isso, certas isenções aduaneiras.

As instalações da C.S.N., em Capivari, incluem uma usina elétrica para fornecimento de luz e energia aos municípios do Sul de Santa Catarina, atualmente alcançando Florianópolis — Capital do Estado.

A C.S.N. foi criada em função da indústria carbonífera e de Volta Redonda; há diversas leis e decretos regulando as suas relações com as empresas; ela representa os interesses do Governo e as empresas os interesses das particulares, interesses que, até hoje, não estão bem harmonizados. Da competição C.S.N. x Empresas mineradoras, quem vence sempre é o carvão estrangeiro.

No Rio Grande do Sul, as minas de Arroio dos Ratos e Butiá produzem um carvão com 42% de cinzas e 3% de enxofre. Existem outras minas na faixa carbonífera, compreendida por Gravataí — S. Jerônimo, Arroio dos Ratos — São Sepé — Bagé. O carvão é betuminoso e não dá coque.

As camadas são da espessura de 1 a 3 m e estão à profundidade de 60 a 100 m. O sistema adotado é o de poços e galerias paralelas com escoramento de madeira. As minas dispõem de usinas de beneficiamento para retirada da moinha que é aproveitada nas usinas produtoras de eletricidade. Os processos de extração ainda são à base de dinamite e picareta e o transporte das minas para o exterior é feito em vagonetes com cabos de aço. A mineração rio-grandense é enquadrada em uma organização que superintende o serviço e mantém relações com as empresas, mercados consumidores e Governo, conhecida abreviadamente por C.A.D.E.M. As suas funções não têm, entretanto, o caráter oficial das do C.S.N.

O carvão rio-grandense é consumido na Viação Férrea do Rio

Grande do Sul, sendo transportado por caçambas aéreas até a margem da via férrea; utiliza, também o transporte fluvial e marítimo para outros centros consumidores, cujos fretes, do mesmo modo que em Santa Catarina, elevam muito o seu preço.

No Estado do Paraná (Norte do Estado) o carvão pertence aos tipos betuminoso e semibetuminoso com 15 a 40% de cinzas e 4 a 12% de enxofre.

O sistema de beneficiamento é precário, como em geral nas outras regiões carboníferas do Sul.

A região de carvão compreende Ourinhos — Carubui — Euzébio de Oliveira (Vale do Rio do Peixe).

A produção é pequena e os centros consumidores estão próximos.

Em São Paulo, na região de Cerquilho, o carvão é do tipo semi-antracito, com acentuado teor de cinzas e enxofre. A exploração se faz em pequena escala, sendo pequenas as reservas da região.

Há ocorrências de carvão na região amazônica e em outras regiões do Brasil, mas até agora não houve tentativas de exploração. A indústria de carvão está toda localizada no Sul.

São estas, em linhas gerais, as características e produção do carvão nacional. Quanto à produção em si, que, em 1948 foi da ordem de 2.000.000 de toneladas, com o Estado de Santa Catarina em 1º lugar (1.080 t), poderá aumentar muito mais, dado que as reservas são estimadas em 600.000.000 de toneladas. Se considerarmos, entretanto, a qualidade de nosso carvão, de elevado teor em cinzas e piritas (enxofre), em confronto com o carvão estrangeiro, além da concorrência com outros combustíveis e elementos geradores de energia, concluiremos que, somente mediante um estudo cuidadoso e racional da competição a enfrentar, se poderá estabelecer o nível da produção anual.

Atualmente, o que se nota nos Estados do Sul é uma grande produção sem mercado.

APONT

OR COMA
MILITAI

Para en-
"Apontam-
p Região
no capital
minal con-
desse imp-
País, desc-
presente d-

Ao cont-
relação de
do Rio Gr-
ressores d-
General I-
qual só m-
litares que
em caráter
tanto os co-
os interin-
ainda, os
a cada cor-
dados con-
teito no Q-
ção Milita-
nas várias
para a ela-
balho.

Encontra-
que ora d-
ento e de
p Região
oito efetiv-
rinos, que
exerceram
rosa e de
desde o Te-
de Souza a
Olimpéo Fa-
vem exerc-
mente, ten-
de 20 de ja-
E é inte-
mas particu-

N.R. —

APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DA 3ª REGIÃO MILITAR

Ten.-Cel. RIOGRANDINO DA COSTA E SILVA

XIV

OS COMANDANTES DA 3ª REGIÃO MILITAR, DESDE 1809 ATÉ 1950

Para encerrar estes ligeiros "Apontamentos para a história da 3ª Região Militar", apresentaremos, no capítulo seguinte, a relação nominal completa dos comandantes desse importante setor militar do País, desde o ano de 1809 até a presente data.

Ao contrário do que fizemos na relação dos comandantes militares do Rio Grande de São Pedro, antecessores do Conselheiro e Tenente-General D. Diogo de Souza, na qual só mencionamos os chefes militares que desempenharam o cargo em caráter efetivo, aqui incluímos tanto os comandantes efetivos como os interinos, indicando também, ainda, os períodos correspondentes a cada comando, de acordo com os dados constantes do Album existente no Quartel-General da 3ª Região Militar e outros que colhemos nas várias fontes que consultamos, para a elaboração deste nosso trabalho.

Encontram-se, assim, na relação que ora divulgamos, os nomes de cento e dezessete comandantes da 3ª Região Militar, sendo oitenta e oito efetivos e vinte e nove interinos, que tantos são os oficiais que exerceram essa comissão tão honrosa e de tanta responsabilidade, desde o Tenente-General D. Diogo de Souza até o General de Divisão Olimpio Falconiéri da Cunha, que vem exercendo o comando atualmente, tendo-o assumido em data de 28 de janeiro de 1949.

É interessante assinalar algumas particularidades que ressaltam

da observação desta lista nominal de tantos marechais e generais, onde aparecem, como já acentuamos, os nomes mais destacados de nossas crônicas militares, através das mais diferentes épocas. Por isso mesmo e como primeira nota curiosa a destacar, é de se referir que, ao lado desses marechais e generais, figuram, como comandantes da 3ª Região, alguns oficiais de patentes menores. Quase todos eles exerceram o comando em caráter interino, porém há duas exceções a este princípio, singularizando particularmente os oficiais a que se referem, na Galeria dos Comandantes da 3ª Região Militar. Porque se trata de dois oficiais que chegaram a atingir ao Generalato no Exército, mas que foram comandantes efetivos da Região quando ainda não eram Generais; e, depois que foram elevados a esse posto, só exerceram o comando da mesma Região interinamente.

Um desses oficiais é o General de Divisão Newton Estillac Leal, atual comandante da Zona Militar do Sul. O General Estillac figura na Galeria dos Comandantes da 3ª Região Militar como Capitão, tendo exercido esse comando nos primeiros dias da Revolução de 1930, de 3 a 9 de outubro. Depois de elevado ao Generalato, o General Estillac comandou a 3ª Região por diversas vezes, mas sempre interinamente, em virtude de substituições regulamentares, de modo que figura, por esses motivos, como Capitão na Galeria, logo em seguida ao General Gil Antônio Dias de Almeida.

O outro oficial que comandou a 3ª Região, como efetivo, sem ser General e depois de chegar a esse

pôsto só comandou interinamente foi o Coronel João Carlos Toledo Bordini, atualmente na Reserva como General de Brigada. Durante o período revolucionário de 1930, o General Bordini, ainda Coronel, foi nomeado comandante da 3ª Região Militar, substituindo precisamente ao Capitão Newton Estillac Leal. O então Coronel Bordini comandou a Região de 9 de outubro de 1930 até 27 de janeiro de 1931, quando foi substituído pelo General de Divisão Francisco Ramos de Andrade Neves. Após ter sido promovido, o General João Carlos Toledo Bordini ainda comandou a 3ª Região, nos anos de 1936 e 1937, mas sempre em substituição regulamentar, interinamente.

Aparecem, entretanto, na relação que apreciamos oficiais em situação contrária à dos Generais Estillac Leal e Toledo Bordini, por isso que foram comandantes interinos e, posteriormente, exerceram o comando em caráter efetivo, alguns por mais de uma vez. Estão nesse caso, por exemplo, o Marechal de Campo Luiz José Pereira de Carvalho, Barão de São Sepé, que foi comandante efetivo de 18 de julho de 1883 a 9 de junho de 1884, quando havia comandado interina-

mente de 5 a 15 de abril de 1871, data em que o Marechal de Campo Vitorino José Carneiro Monteiro, Barão de São Borja, assumiu o comando; o também Marechal de Campo Salustiano Jerônimo dos Reis, Barão de Camaquã, que foi comandante interino quando do falecimento do Marechal José Luiz Mena Barreto e, posteriormente, exerceu o comando efetivo por duas vezes, deixando-o, na primeira, por motivo da proclamação da república e, da segunda, em consequência dos acontecimentos que culminaram com a renúncia do Marechal Deodoro à presidência da República e de que nos ocupamos noutro capítulo. Também foram comandantes interinos e, depois, exerceram o mesmo comando efetivamente, os Generais de Brigada Antonio Joaquim Bacelar, Cláudio do Amaral Savaget, Carlos Eugênio de Andrade Guimarães e Carlos Frederico de Mesquita.

Apreciando-se, agora, a relação completa dos comandantes da 3ª Região Militar, quanto ao lugar de nascimento dos oficiais que nela figuram, verifica-se que os comandantes efetivos, em número de 88, assim se distribuem:

Rio Grande do Sul.....	31	
Rio de Janeiro — D.F.....	14	
Santa Catarina.....	5	
Pernambuco.....	4	
Alagoas.....	4	
Estado do Rio de Janeiro.....	4	
São Paulo.....	3	
Sergipe.....	2	
Maranhão.....	1	
Ceará.....	1	
Piauí.....	1	
Bahia.....	1	
Minas Gerais.....	1	72
Brasileiros nascidos no estrangeiro:		
França (Dunquerque).....	1	
Uruguai (Montevideu).....	1	
Paraguai (Assunção).....	1	3
De Portugal.....	13	13
	88	88

Set./1950
Os coman-
citos no e-
brasileiros

Na Fran-
Enlio L.
Itapevi.

No Para-
José Ma-

No Urup-
Salustiano
rio de Cr-

Quanto
gal, como
em número
mais uma
de intere-
desse com-
de Campo
no período
julho de
Caldwell,
cionais e e-
durante n-
hoje, o co-
mo no da
O Marecha
comandou
e, comput-
ridos em
Comando
do Rio Gr-
11 anos e
nício desse

Entre os
que coman-
interrupção

Número
de
unidades

1	Te
2	Ma
3	Ma
4	Te
5	Br
6	Ma
7	Ma
8	Br
9	Te

Os comandantes da Região nascidos no estrangeiro, mas que eram brasileiros, são os seguintes:

No França, Marechal de Campo Enlilio Luiz Mallet, Barão de Itapevi.

No Paraguai, General de Brigada José Maria Franco Ferreira.

No Uruguai, Marechal de Campo Sebastião Jerônimo dos Reis, Barão de Camaquã.

Quanto aos nascidos em Portugal, como acima foi indicado, são em número de 13 e, a seu respeito, mais uma particularidade parece de interesse acentuar-se: o último desses comandantes foi o Marechal de Campo João Frederico Caldwell, no período de 30 de maio a 22 de julho de 1865; e foi o Marechal Caldwell, precisamente, entre nacionais e estrangeiros, o oficial que durante mais tempo exerceu, até hoje, o comando que se transformou na atual 3ª Região Militar. O Marechal Caldwell, efetivamente, comandou a Região por seis vezes e computados os diferentes períodos em que esteve à testa do Comando das Armas na Província de Rio Grande do Sul, conta ele 11 anos e dois dias de efetivo exercício desse elevado cargo.

Entre os generais brasileiros, o que comandou por mais tempo, sem interrupção, foi o General de Di-

visão Francisco Antonio Rodrigues de Sales, cujo exercício foi de 22 de dezembro de 1900 a 7 de janeiro de 1905, durando, portanto, 4 anos e 15 dias. E lhe sucedeu, exatamente, o outro comandante brasileiro que tem o mais longo comando na Região, mas em três períodos diferentes: foi o General de Brigada Manoel Joaquim Godolfim, que comandou a 3ª Região Militar por 4 anos, 8 meses e 5 dias, de 1905 a 1907, de 1908 a 1909 e, por último, de 1909 a 1911.

XV

RELAÇÃO COMPLETA DOS COMANDANTES DA 3ª REGIÃO MILITAR

De acôrdo com os dados que conseguimos colher nas diversas fontes que consultamos durante a elaboração deste trabalho, apresentamos, agora, a relação completa dos comandantes da 3ª Região Militar, desde a elevação do Rio Grande de São Pedro a Capitania Geral, em 1809, até o ano corrente, de 1950, indicando não somente os nomes, postos e títulos de cada comandante, seja interino, seja efetivo, como ainda os períodos correspondentes ao comando respectivo.

É a seguinte a relação completa dos Comandantes da 3ª Região Militar, desde 1809 até a presente data (4 de abril de 1950):

Ordem de anexos	Pôsto — Nome — Título	Comandou	
		de	a
1	Tenente-Coronel D. Diogo de Souza — 1º Conde do Rio Pardo.....	9-10-809	13-11-814
2	Marechal de Campo Luiz Teles da Silva Caminha e Menezes — 5º Marquês de Alegrete.....	13-11-814	19-10-818
3	Marechal de Campo D. José de Castello Branco Correia e Cunha Vasconcelos e Souza — Conde da Figueira, Marquês de Mortara e Marquês de Olias e Zamal.....	19-10-818	22-9-820
4	Tenente-General Manoel Marques de Souza.....	22-9-820	20-8-821
5	Brigadeiro João Carlos Gregorio Domingos Vicente Francisco de Saldanha Oliveira e Daun — Duque de Saldanha.....	20-8-821	15-7-822
6	Marechal de Campo João de Deus Mena Barreto — Visconde de São Gabriel.....	15-7-822	4-11-822
7	Marechal de Campo Graduado José de Abreu — Barão do Serro Largo.....	4-11-822	3-2-826
8	Brigadeiro Francisco de Paula Massena Rosado...	3-2-826	11-1-827
9	Tenente-General Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira e Horta — Marquês de Barbacena	11-1-827	20-6-827

Número de ordem	Pósto — Nome — Título	Comando		Data de atuação
		de	a	
Int.				
1	Marechal de Campo Gustavo Henrique Brown...	20-6-827	26-11-827	34
10	Tenente-General Carlos Frederico Lécór — Visconde da Laguna...	26-11-827	5-3-828	35
11	Marechal de Campo Graduado Sebastião Barreto Pereira Pinto...	5-3-829	19-12-829	36
12	Tenente-General Manoel Jorge Rodrigues — Barão de Taquari...	19-3-829	1-12-829	37
11/2	Marechal de Campo Graduado Sebastião Barreto Pereira Pinto...	1-3-830	15-06-830	38
13	Brigadeiro Bento Manoel Ribeiro...	12-10-835	1-12-835	39
Int.				
2	Coronel João Crisostomo da Silva...	1-3-837	14-12-837	40
14	Tenente-General Reformado Francisco das Chagas Santos...	14-4-837	26-12-837	41
11/3	Marechal de Campo Sebastião Barreto Pereira Pinto...	25-4-837	3-6-837	42
15	Marechal de Campo Antonio Elzeário de Miranda Brito...	3-11-837	26-12-837	43
12/2	Tenente-General Manoel Jorge Rodrigues — Barão de Taquari...	24-6-839	25-12-839	44
16	Marechal de Campo Graduado Francisco de Souza Soares de Andréa — Barão de Cacapava...	27-7-840	2-3-841	45
17	Brigadeiro João Paulo dos Santos Barreto...	30-11-840	15-12-840	46
18	Marechal de Campo Tomaz Joaquim Pereira Valente — 2º Conde do Rio Pardo...	17-4-841	16-12-841	47
19	Brigadeiro José Maria da Silva Bitencourt...	26-6-842	2-12-842	48
20	Marechal de Campo Luiz Alves de Lima — Barão de Caxias...	9-11-842	15-12-842	49
21	Brigadeiro José Joaquim Coelho — Barão da Vitória...	11-3-846	3-3-847	50
22	Brigadeiro João Frederico Caldwell...	20-10-847	10-12-847	51
16/2	Marechal de Campo Graduado Francisco de Souza Soares de Andréa — Barão de Cacapava...	10-4-848	2-12-848	52
22/2	Brigadeiro João Frederico Caldwell...	21-3-850	7-12-850	53
23	Marechal de Campo Antonio Correia Seára...	7-1-851	2-12-851	54
20/2	Marechal de Campo Luiz Alves de Lima — Conde de Caxias...	30-6-851	26-12-851	55
24	Marechal de Campo Manoel Marques de Souza — Barão de Porto Alegre...	26-6-852	5-12-852	56
22/3	Marechal de Campo João Frederico Caldwell...	5-3-853	25-12-853	57
25	Brigadeiro Jerônimo Francisco Coelho...	28-4-856	8-12-856	58
Int.				
3	Coronel Jacinto Machado Bitencourt...	8-2-857	18-12-857	59
22/4	Marechal de Campo João Frederico Caldwell...	18-3-857	25-12-857	60
26	Marechal de Campo Francisco Felix da Fonseca Pereira Pinto...	21-1-859	25-12-859	61
22/5	Marechal de Campo João Frederico Caldwell...	23-11-860	2-12-860	62
27	Marechal de Campo João Propício Mena Barreto — Barão de São Gabriel...	20-6-864	15-12-864	63
Int.				
4	Marechal de Campo Lobo de Almeida Henriques Botelho e Melo...	23-3-865	2-12-865	64
22/6	Marechal de Campo João Frederico Caldwell...	30-6-865	25-12-865	65
28	Brigadeiro Francisco do Rêgo Barros — Barão da Boa Vista...	22-7-865	11-01-866	66
29	Tenente-General Reformado José Fernandes dos Santos Pereira...	16-4-866	4-01-866	67
30	Coronel João Manoel Mena Barreto...	4-10-866	10-01-866	68
31	Marechal de Campo Manoel Luiz Osório — Marquês do Herval...	10-11-866	25-12-866	69
Int.				
5	Brigadeiro Francisco de Paulo Macedo Rangel...	23-3-867	10-01-867	70
32	Tenente-General Graduado Francisco Antônio da Silva Bitencourt...	11-4-867	14-01-867	71
33	Marechal de Campo Guilherme Xavier de Souza...	14-4-868	1-01-868	72
32/2	Tenente-General Graduado Francisco Antonio da Silva Bitencourt...	1-1-869	1-01-869	73
Int.				
6	Coronel Luiz José Pereira de Carvalho...	5-4-871	15-12-871	74

andou	Nome de nome	Pôsto — Nome — Título	Comandou	
			de	a
26-11-50	4	Marechal de Campo Vitorino José Carneiro Mon- teiro — Barão de São Borja.....	15- 4-871	19- 4-876
1- 5-50	5	Marechal de Campo José Auto da Silva Gui- marães — Barão de Jaguarão.....	19- 4-876	19- 6-878
19- 5-50	8	Marechal de Campo José Luiz Mena Barreto....	19- 6-878	10-10-879
1- 5-50	7	Marechal de Campo Salustiano Jeronimo dos Reis — Barão de Camaquã.....	10-10-879	7-11-879
13-10-50	7	Marechal de Campo Emilio Luiz Mallet — Barão de Itapevi.....	7-11-879	11- 5-880
1- 5-50	8	Marechal de Campo Frederico Augusto de Mes- quita — Barão de Cacequi.....	11- 5-880	24- 3-883
14- 4-50	2	Brigadeiro Manoel Deodoro da Fonseca.....	24- 3-883	3- 6-883
25- 4-50	3	Coronel Sebastião Francisco de Oliveira Chagas..	2- 6-883	13- 6-883
3-11-50	13	Brigadeiro Augusto Frederico Pacheco.....	13- 6-883	18- 7-883
24- 6-50	13	Marechal de Campo José Pereira de Carvalho — Barão de São Sepe.....	18- 7-883	9- 6-884
27- 7-50	4	Marechal de Campo Augusto Cesar da Silva....	9- 6-884	12-10-885
30-11-50	6	Marechal de Campo Manoel Deodoro da Fonseca	12-10-885	22-12-886
17- 4-50	13	Brigadeiro João Antonio de Oliveira Valporto....	22-12-886	5- 2-887
26- 4-50	6	Marechal de Campo Augusto Cesar da Silva....	5- 2-887	25- 2-887
3-11-50	13	Brigadeiro Antonio Enéas Gustavo Galvão — Barão do Rio Apa.....	25- 2-887	14- 4-888
11- 3-50	13	Tenente-General Salustiano Jeronimo dos Reis — Barão de Camaquã.....	14- 4-888	16-11-889
20-10-50	13	Marechal de Campo Augusto Cesar da Silva....	16-11-889	11- 2-890
10- 4-50	6	Brigadeiro Carlos Rostin Filho.....	11- 2-890	11- 3-890
21- 3-50	6	Brigadeiro Carlos Machado de Bitencourt.....	11- 3-890	24- 5-890
7- 1-50	10	General de Divisão Candido Costa.....	24- 5-890	16- 3-891
36- 5-50	10	General de Divisão Julio Anacleto Faleiro da Frota	16- 3-891	10- 4-891
26- 4-50	10	Marechal de Campo Salustiano Jeronimo dos Reis — Barão de Camaquã.....	10- 4-891	12-11-891
5- 5-50	6	General de Brigada Antonio Joaquim Bacelar....	12-11-891	20-11-891
28- 4-50	6	General de Brigada Manoel Luiz da Rocha Osório	20-11-891	19-12-891
16- 5-50	8	Marechal Graduado Manoel de Almeida Gama Lobo D'Eça — Barão de Batovi.....	19-12-891	27- 1-892
21- 1-50	13	Marechal José Antonio Corrêa da Câmara — 2º Visconde de Pelotas.....	27- 1-892	2- 2-892
21- 1-50	13	General de Brigada Antonio Joaquim Bacelar....	2- 2-892	15- 2-892
23-11-50	8	General de Brigada Bernardo Vasques.....	15- 2-892	16- 8-892
29- 6-50	8	General de Brigada Antonio José Maria Pego Junior.....	16- 8-892	1- 5-893
23- 1-50	13	General de Divisão Antonio Joaquim Bacelar....	1- 5-893	23- 9-894
26- 3-50	13	General de Brigada Jorge Diniz de Santiago....	23- 9-894	8- 1-895
22- 1-50	13	General de Divisão Francisco Antonio de Moura	8- 1-894	6- 5-895
16- 4-50	13	General de Brigada Jorge Diniz de Santiago....	6- 5-895	9- 6-895
4-10-50	13	General de Divisão Inocêncio Galvão de Queiroz	9- 6-895	16-12-895
19-11-50	13	General de Brigada Claudio do Amaral Savaget	16-12-895	13- 1-896
25- 3-50	13	Coronel Tomaz Thompson Flores.....	13- 1-896	28- 1-896
11- 1-50	13	General de Divisão João Tomaz da Cantuária....	28- 1-896	17- 6-896
14- 4-50	13	Coronel Tomaz Thompson Flores.....	17- 6-896	27- 7-896
1- 1-50	13	Coronel Francisco Maria Pinheiro Bitencourt....	27- 7-896	31- 7-896
6- 4-50	13	General de Brigada Carlos Eugenio de Andrada Guimarães.....	31- 7-896	11- 7-897
18- 4-50	13	General de Brigada José Maria Marinho da Silva	11- 7-897	2- 3-899
	13	General de Divisão Claudio do Amaral Savaget	2- 3-899	14-11-900
	13	Coronel Francisco Maria Pinheiro Bitencourt....	14-11-900	22-12-900

Número de ordem	Pósto — Nome — Título	Comandou		Número de ordem
		de	a	
59	General de Divisão Francisco Antonio Rodrigues de Sales.....	22-12-900	2-1-50	39
60	General de Brigada Manoel Joaquim Godolfim...	7- 1-903	1-1-50	Int. 19/3 80
61/2	General de Brigada Carlos Eugenio de Andrada Guimarães.....	1- 3-897	15-4-50	Int.
60/2	General de Divisão Manoel Joaquim Godolfim...	15- 4-908	19-1-50	21
62	General de Divisão José Bernardino Borman...	16- 1-909	21-6-50	61
60/3	General de Divisão Manoel Joaquim Godolfim...	21- 6-908	1-6-50	Int. 22
Int. 17	General de Brigada Alfredo Barbosa.....	1- 4-911	20-6-50	32
63	General de Divisão Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva.....	29- 6-911	20-1-50	Int. 33
Int. 18	General de Brigada Julio Fernandes Barbosa....	20- 9-911	6-5-50	35
64	General de Divisão Belarmino Mendonça.....	6-11-911	20-1-50	Int. 34
Int. 19	General de Brigada Roberto Trompowski Leitão de Almeida.....	20- 3-912	11-4-50	Int. 34 34
Int. 18/2	General de Brigada Julio Fernandes Barbosa....	11- 4-912	3-5-50	Int. 33/2
65	General de Divisão Pedro Augusto Pinheiro Bittencourt.....	5- 5-912	3-5-50	Int. 33
Int. 20	General de Brigada João José da Luz.....	3- 7-914	5-3-50	Int. 33/3
Int. 21	General de Brigada Celestino Alves Bastos.....	5-12-914	19-5-50	Int. 36
Int. 22	General de Brigada Carlos Frederico de Mesquita	19- 3-915	1-5-50	Int. 33/4
66	General de Brigada Gabino Bezouro.....	1- 9-915	25-5-50	Int. 37
Int. 23	General de Brigada Bêlo Augusto Brandão.....	23- 2-916	4-1-50	Int. 35
65/2	General de Divisão Pedro Augusto Pinheiro Bittencourt.....	6- 3-916	30-7-50	Int. 38
Int. 23/2	General de Brigada Bêlo Augusto Brandão.....	30- 3-917	9-4-50	
Int. 22/2	General de Brigada Carlos Frederico de Mesquita	9- 4-917	15-5-50	
67/3	General de Brigada Carlos Frederico de Mesquita	12- 5-917	14-1-50	
Int. 24	General de Brigada Ildefonso Pires de Moraes Castro.....	14- 1-918	14-1-50	HI
68	General de Divisão Tito Pedro de Escobar.....	14- 2-918	12-1-50	Augusto
Int. 24/2	General de Brigada Ildefonso Pires de Moraes Castro.....	12- 3-919	21-1-50	HI
69	General de Divisão Antonio Ilha Moreira.....	25- 8-919	19-1-50	HI
Int. 25	General de Brigada Clodoaldo da Fonseca.....	10- 3-921	11-1-50	HI
70	General de Divisão Cipriano da Costa Ferreira...	11- 6-921	23-3-50	Ca
Int. 26	Coronel Bernardino Antonio do Amaral.....	23-12-922	6-1-50	No
Int. 27	Coronel Tito Villa Lobos.....	6- 1-923	15-1-50	dolino
71	General de Divisão Eurico de Andrade Neves...	18- 1-923	25-1-50	A
Int. 28	General de Brigada Eduardo Monteiro de Barros	28- 3-927	1-1-50	A
Int. 29	General de Brigada Firmino Antonio Borba.....	18- 5-927	21-1-50	da Cos
72	General de Brigada Gil Antonio Dias de Almeida	21- 5-927	1-9-50	Os
73	Capitão Newton Estilac Leal.....	3-10-930	1-9-50	Maciel
74	Coronel João Carlos Toledo Bordini.....	9-10-930	29-1-50	Br
75	General de Divisão Francisco Ramos de Andrade Neves.....	27- 1-931	25-1-50	Corone
76	General de Brigada José Maria Franco Ferreira	27- 3-932	21-1-50	Vi
Int. 77	General de Divisão João Gomes Ribeiro Filho...	21- 5-934	5-1-50	Padre
Int. 78	Coronel João Candido Pereira de Castro Junior..	7- 8-934	12-1-50	Ca
Int. 79	General de Divisão Cesar Augusto Parga Rodrigues	12- 9-934	14-1-50	O
74/2	General de Brigada João Carlos Toledo Bordini	18- 8-936	1-8-50	mada",

Comandou	Número da ordem	Pósto — Nome — Título	Comandou	
			de	a
	3	General de Brigada Emilio Lucio Esteves.....	5-10-936	4- 8-937
7- 1-93	Int.			
1- 5-93	10/3	General de Brigada João Carlos Toledo Bordini..	4- 8-937	17- 8-937
	10	General de Divisão Manoel de Cerqueira Daltro Filho.....	17- 8-937	19- 1-938
15- 4-93	Int.			
16- 1-93	II	General de Brigada Boanerges Lopes de Souza...	19- 1-938	21- 3-938
21- 6-93	II	General de Divisão José Joaquim de Andrade...	21- 3-938	23- 2-939
1- 4-93	Int.			
20- 5-93	II	General de Brigada Manoel Alexandrino Ferreira e Silva.....	28- 2-939	6- 4-939
26- 9-93	13	General de Divisão Estevão Leitão de Carvalho..	6- 4-939	5- 3-942
	Int.			
6-11-93	II	General de Brigada Manoel Alexandrino Ferreira da Cunha.....	5- 3-942	22- 4-942
20- 3-92	13	General de Divisão Valentim Benício da Silva....	22- 4-942	8- 1-944
	Int.			
11- 4-93	14	General de Brigada Silvestre José de Melo.....	8- 1-944	15- 1-944
	14	General de Divisão Salvador Cesar Obino.....	15- 1-944	7- 1-946
5- 6-93	Int.			
3- 7-93	11/3	General de Brigada Newton Estilac Leal.....	7- 1-946	14- 3-946
	15	General de Divisão Amaro Soares de Bitencourt	14- 3-946	29- 4-946
5-12-93	Int.			
18- 3-93	11/3	General de Brigada Newton Estilac Leal.....	29- 4-946	13- 7-946
	II	General de Divisão Gustavo Cordeiro de Farias..	13- 7-946	12- 4-948
	Int.			
1- 9-93	11/4	General de Divisão Newton Estilac Leal.....	12- 4-948	11- 8-948
23- 3-93	II	General de Divisão Francisco Gil Castelo Branco	11- 8-948	14- 1-949
	II			
5- 3-93	18	General de Brigada Coriolano de Andrade.....	14- 1-949	28- 1-949
		General de Divisão Olimpio Falconiere da Cunha	28- 1-949	

XVI

LIVROS E DOCUMENTOS CONSULTADOS

- 14- 2-93 História da Guerra entre a Triplice Aliança e o Paraguai — General Augusto Tasso Fragoso.
- 12- 2-93 História Militar do Brasil — Coronel Genserico de Vasconcelos.
- 25- 8-93 História do Brasil — Jonatas Serrano.
- 10- 3-93 História Administrativa do Brasil — Max Fleiuss.
- 11- 6-93 História do Rio Grande do Sul para o ensino cívico — João Maia.
- 23-12-93 Capítulos de História Militar do Brasil — Aliatar Loreto.
- 6- 1-93 Notas de aula de História Militar do Brasil — Coronel Pedro Cordalino Ferreira de Azevedo.
- 18- 1-93 A Batalha do Passo do Rosário — General Augusto Tasso Fragoso.
- 28- 3-93 A Dominação Espanhola no Rio Grande do Sul — Coronel Jonatas da Costa Régio Monteiro.
- 18- 3-93 Os Generais do Exército Brasileiro — Capitão Alfredo Pretetato Maciel da Silva.
- 31- 3-93 Brigadeiros e Generais de D. João VI e D. Pedro I no Brasil — Coronel Laurenio Lago.
- 3-10-93 Vida do Grande Cidadão Brasileiro Luiz Alves de Lima e Silva — Padre Joaquim Pinto de Campos.
- 6-10-93 Caxias — Coronel Afonso de Carvalho.
- 27- 1-93 O Exército Brasileiro em 1845 — Escragnole Dória ("Nação Armada", novembro de 1945).

Casernas e Escolas — Coronel Lima Figueiredo.

Dragões do Rio Grande do Sul — Capitão Luiz Barbosa Lima.

Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Anais dos Congressos de História e Geografia Sul-Rio-grandense.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul.

Revista do Arquivo Público do Rio Grande do Sul.

Publicações do Arquivo Nacional.

Relação dos cidadãos que tomaram parte no Governo do Brasil, no período de março de 1808 a 15 de novembro de 1889 — por M.A.G. — Com anotações manuscritas de Tancredo de Melo. (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul).

"Fallas" e "Relatórios" dos presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. (Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul; Biblioteca e Arquivo da Prefeitura Municipal de Porto Alegre).

Documentos existentes na Secção do Arquivo Histórico do Museu Júlio de Castilhos (Porto Alegre), sob as rubricas: "Autoridades Militares", "Comandos das Armas" e "Livros manuscritos".

Documentos e fés de ofício existentes no Arquivo do Exército (Rio de Janeiro).

Album dos Comandantes da 3ª Região Militar.

Ordens do Dia da Repartição do Ajudante General.

Ordens do Dia da Repartição do Chefe do Estado-Maior do Exército.

Boletins do Exército — Departamento da Guerra.

Boletins do Exército — Departamento do Pessoal da Guerra.

Boletins do 1º Corpo de Cavalaria.

Ordens do Dia, Detalhes e Boletins do Comando das Armas da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, do 6º Distrito Militar, da 12ª Região de Inspeção Permanente, da 7ª Região e 3ª Região Militar, desde 1850 até 1949.

Fim.

ARMAZEM SANTO ANTONIO

DE

MANOEL GONÇALVES

Secos e molhados, conservas, bebidas nacionais e estrangeiras

AVENIDA SÃO PAULO N. 1.095 — MESQUITA — ESTADO DO RIO

ARMAZEM SÃO SEBASTIÃO

DE

SEBASTIÃO RUFINO

Secos e molhados, bebidas nacionais e estrangeiras — Vila Bela

RUA AUREA DA SILVA N. 20 — MESQUITA — ESTADO DO RIO

Anibal
cartaginê
seu temp
dã um e
tade inqu
cia medic
uma exis

Filho d
tém de s
— o "rai

Criado
profundo
miniga d
cedora, é
como her
tugo, o ó
mento de
estército

Estrateg
dioso na
dade emp
de vingan
tugo, obr
inteiro su

Atra-se
difícil e i
na prime
pônia, on
operações,
necessária
pânia e l
alada. R
de Sagunt
perado par

Anibal
através da
Empresa
época e pa
de Anibal.
travessia d
clima, terr
mente des
africana.

ANIBAL

UMA VIDA A SERVIÇO DE UM OBJETIVO

Cap. LUIZ ALBERTO DE FREITAS

Anibal Barca, o maior general cartaginês e o maior general de seu tempo (247 a 183 A.C.) nos dá um exemplo histórico de vontade inquebrantável, de persistência medida pela extensão de toda uma existência.

Filho de Amílcar Barca, mantém de seu pai o apelido "Barca" — o "raio" —, que Roma temia.

Criado por Amílcar no mais profundo rancor a Roma, eterna inimiga de Cartago e sempre vencedora, este, ao morrer, deixa-lhe como herança a direção de Cartago, o ódio a Roma e o instrumento de sua tarefa — um grande exército profissional.

Estrategista nato, altamente ardiloso na tática, com sua maioridade empreende Anibal sua obra de vingança das derrotas de Cartago, obra a que dedicaria por inteiro sua vida.

Atira-se contra Roma pelo mais difícil e insuspeitado plano. Na primeira etapa ataca a Hispânia, onde forma sua base de operações, aí ataca Sagunto, praça necessária a seus planos de campanha e luva lançada a Roma, sua aliada. Roma acode em socorro de Sagunto — era o pretexto esperado para a luta aberta.

Anibal dirige-se para Roma, através da Gália.

Empresa temeraríssima para a época e para o exército equatorial de Anibal. Teria de enfrentar a travessia de duas cordilheiras com clima, terreno e povos inteiramente desconhecidos por tropa africana.

Anibal atravessa-as e invade a Itália.

Deixa seus irmãos Asdrubal e Mago mantendo a base de operações da Hispânia e de sucesso em sucesso, inclusive o notável sucesso de Cannes, chega às portas de Roma.

Aí o destino lhe reservava as surpresas e os insucessos.

O governo cartaginês, não colabora em seus planos, não lhe manda reforços de que necessita.

Roma continua atacando seus irmãos em Hispânia e resiste-lhe sempre nas muralhas da cidade Eterna.

Seus irmãos são batidos por Cipião e um deles, Asdrubal, acorre para Anibal, pelo mesmo trajeto que este percorrera.

Anibal vê então muito próxima a queda de Roma, com a possível junção do exército de seu irmão ao seu, mas a derrota completa de Asdrubal no Rio Metauro, impede-lhe a realização do sonho da posse de Roma.

Por essa época o ataque a Cartago, por Cipião, o vencedor de Hispânia o obriga a abandonar Roma para lançar-se à defesa do território pátrio.

Cartago, porém, não é mais defensável. A inépcia e o mercantilismo do Conselho dos Anciãos, não lhe dão os meios de que necessita e Anibal é derrotado em Naragara e Cartago é obrigada a uma paz que só não é desonrosa porque é o próprio Anibal que Roma mantém à testa de Cartago.

Não é mais possível a Anibal vingar mais essa derrota sem inteira reconstrução de sua pátria. Atira-se à obra e começa um brilhante período de sua vida como administrador e principalmente como regenerador dos costumes mercantis e baixos da classe dirigente de Cartago.

Ao verdadeiro saneamento moral que Anibal inicia, sobrevém a reação da condescendência e os próprios juizes de Cartago e o já ce-

leberrimo Conselho dos Anciãos insinuam a Roma degradar Anibal sob a acusação de estar tramando contra esta.

Previnido, Anibal foge antes de ser preso.

Passa daí por diante a viver nas várias côrtes mediterrâneas a trammar contra a potência de Roma.

Atraídoado na corte de Prússia, pelo próprio Prússia, não se deixa aprisionar — suicida-se ingerindo veneno.

Porque se deve anunciar em "A DEFESA NACIONAL":

- 1 — A vida de um anúncio nesta Revista é maior do que em outra publicação qualquer.
- 2 — Ela circula em todo o Brasil.
- 3 — Vive num meio de ponderável capacidade aquisitiva, a que o anúncio, muitas vezes, só chega através desta Revista.
- 4 — Seus exemplares passam por muitas mãos e permanecem como leitura por muito tempo.
- 5 — Depois de lida, constitui permanente fonte de informação.

TABELA DE PREÇOS

	Cr\$
Capa externa.....	3.000,00
Capa interna.....	2.500,00
Página interna.....	1.200,00
1/2 página.....	650,00
1/4 página.....	350,00

Para reportagens, matéria especial, ou página discriminada, a presente tabela é aumentada de 100 %.

CARVOARIA S. JORGE

— VENDAS —

Carvão, Madeira, Óleo e Querosene — Entregas a domicílio

Eloy Gonçalves

RUA "G" N. 69 — MESQUITA — ESTADO DO RIO

A ORGANIZAÇÃO E O EMPRÉGO DA NOSSA CAVALARIA

Ten.-Cel. J. H. GARCIA

Não há hoje em dia oficial de cavalaria ou de Estado-Maior que não cogite ou melhor que não tenha uma certa curiosidade com referência ao emprégo da cavalaria russa.

As pesquisas têm feito aparecerem ao público artigos em revistas e jornais americanos, ingleses e franceses, e, passagens em geral, trechos rápidos em alguns livros.

Não há quem não tenha constatado que o papel da cavalaria no teatro oriental europeu em qualquer das fases das operações foi saliente, importante, por vezes vital e tem merecido referências elogiosas de muitos críticos militares e comandantes ilustres.

Várias têm sido as explicações encontradas para a evidência da cavalaria nas operações daquele teatro, como e especialmente a importância dispensada a esta arma na Rússia.

Entre muitas explicações surgiu ultimamente a de que Stalin tinha interesse particular em derrotar a cavalaria dos Russos brancos; outra muito freqüente é a que faz referência a natureza do território russo, péssimas e poucas estradas; a influência do inverno e do degelo sobre este próprio terreno; a situação difícil em que se viram, tendo que lançar mão de todos os meios possíveis; sua população em idade de fazer a guerra é suficiente para exceder as necessidades de todas as armas.

Eis aí uma série de razões apresentadas para justificar a evidência da cavalaria na Rússia, apresen-

tadas pelos que procuram estudar este fato.

Os Russos empregaram a cavalaria a mãos cheias, sem meias medidas e esta arma se empregou à fundo sem medir sacrifícios, produzindo os máximos resultados esperáveis, ultrapassando de muito sua produção na guerra passada.

Na invasão alemã agiu na ação retardadora, opondo-se diretamente às colunas alemãs somente quando dispunha de um obstáculo de valor, o mais agiu sobre seus flancos e retaguarda, isolando-as muitas vezes de seus elementos de apoio; dividida em pequenos grupos, a cavalaria fazia guerrilhas chegando, com elementos muito móveis e muito decididos, perfeitos conhecedores da região, a onde não eram esperados e como não eram esperados; cavaleiros, soldados, graduados, ou oficiais cortados de suas unidades ou cortando-se delas, chefiavam grupos de civis, tão cavaleiros quanto eles e mais conhecedores da região, e decididos, ainda como eles a cobrar caro a invasão da Pátria. Assim foi a ação retardadora da cavalaria russa, portanto mil vezes mais ampla do que a que estudamos em nossas escolas e muito mais ampla ainda da que a praticamos no terreno. Em geral a nossa manobra retardadora não abandona a forma clássica da ocupação de posições sucessivas, ao longo de um eixo. Realmente é difícil organizar, particularmente exercícios com tropa no terreno, em que possa haver a flexibilidade das ações que acabamos de enumerar, entretanto é necessário nos aproximarmos delas, porque elas exigem

o máximo de iniciativa de todos e o desenvolvimento ainda ao máximo das características da arma.

A cavalaria pela sua mobilidade é uma arma ofensiva, para defender ela ataca, retirando ela ainda ataca e abandonando o movimento perde 80% de seu valor.

Na grande parada nos bastiões de Leningrado, Moscou e Stalingrado, as grandes unidades de cavalaria continuaram na ofensiva sob a forma de incursões fortemente apoiadas por carros e pela aviação de combate.

Na contra-ofensiva, não só tomaram parte no ataque propriamente, como na perseguição foram implacáveis.

No ataque é muito citada a ação de duplo envolvimento nos arredores de Stalingrado levado a efeito por 3 DC e 1 DB de um lado e 2 DC e 1 DB de outro, a qual redundou na destruição do VI Exército alemão.

Se na manobra retardadora a cavalaria foi eficiente como não teria sido na perseguição?

São de grande número as ações citadas do emprêgo de grandes unidades de cavalaria, particularmente corpos a 3 DC e mesmo Exército.

Do outro lado, os alemães tentaram organizar à última hora sua cavalaria, requisitando cavalos em todos os países ocupados, mas quase nada conseguiram, a cavalaria é uma arma que não se improvisa: os americanos declararam várias vezes que a cavalaria hipomóvel

deles fez falta particularmente nos terrenos acidentados.

• •

Aqui no Brasil sabemos de todos estes acontecimentos porque muitos oficiais de cavalaria e mesmo de outras armas esforçam-se por mostrá-los a seus companheiros e a seus chefes.

Sabemos o que a cavalaria russa fez, como sabemos também como ela era organizada, armada e equipada. Sabemos que a Rússia tirou o máximo partido para a organização de sua cavalaria, particularmente, e não devia ser de outra forma, dos habitantes de determinadas regiões de seu vasto território.

Sabemos mais, como ela fez o que fez, como se articulava, como agia e estamos convencidos de que as ações da cavalaria para produzirem os resultados que produziram, precisam ser praticadas com independência e decisão, sem medir sacrifícios e sem pesar vantagens, mas sobretudo com decisão, decisão férrea e fanática.

Lamentamos que estas lições nos venham donde vêm e que as tenhamos que aproveitar sob pena de falhar.

Quanto lamentamos isto!...

Mas um país invadido a menos que seu povo esteja completamente corroído pela desorganização e pela miséria, lutará com vigor e sem contar os mortos...

Compete aos profissionais meditar sob a melhor forma de aproveitar esse vigor, esses sacrifícios, essas vidas...

ARMAZEM N. S. DAS GRACAS

DE

Orlando de Souza Melo

Secos e molhados, bebidas nacionais e estrangeiras

RUA EQUADOR N. 222 — MESQUITA — ESTADO DO RIO

OS PROBLEMAS DO SERVIÇO DE SAÚDE

A FALTA DE MÉDICOS

Ten.-Cel. Dr. A. SETTE RAMALHO

Muito conhecido, e por demais comentado, é o desinteresse que os médicos vêm demonstrando pela carreira militar, especialmente do Exército. Abrem-se concursos sobre concursos e o número de candidatos é sempre diminuto, multíssimo aquém do número de vagas a serem preenchidas, enquanto que, nos concursos para as autarquias, cidades, institutos, etc., como se verificou recentemente, dá-se justamente o contrário.

O fenômeno, verdadeiramente alarmante para o bom funcionamento do Serviço de Saúde, vem despertando a atenção das autoridades e, mesmo recentemente, uma comissão foi designada para estudar o assunto e propor-lhe solução.

O fato indiscutível é que o Exército está quase à mingua de médicos. Para três ou quatro que se preõe a servi-lo, dez, vinte, mesmo trinta, se afastam, quer pedindo passagem para reserva, quer mesmo demissão; e o número de vagas cresce assustadoramente. Anunciado como sendo de cinquenta, pela simples contagem de almatôque, se fomos bem medir a carreira, fora de seu rígido quadro, penso que teríamos a confessar que nada menos de uns trezentos seriam precisos para serem atendidas todas as reais necessidades existentes.

Em face do exposto, quis trazer aqui o meu depoimento, baseando-me na livre expansão daqueles que,

deixando escapar suas queixas e desapontamentos, em conversas de quartel, em mesas de almoço de hospitais, em reuniões e encontros fortuitos de rua, podem dar desaforo às suas mágoas.

É com esse material, assim colhido, que me proponho falar do assunto, com o fito único de, sabendo-se a causa dessa, para alguns "estranha abstenção", conhecendo-se suas origens, procurar-se solução para o mal. É, pois, o resultado de uma "enquete" geral, apenas concatenado, o que aqui vai. É, acima de tudo, o desejo de ajudar àqueles que têm o encargo difícil de solucionar o caso; longe, portanto, de pensar em fazer obra de mera crítica, mas sim de cooperação.

São elas numerosas, mas escolhi, entre todas, quinze, que considero as mais relevantes. Como não quero fazer derrotismo, mas simples construção, avançarei algumas soluções que, de certo modo, poderiam, senão anulá-las inteiramente, ao menos atenuar os seus efeitos.

Elas:

1ª CAUSA — Remuneração insuficiente. É sabido que o médico do Exército inicia, realmente, sua carreira, no posto de 2º tenente. Somente após um curso de cerca de um ano na Escola de Saúde do Exército, se feliz, é promovido a 1º tenente, entrando em função.

Ora, os vencimentos de segundo e primeiro tenentes são considerados ridículos para um médico, se

se os compara com os que lhe são oferecidos na vida civil. Qualquer lugar no Banco do Brasil, na Saúde Pública, na Assistência Pública, em certos Institutos e Caixas, etc., é muito melhor remunerado, sem os precalços e exigências da vida militar, que iremos conhecer ou, melhor, lembrar adiante.

A Força Pública do Estado de S. Paulo reconhece isso e, na nova tabela de vencimentos a entrar em vigor brevemente, o médico tem uma gratificação extra, *pro labore*, além dos vencimentos normais do seu posto.

Dir-se-á que, naquelas condições, ingressam nas forças armadas centenas de aspirantes, combatentes. É verdade. Mas esses oficiais, tendo tirado um curso alguns anos mais breve que o de qualquer Faculdade de Medicina, penetram no oficialato alguns anos mais jovens que o médico, mal acabando de sair da adolescência. Enquanto que a idade média do médico que acaba de ingressar no Exército é de 26 anos (o limite de idade para os concursos é 32 anos), o oficial combatente sai da Escola Militar com cerca de vinte, apenas.

Assim, as responsabilidades que o primeiro terá que enfrentar na vida, na mesma ocasião, só serão enfrentadas por este muito mais tarde, quando já capitão, em geral.

Além de tudo, a carreira médica exige despesas constantes, na aquisição de livros caríssimos, de material profissional, etc., que seus outros companheiros das armas estão longe de ter iguais.

Acrescentemos a isso os perigos a que está, mais freqüentemente, sujeito o profissional da Medicina: infecções graves, tais como o tifo, o paratifo, a meningite epidêmica, as pneumonias, etc., etc., que, por si só, justificariam uma gratificação especial, como em tempo de guerra. Do Major-General R. W. Bliss, Diretor do Serviço de Saúde do Exército Norte-Americano, colhemos a seguinte frase, quando, recentemente, abordara o assunto, em conferência em que pleiteava uma melhor remuneração para os médicos do Exército de sua pátria:

"The medical departments is in a perpetual State of war".

SOLUÇÃO: Somente o ingresso no quadro em posto mais elevado virá anular esta causa. O posto de capitão, como início de carreira, não é absurdo algum.

Além disso, a gratificação *pro labore* teria seu lugar, notadamente para aqueles que exercem clínica perigosa como, por exemplo, em isolamentos, gabinetes de radiologia, zonas de endemias, etc.

Iniciando sua carreira como capitão, o doutor vai encontrar aí, com sua idade ou talvez ainda mais moço, o aspirante que iniciou a sua aos 20 anos.

* *

2ª CAUSA — Acessos demoradíssimos na carreira. As promoções de Tenente a Capitão e de Capitão a Major custam quase toda a vida do médico. É uma espera atualmente superior a vinte anos. Um major recém-promovido tem a dura experiência de mais de duas décadas de serviço. Podem-se citar casos de capitães que permaneceram neste posto quinze e dezesseis anos!

Não é engraçado, mas faz-se humorismo com isso: São os médicos "penicilinizados", expressão que bem mostra o tempo que o "môfo" teve para crescer sobre as suas estrelinhas...

Enquanto o aspirante, que veio servir, no início de sua carreira, no mesmo regimento onde já encontrou o tenente médico, vai subindo, chega a Capitão, a Major, a Tenente-Coronel e a Coronel, lá vai ficando para trás o doutor, muito mais velho, ainda no posto de Capitão ou Major, ... "com cara de Coronel".

Quando um médico, atualmente, chega a Major, já é quase um velho. E, sem dúvida alguma, um homem maduro. Sendo seu quadro "apertadíssimo" para cima, uma vaga de coronel é um acontecimento raro, que de vez em quando se registra em um ano. Às vezes nem se verifica. Observem-se, para confirmação disso, as relações de promoções trimestrais. Enquanto

que nos quadros das diversas armas elas são freqüentes, nos de Saúde, quase sempre são inexistentes.

SOLUÇÕES PROPOSTAS

Duas soluções a serem aplicadas simultaneamente:

a) A direção de qualquer hospital militar só poderá ser entregue a tenentes-coronéis ou coronéis, conforme a sua classe (1ª ou 2ª); a chefia do Serviço de Saúde Regional, de qualquer Região, será cargo privativo de coronel; a direção de estabelecimentos médicos importantes, tais como, por exemplo, a Policlínica Central do Exército, será de Coronel; a chefia das formações Sanitárias Regimentais competirá a um major, auxiliado por dois capitães. Para isso os Quadros seriam reestruturados, como consequência.

Não há aqui nada de extraordinário. Vi, em Natal, durante e logo após a guerra, a direção de um hospital norte-americano, com 60 leitos, muitos dos quais vazios, entregue a um coronel médico, enquanto que o nosso, com o triplo de leitos, todos ocupados, estava sob a direção de um capitão!

b) O tempo de permanência em um posto não poderia ultrapassar um certo número de anos, findos os quais o oficial médico seria promovido ao posto imediato, automaticamente, no caso de antigüidade, se o não tivesse sido antes por merecimento comprovado (trabalhos profissionais de reconhecido valor, serviço em zonas insalubres, demorado, serviços de guerra, etc.).

Atingido o último posto (considero aqui este como sendo o de coronel, pois o de general é uma hipótese rara), esgotado o tempo de permanência previsto, ficaria sujeito à reforma funcional, já existente em outros casos.

• •

3ª CAUSA — Instabilidade. São freqüentes as transferências. Se os regulamentos militares não proibem ao médico do Exército de exercer clínica civil, as condições impostas a ele pela vida militar, principalmente se arregimentado,

tornam quase nula essa liberalidade.

Quando, vencidas as dificuldades que iremos apreciar ainda, ele se instala em sua clínica, se torna conhecido e procurado, lá vem uma transferência para outro extremo do país. Vai-se por água abaixo todo seu esforço; todo lento trabalho que teve para fazer nome, no meio dos maiores tropeços, se anula. Arruma suas coisas, deixa doentes que tinham nele fé quase absoluta, segue para novo destino.

Aí, outra luta, lenta, e pertinaz, para angariar nome entre gente estranha. Monta consultório, faz despesas, reassume o papel a que estava habituado, quer como clínico, quer como cirurgião, quer como especialista. No fim de algum tempo, nova transferência, nova investida da má sorte, lá se vai ele refazer sua vida profissional em outra localidade.

Com que estímulo ou entusiasmo pensará em recomeçá-la?

Muitos se abandonam ao desânimo e se tornam uns desiludidos, pouco amantes da carreira, cumpridores quase automatizados dos deveres de quartel; alguns, mais ousados, balanceiam suas possibilidades e acabam por pedir reforma ou, mesmo, demissão; — é o fenômeno que se vem observando ultimamente.

SOLUÇÕES PROPOSTAS

Preciso se torna que se reduzam ao mínimo as transferências de médicos, uma vez estabelecido em local que lhe convenha para a clínica, tanto militar como civil, não é interessante, para o próprio Exército, que se remova dali aquele profissional que vem bem servindo e que se acha adaptado ao meio.

Poder-se-ia dizer que todos querem viver nos grandes centros. Não seria bem verdade. Sei de colegas que não têm o menor desejo de deixar a cidadezinha onde têm boa clínica, onde constituíram família e onde, freqüentemente, ficam presos a outros interesses. Por que tirá-los dali, quando outros aceitariam, de bom grado, o lugar vago?

Há aqui, também, a considerar as guarnições de fronteira ou in-

salubres ou desconfortáveis, pobres, sem condições para o exercício da clínica, tais como Tabatinga, Obidos, Saicra, Coimbra, etc., etc., para as quais uma escala de que todos participassem, sem discrepância, permitiria a possibilidade de uma breve permanência (um ano, no máximo), seguida de substituição automática. Nestas guardias haveria também a compensação da gratificação *pro labore*, a que já me referi.

Não resta dúvida de que aqui se encontra um problema de solução difícil, mas poderão ser apresentadas outras sugestões, ouvidas com acatamento, que melhorariam as condições impostas ao médico.

4ª CAUSA — Expedientes integrais de quartel. Raro é o comandante de Unidade, e isso dentro dos Regulamentos, que, uma vez cumpridos os deveres profissionais de seu facultativo (visita médica geral, visita aos enfermos, nas enfermarias, preenchimento de formalidades burocráticas), dá a este liberdade para retirar-se. Em geral, e isto estritamente dentro das normas regulamentares, acentua, prende-o no quartel dentro do horário dos dois expedientes.

Aí, ouvindo instruções sobre infantaria, montando nos picadeiros juntamente com os combatentes, estudando temas sobre artilharia, infantaria ou carros blindados em ação, etc., em que nada de Medicina, propriamente dita, há que o interesse vivamente, ele se vai estiolando como médico.

Terminados estes dois expedientes, seus companheiros de quartel vão para suas residências descansar da jornada, no seio da família, no lar, no doce lar. Para ele, porém, se iniciam um terceiro, um quarto e até um quinto expediente, à tarde, à noite e pela madrugada. Enquanto os primeiros repousam das fadigas e agruras do dia, ele vai à casa do Sargento Tal, cujo filho está com varicela ou sarampo, à casa do Tenente X, cuja senhora é portadora de afecção renal, à do Capitão Y, cuja

empregada está com pneumonia dupla, etc., etc.

No fim do dia atendeu a um caso de clínica dermatológica, a alguns de clínica médica, a outros em que teve que fazer pequenas intervenções cirúrgicas de urgência (abriu um fleimão, um panarício, suturou uma ferida, etc.); recebeu uma urina para examinar; de madrugada um portador vem buscá-lo para um caso urgente (parto, acidentes, doenças súbitas, etc), permanecendo por lá até pela manhã.

SOLUÇÕES — Não penso haver justificativa para tal critério. Os acidentes são relativamente raros e um médico poderá atendê-los, sabendo-se onde poderá ser encontrado. Se assim não fosse, em cada fábrica, em cada grande companhia, deveria permanecer um doutor de prevenção, na vida civil.

Uma vez cumpridos os deveres profissionais no quartel, ele precisa ser liberado. Não lhe interessam as conferências fora de sua profissão, as quais se lhe afiguram massantes ao extremo ou os problemas de tática ou estratégia, onde o Serviço de Saúde não esteja diretamente interessado. Aquilo por que ele anseia aprender é, simplesmente, **MEDICINA**. Tecnicamente, no quartel, nada disso lhe é ensinado. Sua profissão exige outros conhecimentos que não os das citadas conferências. Em um hospital sua presença é muito mais proveitosa para os próprios oficiais combatentes, que precisam de um profissional hábil e não de um "médico-soldado". A organização do Serviço de Saúde em Campanha já foi aprendida (ou deveria ter sido) na Escola de Saúde do Exército, onde passou cerca de um ano.

Ainda mais, na falta de outros elementos que devem constituir a equipe médica de um regimento, uma regulamentação deverá ser estabelecida, de maneira a ser o momento exigido o essencial. Quando um doutor substitui um ou dois outros, fazendo o serviço de dois ou três, é natural que sejam dadas prioridades a certos e determinados serviços, em detrimento de outros, menos importantes, até que se

normal
ser feit

5ª CA
que fic
se verif
de trop
nico, al
cisa e
Obatetr
Geral, C
Não pos
um caso
ser Clíni
de Cirur
logista,
cada co
turnem
guarniçõ
faz o m
e necess
precisa
neira a
condições
tiplos as
prejudica
também,
lhe é neg

SOLUC
devem
dades, a
vistas ou
oftalmolog
vai fazer
dico assir
Sem qu
ver, a con
a parte de
ção, uma
dade técn
nos hospit
ser aprove

6ª CAUS
ção medic
estabelecim
corpo medic
mento de
veria ter, r
um de edu
dade, na cr
um. E este
funções de
improvisar
ter, prepar
ondo turn
treinamento
passará vis

normalize a situação e tudo possa ser feito.

* *

5ª CAUSA — A policlínica. Do que ficou dito no item anterior, se verifica que o médico do corpo de tropa necessita ser um policlinico, além de higienista. Ele precisa saber Pediatria, Ginecologia, Obstétrica, Dermatologia, Clínica Geral, Cirurgia e Laboratório, etc. Não poderá deixar de atender a um caso de Ginecologia, dizendo ser Clínico Geral, nem a um caso de Cirurgia, alegando ser oftalmologista. É natural que tenha de cada coisa conhecimentos que o tornem capaz de, nas pequenas guarnições, atender a tudo, como faz o médico no interior. Natural e necessário. Mas para isso ele precisa estudar, e muito, de maneira a ficar, mais ou menos, em condições de dar conta desses múltiplos aspectos da profissão, sem prejudicar os doentes. E precisa, também, de prática e tempo, o que lhe é negado.

SOLUÇÃO — É lógico que se devem respeitar certas especialidades, a que chamarei de exclusivas ou absorventes, tais como a oftalmologia, a radiologia, etc. Que vai fazer em um quartel um médico assim especializado?

Sem que seja necessária, a meu ver, a constituição de um quadro a parte de especialistas, eles deverão, uma vez provada sua capacidade técnica como tal, somente nos hospitais ou nas policlínicas, ser aproveitados.

* *

6ª CAUSA — Acúmulo de funções médicas. Rara é a unidade ou estabelecimento que tem o seu corpo médico completo. Um Regimento de Infantaria, p. ex., deveria ter, regularmente, três, sendo um de educação física. Na realidade, na maioria dos casos, só tem um. E este terá que preencher as funções de dois ou três, inclusive improvisar-se desportista, se o não for, preparando fichas, classificando turmas, acompanhando seu treinamento, ao mesmo tempo que pensará visita médica, examinará

gêneros alimentícios, receitará os doentes, baixados ou ambulatorios, e visitará as famílias dos oficiais, sargentos e praças.

Ainda mais: frequentemente um outro Regimento, na mesma localidade ou em localidade próxima, está sem seu facultativo. Então, o único, do primeiro, ainda é designado para fazer seu serviço, sem prejuízo do serviço de sua unidade.

Não é raro, assim, vir a atender a um hospital, bem como a dois ou três corpos, simultaneamente. Há, disso, vários exemplos.

SOLUÇÃO — O estabelecimento de uma ordem de prioridades nos serviços a serem executados pelos médicos, prevista em tais ou tais hipóteses, sendo ainda respeitadas as possibilidades humanas de trabalho.

* *

7ª CAUSA — Exercício de funções absolutamente alheias à medicina. Aqui se verifica um dos maiores espantáculos para os que se poderiam candidatar ao quadro do Serviço de Saúde do Exército.

O sobrecarregado policlinico vai conhecer uma outra série de deveres: Vai ser escrivão de inquéritos, vai lavrar termos de deserção, de abertura de caixotes de fardamento, vai presidir a inquéritos policiais-militares. Irá substituir um veterinário e examinar os muarees do regimento; ser tesoureiro, almoxarife e aprovisionador; ser diretor de Escola Regimentoal, Bibliotecário, etc., etc. Faz ou assina folhas de pagamentos, organiza mapas, de entrada e saída de gêneros. Se tem a infelicidade de encontrar um individuo desonesto que lhe passa a perna, ou de cometer enganos de escrituração, ainda pode ir a Conselho de Guerra e responder pelo desvio de dinheiro sobre o qual nem sequer pôs as vistas. Já houve official médico encarregado da Secção de vendas de uma fábrica do Exército!!

E tudo isso sem ser prejudicada, em nada, a sua função propriamente médica, com os deveres já enumerados, exercidos, com frequência, cumulativamente.

SOLUÇÃO — O exercício de funções estranhas à Medicina seria absolutamente proscrito das cogitações do médico. Somente dentro desta qualidade ele poderá ser chamado a agir. Não poderá, de maneira alguma, ser veterinário, contador, almoxarife, tesoureiro, escrivão ou encarregado de inquéritos policiais-militares, vendedor de artigos de frábica, etc., etc.

* *

8ª CAUSA — *Impecilhos à frequência de hospitais.* A frequência de hospitais é a própria essência da prática e da aprendizagem da Medicina. Um bom Clínico ou um bom Cirurgião ou um especialista, não nasce do simples estudo teórico de gabinete, na calada das noites. Ele precisa ver os casos, acompanhar a marcha das doenças, operar e ter sob suas vistas o operado. Examinar, reexaminar, pedir e interpretar os dados de laboratório ou de raios X; precisa, sobretudo, conversar, discutir e ouvir colegas mais experimentados na profissão. Precisa frequentar cursos especializados e seus serviços, se quiser tornar-se um verdadeiro especialista. Precisa ouvir conferências, mas conferências técnicas, sobre Medicina.

Mas, como poderá fazer tudo isso, diante do que já vimos?

SOLUÇÃO — Seria de toda conveniência para o Exército que seus médicos frequentassem, pelo menos, um serviço clínico, militar ou civil, onde aperfeiçoariam seus conhecimentos e se colocaria em dia com os problemas da sua profissão e da sua especialidade. Os horários dos serviços médicos nos quartéis, fábricas, estabelecimentos outros, deveriam ter em vista esta necessidade imperiosa, tudo harmonizando.

* *

9ª CAUSA — *As preferências da Justiça Militar pelos oficiais dos Serviços, nos Conselhos.* Ultimamente vêm-se observando as preferências da Justiça Militar pelo pessoal dos Serviços, notadamente do Serviço de Saúde, para a constituição dos Conselhos, permanentes

ou especiais. Poucos combatentes, proporcionalmente ao número de oficiais de uma e outra categoria, são chamados a prestar juramento perante as auditorias.

SOLUÇÕES — 1ª) Somente para os casos em que o parecer técnico fosse necessário, seria feito apelo ao Serviço de Saúde. Um psiquiatra, um traumatologista, um toxicólogo, um legista, enfim, muito melhor serviço prestaria à Justiça, na qualidade de perito.

2ª) Seria adotado, para os casos ordinários, o sistema em vigor para oficiais alunos das Escolas, instrutores, professores, oficiais de Gabinete, etc., que são, taxativamente, isentos de tais serviços.

* *

10ª CAUSA — *O médico instrutor.* De acordo com os regulamentos militares, entre as atribuições do médico está a de instrutor. Nada se teria a dizer se, completo o quadro de oficiais de Saúde, previsto para cada Unidade, a ele competisse instrução correspondente a coisas ligadas à sua profissão: Noções de Higiene, de Socorros de Urgência, etc., principalmente visando a preparação de enfermeiros e padoleiros.

Mas seus encargos têm ido, em alguns casos, à instrução de ordem unida. Não há exagero: nos Batalhões de Saúde, esta instrução foi afeta aos médicos, apesar de haver falta ali, geralmente, de mais de 80 % destes oficiais, nas Companhias.

SOLUÇÃO — Somente dentro da sua condição de médico e, ao mesmo condicionado a prioridades, previstas em caso de falta de profissionais, seria o médico chamado a colaborar na instrução, sendo dada preferência a de enfermeiros e padoleiros. Nas unidades de Saúde deveria haver sempre um tenente do Q.A.O. encarregado da Instrução Básica (ordem unida, regulamento de continência, etc., etc.).

* *

11ª CAUSA — *As Juntas de Inspeção no interior.* Há uma certa época do ano em que os médicos

de uma
o Interio
impeção
de Muni
concentr
culdades
tras, mu
tem, pri
vista d

Colô
a temp
rias estã
a despe
do bolso
tas, que
de receb
além de
depende
por esta
gamentos
que, pró
paga. C
a esper
diárias.

SOLU
todas n
riam por
nisterio
provação
do Gove
O médi
doum
ência, p
las com
manobra
o Direto
seguida

12ª CA
to pôro
Se, na
existem
dade de
cotidiana
lírias co
ões de
boladas
aumentar
os médi
condicion
treinando
a seção,
tiram d
de mais
não perdo
mente re
humildes
intensa

de uma Região são enviados para o interior, a fim de procederem às inspeções de saúde em conscritos de Municípios, nos seus pontos de concentração. Isso agrava as dificuldades dos que ficam e cria outras, muito piores, para os que partem, principalmente no ponto de vista da própria manutenção.

Coincidindo estas inspeções com o tempo em que as verbas de diárias estão completamente esgotadas, as despesas feitas com hotéis saem do bolso dos membros destas juntas, que ficam, depois, a espera de receber aquela indenização que, além de estar sempre aquém dos dispêndios efetuados, demora tanto, por estar na dependência de pagamentos por "exercícios findos", que, praticamente, nunca mais é paga. Citam-se casos de médicos a espera, há vários anos, destas diárias.

SOLUÇÃO — As despesas de estadias nos hotéis do interior seriam pagas diretamente pelo Ministério da Guerra, mediante comprovação ou, mesmo, entendimentos do Governo com as Prefeituras. O médico apenas confirmaria, em documento oficial, esta permanência, procedendo-se como já se faz com as Escolas, por ocasião das manobras, em que o oficial perde o direito à diária, porém tem assegurada a sua manutenção.

* *

12ª CAUSA — As dificuldades no gozo de férias regulamentares. Se, nas grandes guarnições já existem dificuldades, pela necessidade de procurar substitutos e por coincidirem as épocas próprias de férias com os encargos das inspeções de conscritos, nas unidades isoladas elas são tremendamente aumentadas. Ultimamente as férias dos médicos do interior são dadas condicionalmente, desde que os interessados consigam, sem ônus para a nação, que médicos civis os substituam durante sua ausência. Se de mais de um caso em que, para não perder este direito, universalmente reconhecido até aos mais humildes trabalhadores braçais, o interessado acaba por pagar do

próprio bolso ao colega civil que fica fazendo as suas véses.

SOLUÇÃO — Enquanto o Quadro de Saúde não possuir número suficiente de facultativos para atender a todas as necessidades do Exército, cabe ao Governo providenciar para que seja contratado um médico civil ou mesmo convocado um da reserva, por aquele curto período, com remuneração do posto.

* *

13ª CAUSA — *Serviços médicos gratuitos a entidades civis.* São frequentes as ordens para que o médico de tal ou qual unidade ou de tal ou qual hospital ou posto médico, atenda, gratuitamente, entidades civis. Registram-se, nesse sentido, verdadeiros abusos destas entidades que, muitas vezes possuindo um quadro médico bem remunerado, empenham-se, cavilosamente, com as autoridades militares superiores para conseguirem tais ordens. Há exemplos de Escolas da Prefeitura do Distrito Federal, cujos alunos foram examinados e receitados por médicos de unidades militares, sem prejuízo de suas funções, já de si superampliadas!

Neste sentido há até recente projeto em votação no Congresso, em que se manda que os médicos militares se encarreguem do tratamento dos convocados julgados incapazes para o serviço das armas! E eles são mais numerosos do que os que são julgados capazes!

SOLUÇÃO — Nenhum serviço fora dos previstos para os quartéis, hospitais, estabelecimentos paramilitares, poderá ser atribuído ao médico do Exército.

A Saúde Pública devem competir, em muito melhores condições, os encargos do projeto referido. Para isto existe um Ministério encarregado de velar pela saúde do povo.

Aos serviços médicos das caixas, institutos, serviços sociais, etc., compete cuidar dos seus associados, inclusive aqueles que, no Ministério da Guerra, descontam em folhas de vencimentos, mensalidades destinadas, entre outras coisas, a socorros médicos.

14ª CAUSA — Inspeções de Saúde para funcionários de outros Ministérios. Vem-se registrando um verdadeiro abuso neste sentido. As salas dos Quartéis-Generais, dos Hospitais, das Policlínicas, vivem abarrotadas com funcionários públicos civis que ali vão para serem inspecionados, quer para obtenção de licenças para tratamento de saúde (maioria dos casos), quer para promoções, quer para aposentadorias, roubando o médico militar de seus deveres normais, já super-dilatados. Além do acúmulo de serviço que estes encargos trazem, ainda se deve lembrar o tempo perdido com aqueles que precedem seus exames com cartas, empenhos, audiência a amigos, etc., visando obter benevolências das Juntas, conseguindo favores a custa dos cofres públicos. Na maioria dos casos são indivíduos portadores de doenças perfeitamente compatíveis com suas atividades burocráticas, mas que querem se aproveitar da lei para auferir vantagens em atividades particulares. Há casos de indivíduos portadores de afecções que necessitam de intervenção cirúrgica, que obtêm sucessivas licenças para serem operados e nunca chegam a fazê-lo, guardando carinhosamente suas lesões para outras oportunidades e licenças.

Criam-se, com isto, incidentes, amizades se estremscem, quando o médico não está pelos autos e resolve a coisa como deve ser resolvida.

SOLUÇÃO — As juntas médicas militares de inspeção de saúde só se encarregariam de examinar o pessoal do Ministério da Guerra, excetuando-se, mesmo assim, seu próprio pessoal civil, quando se tratar de aposentadorias a serem pagas por pensões de Institutos, aos quais caberia examinar seus futuros pensionistas.

Os demais Ministérios competiria providenciar sobre as inspeções de seu próprio pessoal, contratando médicos, ou recorrendo à Saúde Pública, cujo Ministério melhor estaria indicado para tais casos.

15ª CAUSA — Transporte à própria custa. O médico militar é obrigado a, durante ou depois dos expedientes, atender aos chamados das famílias do pessoal de sua corporação, especificados seus membros por lei. Para fazê-lo, via de regra, as despesas de transporte correm por sua própria conta.

Em uma grande cidade, com distâncias apreciáveis que vão de um bairro a outro, mesmo a subúrbio, a despesa não é pequena. Ele paga o bonde, o trem, o ônibus, o automóvel. Se tem seu "carro", gasta gasolina, pneus, consertos, etc. Nada recebe para isto, quer do Governo, quer daqueles que são visitados. Não poderia alegar, a estes, tais gastos, pois sentir-se-ia constrangido, mas o fato é que, amados daqui e dali, estes gastos avolumam, fazendo moça, no fim do mês, em seu orçamento.

Mesmo assim, há vezes em que, vindo de um subúrbio distante, já encontra outro chamado. Chega atrasado, naturalmente, e não raro é recebido de "má cara".

SOLUÇÃO — Para atender a este serviço competiria ao Governo, mediante verba consignada às unidades, fornecer os meios de locomoção, quer dando as viaturas necessárias, quer estipulando uma gratificação pro labore que correspondesse a estes gastos.

Acredito ter abordado o problema da abstenção dos médicos civis e do afastamento dos militares, em suas faces mais importantes.

Outros, com mais vagar, mais experiência e mais capacidade, poderão dar melhores cores e formas ao esboço que aqui deixo. Será uma grande ajuda trazida ao Serviço de Saúde e ao Exército, que necessita de profissionais, em número e em qualidade.

Espero que estas linhas consigam prestá-la, em parte. Para mim não constituiria uma grande satisfação. **AJUDAR AOS QUE TEM O DIFÍCIL ENCARGO DE SOLUCIONAR TÃO AGUDO PROBLEMA.**

A verdade é que precisamos resolvê-lo. Do contrário iremos ficar sem médicos.

O EST

Muito
com se
guerra,
tos os se
A mutua
tornou-se
que se co
intangibi
vem ou
justificar
telos.
cido o fr
diferença
mente p
sua mi
Referen
são, nos
embora
a ação, r
sentido,
mal e de
deixa uo
dade de
cidade d
aprendi
duma lei
regra, te
neca e
se diz
ção", m
tem exce
a regra
de aplica
e as rep
pensável
da guer
conduza
Essa
guerra n
objetiva
do princ
vel, não
tódico da
aplicação
mais im

O ESTUDO DA GUERRA E A TÁTICA DE TORNA-VIAGEM

Major Napoleão Nobre,
Instrutor de Tática Geral
da Escola de Estado-Maior

Muito se tem especulado sobre como se deve estudar e fazer a guerra, desde que foram descobertos os seus famigerados princípios. A imutabilidade desses princípios tornou-se de tal modo respeitável que se converteu num tabu, de cuja intangibilidade ainda hoje se servem os estudiosos da guerra para justificar os seus próprios preconceitos. Frequentemente, é esquecido o fato de que há uma grande diferença entre estudar metódicamente a guerra e querer que esta seja metódica.

Referindo-se ao método, Clausewitz nos ensina que o princípio, embora semelhante a uma lei para a ação, no tocante ao espírito e ao sentido, não tem a significação formal e definitiva desta, de modo que deixa ao juízo pessoal mais liberdade de aplicação, quando a diversidade do mundo real não pode ser apreendida sob a forma definitiva dum lei. De maneira semelhante, a regra, tomada no sentido de lei, significa o mesmo que princípio, pois diz que "não há regra sem exceção", mas nunca que "não há lei sem exceção", um sinal de que para a regra se reserva mais liberdade de aplicação. Assim, os princípios e as regras são concepções indispensáveis a uma teoria da conduta da guerra, até onde essa teoria conduza a uma instrução positiva.

Essas reflexões do filósofo da guerra nos levam a uma conclusão objetiva. É que o conhecimento dos princípios, embora indispensável, não basta para o estudo metódico da guerra, pois justamente na aplicação deles é que está o aspecto mais importante da questão.

Os princípios de guerra mais gerais são como as verdades primárias: têm não só permanência como também universalismo; não são privilégio de um homem ou de um povo e sim patrimônio de toda a humanidade.

A guerra não é, porém, uma concepção do espírito ou um jogo intelectual, mas um fato real, um jogo de ações recíprocas cujo fim é impor a vontade ao adversário. E todo o preparo para a guerra tem forçosamente de conciliar a teoria com a prática, passar da abstração para a realidade, com um mínimo possível de deformações.

Não há uma única maneira de pôr em prática os princípios fundamentais da guerra e, conseqüentemente, variam os processos de combate, que são do domínio da tática. Há, em verdade, certos modos de agir que são comuns a qualquer exército. Porém, não é nesses métodos mais ou menos padronizados que reside a essência do preparo para a guerra.

O modo particular de aplicar os princípios de guerra, com a predominância de certos princípios sobre outros, é o que em última análise caracteriza uma doutrina. E se não fôsse assim, como poderíamos admitir que exércitos tão bem preparados em tempo de paz, à base dos princípios de conhecimento universal, pudessem, ao entrar em guerra, agir tão diversamente? É que os problemas relativos ao preparo e à conduta da guerra são mais de "razão prática" do que de "razão pura".

Na solução prática do complexo problema do preparo para a guerra, a inteligência deve estar atenta não só ao conhecimento teórico da "arte" e da "técnica", como também às transformações das condições materiais, políticas e até mesmo da atitude perante a vida, das nações que possam interessar em caso de guerra. Ainda que se admita um preparo feito na base da melhor arte e melhor técnica, não se pode afirmar que os resultados serão felizes. Os fatores irracionais intervêm constantemente em todas as atividades do homem. E se os "reflexos" procuram neutralizar essa intervenção, podem, por outro lado, gerar um automatismo que destrói a iniciativa ou um conservantismo que torna o espírito impermeável às novas idéias.

Enquanto os princípios permanecem, a forma da guerra se modifica. Daí a expressão "transformações da guerra", para se referir a formas e não a princípios.

No seu conhecido livro, com esse título, o Gen. Colin nos ensina que o combate se transforma com as armas; a batalha, nas suas grandes linhas, se modifica com a maneira de combater; e, por intermédio do combate e da batalha, a forma e o caráter das operações de conjunto sofrem a influência dos progressos realizados no armamento. E adiante, o Gen. Colin é mais incisivo: "O que importa estarmos certos é de que os processos da guerra não têm sido determinados pelo caráter geral dela, mas eles, ao contrário, é que têm dado, em todos os tempos, à guerra o seu caráter".

Em artigo recente, na revista "Forces Aériennes Françaises", sobre o conservantismo militar através das idades, o Gen. Chassin aborda a questão da organização duma força armada e suas relações com as armas dominantes. Diz ele: "O aumento contínuo da potência do fogo acarretou perdas cada vez maiores e foi preciso cessar de combater ombro a ombro. A necessidade de se dispensar para

escapar à destruição pelas armas portáteis e de manobrar rapidamente conduziu ao princípio divisionário e aos exércitos da Revolução e do Império. Uma vez mais, a organização tinha seguido o armamento com décadas de retardo. Ela iria ficar congelada por um século. Quando o canhão de campanha a tiro rápido e a metralhadora trouxeram aperfeiçoamentos decisivos no armamento moderno, reviu-se o mesmo processo". E acrescenta: "Em 1939, época em que as armas dominantes eram, sem dúvida, o carro e o avião, se os franceses não tinham ainda adotado uma organização idônea, os seus adversários haviam reagido perfeitamente, e a vitória veio rapidamente consagrar uma organização racional feita em função das armas dominantes".

Durante a Primeira Grande Guerra, o período de 1915 a 1917, caracterizou-se pela supremacia do canhão de campanha e da metralhadora, aliada ao terreno e ao arame farpado. Esses três longos anos de guerra de usura, em que os princípios da defensiva assumiam importância capital, criaram raízes profundas, principalmente entre os franceses. A retomada da ofensiva, em 1918, foi impronunciada das idéias defensivas hiperreforçadas: as grandes unidades de batalha eram enquadradas, se não soldadas, em enormes frentes que se deslocavam, numa investida de tática frontal, como se fossem as antigas posições postas então em movimento.

Na segunda Grande Guerra, quando o carro e o avião restauraram o prestígio do movimento e da manobra, os franceses compreenderam quanto tinham errado ao antever a forma da guerra. A própria defensiva sofreu modificações na sua execução: o contra-ataque e não o combate "sur place" passou a ser elemento decisivo da defesa.

Os mestres franceses de hoje lamentam que os organizadores do exército do seu país, no período entre as duas guerras, tivessem considerado a motorização como a simples substituição de veículos li-

potáveis por veículos automóveis, isto é, não tivessem considerado a motorização como aplicável à tática. Segundo a concepção desses organizadores, o corpo de exército, tal como fora organizado em 1916, deveria adaptar-se perfeitamente à defensiva sobre uma frente fortificada e seria bastante flexível para permitir passar às operações defensivas de envergadura, após ter sido desgastado nas batalhas defensivas iniciais.

Admitem esses mesmos mestres que os franceses, em 1939, concebiam o princípio da liberdade de ação aplicado de uma forma inadequada aos meios do inimigo. Dizem eles, nesse comentário, que as lembranças inquietadoras dos combates de encontro de 1914 levaram a uma concepção de segurança pelo dispositivo muito esquemática e bastante estática. A segurança afastada era baseada em destacamentos cujo valor se calculava não em função do inimigo, mas em função da força a cobrir. O grosso destacava uma segurança aproximada, com o encargo de acolher os elementos da segurança afastada e de constituir uma frente que aferraria o inimigo. Pensava-se, então, que o inimigo deveria progredir de compartimento de segurança em compartimento de segurança, sob a proteção de vanguardas informadas pelas descobertas. Chegado ao contacto, o inimigo deveria definir os contornos aparentes das resistências encontradas e, em seguida, tentar a infiltração ou, conforme o caso, precisar o contacto para, finalmente, montar as ações mais importantes com que conseguiria vencer a posição à frente da qual fora forçado a desdobrar seus meios.

Concluem então esses mestres que o alcance dos meios de fogo crescido, a velocidade de deslocamento e de concentração dos meios blindados e motorizados grandemente aumentada e os progressos da aviação não permitem mais dar ao grosso aquela antiga tranquilidade, mesma lançando destacamentos de segurança à grande distância. Em consequência, aconselham que aos fatores "infor-

mação" e "dispositivo", em que a segurança repousava até 1939, é conveniente acrescentar hoje dois outros — o "segrêdo" e a "velocidade".

* * *

Levando em conta as transformações havidas, os franceses não reeditam as obras que serviram de instrumento de preparação para a última guerra. Ao contrário, fazem obra nova, aos poucos e cautelosamente, porque sabem que precisam vencer o conservantismo militar, característica de todos os tempos e de todos os países. As discussões, entre eles, dos problemas relativos ao estudo e à conduta da guerra não têm, como antes de 1939, o aspecto dogmático que a cristalização duma doutrina podia permitir. Não raro, procuram na história o apoio necessário à sua obra de renovação e, longe de se mostrarem infensos aos regulamentos norte-americanos, estudam-nos com a compenetração que lhes consente o seu orgulho de franceses.

Seríamos pouco realistas se quiséssemos, por nossa vez, proceder diversamente. Reproduzir mesmo as grandiosas obras que tanto concorreram, em sua época, para a formação militar do nosso exército, quando em muitas das suas passagens já não há mais atualidade, seria contrariar os próprios ensinamentos delas decorrentes. Reeditá-las, mesmo completando-as ou anotando-as, seria talvez deformar-lhes a personalidade própria.

A história, dizem os franceses, só dá resultados exploráveis quando a ela se pede o sentido duma evolução e quando se pode despojar os fatos históricos de todas as contingências não reproduzíveis. O estudo da história e das idéias militares de outros países não é hoje, na França, um fato isolado. O conhecimento da evolução do pensamento militar, em particular da Alemanha, e a crítica construtiva dos fatores principais que levaram ao desastre de 1940 constituem, na França, um fenômeno muito semelhante ao do período que se seguiu à guerra de 1870. Passou a interessar novamente aos

franceses o estudo dos clássicos da guerra, nos quais vão naturalmente encontrar os princípios velhos de séculos, mas que assumem aspectos sempre novos, quando uma outra forma de guerra indica para eles uma aplicação diferente.

O estudo da evolução das idéias militares é sempre útil para a renovação do espírito. E o trato dos clássicos é, sem dúvida, um dos meios seguros para esse fim. Porém, é necessário saber discernir os aspectos e as passagens que nêles não têm mais atualidade, o que os torna um instrumento difícil e perigoso para a instrução concreta. É preciso também que não se veja na atualidade das verdades fundamentais, escritas há tanto tempo, um fenômeno singular.

A torna-viagem dos velhos princípios nos parece, assim, um fato perfeitamente normal na evolução do pensamento militar da humanidade, e nada tem de inquietante e desalentador.

Quem desejar fazer justiça à orientação da nossa Escola de Estado-Maior, dentro dos interesses da instrução na época atual, deve antes de mais nada imaginar a força de ânimo que se tornou necessária para se ensinar tática, depois de uma guerra que determinou u'a

marcada evolução, sem "missão" estrangeira, nem documentação selecionada e completa.

Para levar avante uma tarefa tão difícil, os orientadores dessa instrução se revestiram de uma consciente coragem e competência das suas responsabilidades. A experiência valiosa dos que fizeram a guerra foi aproveitada, controlada e posta nos devidos termos, como convém à equilibrada utilização dos depoimentos idôneos.

A política de publicações não rompeu com a velha tradição. Apenas adotou uma orientação prudente, como o fazem outras Escolas estrangeiras em circunstâncias análogas, distribuindo inicialmente "notas" provisórias, que se tornam desenvolvidas progressivamente e acompanhando o estudo dos "casos concretos", para finalmente passar à publicação de "cursos", fase esta que já foi iniciada.

Colocadas as coisas, portanto, nas suas devidas proporções, a "Tática de Torna-Viagem" não é apenas uma epigrafe brilhante e até mesmo feliz, mas ainda o motivo de uma crítica acerba e em alguns pontos provocante, cujo tom revela um fino espírito que não teme sacrificar a justiça ao prazer da ironia.

NOTA — No artigo "Tática de Torna-viagem", que publicamos na revista de julho p. p. há, apenas, uma advertência e uma sugestão. Advertência a alguns observadores apressados, dos quais ouvi a opinião de que, depois da guerra de 1939-1945, em matéria da arte da guerra, "tout est à recommencer." Sugestão, no sentido de conservar-se a prática de fornecer aos alunos das nossas escolas superiores de tática e de estratégia, com a devida antecedência, aqueles elementos que fecundam a imaginação criadora — tanto para a concepção como para a execução — contidos nos chamados cursos de tática.

É claro que não se trata de reproduzi-los íntegros, mas de aproveitar deles tudo quanto constitui verdade em todos os tempos e lugares, o que equivale dizer tudo quanto serve ao processo mental de análise e de síntese, ou método de raciocínio, parte integrante da doutrina.

A advertência não poderia ser feita, sem grave injustiça, aos oficiais de escol que integram o corpo de instrutores daquelas escolas, que cumprem suficientemente para não incorrer em semelhante levandade.

Quanto à sugestão, se, contrariamente à informação infundada, se vem sendo praticada, tanto melhor, e é com a maior satisfação que se vejo "cair no vazio."

Finalmente, com relação ao conceito final do excelente artigo a que aponho esta Nota, é simples liberdade de julgamento de que todos podem usar, sem que a nada obrigue. — R.B. Nunes, Cel. R/L.

Não e
dicamen
Todav
mas con
da análise
sado e c
A gue
a de de
patron
Em g
mados t
qual os
temas
curam a
mo a co
encontra
minim
mo a tr
ções di
mobiliz
prepar
forem r
tenções
Deite
guerras
político
ciais e
Na
sim.
De
Reich
eliminar
govern
das qu
Franç
tempo
mada a
expans
prático
externo
direção
Mundo
Em
govern
político
outros

HAVERÁ OUTRA GUERRA !

MAJ. JOÃO BAPTISTA PEIXOTO

Não é possível responder categoricamente a esta pergunta.

Todavia se pode chegar a algumas conclusões a respeito, através da análise de certos fatos do passado e do presente.

A guerra é o meio abominável de se decidirem questões em que a paixão domina a razão.

Em geral, todos os conflitos armados têm uma fase preliminar na qual os antagonistas debatem problemas de interesse comum e procuram soluções conciliatórias. Como a conciliação não é fácil de ser encontrada, porque sempre predominam o egoísmo, a ambição e mesmo a traição, durante as conversações diplomáticas, os contendores mobilizam seus recursos para empregar a força se seus direitos não forem respeitados ou se suas pretensões não forem atendidas.

Dentre os conflitos geradores de guerras, predominam os conflitos políticos decorrentes de questões sociais e econômicas.

Na última guerra também foi assim.

De 1934 — inauguração do III Reich — até 1939, durou a fase preliminar da conflagração, na qual o governo da Alemanha discutiu várias questões com os governos da França e da Inglaterra e ao mesmo tempo se preparou para a luta armada a fim de obter, pela força, a expansão territorial (objetivo geográfico), a ampliação dos mercados externos (objetivo econômico) e a direção política da Europa e do Mundo (objetivo político).

Em setembro de 1939 o governo germânico encerrou as conversações políticas que vinha realizando com outros países e iniciou as operações

militares destinadas a conquista de objetivos que lhe assegurassem a execução do plano de expansão e domínio do nazismo.

A 1ª fase da guerra foi inteiramente favorável ao atacante.

Para fazer face aos países totalitários, aliados pelo Pacto Tripartite, as nações democráticas fizeram uma aliança política, econômica e militar (ONU).

Na 2ª fase da guerra, iniciada em fins de 1942, as forças democráticas de um lado e as forças soviéticas de outro, empreenderam uma ampla e profunda contra-ofensiva que só terminou em maio de 1945 com a rendição final do inimigo na linha do Elba.

Depois de seis anos de luta, a Alemanha teve a ocupação e a divisão do seu território em lugar de expansão, a depressão econômica em lugar da prosperidade e a rendição incondicional em vez da dominação do mundo.

O preço da vitória foi altamente elevado. Milhões de vidas foram sacrificadas, muito dinheiro foi gasto, muitas cidades foram completamente destruídas e muitos países ficaram seriamente desorganizados.

As Nações Unidas defenderam a liberdade, o direito e a justiça que a política dos estados totalitários ameaçava extinguir: — alcançaram a vitória militar, objetivo material da guerra, mas a paz Universal, objetivo espiritual dos vencedores, infelizmente não foi conseguida definitivamente, por causa de novos conflitos surgidos entre os vencedores.

Em agosto de 1945, com a rendição do Japão após o lançamento da bomba atômica, a guerra foi virtualmente encerrada.

No mesmo mês os chefes dos governos das quatro nações que mais contribuíram para a vitória (E.E. UU. — G. Bretanha — França — U.R.S.S.) reuniram-se em Potsdam para examinar uma série de problemas relacionados com a Paz, dentre eles:

- a administração do território inimigo;
- o julgamento dos responsáveis pela guerra;
- o socorro aos flagelados de guerra;
- a reconstrução política e econômica dos países devastados pela catástrofe;
- a solução de questões territoriais.

O estudo de tais problemas exigia um perfeito entendimento por parte dos Estados Unidos, da Inglaterra, França e Rússia.

Infelizmente tal entendimento não foi encontrado e até hoje muitos problemas ainda não foram resolvidos.

Em lugar da necessária compreensão entre os "Quatro Grandes", surgiram divergências que além de dificultarem os problemas de Paz, tem concorrido para incentivar uma nova guerra.

Tais divergências têm como causa fundamental o conflito entre a expansão soviética e a economia norte-americana.

Infelizmente, à medida que o tempo avança, as possibilidades de conciliação entre estes dois países são cada vez mais reduzidas.

Como o mundo ainda não se refez dos estragos causados pela última guerra, as condições atuais não são muito favoráveis para novo conflito armado.

— Prevalecendo-se desta situação a U.R.S.S. vem executando através da "guerra fria" seu plano de expansão geográfica e ideológica a despeito da natural reação das nações ocidentais. Em linhas gerais este plano consiste no seguinte:

- 1° — conquista de Estados satélites no Báltico, na Europa Central e nos Balcãs;
- 2° — provocação de distúrbios na Ásia e no Oriente Médio;

3° — estabelecimento de governos comunistas na França, na Itália, na Alemanha, na Mandchúria, na China, na Coreia, na Indo-China e no Sião;

4° — preparação de uma crise econômica e financeira dirigida especialmente contra os Estados Unidos.

Presentemente o bloco comunista já contém 17 nações satélites da Rússia e ocupa uma área imensa da Eurásia.

Os E.E.UU. por sua vez, vêm aperfeiçoando constantemente a poderosa máquina de guerra que possuem e também vêm fazendo importantes alianças políticas, acordos econômicos e planos militares, tendo em vista a defesa de seus interesses em face da ameaça comunista.

O choque armado entre estes dois grandes grupos será de gigantesca proporções.

A U.R.S.S. tem a favor a sua posição geográfica, a sua grande extensão territorial e uma numerosa população.

Em compensação o poder econômico dos E.E.UU. é praticamente ilimitado, o que equivale a dizer que o seu poder militar facilmente poderá ser ultrapassado por qualquer nação ou grupo de nações.

A guerra do futuro será total, isto é, exigirá a participação direta e indireta de todos os homens e mulheres válidos, tanto no esforço militar propriamente dito como no esforço econômico.

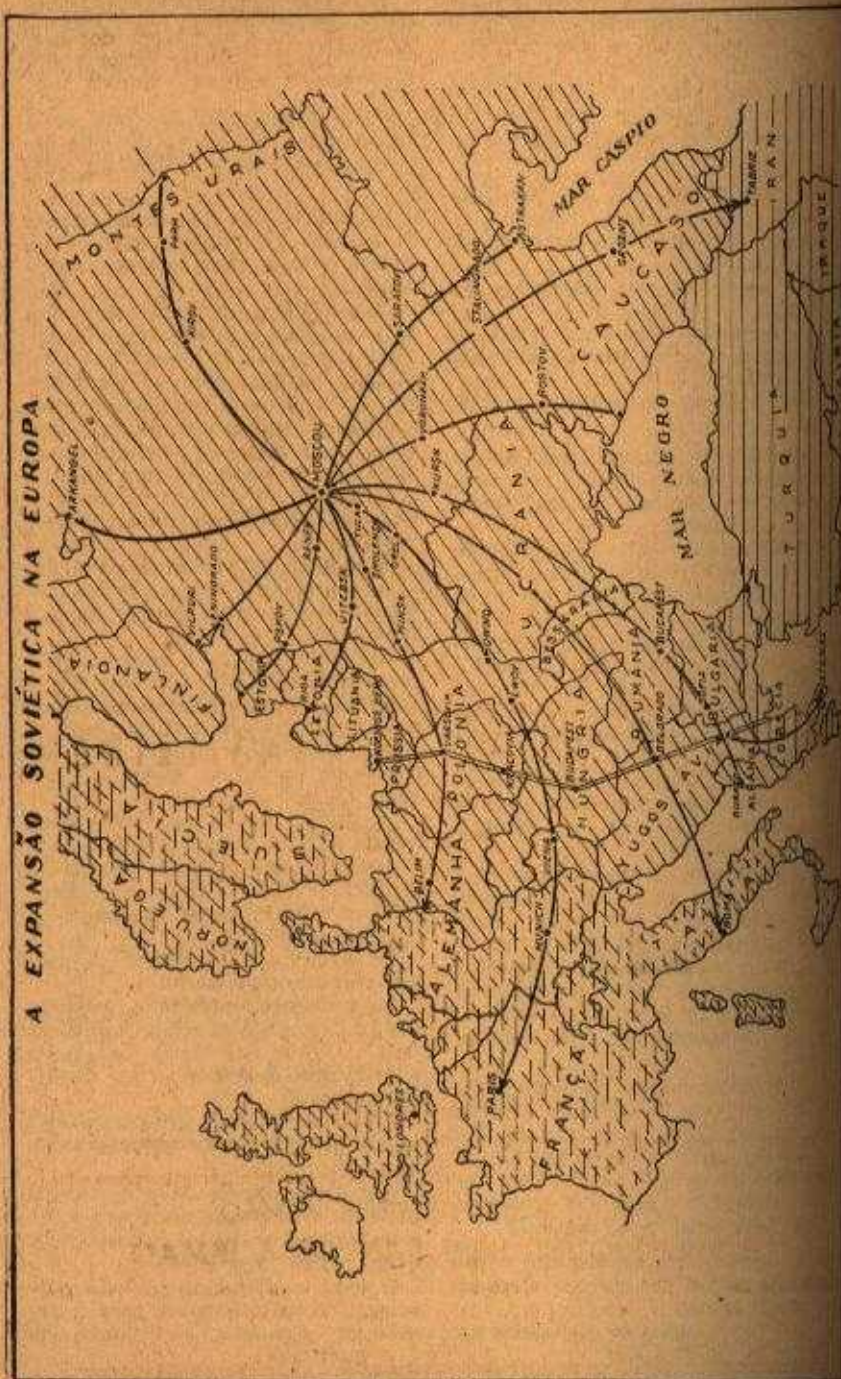
Os princípios de guerra permanecerão imutáveis.

Os processos entretanto, sofrerão profundas modificações impostas pela evolução dos meios de fazer a guerra que as descobertas científicas criarão.

As armas serão extraordinariamente potentes e os efetivos serão mais reduzidos.

As forças aéreas desempenharão papel predominante tanto nas ações estratégicas, como nas ações táticas e nas ações logísticas.

O recurso daqueles que não possuem meios eficientes para a reação será a resistência dispersa, isto é, a guerrilha.



As alianças
serão indis-
tar recurso
rantes e p
países serã
dos no con

— Como
ciliação ex
pos oposto
porque as
constantem
curso da f
outra catást
to maiores
atrar o mu
mo, conqu
que no pró
dores não t
vitória. O
flitos arma
estragos cu
terão grand
Paz, mas e
enquanto o
predominar
bem.

Apesar da
geográfica

OFIC

Fabr

Serviç

Sold

Fabricac

m

A.

Especialidade

BR

As alianças políticas e econômicas serão indispensáveis para assegurar recursos de guerra aos beligerantes e por isso quase todos os países serão forçosamente envolvidos no conflito.

— Como as possibilidades de conciliação entre os dois grandes grupos opostos são cada vez menores porque as divergências aumentam constantemente, parece que o recurso da força será fatal e assim outra catástrofe de proporções muito maiores que a anterior deverá atingir o mundo em profundo abismo, conquanto se tenha como certo que no próximo conflito os vencedores não terão compensações pela vitória. O elevado custo dos conflitos armados, os sofrimentos e os estragos causados pelos mesmos, terão grande influência a favor da Paz, mas esta não será alcançada enquanto o egoísmo e a ambição predominarem sobre a razão e o bem.

Apesar de já possuir imensa área geográfica na qual vive grande

parte da população da terra, a União Soviética ambiciona dominar maior espaço, para ter maior poder econômico e militar a fim de submeter o mundo ao domínio do "Cominform".

Em vista disto a política dos Estados Unidos consiste em defender os princípios, os direitos e os interesses das nações ocidentais. Como consequência imediata deste choque, uma gigantesca corrida armamentista foi iniciada logo após uma guerra em que muitos morreram para defender a liberdade, a igualdade e a fraternidade dos que vissem. A maior parte destes no entanto está em condições vizinhas à miséria. Evidentemente a Paz depende do saber e da bondade dos homens. Enquanto houver desrespeito ao direito, falta de justiça e desprezo pela verdade haverá desarmonia e as guerras se sucederão agravando cada vez mais os desajustamentos entre os povos até alcançarem o aniquilamento total da humanidade.

OFICINA MECÂNICA BRASILEIRA

Fabricante do Reparo para Metralhadora "Madsen" 1935

MARIO FABRI

Encarrega-se de serviços de mecânica em geral

Serviços de Tornos — Serviço de Freza — Serviços de Plaina

Soldas elétricas e a Oxi-gênio — Serralheiro — Estamparia

Fabricação própria de fogareiro de um queimador a gasolina, tipo militar — Fabricante da palha de aço "Cruz de Malta"

ORÇAMENTOS GRATIS

RUA TENENTE ABEL CUNHA, 149-A-B E C

PRODUTOS ALIMENTÍCIOS

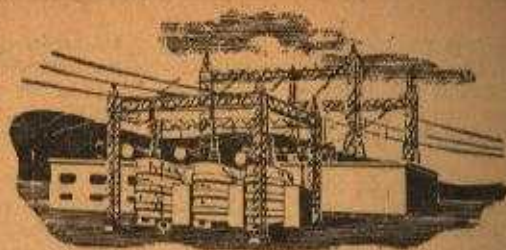
FÁBRICA DE CARRINHOS À MÃO

A. HENRIQUES DOS SANTOS & IRMÃO

Excelência em rações de rodas para Carrocinhas para Padarias e Armazens

BECCO DOS FERREIROS, 30 — Próximo ao Mercado Novo

TELEFONE 42-0616 — RIO DE JANEIRO



MAIS UM GRANDE PASSO PARA O PROGRESSO DO BRASIL!

SÃO PAULO E RIO INTERLIGADOS PELA ELETRICIDADE

A Light, que tem a seu cargo o abastecimento de energia elétrica ao Distrito Federal, a vários municípios do Estado do Rio, a São Paulo e outras cidades paulistas compreendidas na sua extensa zona de operação, vem de completar a interligação entre a usina do Cubatão, do sistema de São Paulo, e a de Fontes, do sistema do Rio, com a inauguração em Aparecida do Norte de uma sub-estação conversora de frequência de 50.000 kw.

Esse empreendimento permite o auxílio mútuo entre esses dois sistemas, através de uma linha de transmissão de alta tensão de 332 quilômetros de extensão, de forma que, em caso de necessidade, tanto o sistema de São Paulo poderá alimentar o do Rio, como o deste suprirá o daquela capital.

A parte dessa linha situada no Estado de São Paulo é operada a 230.000 Volts e 60 ciclos que é a frequência normal do sistema daquela cidade. O trecho além de Aparecida, onde está localizada a sub-estação conversora, é

operado a 132.000 Volts e na frequência do Rio, isto é, 50 ciclos, estando prevista, porém, a operação desse trecho também a 230.000 Volts.

Essa interligação possibilita, ainda, um melhor aproveitamento das reservas de água dos reservatórios, como o de Lajes, ou a utilização mais eficiente das usinas a fio d'água, no caso a da Ilha dos Pombos. Outro aspecto não menos importante é o da possibilidade aberta ao maior suprimento de energia à região intermediária entre as duas capitais, cujo desenvolvimento tem sido nestes últimos anos, ininterrupto, colocando-a entre as mais progressistas do país.

A execução desse plano representa um investimento de capital superior a 230 milhões de cruzeiros.

Melhorando cada vez mais os seus serviços, a Light e Companhias Associadas atendem ao progresso das várias regiões a que servem, contribuindo para o fortalecimento da expansão industrial e econômica.



INGRESSO NO Q. A. O.

CAP. G. F. DE CASTRO

Nosso objetivo no presente artigo é estudar certos pontos na legislação vigente sobre o ingresso no Quadro Auxiliar de Oficiais, que a nosso ver, deveriam ser modificados, tendo em vista a obtenção de um nível intelectual mais elevado nos Oficiais do Q. A. O.

De acordo com a legislação em vigor, para que um Sargento ingresse no Q. A. O. basta, somente, que tenha E. S. A., C. R. A. S., E. M. M., E. A. C. ou C. I. D. A. A. é. (cursos, respectivamente, de duração de 9, 4 e 8 meses) e que se reengaje, subindo as escalas da graduação até 1º Sargento ou Subtenente. Acharmos falho este sistema, pois quando o candidato frequenta qualquer um destes cursos, que na realidade se portam como se fossem Cursos de Formação de Oficiais, os respectivos instrutores não tem em vista o presente: aproveitar o maior número possível de Sargentos para assegurar-lhes a estabilidade no Exército, e também porque, se agissem com o devido rigor poucos seriam os aprovados, dado o baixo nível intelectual do pessoal matriculado. Se os referidos instrutores encarassem de frente o fato, de que estão formando Oficiais do Q. A. O., o que não se dá, sendo esta uma falha razoável dado o grande espaço de tempo decorrido entre o fim do curso e o ingresso no quadro acima citado, agiriam, então, com mais rigor. Mas não é esta a solução que adotamos, porque não só o Exército perderia, pois ficaria com poucos Sargentos em relação ao seu efetivo, como também prejudicaria os que desejassem continuar no Exército, sem aspirar ao oficialato. Havendo, também, o inconveniente

dos cursos serem de pequena duração e feitos numa época e a promoção ao Q. A. O. só se dando muitos anos depois, trazendo como consequência o quase completo esquecimento por parte dos alunos das matérias ministradas nos referidos cursos.

Outra desvantagem da atual legislação é a de violar o princípio da subordinação hierárquica, pelo qual a promoção é gradual e sucessiva, porquanto as promoções atualmente vêm sendo feita ora anulando o posto de Aspirante a Oficial (de Subtenente a 2º Tenente), ora anulando os postos de Subtenente e Aspirante a Oficial (de 1º Sargento a 2º Tenente).

As sugestões que apresentamos são as seguintes:

I — Para o ingresso no Q. A. O. só permitir que concorram Subtenentes.

II — Submeter os Subtenentes candidatos (além do exame físico e do conceito dos Chefes ou Comandantes) a um exame intelectual, que os obrigue desde Sargentos, a se manterem em constante estado de aprimoramento mental. Este exame constaria de várias provas de conhecimentos militares e gerais julgados indispensáveis às funções que vão exercer como Oficiais.

III — Na consideração dos elogios dos candidatos, obedecer ao critério da contagem de pontos atualmente em uso para as promoções de 2º a 1º Sargento; e não, como ven sendo feito até agora, com a contagem geral de todos os elogios.

IV — Os candidatos aprovados na triplice seleção, seriam declarados Aspirantes a Oficial com a obrigação de um estágio de 12 meses, durante o qual seriam observados pelos respectivos Comandantes e só então, caso obtivessem conceitos favoráveis, seriam promovidos ao posto imediato.

As sugestões acima apresentadas, foram baseadas em observações sobre o modo como são feitas estas promoções nas outras forças armadas. Na Marinha, por exemplo, o Suboficial ao completar determinado interstício no posto é submetido a concurso e é promovido de acordo com a classificação obtida. Se isto fosse adotado por nós, traria uma renovação de valores, dado que muitos jovens Sargentos se sentiriam estimulados e aperfeiçoariam seus conhecimentos profissionais com reais benefícios para eles e para o Exército.

A sugestão referente ao estágio após a declaração de Aspirante, foi feita tendo em vista que os Oficiais da ativa só são promovidos a 2º Tenente depois de estagiarem 6 meses, tendo antes cursado 4 anos de ginásios e duas academias militares, num total de 10 anos de estudos, sendo os 3 últimos, superiores. Dentro das normas atuais o que obtemos, em parte, são Oficiais incompetentes, militar e intelectualmente, seguindo par a par com Oficiais da ativa, e sem um cabedal de conhecimentos que lhes possa dar autoridade moral sobre seus subordinados.

Terminamos nossas sugestões, feitas numa tentativa de cooperação no engrandecimento do Exército, visando melhorar o nível de seus quadros, e ao mesmo tempo de assegurar, aos Sargentos mais capazes, promoções mais rápidas, bem como incentivar aos demais.

OLARIA SÃO JERÔNIMO

TIJOLOS, SAIBRO E AREIA

SERVIÇOS DE TRANSPORTES EM GERAL

Carmélio Nogueira do Nascimento

ESTRADA DO AREAL N. 1260 — COELHO NETTO

RIO DE JANEIRO

BAR SANTO ANTONIO

DE

ANTONIO ALVES

BEBIDAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

RUA "J" N. 49 — MESQUITA — ESTADO DO RIO

A CARGA DA DESPEDIDA

Gen. JOSÉ PESSOA

Quando, no meu tempo, se ingressava na Escola de Cadetes e se candidatava à nobre arma montada, era usual ouvir-se falar das façanhas dos lanceiros; dos couraçaes, soldados vestidos de armaduras ao peito, que combatiam a pé e a cavalo; dos dragões, que eram o símbolo do nosso Império; dos espadachins; dos caçadores a cavalo; dos ulanos; dos cossacos; dos hussardos, dentre os quais o destemido Lassalle era o primeiro; enfim, das cargas históricas da cavalaria, pois ela foi sempre considerada a arma do último sacrifício, do desapego à vida, do espírito do dever, da imortalidade.

A história está cheia de narrativas emocionantes sobre os memoráveis feitos da Cavalaria e os exércitos sempre foram ciosos dos seus faustos e da sua imorredoura tradição. Realmente, ela sempre teve a primazia em todos os países organizados militarmente, pois era a arma da nobreza, a primeira a ter contacto com o inimigo e a que o derrotava na fase final da batalha com as suas furiosas cargas de lanças e de sabres, as quais eram verdadeiras corridas para a morte. Os seus chefes se notabilizavam, entre os demais, pela audácia, resistência à fadiga e o coração ardente. Ovírio e os demais chefes do passado da cavalaria brasileira: Andrade Neves, Câmara e Meira Barreto, que se sagraram heróis na legendaria "Carga de Avaí", legaram-nos a glória dos seus feitos e os ensinamentos dos seus exemplos. E lembrando-nos da galopada heroica do Avaí, logo nos vêm à mente tantas outras famosas entre elas a carga da morte dos dez mil curaçaeiros de Ney — para salvar

a batalha decisiva e o triunfo invejável de Wellington.

Se é verdade que a História se repete, esses não foram os últimos entreveros da Cavalaria e, um dia, os cavalheiros voltarão com a massa de seus esquadrões aos campos de batalha para prosseguirem o interrompido capítulo das glórias imperecíveis, cobrindo-se novamente com loiros nas rumorosas cargas dos seus corcéis, tais como as trovoadas que avultam dos montes e serranias e desabam sobre os vales.

Por isso, o último pensamento de Andrade Neves, o maior ginetista da cavalaria brasileira, deve estar sempre presente no espírito dos jovens oficiais de cavalaria; na aquele gesto ele se irmana ao do seu émulo, o general Galliffet, em Sedan, quando Ducrot lhe pediu o sacrifício de mais uma carga para honra do exército.

Esses gloriosos feitos de armas devem, igualmente, estar sempre vivos na memória dos Chefes, para o despertar de uma nova era da Cavalaria. Assim, o espírito da Cavalaria existirá sempre nos Campos de batalha, seja qual for a evolução da guerra, pois é preciso existir sempre uma arma mais rápida do que as demais, cuja missão será a mesma do passado: reconhecer, manobrar, fazer a perseguição.

Mas, se, de fato, a Cavalaria hipomóvel perdeu a primazia que conquistou nas guerras napoleônicas, mantém, contudo, suas missões para atender às necessidades e as vicissitudes da guerra moderna. E, nessa transição, chegou-se à cavalaria motomecanizada dos nossos dias decuplicada de seus meios, mas, não das suas possibilidades

para agir em regiões de florestas e montanhas baldas de caminhos. Como se vê, o espírito da arma não desapareceu e terá sempre a precedência dos golpes, que constituíram o apanágio da Cavalaria do passado e é a aspiração veemente da Cavalaria do presente.

O cavalarião brasileiro, a cavalo, fiel ao culto das tradições da sua arma, será ainda, por muitos anos, o invicto flanqueador e escla-recedor da nossa batalha.

Em tempo não muito recuado, vimos as grandes e pequenas unidades da cavalaria repetindo as façanhas de todos os tempos: divisão de cavalaria transpondo os rios em missões de fazer ouvir os seus canhões na retaguarda do inimigo; esquadrões em missão de reconhecimento e destacamento em descoberta que penetravam no interior das linhas inimigas, atacando comboios; os pequenos destacamentos em ação a cavalo; pelotões atravessando as linhas da infantaria, a fim de verificar as forças e a profundidade da posição do adversário e, as vezes, até a desesperada situação de, por ordem superior, esquadrões atacarem a cavalo o flanco do inimigo para permitir que a infantaria, repelida e destruída, se reconstituisse e se firmasse no terreno, enfim, uma série de missões específicas onde a coragem pessoal, a sagacidade e o espírito de sacrifício, que são próprios da cavalaria, formavam os termos da equação. Como sabemos, os choques, então, já não se verificavam em linha unida, como outrora, mas numa dispersão em forrageadores, estendendo-se em leque aberto, em que cada cavaleiro seguia o seu chefe e os subalternos orientavam-se pelo comandante e em galopada infernal, os cavalos apoiados no bocado do freio, os cavaleiros com os estribos calçados a fundo, cerrados de bota contra bota, carregavam em vertiginosa galopada brandando o grito de guerra, todos dominados pela fé sagrada da vitória. É justamente nessas ações afoitas, de verdadeiro sacrifício, mas necessárias, que o cavalo, o fiel companheiro de combate do

homem paga seu maior tributo: e nesses entreveros, em que a devastação é total após a refrega, que se sente o coração oprimido e angustiado, com animais e homens esfrangalhados e moídos de fadiga; aqueles com o lombo ferido, em chagas, as ferraduras e os cascos corroidos, famintos e sedentos, sob o pesado equipamento; os homens também desfigurados, cobertos de suor e poeirentos, com os uniformes esfarrapados e ensanguentados, mas, ao aceno de mais um sacrifício, eis todos em forma, dominados pelo espírito da luta e prontos a retomar a galopada até o extermínio.

Como não ser assim, se a carga é o pensamento constante que vive no coração e no instinto dos homens da cavalaria? Infelizmente, alguns cavaleiros militares, espíritos de comodista, dominados por uma decrepitude precoce, viciados na burocracia crônica dos gabinetes, despreocupados da sua montada, já não vão mais ao picadeiro, nem são vistos trotando pelas estradas.

Inconformado com estes hábitos reagi e atingi ao generalato sem abandonar as pistas de polo e chaguel à idade compulsória, no dia exato de conclusão do meu tempo no Exército ativo, cavalcando o meu animal e assim retirei-me da Cavalaria, partilhando, durante meio século, nos quartéis, nos bivouacs, nos campos de batalha, por toda parte, dia e noite, dos seus sofrimentos e das suas glórias. E, assim, em uma manhã ensolarada, de setembro de 1943, acompanhado do meu ajudante de ordens, segui para a Vila Militar a fim de visitar e despedir-me do bravo "Regimento Andrade Neves", sob o comando do distinto camarada Coronel Estevão Taurindo de Rezende Netto; um cavaleiro de rara tempera, um chefe de cavalaria, herdeiro e discípulo das tradições dos grandes chefes do passado: Osório, Pôrto Alegre, Andrade Neves, Bento Ribeiro, Cerro Lago, João Propício, os famosos generais da "Farrapilha" e tantos outros. Ao chegar, fui recebido pelo Comandante à frente da sua oficialidade, entre os qua-

vies anti-
dados, qu
formatur
culter o
pal do a

Após o
durido i
se enco
cantares
Negra
retiraram
naumite
formatur
achava e
extremo
em o bel
envergav
culção b
capacete
valhada
brilhando
pedíveis,
com o ver
de extra

Logo ap
de coman
gimento
juda, so
cou, em
povinha
ali aqua
coronel.
ra-se mor
e se gale
Regimento
ovimos
na von
migo!
comando
bainha, m
os trofé,
breven co
e grito
todos os
ditados
de longa
su arder
tendend
altaram-
masa con
tal onde
uma dist
nã, aque
como um
num ver
uma nu
logo se re
entendend
o final d

via antigos discípulos e comandados, que se haviam destacado da formatura do Regimento para receber o general no portão principal do seu quartel.

Após os cumprimentos, fui conduzido ao campo de instrução, onde se encontravam muitas famílias, camaradas e cadetes das Agulhas Negras. Com exceção do coronel, retiraram-se, então, os oficiais para assumirem os seus comandos na formatura do Regimento, que se achava em repouso, à direita, no extremo do campo. O sol caía sobre o belo uniforme de parada, que envergavam — dolman rubro e calção branco, botas lustradas e capacete de crineira ao vento; cavalaria de pelo fino, os cascos brilhando vivamente ao longe, impecáveis, conjunto que formava, com o verde da mataria, um quadro de extraordinária beleza pictórica.

Logo após, o major — imediato do comandante — deslocou o Regimento ao passo na direção desejada, ao fundo do campo, onde ficou, em batalha, voltado para o pavilhão onde nos achávamos, e ali aguardou a chegada do seu coronel. Este pede licença, retira-se montando seu fogoso animal e ao galope segue ao encontro do Regimento. De onde estávamos, ouvimos, distintamente, o brado de sua voz firme: Regimento comigo!... E em seguida a outro montando as espadas saltaram das bainhas, seguido das vozes ao passo, ao trote, ao galope, para logo vibrarem os clarins e do chefe partir o grito de "Carga", repetido por todos os homens. Os cavaleiros, atulados no pescoço dos animais, de lança em riste, transmitiram o seu ardor aos cavalos e estes, estendendo-se com todas as forças, alastraram-se a toda brida, numa massa compacta, em direção ao local onde nos encontrávamos. A uma distância de trinta metros de nós, aquela avalanche estancou, como um raio, e, misturando-se, num verdadeiro pandemônio, numa nuvem de poeira infernal, logo se recompôs, para desfilar em continência ao general. Era o ponto final de uma carreira de meio

século de vida profissional que, deste modo, se encerrava para nunca mais se repetir, deixando no meu espírito recordação imperecível...

Naquele momento, de sublime emoção, vieram-me à lembrança as cargas históricas que o "bravo dos bravos do exército brasileiro" tantas vezes desencandeou contra os inimigos da Pátria e que outras figuras lendárias e de outros exércitos também o fizeram como Ney, Murat, Kellermann e tantos mais chefes de cavalaria que, após acuar o inimigo com enxames de patrulhas, no tumulto da batalha, carregaram com suas massas de cavaleiros, enchendo, de glória, os faustos da lendária Cavalaria.

Após aquela alegre e exornativa cerimônia, foi servido um almoço no cassino do Regimento, onde, à sobremesa, ouvimos magnífica saudação proferida pelo Comandante, em nome dos seus oficiais e dos seus homens, a qual terminou com o oferecimento da flâmula ouro-azul do seu histórico Regimento.

Ao retirar-me, desejoso de despedir-me pessoalmente daquela plêiade de distintos oficiais, pelas provas de estima e acolhedora camaradagem que me haviam dispensado, soube, pelo Comandante, que eles, reunidos, me aguardavam no portão principal do quartel a fim de prestar-me a sua última homenagem. De fato ali os encontrei, com seus sabres desembainhados e cruzados ao alto e assim desfilei, sob a sombra daquelas espadas, sobre as quais um dia, nas suas lâminas, há de se espelhar o clarão da vitória. Sob aquelas armas, símbolo e penhor da honra de todas as gerações, ao transpor a formatura, voltei-me, dando-lhes o meu último comando: "Embainhar espadas!"

Naquele momento de despedida, sob profunda emoção de ambas as partes, não me foi possível conter, estreitando um a um em forte abraço. Essa visita jamais se apagará da minha lembrança. Afastei-me do Exército com o coração transpassado de tristeza, pois só

tive na vida uma paixão insaciável — amar ardorosamente a minha Cavalaria para poder vê-la repetir as glórias da cavalaria de Andrade Neves, aquêle extraordinário soldado, que, aureolado de ações

heróicas, tanto engrandeceu a sua Pátria e, no último alento, não se esqueceu de clamar:

"MAIS UMA CARGA CAMARADAS!"

SÔBRE O "OSÓRIO"

De um parecer dado no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro:

"Estabelecendo relação entre meio e homem, fêz o Cel. Magalhães surgir a figura de Osório político liberal, mas apresenta com tais documentos qual a situação política do herói da guerra do Paraguai que faz melhor compreender a política brasileira.

Pesquisa de documentos acêrca da vida do grande vulto rio-grandense, é que permitiu ao Cel. Magalhães conceitos mui precisos e novos. Osório tornou-se então perante a História um vulto singular a respeccer na pena do historiador, mais para se fazer compreender em toda a sua grandeza, do que para empanar qualquer outra glória das que ostenta o Exército Brasileiro, etc.

(a) Basílio de Magalhães,
Feijó Bittencourt,
Herbert Reichardt."

A venda na "A DEFESA NACIONAL".

Ministério da Guerra — 3º andar.

Rua Visconde da Gávea.



Ferragens São Pedro Ltda.
IMPORTADORES

FERRAGENS
FERRAMENTAS
TINTAS

AV. PRES. VARGAS Nº 79
DEP. R. DOS ANDRADAS, 109
FONES: 43-2630 - 43-5239

DEP. 43-9534

Officinas especializadas na execução de quaisquer tipos de chaves
e concertos de fechaduras Yale, tipo Yale, e para automóveis

— RIO DE JANEIRO —

NOTÍCIAS MILITARES

Suprimentos

Ante as ameaças de uma nova e mais mortífera carnificina mundial, representadas pela luta iniciada na Coreia, não deixa de ser interessante observarmos as dificuldades com que terão de lutar as democracias para conseguirem resolver os difíceis problemas da logística que se apresentarão como resultantes da distância das fontes de produção, aos locais em que terão de ter as armas com o inimigo. Nessa luta, observamos os vastos espaços que deverão ser vencidos pelas forças combatentes da ONU, enquanto os agressores dispõem de todos materiais necessários com facilidade, bem próximos das zonas em que deverão ser aplicados: os materiais russos se acham próximos e após vencer curtas distâncias serão entregues aos combatentes comunistas, ao mesmo passo que estes dispõem de fáceis fontes de suprimentos em homens, pois cremos que não será muito fácil distinguir, durante a luta da Coreia, um comunista coreano, de um comunista chinês, ou de um comunista tibetano, sem levarmos em conta as brigadas internacionais que poderão lançar à luta. Enquanto isso, as forças das Nações Unidas terão de vencer mil e uma dificuldades para transportar os materiais bélicos, as munições e os viveres necessários à ação, bem como as forças que deverão combater, forças essas que terão de ser remetidas de fontes longínquas, não sendo possível recrutá-las próximo ao local da luta. Já servirão essas dificuldades, como ensinamentos para um futuro conflito ou mesmo para o alastramento do atual, devendo os logísticos, desde o momento presente, começar a refletir maduramente sobre as prováveis soluções,

pois como muito bem diz o Ten.-Cel. Frank W. Moorman, em artigo publicado em *Military Review*, "As tropas combatentes não querem saber se os suprimentos estão perto ou longe. O que desejam é recebê-los no momento oportuno."

Inutilidade do número

Napoleão dava como um dos princípios em que baseava sua arte militar, aquele de "ser o mais forte no local e momento oportuno", mas em interessante trabalho intitulado *Probabilidades contrárias*, o Major Robert B. Rigg, utilizando dados obtidos em cuidadosa investigação histórica, nos fornece valiosas informações sobre diversas batalhas, dentre as quais algumas capituladas como decisivas na História da humanidade, que foram ganhas por efetivos em flagrante inferioridade numérica, se comparados com os dos vencedores. Seu curioso estudo abrange diversas batalhas, desde a de Maratona (490 A.C.), em que a inferioridade numérica do vencedor era de 9 para 1, até a 4ª Campanha da Líbia (1941-42), em que essa inferioridade era de 3 para 2. Em muitas ocasiões, como na Batalha de Chancellorsville, grandes tropas mal comandadas são batidas por outras excessivamente inferiores em número, o que se repete novamente nos tempos modernos, nos encontros chamados como 1ª e 2ª campanhas da Líbia, em que forças italianas com o efetivo aproximado de dez divisões são batidas por destacamentos ingleses que não chegavam a perfazer duas divisões, o que levou o General Fuller a escrever "Terminou assim uma campanha de muitas lições, das quais a mais importante foi que a mobilidade no ataque é superior à massa na defesa..."

Canhão antiaéreo

Provavelmente a primeira solução do completo automatismo em um canhão de calibre superior a 40 mm, tenha sido obtida pela *Bofors Company of Sweden* com seu novo canhão antiaéreo de 120 mm, dotado de tiro rápido e com grande elevação, apresentando-se como capaz de resolver o problema da defesa contra projétil V-2 e aviões a jato. Esse canhão apresenta-se como bastante superior a todos os outros atualmente existentes, dada sua excepcional cadência de tiro e a rapidez com que pode ser apon-tado contra objetivos móveis.

Marinha russa

Poucas vezes em sua história contou a Rússia com marinha bastante desenvolvida, apesar de atualmente seus dirigentes procurarem reivindicar o título de inventores, de primeiros experimentadores de todos os inventos e aperfeiçoamento úteis às Forças Navais, como sejam o submarino, a utilização da Direção de Fogo, etc. No entanto, tais reivindicações são consideradas como manifestação da doentia idéia russa de querer se considerar como,

a Pátria espiritual da humanidade, quando durante sua História, tem se revelado apenas como a Pátria das massas incultas e supersticiosas dominadas por tiranos bárbaros e ignorantes. Quando o Imperador tinha interesse na construção naval todo o poderio russo se desloava para esse setor, apresentando então em uma pequena fase de sua História, uma força naval digna de respeito, mas que breve desaparecia, tão logo mudassem as preferências dos governantes. Atualmente, porém, segundo notícias recentemente divulgadas na imprensa mundial, acha-se a Rússia empenhada em adquirir poderio marítimo, tendo inaugurado uma nova academia naval em Leningrado, destinada a preparar oficiais de Marinha, após um curso de dois anos, ao mesmo tempo que cria o Ministério das Construções Navais, destinado a incrementar o desenvolvimento da Marinha não só marcante como também de guerra. Consta que já um couraçado foi lançado ao mar, o *Sovetskaya Boyuz*, e que se acham em construção quatrocentos submarinos, destinados ao Pacífico, devendo operar de portos da Sibéria e da China comunista.

DEPÓSITO PAPEL BRASÍL SANTOS, GODINHO & REIS

Compradores de:
Livros usados, Arquivos, Aparas de Tipografias, Papéis Inservíveis, etc.
AV. LAURO MULLER, 174 — BOTAFOGO — Tels. 26-9997 e 26-7117
RIO DE JANEIRO

ARMANDO SILBERMAN

ARTEFATOS DE FLÂNDRES EM GERAL.
Rua Goiás n. 95 — MESQUITA — Estado do Rio

CARVOARIA SÃO JOÃO

DE

JOÃO CORREIA DA SILVA

AVENIDA BRASIL N. 112 — MESQUITA — ESTADO DO RIO

Atos offi
Ofic

TRANSPER
DE PI

Atendeno
pelo Estad
relação à
de praga
aproveit
solvo

si ou Sa
Motomecâni
ecialista C
pela conce
de 19 de
poderão se
para a este
que, no de
podem exi
bi o refe
abre os an
lação anexa
prescrições

1ª — será
para os Sarg
redes das R
de determi
Comandantes
subordinados

2ª — a p
do exame d
matrículas d

3ª — o ex
ente uma c
das das qu
curso de mot

4ª — os Sarg
tantes que
métricos ne
todos os eleit
síveis, deve
sido de pro
abido nesse

5ª — os des
"Combatante"
sua", estabel
muitas socia p

NOTICIÁRIO & LEGISLAÇÃO

Atois oficiais do Ministério da Guerra, publicados no "Diário Oficial", no período de 29 de abril a 29 de maio de 1950

TRANSFERÊNCIA DE CATEGORIA DE PRAÇA ESPECIALISTA MECÂNICO

Atendendo às ponderações feitas pelo Estado-Maior do Exército, com relação à transferência de categoria de praça especialista mecânico, e aprovando seu parecer conclusivo, resolve:

- a) os Sargentos com o curso de Motomecanização — categoria de Especialista Combatente — amparados pela concessão, feita no B.E. n. 3, de 19 de janeiro de 1946, pág. 154, poderão se habilitar à transferência para a categoria de Mecânico, desde que, no decorrer do presente ano, prestem exame desta especialidade;
- b) o referido exame, que versará sobre os assuntos constantes da relação anexa, obedecerá às seguintes prescrições:

1ª — será realizado, no C.A.E.R., para os Sargentos da 1ª R.M. e nas sedes das Regiões Militares, ou onde for determinado pelos respectivos Comandantes, para os Sargentos seus subordinados;

2ª — a permissão para prestação do exame é da competência dos Comandantes das Regiões Militares;

3ª — o exame será prestado perante uma comissão de três oficiais, dois dos quais, no mínimo, com o curso de motomecanização;

c) os Sargentos especialistas combatentes que prestarem exame para mecânicos serão considerados, para todos os efeitos, exclusivamente, mecânicos, devendo ser contado, para efeito de promoção, somente o grau obtido nesse exame;

d) as designações "Especialista Combatente" e "Especialista Mecânico", estabelecidas pelas Instruções provisórias para o "Centro de Mo-

torização e Mecanização", quando da organização desse Centro (Aviso n. 400, de 25 de maio de 1938), não mais devem subsistir, pois foram substituídas pelas de "Combatente Blindado" e "Mecânico", no Regulamento da Escola de Motomecanização, aprovado pelo Decreto n. 23.680, de 16 de setembro de 1947.

RELAÇÃO ANEXA AO AVISO N. 228, DE 26 DE ABRIL DE 1950

Os exames de Especialista Mecânico constarão de duas partes:

I — Parte teórica (escrita):

Duração — 1 hora.

Serão organizadas cerca de 40 perguntas versando sobre:

Organização geral de veículo automóvel e funções dos diferentes órgãos do chassis.

Motor: órgãos fixos e móveis.

Alimentação: combustíveis líquidos, órgãos do sistema de alimentação, carburadores.

Distribuição: distribuições por válvulas, órgãos, finalidade, folgas e regulação.

Inflamação: noções gerais de eletricidade, dinamos, baterias, eletroímãs. Sistema de inflamação por dínamo-bateria, diferentes órgãos e suas funções.

Lubrificação: finalidade, óleos e graxas, sistema de lubrificação, bombas e filtros.

Arrefecimento: finalidade, órgãos.

Transmissão: embreagens, caixa de mudanças, redutores, transmissão propriamente dita (transmissão angular, diferencial, semi-árvores).

Rolamento do chassis: suspensão, órgãos de tensão e reação, rodas e guarnições.

Freios hidráulicos e direção.

Manutenção: idéia geral sobre o escalonamento.

Manutenção Orgânica: atribuições do 1º e 2º escalão; trabalhos a executar.

Suprimentos: definições, pedidos de peças, manuseio de catálogos.

II — Parte prática.

Duração média — 3 horas.

Material: Viatura N/E 1/4 Ton. 4x4 (Jeep).

Jogo de ferramentas para mecânico.

Assunto:

Desmontagem, funcionamento, regulação e montagem de alguns dos diferentes conjuntos do chassis, especialmente as regulações do carburador, embreagem e freios.

Depanagem: método; aplicações em panes previamente estabelecidas no veículo, de acordo com o livro "Depanagem de Automóveis, 1º volume", nos capítulos I e II.

Perguntas particulares a veículos de rolamento misto quanto à suspensão traseira e trens de rolamento.

Noções gerais sobre: mudanças de anéis de segmentos e coxins dos mancais e moentes; ajustagens do motor.

(Aviso n. 228, de 26-IV-950 — "Diário Oficial" de 3-V-950).

ETAPA DE CADETE DA ESCOLA MILITAR DE RESENDE

Fica alterado para Cr\$ 16,50 o valor da etapa de cadete da Escola Militar de Resende de que trata a tabela de fixação dos valores da ração de etapa aprovada pelo Aviso n. 80, de 3 de fevereiro de 1950.

A presente modificação vigorará a partir de 1 de maio do corrente ano.

(Aviso n. 244, de 24-IV-950 — "Diário Oficial" de 4-V-950).

PERÍODO PASSADO POR ALUNO EM C.P.O.R. OU N.P.O.R.

Consulta o Diretor de Recrutamento se:

a) o período passado pelo aluno em C.P.O.R. ou N.P.O.R. é considerado como tempo de serviço para todos os efeitos, a exemplo do que acontece com o da Escola Militar;

b) o período em que o Aspirante a Oficial de 2ª classe da Reserva se acha convocado para estágio de ins-

trução é também considerado como tempo de serviço.

Em solução aprovando os pareceres da Secretaria Geral do Ministério da Guerra e Comissão de Promoções do Q.A.S., declaro:

1) O período passado como aluno em C.P.O.R. ou N.P.O.R. não deve ser averbado como tempo de serviço militar, conforme solução já adotada em Boletim do Exército n. 22, de 24 de janeiro de 1948.

2) O período em que o Aspirante a Oficial da 2ª classe da Reserva, se acha convocado para estágio de instrução, não é considerado tempo de serviço, senão para efeitos de reforma ou aposentadoria, nos termos do Decreto-lei n. 4.271, de 17 de abril de 1942 e Lei n. 525-A, de 7 de dezembro de 1948.

(Aviso n. 230, de 26-IV-950 — "Diário Oficial" de 3-V-950).

MATRÍCULA DE OFICIAIS DOS SERVIÇOS NA E.E.M.

O Ministro de Estado da Guerra resolve aprovar as "Instruções para matrícula de Oficiais dos Serviços de Saúde e de Intendência na Escola de Estado-Maior", apresentadas pelo Estado-Maior do Exército e que com esta baixam.

Instruções para matrícula de Oficiais dos Serviços de Saúde e de Intendência na Escola de Estado-Maior

Art. 1º. A matrícula de Oficiais dos Serviços de Saúde e de Intendência na Escola de Estado-Maior será feita mediante concurso de admissão, observando-se as seguintes prescrições:

I — Das Inscrições

Art. 2º. As inscrições para o exame de seleção serão feitas mediante requerimento dos interessados às respectivas Diretorias, por intermédio da Região Militar em que servirem.

Parágrafo único. Esses requerimentos deverão dar entrada nas Diretorias até 30 de abril e no Estado-Maior do Exército até 15 de maio do ano que anteceder ao da matrícula.

Art. 3º. São condições para inscrição:

- a) ser Capitão ou Major;
- b) ter o Curso de Aperfeiçoamento, com conceito "Bem" ou "Muito bem";
- c) ter o Capitão até 42 e o Major até 44 anos de idade, referidos ao dia 31 de dezembro do ano da inscrição;

d) ter idoneidade compatível com a situação de oficial de Estado-Maior, julgada de acordo com as normas vigentes para os Oficiais das Armas.

II — Dos exames

Art. 4º. Os candidatos à matrícula serão submetidos aos seguintes exames:

- médico;
- intelectual.

§ 1º. O exame médico, feito mediante inspeção de saúde, terá as mesmas finalidades e normas estabelecidas para os candidatos das Armas.

§ 2º. O exame de seleção intelectual compreende as seguintes provas:

A — Provas escritas:

1. De conhecimentos militares:

a) prova concernente à organização e aos princípios de emprego do Serviço em campanha, dentro de uma situação tática simples;

b) prova de topografia, comportando problemas correntes sobre a matéria e interpretação e descrição do terreno.

2. De cultura geral:

a) prova versando sobre:

— Noções de Economia Política e Estatística, para os oficiais intendentes;

— Antropogeografia, para os oficiais médicos;

b) prova de línguas estrangeiras, compreendendo uma parte obrigatória (inglês e espanhol) e outra facultativa (alemão, francês ou italiano), constando de versão e tradução de um trecho.

B — Prova prática:

— De direção de automóvel, versando sobre conhecimentos relativos ao funcionamento, manejo, acidentes de motor, reparação e regras de trânsito.

§ 3º. Os candidatos que tenham obtido menção "muito bem" no curso de aperfeiçoamento ficam dispensados das provas de conhecimentos militares.

§ 4º. O Estado-Maior do Exército expedirá instruções complementares regulando a execução das provas.

§ 5º. O preparo e o julgamento das provas serão feitos pela comissão de que trata o art. 58 do Regulamento da Escola de Estado-Maior, para o que poderá contar, essa comissão, com a colaboração de um Oficial do Curso de Serviços da mes-

ma Escola e de um Oficial Intendente e de um Médico, especialistas de Estado-Maior.

III — Disposições complementares

Art. 5º. O requerimento do candidato deverá ser acompanhado da cópia da ata de inspeção de saúde e ser informado de acordo com o artigo 49 do Regulamento da Escola de Estado-Maior, no que lhe for aplicável.

Art. 6º. Os requerimentos e demais documentos que interessem à matrícula devem obedecer aos modelos prescritos pelo Regulamento da Escola de Estado-Maior.

IV — Disposições transitórias

Art. 7º. O prazo de entrada dos requerimentos de inscrição, para o corrente ano, será acrescido de um mês ao fixado no parágrafo único do art. 2º das presentes Instruções.

Art. 8º. As presentes Instruções entrarão em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

(Portaria n. 78, de 26-IV-950 — "Diário Oficial" de 8-V-950).

* *

PRAZO DE APRESENTAÇÃO DE CONVOCADOS

DECRETO N. 28.068 — DE 6 DE MAIO DE 1950

Prorroga o prazo para apresentação dos convocados para o serviço militar das classes de 1925 a 1931

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 97, n. I, da Constituição.

Considerando que a substituição de sistema de sorteio militar pelo de convocação geral não alcançou a desejada publicidade em todas as zonas de recrutamento;

Considerando que as dificuldades de locomoção e a deficiência dos meios de comunicação, têm sido, na maior das vezes, as causas da apresentação tardia dos convocados;

Considerando que foi enviado, em mensagem ao Congresso Nacional, anteprojeto de lei que visa a obviar essas dificuldades, mas enquanto sobre ele não se manifestar o Parlamento é de justiça conceder nova oportunidade aos convocados para regularizarem sua situação perante o serviço militar, decreta:

Art. 1º. Fica prorrogado, até 31 de outubro do corrente ano o prazo para

apresentação dos convocados para o serviço militar das classes de 1925 a 1931 que até a presente data não estiverem quites com seus deveres militares.

Art. 2º. Os convocados, que se apresentarem nos termos deste Decreto, serão relacionados como "excesso do contingente anual", aplicando-se-lhes o que a respeito dispõe a Lei do Serviço Militar.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 1950;
129º da Independência e 62º da República.

EURICO G. DUTRA.

Sylvio de Noronha.

Canrobert P. da Costa.

Armando Trompowsky.

("Diário Oficial" de 9-V-50).

• •

ALTERAÇÕES COM OFICIAIS DA RESERVA E DO Q.A.O.

Nomeação, exoneração e movimentação dos Oficiais da Reserva e do Q.A.O., em função dependente da D.R.:

1. As nomeações de oficiais da reserva para os diversos cargos nas Circunscrições de Recrutamento só serão feitas quando não houver oficiais da ativa para preenchê-los ou houver previsão de vagas privativas de oficiais da reserva.

As funções privativas de 1º ou 2º Tenente serão exercidas de preferência por oficiais do Q.A.O.

2. As propostas de nomeações de oficiais da reserva devem sempre citar o dispositivo da lei ou regulamento que prevê a referida nomeação e informar o número de vagas referentes à lotação do pessoal em aprêço.

3. As designações para as Secções ou Subsecções e a transferência de uma para outra dos oficiais em serviço serão da competência do Chefe da C.R. Em caso de acúmulo de serviço na C.R., o respectivo Chefe pode determinar que qualquer delegado passe a auxiliar temporariamente os respectivos trabalhos, desde que tal movimentação não venha importar, de acordo com a legislação vigente, em ônus para a Fazenda Nacional. Essa determinação deve ser participada ao Comandante da R.M. e à D.R.

4. Compete exclusivamente ao Chefe do Departamento Geral de

Administração, transferir por motivo de saúde do interessado ou de pessoa de sua família:

a) os delegados do serviço de Recrutamento de uma Delegacia para outra, na mesma C.R., quando oficiais da reserva;

b) os delegados para adjuntos e vice-versa desde que haja vaga e seja o transferido oficial da reserva.

A movimentação acima só será efetuada, quando motivada por solicitação do interessado, em requerimento, instruído com ata de inspeção de saúde, conforme exige a Lei de Inatividade, dirigida ao Chefe do D.G.A. por intermédio da D.R.

5. A movimentação dos oficiais do Q.A.O. é da competência da D.F., ouvida previamente a D.R., no caso de delegados do recrutamento ou instrutores de Tiros de Guerra.

6. Anualmente, na 2ª quinzena do mês de agosto, a Diretoria do Recrutamento apresentará ao Departamento Geral de Administração, a fim de ser submetido à consideração do Estado-Maior do Exército a proposta de fixação dos quadros de efetivos em adjuntos e delegados de recrutamento para cada circunscrição, de acordo com as necessidades do Serviço, para o ano seguinte.

7. A Diretoria de Recrutamento organizará e manterá em dia um fichário dos oficiais da reserva e reformados que exerçam qualquer função de atividade. As fichas deverão conter anotações sobre conduta civil e militar, capacidade de trabalho e funcional dos oficiais em aprêço. Os oficiais que não gozarem bom conceito jamais poderão ser nomeados para funções da atividade, nem continuar no desempenho de qualquer de suas funções.

8. O presente aviso substitui os de ns. 3.225-Rex-28, de 29-X-941 e 2.074, de 17-VIII-943, notas e atos ministeriais que tratam do assunto ora regulado.

(Aviso n. 259, de 10-V-50 — "Diário Oficial" de 11-V-50).

• •

VANTAGENS A OFICIAL REFORMADO

Processo n. 16.822-49.

1. Pede o 2º tenente reformado Dácio Vieira da Cruz, as vantagens das Leis ns. 288, de 1948, e n. 616, de 1949, alegando haver prestado serviço de guerra, em 1918.

2. Dá-nos conta o processo ter sido o requerente, que era 1º sargento, transferido para a reserva, em 1928, no posto de 2º Tenente, com fundamento no art. 57, da Lei número 4.555, de 1922, incorporado à legislação permanente pelo art. 164, da Lei n. 4.793, de 1924.

3. Reza o citado dispositivo da Lei n. 4.555:

"Art. 57. A reforma das praças de pré do Exército, da Armada, da Polícia e do Corpo de Bombeiros, será concedida com sôlido por inteiro se contarem mais de 20 anos de serviço; no posto de segundo tenente e o respectivo sôlido dos sargentos-ajudantes e intendentes e os primeiros sargentos que tenham mais de 25; e no posto imediato, também com o respectivo sôlido os segundos e terceiros sargentos, cabos de esquadra e soldados, que contarem mais de 25 anos".

4. Ora, o art. 6º da Lei n. 288, modificada pela Lei n. 816, determina, como sabido, a promoção ao posto imediato, antes da transferência para a reserva ou reforma, com direito aos vencimentos integrais.

5. Já tendo logrado dita promoção na inatividade, em legislação que, especificamente, lhe concede o posto de segundo tenente, é óbvio que ao peticionário não cabe agora senão os vencimentos integrais desse posto, na consonância da legislação citada no item 4.

6. De acordo, pois, com a informação n. 10.224, de 30-XII-949, da Diretoria de Recrutamento, constante de fls. — José Ricardo Gomes de Carvalho Neto, Assistente Jurídico.

(Parecer n. 67, de 16-III-950 — "Diário Oficial" de 13-V-950).

• •

ESTABELECIMENTOS DE PRAZOS DO ART. 54 DA L.E.M.

De acordo com o que propõe a Diretoria de Ensino do Exército e o parecer do Estado-Maior do Exército, no intuito de dirimir dúvidas quanto à aplicação do art. 54 da Lei do Ensino Militar, em face do que prescreve o art. 4º do Decreto-lei número 8.097, de 18 de outubro de 1945, e até a aprovação e entrada em vigor do Estatuto de Ensino do Exército, resolvo:

A — O prazo previsto no art. 54 da L.E.M. e parágrafo único do

art. 4º do Decreto-lei n. 8.097, referente aos diversos cursos, será:

I — de dois anos:

a) para todos os cursos de formação: — E.M., E.S., E.V.E.;
b) para os seguintes cursos de especialização:

- 1) Técnico, da E.M.M.;
- 2) Oficiais superiores e dos Serviços, da E.M.M.;
- 3) A e Al da Escola de Transmissões;
- 4) Para o curso do Centro de Instrução de Defesa Antiaérea.

II — de um ano:

a) para o curso da Escola de Estado-Maior;
b) para o curso da E.A.O.;
c) para os seguintes cursos de especialização:
1) Escola de Artilharia de Costa;
2) Escola de Instrução Especializada:

- Guerra Química;
- Básico de Material Bélico;
- Equipamento mecânico;
- Foto-Informação;
- 3) Curso Especial de Equitação;
- 4) Tático de E.M.M.;
- 5) Escola de Educação Física.

B — Na aplicação do disposto no art. 4º do Decreto-lei n. 8.097, a matrícula a que se refere o mesmo artigo deverá incidir sobre os primeiros tenentes que tenham, no máximo 2 (dois) anos de posto e sobre os segundos tenentes que tenham, no mínimo 2 (dois) anos em função arregimentada, contado o tempo como aspirante a oficial.

(Aviso n. 265, de 16-V-950 — "Diário Oficial" de 20-V-950).

• •

ABREVIACÃO NO TRANSITO DE DOCUMENTOS

Tendo em vista a necessidade de abreviar o trânsito de documentos entre as repartições sediadas no Edifício da Guerra e considerando que, já em 1946, foi aprovada a sugestão do Departamento Geral de Administração, estendida a outros órgãos deste Ministério no sentido da correspondência entre os mesmos e as repartições diretamente subordinadas ser encaminhada sem transitar pela Portaria Geral, resolvo, ampliando disposições já existentes:

1 — A correspondência entre as diferentes repartições com sede no

Edifício da Guerra será encaminhada diretamente, de protocolo a protocolo, devendo o recebimento de expediente se processar durante todo o respectivo horário de trabalho.

2 — O Serviço de Correspondência da Portaria Geral do Edifício da Guerra receberá, apenas a correspondência que se destinar a ou provier de repartições sediadas fora do mesmo Edifício e pertencentes a este ou a outro Ministério, ficando, desta forma alterado o n. 29 das "Instruções para o Serviço de Administração do Edifício da Guerra", aprovadas pelo Aviso n. 2.296, de 25 de julho de 1941.

(Aviso n. 278, de 17-V-950 — "Diário Oficial" de 22-V-950).

• •

SALÁRIO-FAMÍLIA DEVIDO A MILITARES FALECIDOS

Declaro que, de acordo com o artigo 34 da Lei n. 488, de 15-XI-948, e parágrafo único do art. 5º da Portaria n. 196, de 6-XII-948, o pagamento do salário-família devido aos filhos menores de militares falecidos, ou assim reputados para fins de montepio, continuará sendo feito pela mesma repartição que efetuar o pagamento das pensões de montepio e de meio soldo dos herdeiros do de cujus, observado o seguinte:

I — A Unidade, Repartição ou Estabelecimento por onde o militar falecido, da ativa, reformado ou da reserva remunerada recebia seus vencimentos ou proventos de inatividade, remeterá ao Estabelecimento de Fundos Regional ou à Pagadoria Central de Inativos e Pensionistas, segundo o caso, juntamente com a informação relativa aos descontos para o montepio de que trata a letra i) do parágrafo único do art. 28 do Decreto n. 3.695, de 6-II-939, uma declaração assinada pelo Tesoureiro e "conferida" pelo Fiscal Administrativo, sobre os dependentes com direito ao salário-família, na qual conste:

a) nomes e datas de nascimento dos dependentes;

b) autoridade que concedeu o salário em caráter provisório (quando for o caso) e data dessa concessão;

c) número e data do ofício que remeteu ao D.G.A. os documentos necessários à concessão definitiva.

II — Quando o salário-família já se achar em caráter definitivo, basta mencionar essa situação, ao invés das

declarações das letras b) e c) do item anterior.

III — Quando a concessão do salário ainda estiver na situação de provisória, na data de óbito do militar, e ainda não houver decorrido o prazo de 120 dias constantes do artigo 11 da Portaria n. 196, de 6-XII-48 compete ao responsável pelos menores a comprovação de que trata o art. 12 da referida Portaria.

IV — É competente para receber o salário-família de que trata o presente Aviso o cônjuge sobrevivente ou a pessoa sob cuja guarda e cujas despesas estiver o dependente, na forma da lei civil.

V — Mesmo após o início do pagamento das pensões de montepio e de meio soldo pelo Ministério da Fazenda, aos herdeiros do militar falecido, o pagamento do salário-família continuará sendo feito pela repartição onde as referidas pensões eram pagas a título provisório.

VI — O responsável pelos herdeiros com direito a salário-família deverá apresentar à repartição pagadora, nos meses de janeiro e julho de cada ano, atestado de vida dos mesmos dependentes, sob pena de suspensão do pagamento.

VII — O pagamento do salário-família devido a filhos menores de funcionários e extranumerários falecidos, deste Ministério, não contribuintes do montepio militar, continuará sendo feito de acordo com o despacho publicado no Boletim número 247, de 28-X-949, da Secretaria Geral do Ministério da Guerra.

VIII — O falecimento do militar com direito ao salário-família, em caráter provisório ou definitivo, deverá ser comunicado, via rádio, diretamente ao D.G.A., pela unidade a que pertencia o extinto, para efeito de controle no mesmo Departamento.

(Aviso n. 279, de 17-V-950 — "Diário Oficial" de 22-V-950).

• •

REEMBOLSO POSTAL PARA O E. COM. MAT. INT.

1. Para facilidade de aquisição de artigos do Estabelecimento Comercial de Material de Intendência, pelas Unidades, oficiais, sargentos e funcionários civis, que se encontram fora do Rio de Janeiro, fica o mesmo Estabelecimento autorizado a utilizar para tal fim o serviço de "Reembolso Postal".

2. Os pedidos pelo reembolso postal poderão ser feitos por via postal

ou telegráfica à Chefia do citado Estabelecimento, à rua Dr. Garnier, n. 390 — Rocha — Distrito Federal.

3. Dos pedidos deverão constar a Unidade, se for o caso; posto, nome, rua, número da residência, bairro, cidade e Estado, especificação completa do artigo pedido e ainda uma declaração de que o interessado se responsabiliza pelas despesas de retorno, no caso de não ser encontrado o destinatário, não aceitação da mercadoria ou outro qualquer motivo que importe na devolução da mesma.

4. Os preços dos artigos serão os das tabelas vigentes, acrescidos com as despesas da remessa (embalagem, seguro, porte do Correio, etc.).

5. A Diretoria de Intendência fica autorizada a tomar as demais providências no sentido de ser dada toda a assistência ao serviço de reembolso postal, de modo a atingir todos os objetivos de sua criação.

(Aviso n. 280, de 17-V-950 — "Diário Oficial" de 22-V-950).

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA

A 5ª Companhia Leve de Manutenção passa a ter autonomia administrativa, de acordo com o disposto no art. 25 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado pelo Decreto n. 3.251, de 9 de novembro de 1938.

(Aviso n. 281, de 17-V-950 — "Diário Oficial" de 22-V-950).

SUBSTITUIÇÃO EM C.R.

(Solução de consulta)

1. Consulta o adjunto do S.I.R. da 6ª Região Militar, como se deve fazer as substituições na Chefia da 1ª Seção das C.R., em face do que determina o Aviso n. 296 de 6-II-944 e os termos do ofício n. 203-A, da 1ª Seção, de 20-VIII-949, do E.M.E.

Em solução, declaro que as substituições de todos os cargos vagos existentes nas C.R. devem ser feitas observando-se a precedência hierárquica no âmbito da Repartição e as disposições constantes dos artigos 80, 81 e 82 do Código de Vencimentos e Vantagens dos Militares do Exército, exceto quanto à Chefia da 1ª Seção, cuja substituição está regulada pelo Aviso n. 3-1-Secret, de 13-I-950.

2. Fica, assim, retificada a solução de consulta de que trata o Aviso n. 113, de 24-II-950.

(Aviso n. 282, de 17-V-950 — "Diário Oficial" de 22-V-950).

DESCONTOS EM FOLHA

Autorizo o desconto em folha, na forma do Ofício n. 596 de 13-III-950, à D.I.E., por intermédio da Subdiretoria de Fundos, das dívidas contradas pelo pessoal deste Ministério com a aquisição de material técnico, fornecido pelo D.T.P.E.

(Aviso n. 283, de 17-V-950 — "Diário Oficial" de 22-V-950).

RECOLHIMENTO DE MATERIAL DE INTENDÊNCIA

Declaro que os recolhimentos de material de intendência, anteriormente feitos ao Depósito de Recuperação de Material de Intendência do Rio, devem ser encaminhados aos respectivos Estabelecimentos Provedores (Estabelecimentos de Material de Intendência ou Depósitos de Material de Intendência Regionais).

(Aviso n. 285, de 17-V-950 — "Diário Oficial" de 22-V-950).

TRATAMENTO DOS CONVOCADOS JULGADOS INCAPAZES PARA O EXÉRCITO

LEI N. 1.104 — DE 20 DE MAIO DE 1950

Atribui aos Serviços de Saúde das Classes Armadas os encargos de tratamento dos convocados, julgados incapazes para o Exército.

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Compete aos Serviços de Saúde do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, promover, pelos meios regulares, a recuperação da saúde dos conscritos julgados incapazes na inspeção de saúde, de que trata a Lei n. 9.500, de 25 de julho de 1946.

Art. 2º. Para efeito do disposto no artigo anterior, os conscritos julgados incapazes, a juízo das Juntas Militares de Inspeção de Saúde, terão a seguinte destinação:

a) os acometidos de doenças ou lesões reparáveis serão assistidos pelos órgãos dos Serviços de Saúde das Classes Armadas;

b) os acometidos de doenças de notificação compulsória serão encaminhados às autoridades civis locais;

c) os acometidos de doenças de evolução tórpida, tendentes à cronicidade, serão encaminhados às auto-

ridades sanitárias, referidas na alínea anterior, para, se for o caso, a conveniente hospitalização.

Parágrafo único. Os doentes referidos na alínea a) deste artigo poderão ser encaminhados às organizações médicas civis locais, oficiais, autárquicas ou particulares, subvencionadas pelos poderes públicos, na medida de suas possibilidades.

Art. 3º. As despesas decorrentes da Assistência médico-cirúrgica e farmacêutica prestada aos conscritos, nos termos da alínea a) do artigo anterior, deverão constar das dotações orçamentárias vigentes, para o que será estabelecido um quantitativo, nas tabelas dos orçamentos dos Ministérios Militares, sob a rubrica de Assistência Prestada a Conscritos.

Art. 4º. Esta Lei será regulamentada no prazo de 120 dias, a contar da data da sua publicação, e, para esse fim, os Ministérios respectivos tomarão as providências que se fizerem necessárias.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 1950, 123º da Independência e 62º da República.

ENRICO G. DUTRA.

Sylvio de Noronha.

Canrobert P. da Costa.

Armando Trompowsky.

("Diário Oficial" de 24-V-950).

CÓMPUTO DE PONTOS EM FICHA DE PROMOÇÃO

O Ministro de Estado da Guerra, tendo em vista a proposta da Diretoria de Transmissões e parecer do Estado-Maior do Exército, declara, em complemento à Portaria n. 6.123, de 1 de março de 1944, que somente o curso da especialidade de Transmissões deve ser computado na ficha para seleção dos candidatos a subalternos do Quadro de Radiotelegrafistas do Exército.

(Portaria n. 87, de 17-V-950 — "Diário Oficial" de 25-V-950).

FUNÇÃO DE OPERADOR CINEMATOGRAFISTA

De acordo com o que propõe o Estado-Maior do Exército, resolvo que a função de Operador Cinematografista deve ser considerada na categoria de "fileira" e exercida cumulativamente com outra de qualifi-

cação prevista nos Quadros de Organização.

(Aviso n. 287, de 20-V-950 — "Diário Oficial" de 26-V-950).

ARREGIMENTAÇÃO DE SARGENTO DE CONTINGENTE

Consulta o Diretor da Rede Elétrica Piquete-Itajubá, em Ofício número 288-S, de 28 de setembro de 1949, se o 1º sargento do Contingente daquele Estabelecimento deve contar arregimentação para efeitos da Portaria Ministerial n. 6.123 de 1 de março de 1944, em seu artigo 5º.

Em solução, de acordo com os pareceres da Diretoria do Pessoal e da Secretaria Geral do Ministério da Guerra, declaro que o Contingente da Rede Elétrica Piquete-Itajubá não se enquadra nos moldes de um corpo de tropa, nem possui aspecto e organização de unidade elementar de qualquer arma, motivos bastantes para que não deva ser considerado como arregimentado o serviço prestado naquele Contingente.

(Aviso n. 288, de 22-V-950 — "Diário Oficial" de 26-V-950).

FUNÇÃO DE COMANDANTE DE QUARTEL-GERAL

(Solução de Consulta)

Consulta o Comandante da 5ª Região Militar, em rádio n. 50-A.G., de 14 de janeiro do corrente ano, se a função de major comandante do Quartel-General é considerada como arregimentada.

Em solução, aprovando os pareceres do Estado-Maior do Exército e do Departamento Geral de Administração e da Diretoria do Pessoal, declaro que a função de Comandante do Quartel-General não deve ser considerada como arregimentada.

(Aviso n. 289, de 22-V-950 — "Diário Oficial" de 26-V-950).

INSTRUÇÕES PARA O CONCURSO DE ADMISSÃO AOS CURSOS DA E.T.E.X.

Por Portaria n. 90 de 23 de maio de 1950, o Excmo. Sr. Ministro da Guerra resolveu aprovar as instruções de admissão aos Cursos da Escola Técnica do Exército.

A Portaria mencionada e as instruções anexas se acham publicadas às páginas 8.175 a 8.178 do D.O. número 122, de 29 de maio de 1950.

INSIGNIAS DE PÓSTO NO JAQUETÃO DE LÃ

(Solução de Consulta)

Consulta o Comando da 3ª Região Militar se, em face do Aviso número 724, de 28-X-949, que regulou o uso das insígnias de posto no jaquetão de lã verde oliva, deve ser alterado o modelo da referida peça adicionando-lhe as ombreiras, sem as quais vinha sendo confeccionada e usada naquela Região.

Em solução, aprovando parecer da Comissão de Fardamento e atendendo que o anteprojeto do R.U.P.E. (Regulamentação do Decreto n. 21.590, de 7-VIII-946), em face da conclusão naquela Comissão, prevê o uso das insígnias de posto sobre as ombreiras no jaquetão de lã, devem ser feitas as alterações necessárias para que a partir de 1 de janeiro do ano próximo, todas as peças já confeccionadas estejam adaptadas como acima prescrito.

(Aviso n. 294, de 23-V-950 — "Diário Oficial" de 29-V-950).

DISTINTIVOS EM UNIFORMES DE SUBTENENTE

(Solução de Consulta)

Consulta o Comando da 7ª Região Militar sobre colocação dos distintivos de Armas nos uniformes dos Subtenentes e Sargentos.

Em solução, aprovando o parecer da Comissão de Fardamento, resolvo que os distintivos de Armas e Serviços nos uniformes dos Subtenentes e Sargentos sejam usados como prevê o anteprojeto do R.U.P.E. (Regu-

lamentação do Decreto n. 21.590, de 7-VIII-946), em face de conclusão naquela Comissão e como se segue:

a) para os Subtenentes como para os oficiais isto é, na gola de todos os uniformes, com exceção do avental (12º uniforme), no qual o distintivo é usado no lado esquerdo, à altura do peito;

b) para os Sargentos, no ângulo das divisas;

c) no 9º uniforme (Sunga), não serão usados distintivos de Armas ou Serviços.

(Aviso n. 295, de 23-V-950 — "Diário Oficial" de 29-V-950).

DISTRIBUIÇÃO DE VAGAS NA E.T.E.X.

O Ministro de Estado da Guerra, resolve, de acordo com o que propõe o Departamento Técnico e de Produção do Exército, fixar a seguinte distribuição de vagas na Escola Técnica do Exército, para o corrente ano letivo, em substituição à fixada pela Portaria n. 165, de 14-X-949:

Eletricidade.....	12
Fortificação e Construção.....	12
Industrial e de Armamento.....	8
Metallurgia.....	8
Química.....	6
Transmissões.....	6
Industrial e de Automóvel.....	8
Total.....	80

(Portaria n. 89, de 27-V-950 — "Diário Oficial" de 29-V-950).

Pedidos de Livros

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro das livrarias desta Capital

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

"A DEFESA NACIONAL" agradece as seguintes publicações recebidas durante o mês de agosto do corrente ano:

A) *Do exterior :*

- França** — Revue de défense nationale — Ns. de maio e junho.
 Revue mensuelle de l'armée de l'air — Ns. de maio e junho.
 Revue militaire d'information — Ns. 152, 153, 154 e 155.
- Inglaterra** — Endeavour — Revista científica trimestral — N. 34.
- Espanha** — Ejercito — N. de maio e junho.
 Guion — Revista de los mandos subalternos — Ns. de maio e junho.
 Revista de la oficialidad de complemento — Ns. 73 e 74.
- Portugal** — Revista militar — N. de junho.
- EE. UU.** — Revista aérea latino americana — N. de maio.
 Military Review (ed. brasileira) — N. de agosto.
- Uruguai** — Boletín histórico — N. de junho.
 Revista de la mutua militar Uruguay — Ns. 10 e 11.
- Venezuela** — Revista de las fuerzas armadas — N. de maio.
- Paraguai** — Revista de las fuerzas armadas de la Nación — Ns. 102 e 103.

B) *Nacionais :*

- Revista do Instituto de Geografia e História do Brasil — N. relativo ao 1º semestre de 1950.
- Revista do Club Militar — Ns. de fev. e março.
- Revista de Intendência — Ns. de maio e Junho.

Edifício do

Para a G

De acó
juízos, opin
A publ
por parte d
As op
sua página
altos interê
"Editorial"

Não ser
hidos para

A Revis
Ortográfico
Impresso em

É permiti
nesta Revis

Ano.
Seme
Núme
Assin
in
re

Obs. —
feito em 4
prestações

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Redação e Administração :

Edifício do Ministério da Guerra — 3º andar — Rua Visconde da Gáves
PRAÇA DA REPÚBLICA — Telef. 43-0563

Correspondência :

Para a Gerência : Caixa Postal 17, Agência do Ministério da Guerra
Colaborações : Diretor-Secretário, mesmo endereço

*

De acôrdo com a Lei, a Revista não se responsabiliza por idéias, juízos, opiniões, etc., contidos em artigos assinados.

A publicação desses artigos não significa, tampouco, solidariedade por parte da Revista.

As opiniões da Revista com referência a problemas debatidos nas suas páginas, sua orientação doutrinária, etc., terão sempre em vista os altos interesses da defesa nacional e serão expressas no respectivo "Editorial" ou em artigos da Redação.

• •

Não serão restituídos, em caso algum, originais de trabalhos recebidos para publicação.

• •

A Revista adota a ortografia constante do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", da Academia Brasileira de Letras, impresso em dezembro de 1943, na Imprensa Nacional.

• •

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

*

PREÇOS DE ASSINATURAS

Ano.....	Cr\$ 80,00
Semestre	Cr\$ 40,00
Número avulso.....	Cr\$ 10,00
Assinatura comercial, com direito a inclusão no indicador de firmas recomendadas	Cr\$ 500,00

Obs. — O pagamento das assinaturas de ano pode ser feito em 4 (quatro) prestações de Cr\$ 20,00 ou em 12 (doze) prestações mensais de Cr\$ 7,00.

COLABORAM NESTE NÚMERO :

Gen. Antonio de Castro Nascimento.
Gen. José Pessoa.
Cel. J. B. Magalhães.
Cel. Niso Montezuma.
Ten.-Cel. Adalardo Fialho.
Ten.-Cel. A. Sette Ramalho.
Ten.-Cel. Irapuan Xavier Leal.
Ten.-Cel. J. H. Garcia.
Ten.-Cel. Newton Franklin do Nascimento.
Ten.-Cel. Riograndino da Costa e Silva.
Maj. João Baptista Peixoto.
Maj. Napoleão Nobre.
Cap. Ferdinando de Carvalho.
Cap. G. F. de Castro.
Cap. Luiz Alberto de Freitas.
Cap. Murilo Gomes Ferreira.
Cap. Silvio Otavio do Espirito Santo.
Cap. Tácito Theophilo.



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

Cr\$ 10,00

S. G. M. G.
IMPRENSA MILITAR
Rio de Janeiro — 1960

Coronel RENA
General ANTO
Ten.-Cel. ALB

RIO DE JANEIRO